

Vol. 11, Nº 20 | 2026 | ISSN 2527-0525

**OFÍCIOS
DE *clio***

REVISTA DISCENTE DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO E DO PPG EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Celebrações, Efemérides
e a memória histórica



Vol. 11, Nº 20 | janeiro-julho de 2026 | ISSN 2527-0524



Reitora:
Ursula Rosa da Silva
Vice-Reitor:
Eraldo dos Santos Pinheiro
Pró-Reitor de Ensino:
Antônio Maurício Medeiros Alves
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:
Marcos Britto Corrêa
Pró-Reitor de Extensão e Cultura:
Fábio Garcia Lima
Pró-Reitora de Planejamento e Administração:
Aline Ribeiro Paliga
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:
Tais Ullrich Fonseca

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:
Sebastião Peres
Vice-Diretora:
Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:
Lisiane Sias Manke

EXPEDIENTE

Editor-Chefe:
Prof.^o Dr.^o Wilian Junior Bonete - *Universidade Federal de Pelotas*

Editor Assistente:
Arthur Ricardo Reiter - *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial:
Alexia Francis Peter Demari - *Universidade Federal de Pelotas*
Amanda Rodrigues Guelso - *Universidade Federal de Pelotas*
Eduardo Goulart Reyes Barbosa - *Universidade Federal de Pelotas*
Francine Sedrez Bunde - *Universidade Federal de Pelotas*
Felipe Carderan - *Universidade Federal de Pelotas*
Isabelle Brancão Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*
Leonardo Silva Amaral - *Universidade Federal de Pelotas*
Lucas Viscardi Marques - *Universidade Federal de Pelotas*
Pedro da Silva Fouchy - *Universidade Federal de Pelotas*
Victor Blaskoski Leheur - *Universidade Federal de Pelotas*

Capa:
Designer

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*
Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*
Prof.^o Dr.^a Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*
Prof.^o Dr.^a Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Deivid Valério Gaia - *Universidade Federal do Rio de Janeiro*
Prof.^o Dr.^a Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*
Prof. Dr. Ginter Tlajia Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos - *Universidade Federal do Rio de Janeiro*
Prof.^o Dr.^a Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*
Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - *Universidade Federal de Santa Catarina*
Prof. Dr. René Ernani Gertz - *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^a Dr.^a Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Ana Maria Sosa González - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Bruno Rotta Almeida - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Patrícia Weiduschadt - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof.^o Dr.^a Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Wilian Bonete - *Universidade Federal de Pelotas*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Alice da Conceição Teixeira
Andreina Corpes
Bruno Marconi da Costa
Camila Jansen de Mello de Santana
Cássio Hideo Diniz Hiro
Elisa Defelippe Durso Martins Silveira
Gregory Ramos Oliveira
Jéssica Bitencourt Lopes
Leonardo de Oliveira Conedera
Lilian Signorini Lafuente
Liliana Grubel Nogueira
Luciana Xavier Viana
Márcio André Martins de Moraes
Mateus Brunetto Cari
Terciane Angela Luchese
Winicius Rosa Martins

Sumário

Apresentação do Número 20

Equipe Editorial p. 7

Dossiê Celebrações, efemérides e a construção da memória histórica

Bethânia Luisa Lessa Werner e Jéssica Bitencourt Lopes p. 10

Contando a vida de Festa: a escrita biográfica na história a partir das ações de uma enfermeira-parteira comunista entre Porto Alegre e a vila de Butiá (1930-1940)

Lucas Specht p. 16

O processo de integração dos afro-brasileiros no Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense

Ryan dos Santos Cardoso p. 34

Expor o progresso: o Rio Grande do Sul nas exposições de 1901 e 1908

Jéssica Bitencourt Lopes p. 48

150 Anos da "Grande Imigração Italiana": Efemérides, Tradição Inventada e Identidade Histórica em Nova Trento (SC)

Deuclésio Zamarchi Brustolin p. 67

O Dia dos Povos Indígenas no Brasil: uma tradição inventada pela República

Beatriz dos Santos da Silva p. 88

Dossiê Ensino de História

A Quem Pertence o Tempo? Educação Patrimonial e Interseccionalidade no Observatório Astronômico da UFRGS

Nicole Fernandes Alves e Eduardo Silveira da Costa p. 103

Artigos Livres

Francisco Adolfo de Varnhagen e a representação dos movimentos populares na “História Geral do Brasil”

Tainara Aparecida de Carvalho p. 120

Eletricitários gaúchos pela atuação sindical de Álvaro Ayala

Suélien de Medeiros Cortes p. 133

Sepé Tiaraju, uma liderança indígena na Guerra Guaranítica: o envolvimento do líder indígena na região das Missões 1753-1756

Luciano Viana de Freitas p. 154

Para além do Mediterrâneo: alteridade e representação na Chronica do descobrimento e conquista de Guiné

Luiz Eduardo Larrosa p. 182

Apresentação do Número 20

Prezados(as) leitores(as), autores(as), editores(as) e demais colaboradores da Revista Discente Ofícios de Clío, é com grande satisfação que a Equipe Editorial apresenta a edição de número 20 de nossa revista. Reafirmamos nosso compromisso com a construção ética, responsável e colaborativa nas Ciências Humanas, fortalecendo nosso objetivo de constituir um espaço aberto para a publicação de discentes da graduação e da pós-graduação em História e demais áreas vizinhas. Nesta edição, reunimos contribuições que mobilizam diferentes abordagens metodológicas, fomentando discussões que tangem vivências plurais, tal como são as demandas da historiografia.

O presente número, que marca dos dez anos de criação da Revista Discente Ofícios de Clío, conta com cinco artigos na seção do dossiê temático, intitulado *Celebrações, Efemérides e a memória histórica*, proposto pelas doutorandas Bethânia Luisa Lessa Werner, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Jéssica Bitencourt Lopes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ademais, a edição de número 20 conta com quatro artigos na seção de Artigos Livres e um trabalho destinado a seção permanente de Ensino de História.

Compondo a seção permanente de Ensino de História, acessamos discussões que tangem a ideia de Tempo e de patrimônio, com o artigo *A Quem Pertence o Tempo? Educação Patrimonial e Interseccionalidade no Observatório Astronômico da UFRGS*, dos autores, Nicole Fernandes Alves e Eduardo Silveira da Costa, mestranda, no programa de pós-graduação em História (UFRGS) e licenciado em História (UFRGS), respectivamente, analisa a educação patrimonial como ferramenta pedagógica crítica no ensino de História, partindo da experiência de mediação pensada para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Observatório Astronômico da UFRGS, propondo a desconstrução da neutralidade do Tempo, abordando-o como um patrimônio histórico e político em disputa.

Abrindo a seção de Artigos Livres, o artigo *Francisco Adolfo de Varnhagen e a representação dos movimentos populares na “História Geral do Brasil”*, escrito por Tainara Aparecida Carvalho, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), versa sobre os escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro, na forma de dois volumes da “História Geral do

Brasil”, na qual, entre protagonismos e apagamentos, Varnhagen apresenta sua visão dos movimentos populares no território brasileiro em uma narrativa que revela os conflitos e interesses das elites e dos estratos menos favorecidos da sociedade colonial do Brasil.

Em sequência, no artigo *Eletricitários gaúchos pela atuação sindical de Álvaro Ayala*, a autora Suéllen de Medeiros Cortes, Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), analisa a trajetória sindical e política de Álvaro Leonardi Ayala como forma de compreender a organização dos eletricitários gaúchos entre 1941 e 1981. A partir de uma abordagem inspirada na micro-história e no uso da História Oral; com entrevistas, registros do Acervo Ayala e outras fontes, o trabalho investiga a atuação de Ayala no Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul e na Companhia Estadual de Energia Elétrica, destacando o papel estratégico da categoria no contexto das transformações do setor energético e da política trabalhista. O estudo evidencia como os eletricitários construíram estratégias de mobilização, resistência e negociação diante das mudanças provocadas pela encampação da CEERG e das tentativas de controle sobre sua organização sindical, articulando reivindicações trabalhistas, autonomia sindical e participação política. Nesse percurso, a trajetória de Ayala permite observar as relações entre trabalhadores, sindicatos, Estado e lideranças políticas, bem como a capacidade do movimento sindical de atuar para além das demandas imediatas da categoria e consolidar-se como importante agente político e social no Rio Grande do Sul.

Adiante, o artigo *Sepé Tiaraju, uma liderança indígena na Guerra Guaranítica: O envolvimento do líder indígena na região das Missões (1753-1756)*, escrito por Luciano Viana de Freitas, graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), analisa a figura histórica de Sepé Tiaraju como representante da resistência dos povos originários diante das intervenções europeias ocorridas no século XVIII. Buscando desconstruir a visão do indígena passivo, por meio de revisão bibliográfica e análise crítica de fontes, o autor insere a figura de Sepé como ponto central nas dinâmicas sociais, políticas e culturais da região missioneira do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o autor questiona a construção da narrativa histórica acerca de Sepé Tiaraju, concluindo que ele foi uma figura essencial da resistência dos povos originários no contexto da Guerra Guaranítica.

Por fim, encerrando a seção de Artigos Livres, o trabalho intitulado *Para além do Mediterrâneo: Alteridade e representação na Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, escrito por Luiz Eduardo Larrosa, Graduando em História pela Universidade Federal

do Paraná (UFPR), realiza uma análise da sociedade portuguesa no final da Idade Média a partir da *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné* (1453), de Gomes Eanes de Zurara. Tendo como eixo os conceitos de representação e alteridade, o autor busca compreender a maneira como o cronista construiu a imagem do “outro”, especialmente dos chamados “negros de Guiné”, no contexto da expansão marítima portuguesa. Nesse sentido, a pesquisa relaciona permanências características da sociedade medieval às transformações associadas à transição para a modernidade, problematizando os limites das periodizações tradicionais e refletindo sobre sua relação com a construção de discursos coloniais.

Através das problematizações levantadas pelos trabalhos aqui publicados, esperamos que os(as) leitores(as) sintam-se engajados em novas discussões e reflexões referentes ao vasto campo das Ciências Humanas no Brasil. Ademais, buscamos contribuir para a construção e disseminação do saber, visando instigar no público leitor e produtor de conhecimento o interesse pelas mais diversas discussões e debates. Desejamos uma boa leitura a todos!

Equipe Editorial:

Wilian Junior Bonete

Alexia Francis Peter Demari

Amanda Rodrigues Guelso

Arthur Ricardo Reiter

Eduardo Goulart Reyes Barbosa

Francine Sedrez Bunde

Isabelle Brancão Chaves

Laura Bergozza Pereira

Leonardo Silva Amaral

Pedro da Silva Fouchy

Víctor Blaskoski Lehueur

Apresentação do dossiê:

Celebrações, efemérides e a construção da memória histórica

Bethânia Luisa Lessa Werner,¹ UDESC

Jéssica Bitencourt Lopes,² UFRGS

No ano em que a *Revista Discente Ofícios de Clío* completa dez anos de existência, a celebração dessa primeira década abre a possibilidade de dedicar uma edição especial às relações entre celebrações, efemérides e memória histórica. Afinal, marcar uma data, implica também produzir sentidos sobre aquilo que passou, selecionar acontecimentos e experiências que serão lembrados e atribuir a eles lugares particulares na memória. Foi a partir dessa circunstância que surgiu a proposta deste dossiê. Tendo em vista nossa atuação em diferentes momentos da *Ofícios de Clío*, fomos convidadas a organizá-lo, reunindo pesquisas que, em diferentes temporalidades e contextos, interrogam as formas pelas quais acontecimentos são transformados em marcos, celebrações são instituídas e memórias históricas são construídas, disputadas e reelaboradas.

Nessa perspectiva, este dossiê propõe-se a discutir as motivações que orientam a construção, a seleção e a institucionalização de determinadas datas comemorativas, tomando as efemérides para além de marcos cronológicos, mas como práticas historicamente situadas de produção de sentido. Conforme sugere Rodrigo Bragio Bonaldo (2014), comemorações e efemérides devem ser compreendidas como formas específicas de organização do tempo histórico, nas quais se articulam memória, narrativa e projetos coletivos. Ao registrar e rememorar acontecimentos, tais datas operam como dispositivos de comunicação entre gerações, por meio dos quais valores, identidades e interpretações do passado são continuamente reelaborados.

Rememorar essa trajetória de dez anos da revista significa reconhecer que sua história é feita de pessoas, encontros, pesquisas e possibilidades de formação. Ao longo de sua existência, a *Ofícios de Clío* abriu espaço para que discentes de diferentes níveis de formação

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e bolsista CAPES. Secretária do GT História Política da ANPUH/RS.

²Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora na SEDUC-RS. Secretária do GT História Política da ANPUH/RS.

e de distintas regiões do Brasil pudessem fazer circular suas pesquisas, colocando em diálogo objetos, temporalidades, populações e perspectivas historiográficas diversas. Nesse percurso, a revista também se constituiu como um espaço de aprendizagem do próprio fazer historiográfico. Para além dos autores que nela publicaram suas primeiras pesquisas, diferentes estudantes passaram por suas equipes editoriais, participaram de processos de organização, avaliação e edição, aprendendo a dialogar com autores e pareceristas e experimentaram, coletivamente, práticas que integram a produção e a circulação do conhecimento histórico. As revistas discentes, ocupam um lugar particular na formação acadêmica, constituem espaços nos quais ensino e pesquisa se encontram, permitindo que estudantes aprendam os procedimentos, debates, critérios e responsabilidades envolvidos em sua construção e divulgação do conhecimento científico. Ao longo desses dez anos, muitas pessoas passaram pela *Ofícios de Clío* e, posteriormente, seguiram trajetórias distintas, ocupando diferentes espaços institucionais, acadêmicos e profissionais. A diversidade desses percursos também integra a história da revista e evidencia sua dimensão como espaço de encontro entre sujeitos em formação, pesquisas e diferentes formas de fazer historiográfico.

É nesse movimento entre memória e história que se insere a proposta deste dossiê: ao olhar para diferentes celebrações, efemérides e usos do passado, os artigos aqui reunidos interrogam os processos por meio dos quais determinadas experiências são selecionadas, narradas e transformadas em referências compartilhadas. Se a passagem dos dez anos da *Ofícios de Clío* nos oferece a ocasião para rememorar uma trajetória, os textos que compõem esta edição nos permitem ampliar esse olhar e observar, em diferentes contextos históricos, como outras sociedades, instituições e grupos também produziram suas próprias formas de lembrar, celebrar, silenciar e atribuir sentidos ao passado.

A partir dos artigos selecionados, este dossiê pretende contribuir para o entendimento das razões pelas quais determinadas datas comemorativas existem e, sobretudo, dos agentes e contextos responsáveis por sua instituição e permanência dessas efemérides. Nesse sentido, as efemérides revelam-se como espaços privilegiados de disputa simbólica, nos quais se decide o que deve ser lembrado, como e por quem. Como argumenta Reinhart Koselleck (2006), a relação entre eventos e estruturas permite compreender que a história não se limita à apreensão de acontecimentos isolados, “[...] mas nos eventos que ela investiga [onde] delineiam-se estruturas que estabelecem ao mesmo tempo as condições e os limites da ação futura” (Koselleck, 2006, p. 145), o que envolve a identificação de condições que orientam e

delimitam horizontes de expectativa. Assim, é possível observar o caráter plural de temporalidades inscritas na análise desses eventos e das estruturas em que foram forjados, articulando passado, presente e futuro.

Dessa articulação, a memória se apresenta como elemento fundamental na constituição das datas e de suas comemorações, evidenciando o caráter plural das temporalidades inscritas nas efemérides, nas quais passado, presente e futuro se entrelaçam. É nesse contexto que a memória assume papel central, uma vez que, conforme destaca Maurice Halbwachs (2006), ela é socialmente construída e ancorada em quadros coletivos que orientam aquilo que uma sociedade escolhe recordar. Desse modo, as datas comemorativas não são neutras, mas configuram-se como construções históricas que refletem interesses, valores e disputas próprios de seus contextos de produção.

Este dossiê, portanto, tem como objetivo reunir pesquisas que investiguem as celebrações, efemérides e seus múltiplos significados em diferentes sociedades e períodos. Considerando as diversas formas de apreensão do tempo histórico, este dossiê foi formado por trabalhos que dialogam com a teoria da história, com a pluralidade das temporalidades e com os processos de elaboração e disputa de sentidos sobre os acontecimentos históricos. Parte-se do entendimento de que as efemérides não se limitam a momentos de celebração, mas constituem ocasiões privilegiadas para refletirmos sobre a construção da memória histórica, os usos do passado e os modos pelos quais diferentes sociedades atribuem significado a suas experiências no tempo. Os artigos que compõem o dossiê partem de diferentes temas, períodos e recortes para refletir sobre as formas de lembrar, celebrar e atribuir sentidos ao passado, mobilizando questões relacionadas ao gênero, à raça, ao futebol, à imigração, aos povos indígenas e às elites empresariais.

No texto *Contando a vida de Festa: a escrita biográfica na história a partir das ações de uma enfermeira-parteira comunista entre Porto Alegre e a vila de Butiá (1930-1940)*, Lucas Specht parte da trajetória de Maria Siani Festa para refletir sobre a escrita biográfica na História e, através dela, observar as relações de gênero e os espaços de militância política nas comunidades mineiras de carvão do Rio Grande do Sul. Há 80 anos, em uma carta entre representantes do Partido Comunista, é citada a parteira “D. Maria”. É a partir desse e de outros rastros documentais que o autor acompanha a trajetória de Festa, observando-a como uma fresta, ou, como ele mesmo diz, uma janela, para perceber as comunidades mineiras de carvão no estado gaúcho, permitindo que, a partir da sua biografia, possamos observar uma

realidade marcada pelo trabalho masculino, mas também pela presença e pela atuação das mulheres. Há 90 anos, essa mesma mulher fora acusada de propaganda comunista por seus colegas de trabalho no Hospital São Pedro, o que possivelmente acarretou sua demissão. Um ano depois, seria presa, dois dias após a instalação do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937. Mais tarde, já nas minas de Butiá, seria identificada pela companhia carbonífera como “um dos elementos mais perigosos de Butiá”.

Por outro lado, centralizando a análise nos recortes de raça e classe, Ryan dos Santos Cardoso apresenta o artigo intitulado *O processo de integração dos afro-brasileiros no Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense*. Buscando compreender os processos de integração da população negra ao futebol ao longo da história brasileira, o autor toma como objeto o caso do Grêmio de Porto Alegre, identificando a origem elitista do clube e as práticas de exclusão racial presentes em seus primeiros anos. A partir da análise de diferentes fontes, entre elas a imprensa, Cardoso discute como a constituição desse espaço esteve marcada por práticas de embranquecimento e por uma definição restrita de quem poderia pertencer ao clube, ao mesmo tempo em que mostra as formas de resistência e as iniciativas da população negra na luta por sua inserção no futebol. Nesse sentido, o artigo contribui para o dossiê ao mostrar como as disputas por pertencimento e reconhecimento também atravessam a construção das identidades e memórias, privilegiando alguns grupos e deixando outros à margem.

Em continuidade a essa discussão sobre a atuação das elites na construção de representações e lugares de distinção, Jéssica Bitencourt Lopes discute a construção de uma determinada imagem do Rio Grande do Sul nas exposições estaduais e nacionais. Sob o título *Expor o progresso: o Rio Grande do Sul nas exposições de 1901 e 1908*, o artigo analisa a participação gaúcha na Exposição Estadual, em 1901, e na Exposição Nacional, em 1908, mostrando como esses eventos contribuíram para projetar uma imagem de um estado moderno, produtivo e industrializado. A partir de fontes de diferentes naturezas, a autora aponta as exposições como espaços de celebração, seleção e consagração, nos quais determinados setores, grupos e agentes ganhavam destaque na representação do progresso. Nesse processo, a trajetória de Alberto Bins e de sua empresa, a *E. Berta & Cia*, aparecem como exemplo de como empresários e empreendimentos eram reconhecidos e incorporados a essa imagem de desenvolvimento, contribuindo para a construção de uma memória específica sobre o progresso gaúcho.

Deuclésio Zamarchi Brustolin, em *150 Anos da “Grande Imigração Italiana”*: *Efemérides, Tradição Inventada e Identidade Histórica em Nova Trento (SC)*, vem levantar uma análise crítica em torno das efemérides relacionadas à imigração, mostrando que essas celebrações são resultado de seleções, que homogeneizam algumas culturas enquanto silenciam outras. Partindo da análise das efemérides relacionadas à imigração italiana no município de Nova Trento, no estado de Santa Catarina, o autor analisa as transformações dessas narrativas ao longo das décadas, evidenciando que elas se constituem como uma tradição inventada, que busca uma lógica de coesão social através da reescrita do passado e que, assim, as efemérides, além de celebrações, são também produtoras de memórias. A partir de fontes diversas, como a constituição de uma praça, um livro, monumentos e placas comemorativas, o autor mostra que os imigrantes que constituíram Nova Trento tinham origens das mais diversas, sendo incorreto e superficial apontá-los simplesmente como italianos, e que essa tradição, essa identidade inventada, surge para organizar uma narrativa que, além de homogeneizar os imigrantes, também silencia outras memórias, como a dos povos indígenas que já habitavam aquele espaço.

Já Beatriz dos Santos da Silva, em *O Dia dos Povos Indígenas no Brasil: uma tradição inventada pela República*, analisa a celebração do antigo “Dia do Índio”, atualmente denominado Dia dos Povos Indígenas, também a partir da perspectiva de uma tradição inventada. A autora demonstra como a institucionalização da data esteve vinculada a um projeto político do Estado brasileiro de construção de sentidos sobre as sociedades indígenas, contribuindo para a produção de uma representação homogeneizante do “índio” e para a definição de quais imagens e sujeitos indígenas seriam socialmente reconhecidos. A partir da análise da legislação e de documentos produzidos pelo Estado, a autora evidencia como o 19 de abril se constituiu como uma ferramenta política, pedagógica e memorial articulada às políticas indigenistas e ao projeto de integração dos povos indígenas à sociedade nacional. O artigo propõe compreender o 19 de abril também como um lugar de memória, capaz de estabelecer conexões entre passado e presente e, sobretudo, de possibilitar o questionamento de narrativas cristalizadas e a emergência de outras memórias, colocando em evidência a necessidade de reconhecer os protagonismos, as agências e os direitos dos povos indígenas.

A partir disso, este dossiê busca ampliar as reflexões sobre as comemorações e as efemérides na História, observando suas relações com a memória e com as diferentes formas de experimentar e atribuir sentidos ao tempo. Ao reunir essas diferentes perspectivas, também

desejamos vida longa à Revista Discente Ofícios de Clío, espaço de formação e de construção coletiva que tem sido fundamental em nossas trajetórias.

Boa leitura!

Referências bibliográficas

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemorações e efemérides:** conceitos paralelos entre antigos e modernos. 2014. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

Contando a vida de Festa: a escrita biográfica na história a partir das ações de uma enfermeira-parteira comunista entre Porto Alegre e a vila de Butiá (1930-1940)

Telling Festa's Life: biographical writing in history through the actions of a communist nurse-midwife between Porto Alegre and the mining Village of Butiá (1930–1940)

Lucas Specht,¹ UFRGS

Resumo

O artigo pretende refletir teoricamente em torno da construção das biografias históricas a partir de um estudo de caso: a escrita da biografia de uma enfermeira-parteira comunista chamada Maria Siani Festa. As ações de Festa percorrem a cidade de Porto Alegre e a vila mineradora de Butiá entre as décadas de 1930-1940. Para discutir sua trajetória enquanto militante e enfermeira-parteira, partimos da noção de que a biografia histórica é a escrita das ações individuais em tensão com as estruturas sociais, buscando entender que essas trajetórias são chaves para entrar em uma determinada sociedade e assim contribuir com a construção do conhecimento histórico. A reflexão aqui parte de fontes documentais como jornais operários e comunistas, processos judiciais, cartas, abaixo-assinados e documentos de vigilância.

Palavras-chave: Biografia; Gênero; Partido Comunista do Brasil; Militância política.

Abstract

This article aims offers a theoretical reflection on the construction of historical biographies through a case study: the writing of the biography of a communist nurse-midwife named Maria Siani Festa. Festa's activities took place between the city of Porto Alegre and the coal-mining village of Butiá during the 1930s and 1940s. To argue her trajectory as both a political activist and a nurse-midwife, we draw on the understanding that historical biography consists of writing about individual actions in tension with social structures, from this perspective, individual trajectories serve as points of entry into a given society, thereby contributing with the production of historical knowledge. This reflection is based on documentary sources such as labor and communist newspapers, court records, letters, petitions, and state surveillance documents.

Keywords: Biography; Gender; Brazilian Communist Party; Political Activism.

Introdução

Era 25 de maio de 1946. Uma carta foi enviada da Mina dos Ratos à Mina do Butiá, ambos distritos mineiros de carvão pertencentes ao município de São Jerônimo, no Rio

¹ Mestrando em História no PPGH da UFRGS. Graduado em Licenciatura em História na UFRGS. Integrante do Laboratório de História Social do Trabalho (Lhista). E-mail: lucas.specht214@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Grande do Sul. A mensagem tinha como remetente Luiz Dorvalino Feijó, secretário-geral da Célula Mineira do Partido Comunista do Brasil (PCB); já o destinatário era Anaurelino Dornelles, também integrante da célula local do partido. Com apenas uma lauda de texto escrita a próprio punho, Feijó apresenta em pequenas frases diversas informações para seu destinatário, a fim de situá-lo do que estava acontecendo no partido e da necessidade de mobilizar os operários, ou, em suas palavras: “Veja os atuais acontecimentos políticos e procurem discuti-los, para armar os companheiros” (Carta, 1946, p. 1). Após esse alerta, o secretário da célula local do PCB, fundada em dezembro do ano anterior nas Minas do Butiá (Comitê, 1945, p. 1), afirmou categoricamente: “a D.^a Maria viaja hoje para aí”.

Dois dias depois, em 27 de maio, a carta é interceptada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (Cópia, 1946, p. 1). Tanto Luiz Feijó como Anaurelino são interrogados por Theobaldo Neumann, delegado do DOPS em Porto Alegre. Além de serem questionados sobre o conteúdo em si da carta, como as mobilizações comunistas e uma sensível preocupação do órgão de repressão com o termo “armar”, o delegado, em ambos depoimentos, questiona: “Por que comunica num tópico da carta de que Maria Siani Festa voltará para as Minas?”. A respeito desta questão, Dornelles afirma: “Que, a mesma goza de prestígio no seio da classe mineira, sendo uma verdadeira líder dado o seu lado humanitário e a incansável presteza com que atende a chamados dos que necessitam de seus trabalhos”.

Por que o interesse do DOPS nessa personagem? Como se fez a ligação de ser Maria Siani Festa a “D.^a Maria” citada na carta? Qual a relação dela com esses dirigentes partidários do Partido Comunista do Brasil? Foram essas as questões disparadoras que vieram à mente quando analisei pela primeira vez esta fonte. Assim, a vida desta personagem não foi de interesse somente do órgão de repressão da ditadura estadonovista de Vargas, mas também da presente pesquisa.

Maria Siani Festa foi uma enfermeira-parteira da Caixa de Pensões e Aposentadorias da Mineração de Carvão na vila mineradora de Butiá, entre os anos de 1939 e 1946 (Specht, 2025a), quando foi demitida, acusada de intervir em um parto. Além de sua atuação como trabalhadora de saúde, foi militante ativa do Partido Comunista do Brasil, integrando a célula local e tendo participação destacada nos contextos de greves que agitaram a classe mineira no ano de 1946, mesma data de produção da carta apresentada. Sua ação como enfermeira e a de militante são dimensões indissociáveis da sua trajetória, o que pode ser demonstrado pelas qualificações feitas pelo dirigente comunista a ela. Naquela vila mineira de carvão, carente de

cuidados básicos de saúde e da eclosão de movimentos de confronto de classe, sua presença se fez importante para toda a comunidade, em especial entre as mulheres que, tal qual o agente do DOPS, citaram Festa em um abaixo-assinado (Abaixo-assinado, 1946, p. 1) enviado ao presidente da República naquele mesmo ano (Specht, 2025b).

Além da sua ação nas minas de carvão, Maria Festa circulou por Porto Alegre e outros espaços, como Caxias do Sul, por exemplo. A análise de sua trajetória ou de sua biografia² possibilita uma janela para que discutamos os alcances e os limites da militância política feminina naqueles conturbados anos do Estado Novo e no início do governo Dutra. Partimos de uma abordagem biográfica, visto que ela é “um método privilegiado para acessar dimensões pouco contempladas pelos estudos que partem de dimensões macro interpretativas” (Guerra, 2023, p. 17).

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo refletir teoricamente em torno da construção de biografias históricas a partir de um estudo de caso: a escrita da biografia de uma enfermeira-parteira comunista chamada Maria Siani Festa. As ações dessa personagem permitem que discutamos as potencialidades deste gênero narrativo, que também é uma dimensão de pesquisa. Além disso, o estudo biográfico dos caminhos de Festa permite que tensionemos as relações de gênero em espaços de militância e de trabalho geridos por uma lógica altamente masculinizada, como nas minas de carvão do Rio Grande do Sul.

O primeiro passo de nossa discussão aqui é questionar, afinal, o que é uma biografia? Conforme a rede de buscas da *internet* mais pesquisada, o *Google*, a biografia é um gênero textual que narra a história da vida de uma pessoa, reunindo os principais acontecimentos desse biografado, apresentando suas conquistas e os momentos marcantes desse indivíduo, destacando sua relevância histórica, social ou cultural. De certo modo, caminhamos perto desta definição, mas com algumas ressalvas. A premissa da biografia como gênero textual pode ser revelada pela disponibilidade em larga escala de biografias de personalidades conhecidas do mundo político e das celebridades, em especial quando são alcunhadas como “a biografia não autorizada de tal fulano”. O índice de vendagem e a escrita espetacularizada são características dessas biografias escritas, em sua maioria, por jornalistas (Schmidt, 2018, p. 21).

A perspectiva que aqui discutimos não entende a biografia como simplesmente um gênero textual, mas sim como uma perspectiva de pesquisa, calcificada em um recorte

² Nesta pesquisa, compreendo os termos trajetória e biografia como sinônimos.

teórico-metodológico em diálogo direto com a história social, visando, no fim das contas, compreender e narrar a vida de determinados personagens para contribuir com o conhecimento histórico. Diante disso, o termo biografia é adjetivado com “histórica”, trazendo o peso disciplinar da historiografia acadêmica em seus métodos, processos e firmemente embasado em um diálogo crítico com as fontes documentais. Ao contrário das biografias mais vendidas nas livrarias físicas ou virtuais, as biografias históricas, produzidas por historiadores e historiadoras, debruçam-se sobre sujeitos pouco conhecidos, os que podemos chamar de “excluídos da história”, termo emprestado de Michelle Perrot (2017). Dessa maneira, escravizados, libertos, operários, militantes, mulheres, crianças, entre outros personagens, têm suas vidas escrutinadas, buscando compreender suas margens de resistência e ação em contextos de dominação.

A biografia no campo da historiografia foi vista por muito tempo com maus olhos, vistas as críticas advindas de intelectuais que buscavam questionar o passado sob uma lente macro-estrutural, pensando processos coletivos da experiência histórica. Já na década de 80, historiadores sociais, já insatisfeitos com o uso de categorias interpretativas predeterminadas, “começaram a refletir sobre os destinos individuais” (Loriga, 1998, p. 226). As críticas foram imensas, dentro da própria história social, sobretudo por creditarem aos estudos biográficos, em escala diminuta, a perda de elementos e categorias que dão sentido processual às dinâmicas históricas em níveis estruturais da sociedade. Todavia, os estudos recentes das trajetórias individuais têm demonstrado que a relação entre os destinos dos sujeitos e o espaço em que eles atuaram, justamente, traz uma dinamicidade às pesquisas historiográficas, demonstrando a multiplicidade de sujeitos, formas de resistir, viver, sentir e, ao fim, existir em diferentes sociedades que se analisam, não perdendo de vista as condições estruturais que impactam, mas também são tensionadas pelas ações individuais.

De qualquer forma, precisamos pontuar que temos em mente que “escrever a vida é um horizonte inacessível” (Dosse, 2011, p. 11), ou seja, qualquer biografia que se pretende como totalizante, abarcando do nascimento à morte dos biografados, bem como atribuindo reflexões teleológicas das vivências analisadas, está caindo na armadilha da “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1996). As injunções do cotidiano de qualquer personagem estudado, no caso aqui, a vida de Maria Festa, precisam estar evidentes. A sua citação em uma carta de dirigentes comunistas não é um acidente de percurso, mas sim reflexo de seus projetos individuais e coletivos elaborados em um campo de possibilidades historicamente

determinado (Velho, 1999). Ao lado de tantos outros, como Menocchio (Ginzburg, 2006), Martin Guerre (Davis, 1987), padre Giovan Battista Chiesa (Levi, 2000), Elisa Branco (Ferreira, 2023), Maria Festa surge como uma janela para adentrarmos as comunidades mineiras de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1940, revelando as dificuldades, becos sem saída, oportunidades, estratégias que colocou em prática para exercer tanto sua militância política quanto seu ofício de enfermeira-parteira.

Desta forma, o presente artigo busca articular a dimensão da escrita da biografia na história como fio condutor da pesquisa e reflexão por meio do estudo de caso da trajetória de Maria Siani Festa. Em um primeiro momento, apresentarei alguns pressupostos teórico-metodológicos do campo das biografias históricas, visando demonstrar o entendimento que pretendo refletir durante a pesquisa das ações da personagem aqui estudada. Em seguida, o objetivo é apresentar o caso da nossa enfermeira-parteira, demonstrando a contribuição que as perspectivas do campo da biografia histórica auxiliam na investigação de suas ações.

Biografias históricas: pressupostos teórico-metodológicos

De certa forma, já apresentei aqui as principais críticas que o campo da biografia recebeu no âmbito da história. Em especial, a crítica ao fato de se centrar nos passos de indivíduos, ao contrário de analisar movimentos amplos da sociedade, contudo, ela já está, de certa forma, superada. Ao mesmo tempo que o risco da ilusão biográfica continua à espreita dos biógrafos-historiadores, mas com um nível de conscientização maior para os cuidados em expressar coerências teleológicas nas ações dos personagens analisados. Buscarei aqui discutir alguns autores e autoras que sedimentam meu entendimento da biografia histórica para a pesquisa da trajetória de Maria Festa.

Partimos da ideia, segundo Schmidt (2012, p. 199), de que “biografar é evidenciar o ‘fazer-se’ do personagem focado ao longo do tempo” e de que “tal movimento não é linear e unidirecional, mas contextualmente delineado, sujeito, pois, a diferentes injunções e ritmos, bem como a incertezas, descontinuidades, oscilações e incoerências”. O “fazer-se” dos personagens biografados presume um movimento interno e externo do sujeito na escrita biográfica, isto é, o modo como o personagem se faz e como ele é feito, ou melhor, representado no seu próprio tempo. Esse movimento é contínuo, contudo não linear, nem unidirecional, como define Benito Schmidt, mas contextualmente delineado. Isso quer dizer que o processo de “fazer-se” dos sujeitos biografados está inserido em um local, em um

período, em uma relação, sempre subordinados (mas não engessados) pelo entorno ao qual ele está se relacionando.

Essa premissa permite que pensemos os personagens em seus momentos de dificuldade, ou, como a definição nos apresenta, “oscilações e incoerências”, pois, estando em relação a algo, a outros sujeitos, às estruturas de dominação, etc., o indivíduo não é considerado um fio solto em um espaço livre, mas, como já discutimos anteriormente, em um campo de possibilidades historicamente determinado, em que ele faz suas escolhas tendo sempre diante de si “um futuro incerto e indeterminado” (Schmidt, 2012, p. 199). Os sujeitos têm, diante disso, uma liberdade, mas ela não é absoluta, é “culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores” (Levi, 2006, p. 179).

O estudo dessa liberdade “culturalmente e socialmente” conquistada tem sido uma tônica recente da história social brasileira. Nela, as trajetórias individuais têm sido analisadas como um modo de entender “os processos de individuação e os modos de agência política de personagens sociais subalternos” (Mattos, 2012, p. 105), mesmo “diante de sistemas normativos extremamente violentos e opressivos” (Schmidt, 2013, p. 70). Sendo assim, trajetórias de mulheres, de pessoas negras, indígenas, de pessoas identificadas como LGBTQIAPN+, entre outros grupos, são uma chave para quebrar dicotomias como dominantes x dominados, estrutura x sujeito, resistência x aculturação, público x privado, etc., complexificando as relações sociais, demonstrando as margens de ação, resistências e dominação.

Essa quebra de dicotomias, muitas vezes construídas em pesquisas historiográficas que analisam sob uma lente macro-estrutural, contribui fortemente para que compreendamos a multiplicidade dos sujeitos em suas formas de agir e resistir perante o mundo. Essa pluralidade advinda dos estudos biográficos é “uma chave para entrar em uma dada sociedade e aprofundar os conhecimentos históricos sobre ela” (Castellucci, 2024, p. 19-20). Se questionarmos como os diferentes sujeitos presentes em uma greve, uma revolta, um levante, ou simplesmente, uma política institucional, vivenciaram e lidaram com esses movimentos, possibilita essa “chave”, criando condições para não homogeneizar, muito menos idealizar a classe trabalhadora, o movimento feminista, movimentos indigenistas, movimento negro, dentre outros.

Esse refinamento da lente, entretanto, não pode perder de vista em nenhum momento o contexto, ou seja, o palco em que os atores sociais estão inseridos. Segundo Giovanni Levi, o contexto tem como papel preencher as lacunas documentais “por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado” (2006, p. 176). Além disso, ele também não pode ser considerado um elemento exterior à vida do personagem, ao contrário, “ao mesmo tempo em que ele foi impactado pelos contextos, o personagem também agiu no sentido de alterá-los. O desafio é justamente captar esse duplo movimento ao longo da narrativa” (Guerra, 2023, p. 20).

Nessa perspectiva, ao estudarmos os passos dos personagens biografados, precisamos estar sempre atentos ao mundo em seu entorno, que não para no processo do “fazer-se” desse indivíduo. Enquanto ele atua em seu espaço, outros podem estar realizando semelhantes atitudes em outros locais. O contexto precisa ser analisado em diálogo com o sujeito biografado, senão teremos na narrativa o que ficou conhecido como “paradoxo sanduíche”: um pouco de contexto, um pouco de ação individual, mais uma pitada de contexto, outra de ação individual e assim por diante. Precisamos estar atentos para não imprimirmos um texto em que “o tempo histórico aparece como um fundo de cena fixo, sem impressões digitais” (Loriga, 1998, p. 248). Precisamos, como elencado por Guerra, captar o “duplo movimento”, inserindo o personagem no seu contexto, para, com isso, em momentos de encruzilhadas documentais, preencher esses vazios, como sugeriu Levi.

A falta de fontes, inclusive, é uma questão importante a ser discutida na escrita das biografias históricas. Os personagens estudados por historiadores-biógrafos, em sua maioria, são sujeitos pouco conhecidos que deixaram rastros rarefeitos na documentação. Para lidar com tal dificuldade, diversos instrumentos metodológicos têm sido tomados por esses pesquisadores, como a comparação contextual e a imaginação histórica, por exemplo. Essa dificuldade de pesquisa, inclusive, auxilia na crítica que a biografia na história recebeu de não tomar como objetivo contar a vida toda dos personagens. Como escrever a vida toda de um personagem que somente surge na documentação em movimentos não lineares e distantes cronologicamente? É impossível. Mas, como busquei demonstrar aqui, não queremos a vida toda, mas sim os momentos-chave de suas vidas (Castellucci, 2024, p. 28), que possibilitam que olhemos para dinâmicas daquele contexto analisado, impossíveis de serem captadas se não forem escrutinadas por uma escala microscópica.

Para tal, podemos dialogar com a perspectiva do paradigma indiciário, proposto por Ginzburg (1989). Seguindo essa linha, o historiador assume a posição de um verdadeiro detetive, ou quem sabe um médico, até, talvez, um crítico de arte. Nessa tríade apresentada pelo autor, o indício, o sinal, o fio solto pode ser costurado, formando uma trama densa e homogênea, advinda da construção narrativa desses fios soltos encontrados ao longo da pesquisa. Serão esses indícios que fornecerão momentos-chave no estudo das vidas dos indivíduos biografados.

Diante desses momentos-chave, muitas vezes nos defrontamos com casos interessantes. Nos imaginemos diante de um moleiro que questiona a cosmogonia católica diante da Inquisição (Ginzburg, 2006), ou um falsário que assume o nome e a família de um homem sumido na França do século XVI (Davis, 1987), ou ainda, uma enfermeira-parteira que, em meio ao nome de tantos homens comunistas, surge como “um dos elementos mais perigosos de Butiá” (Elementos, 1946, p. 1). O perigo de analisar esses casos destoantes é a volta do objetivo da biografia em seus primórdios: criar heróis, ou, no caso dessa pesquisa, uma heroína, “só que com sinal contrário” (Schmidt, 2013, p. 63).

Portanto, nesses casos, pontua-se a coerência nas ações dos indivíduos, “engajados desde sempre em lutas heroicas contra a opressão dos dominantes, capazes até de se entregarem ao martírio em nome das causas defendidas” (Schmidt, 2013, p. 63), ou seja, evidencia-se uma perspectiva de criar grandes heróis defensores dos subalternos, enxergando-os como “uma força vital capaz de transgredir todas as regras e formatos sociais” (Avelar & Schmidt, 2018, p. 9). Para evitar tal perigo, precisamos assumir uma posição crítica em relação à análise das ações dos indivíduos que analisamos.

Como pontuado até aqui, a margem de liberdade não é infinita, porém existente. A “volta da biografia” aos estudos historiográficos possibilita que examinemos, ou, como pontua Schmidt, admiremos as “brechas de liberdade que cavava mesmo quando inserido em sistemas normativos extremamente opressivos” (Schmidt, 2018, p. 21). Sabina Loriga dedicou parte de sua obra a discutir justamente essa margem, essa brecha, ou, como ela definiu, “o pequeno x”. A partir de uma fórmula criada no século XIX, $A = a + x$, em que o “A” é o próprio sujeito, o “a” refere-se às determinações de uma época, de classe, do país, e “x” é um traço singular, a contribuição do sujeito, uma lacuna de ação atravessada por sistemas normativos sociais (Loriga, 1998, p. 233). Logo, em $A = a + x$, “embora infinitamente

pequeno, o x é fundamental, já que é ele que dá à história seu movimento” (Loriga, 2011, p. 97).

O movimento do x é o próprio “fazer-se” do personagem, inserido em um campo de possibilidades plástico e dinâmico, com uma margem de liberdade pacientemente conquistada em relação a um contexto que não é fixo e imutável, mas sim inserido, atuado e impactado pelo movimento do próprio sujeito. Os momentos-chave de suas ações revelam entradas para quebrar dicotomias sedimentadas em análises macro-estruturais, demonstrando eventos e processos homogêneos, que são pluralizados quando estudados pela lente dos passos dos sujeitos. Sujeitos esses que não são heróis, muito menos exemplos, mas sim casos importantes de serem escrutinados, de terem a imprevisibilidade dos processos históricos evidenciada, demonstrando as margens de ação desses indivíduos, mesmo em pesquisas em que as fontes entreguem lacunas, preenchidas pelo próprio contexto, ou, quem sabe, um pouco de imaginação.

Contando a vida de Festa: mas, que Festa?

Como já apresentado anteriormente, estamos falando de Maria Siani Festa. O objetivo agora é elencar alguns elementos da pesquisa em diálogo com os pressupostos teórico-metodológicos do campo da biografia histórica. De início, uma problemática levantada por Benito Schmidt pode auxiliar na reflexão. Ao estarmos diante de um personagem, seja ele conhecido ou não, precisamos, de pronto, nos questionarmos: “faço essa biografia para quê? Que âmbitos, problemáticas, processos, causalidades e relações o estudo de determinada trajetória individual permite vislumbrar de maneira diferenciada em relação a outros enfoques não biográficos?” (Schmidt, 2013, p. 63).

Para respondê-la, é necessário apresentar o pano de fundo, o contexto em que Festa estava inserida, para então problematizar o porquê da relevância de sua biografia. Sabemos que Maria Festa chegou a Porto Alegre, vinda de São Paulo, em 1934, vendo um anúncio de seus serviços enquanto enfermeira no jornal *A Federação* (Serviço, 1946, p. 3). Festa permaneceu na cidade até 1939, quando se deslocou para a vila operária de Butiá, na região carbonífera gaúcha. Nesses 5 anos, esteve presente em espaços diversos de atuação, como o Hospital Psiquiátrico São Pedro, instituição estadual, e o Posto de Psicopatas, ligado à Assistência Pública da então Intendência de Porto Alegre. O momento era de suspeição política, o anticomunismo já reinava há tempos, bem como a pressão contra críticos do

governo Vargas (Motta, 2000). Será nessa relação que ela foi possivelmente demitida do Hospital São Pedro, por meio de um abaixo-assinado de colegas que a acusavam de “propaganda comunista”³, em 1936. Já no ano seguinte, dois dias após o autogolpe de Vargas em novembro de 1937, Maria Festa é presa e recolhida à Casa de Correção de Porto Alegre (Comunistas, 1937, p. 2), no âmbito do arrefecimento das perseguições contra comunistas após o início do Estado Novo. Ela foi presa conjuntamente com Elemar Schmidt e Jesus Ribas. Depois de sua prisão, foi demitida do Posto de Psicopatas (Despacho, 1937, p. 1).

Dentre seus “companheiros” de prisão, Jesus Ribas abre um novo leque para pensarmos a relação de Maria Festa com ambientes de militância na capital gaúcha. Isso ocorreu, pois Ribas foi presidente do Instituto de Assistência à Proteção à Infância (IAPI) (Duarte Bartz, 2025), local que Festa assumiu a diretoria no ano de 1936. O que chama a atenção aqui é que Ribas e sua esposa, Dorvalina Ribas, eram destacados e importantes militantes anarquistas de Porto Alegre, e assumiram a direção desta instituição após confrontos com a Associação Cristã Independente, no mesmo ano de 1936. Nessa ruptura, Festa parece ter um papel de importância, pois, no momento em que ela processa um sargento do exército e estudante de medicina por ter deflorado sua filha⁴, uma denúncia contra a sua gestão no IAPI é mobilizada pela defesa do sargento para desacreditá-la enquanto unidade familiar, gestão essa que iniciou justamente no momento em que o casal Ribas assumiu a presidência da instituição.

Assim, a partir dessa fonte, podemos destacar as relações de militância de diferentes correntes de esquerda, bem como as relações que a personagem enfocada aqui estabeleceu: companheiros anarquistas, sua filha, um sargento do exército. Sujeitos que se aproximam dela, e que revelam dimensões do seu “fazer-se” a serem exploradas.

Ainda no decorrer desse processo, Festa se desloca da capital para as minas de carvão, assumindo o posto de enfermeira na Caixa de Aposentadorias da Mineração, no ano de 1939. Nesse local, seu nome surge em 1945 como um dos presentes na lista de pessoas que discursaram na inauguração do Comitê local do Partido Comunista do Brasil em abril daquele ano (Comitê, 1945, p. 1). Ainda no fim de 1945, Festa concedeu uma entrevista para um jornal comunista da serra gaúcha, a *Voz do Povo* de Caxias do Sul (Como trabalham, 1945, p.

³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Porto Alegre. Vara de Jurisdição Criminal. 1º Cartório do Crime. Processo nº 4720. 1938.

⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Porto Alegre. Vara de Jurisdição Criminal. 1º Cartório do Crime. Processo nº 4720. 1938.

2). Sua presença nesses espaços de articulação comunistas reverberam o contexto de repressão, mas também de certa possibilidade de divulgação e articulação do partido, sobretudo em 1946. Veremos esse contexto agora.

Politicamente, o país passava por uma conturbada transição de poder. Após 15 anos, Getúlio Vargas deixava o cargo, assumindo o governo o seu general de guerra, Eurico Gaspar Dutra. A eleição, ocorrida em 2 de dezembro de 1945, foi complexa. Diversas forças políticas se digladiaram para ganhar a bênção varguista, que até o final tentou manter-se no páreo, aliando-se, inclusive, ao PCB. Liderado por Luís Carlos Prestes, foi legalizado com a anistia aos presos políticos em abril do mesmo ano. Na legalidade, o partido infiltrou-se nas bases operárias em diferentes espaços, lançando um candidato às pressas que ganhou notórios 10% em diversos locais de mobilização. Um deles foi, inegavelmente, a região carbonífera do Rio Grande do Sul. No ano de 1946, essa infiltração resultou, na ponta, em um pipocar das greves Brasil afora, sobretudo no final de janeiro, com a posse de Dutra (Ferreira, 2022; Negro & Silva, 2022; Silva & Santana, 2007).

Essa onda de movimentos grevistas atinge um dos espaços de maior contingência operária do país, as minas de carvão de São Jerônimo, com cerca de 7 mil trabalhadores registrados em carteira (Speranza, 2014, p. 25). Nesse local, baseado na exploração de carvão mineral, em auge em face da necessidade do minério pelo estado de guerra em que se encontravam os países, as vilas operárias viam fervilhar em suas ruas insatisfações como a carestia de vida, a falta de água, poucas escolas, perigos nos ambientes de trabalho, questões de saúde. Esses pontos eram elencados sobretudo por mulheres que estavam atreladas ao cotidiano de trabalho doméstico, já que o trabalho da mineração de carvão no Rio Grande do Sul era realizado, exclusivamente, por homens (Speranza, 2020; Mandelli, 2023, Specht, 2025b).

Apesar dessa estrita divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009), em que as marcas do gênero eram articuladas repetidamente, no momento de greve houve uma diluição dessas fronteiras, tendo as mulheres assumido posições de questionamento no movimento paredista. Isso ocorreu na greve de 1946, que paralisou a mineração por 36 dias. Mesmo não tendo funções de trabalho no subsolo, as mulheres protestavam contra as suas batalhas cotidianas e de suas famílias. Agiam por meio de cartas e abaixo-assinados, pontuando suas reivindicações. Em outros momentos, existem relatos de grupos de mulheres

atacando os “fura-greves” (Speranza, 2020, p. 129). Vale ressaltar que essas mulheres eram, em sua maioria, mulheres comunistas (Specht, 2025b).

É nesse imbróglio que surge nossa personagem, e com esses elementos podemos responder ao questionamento levantado pelo professor Benito Schmidt: faço essa biografia para problematizar como as mulheres comunistas conseguiram exercer sua militância em espaços de repressão estatal, bem como em locais de estritas divisões de gênero em que a militância ativa esperada pelo partido era masculina. Maria Siani Festa foi protagonista desses embates (seja em Porto Alegre ou em Butiá), mas não foi a única. As experiências de militância dessas mulheres somente podem ser observadas nesta pesquisa quando analisadas a partir da trajetória desta personagem. O enfoque biográfico de Maria Festa permite, justamente, captar, por meio de suas ações, como a militância política comunista feminina alcançou espaços legítimos de contestação, bem como seus limites.

Para realizar este estudo, parte-se da premissa da redução de escala de análise (Revel, 1998), em que as sociedades analisadas são colocadas em um microscópio e, ao refinarmos a lente, chegamos à personagem que objetivamos analisar em termos biográficos. É o caso de Maria Festa, que surge nessa redução de escala, mas as suas ações permitem um jogo, ou a expressão conhecida *Jogo de Escalas*, em que, na microanálise de seus passos, conseguimos observar processos amplos de dominação e resistência. Nesse procedimento, podemos colocar a biografia de Festa no centro do estudo, entendendo seu “fazer-se” enquanto mãe, mulher, militante, enfermeira, grevista, etc. Problematicando sua trajetória em relação aos outros sujeitos que encontra no seu caminho, encontrando seu “x”.

Para tal, a pesquisa dialoga com diversos campos que possibilitam tensionarmos essas relações e compreendermos o contexto. Encontra-se no entroncamento entre a história social do trabalho (Fortes, 2001; Mandelli, 2023; Speranza, 2014; Konrad, 2006; Freitas, 2021), em especial trabalhos que analisam as relações de trabalho e militância sob o enfoque do gênero (Matoso, 2024; Popinigis & Schettini, 2024; Souza, 2024; Fraccaro, 2016; Perrot, 2017; Bartmann, 2023), na relação com o campo da biografia histórica (Nunes, 2021) e a micro-história (Ginzburg, 2006).

Nessas relações, busca-se compreender como o estudo da biografia de Maria Siani Festa possibilita a reflexão sobre os alcances e limites da militância política feminina comunista no contexto do Estado Novo varguista e a reabertura do regime com a legalização do Partido Comunista do Brasil. Para isso, uma série de fontes são mobilizadas, as quais

muitas delas já foram apresentadas ao longo do texto, como periódicos operários, comunistas e de circulação geral, processos judiciais, cartas, abaixo-assinados e documentos de vigilância.

As fontes de pesquisa apresentam diversas faces de Maria Festa, porém, uma delas, já citada aqui, chamou a atenção de início. Primeiro, o que estava acontecendo? A greve de 1946 na região carbonífera já havia terminado, entretanto, a perseguição contra os responsáveis pela mobilização do movimento só estava começando. Como apontou Speranza (2014), mineiros envolvidos foram demitidos. Apesar de o PCB estar legalizado, a perspectiva anticomunista estava introjetada nos órgãos de repressão e nas próprias empresas, vendo que a presença de elementos comunistas podia causar a eclosão de greves. Por essa razão, a vigilância ocorria continuamente e acirrou-se no pós-greve de 1946 pela Companhia Carbonífera das Minas de Butiá na elaboração de relatórios de “elementos estranhos” à Companhia.

Em uma lista com 15 nomes, surge o nome de uma mulher. Além dela, outros 14 homens ligados direta ou indiretamente à articulação comunista. O nome desta mulher surge como o primeiro da listagem, dito desta forma: “Enfermeira a CAP. de Mineração. Comunista confessa há mais de 10 anos. Instigadora de todo o movimento comunista em Butiá. Animadora das greves que têm ocorrido na mina em 1945 e 1946. Contribuiu com dinheiro para manter os operários em greve. **É um dos elementos mais perigosos de Butiá**” (Elementos, 1946, p. 1). Falamos, obviamente, de Maria Siani Festa.

Como ela se tornou, aos olhos da companhia carbonífera, um elemento perigoso? Ela se resume a essa classificação? São questionamentos que acompanham essa pesquisa, cotejados com outras fontes, demonstram que Festa pode ter sido perigosa para a empresa, mas para as “mães, esposas, noivas, irmãs e filhas dos mineiros de Butiá” ela era “grande amiga da família mineira” (Abaixo-assinado, 1946, p. 2), ou para o dirigente comunista que aqui já apresentamos “uma verdadeira líder”. Além disso, em periódicos comunistas aparecia que ela “vibrava em uníssono com as grandes causas do proletariado e do povo” (No campo, 1946, p. 15), anos antes, em Porto Alegre, fora taxada como “uma mulher de maus costumes”⁵ no processo-crime de 1938. Ainda no ano de 1919, Festa é acusada de tentar assassinar seu então marido, José Festa, em São Paulo (Pronuncia, 1919, p. 3).

⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Porto Alegre. Vara de Jurisdição Criminal. 1º Cartório do Crime. Processo nº 4720. 1938.

Percebemos, nessa direção, várias ações, vários sujeitos, vários acontecimentos. E neles, várias Festas. Dentre essas diversas facetas, percebemos as nuances dessa personagem. É justamente essas diferentes perspectivas sobre ela que potencializam o estudo de sua biografia, atrelada ao contexto de repressão e perseguição política. A fronteira entre público e privado se dilui, e Maria Festa tem sua identidade enquanto mãe, enfermeira-parteira e militante política confrontada pelas dificuldades que encontra no seu caminho. Porém, como bem exprime Schmidt, “por mais eficientes que sejam as políticas de domínio, existem sempre margens de manobra, opções e escolhas” (2013, p. 69), e Festa os fez, ao lado de mulheres e diferentes sujeitos, seja em Porto Alegre, seja em Butiá.

Considerações finais

François Dosse alerta que “o biógrafo sabe que jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar” (2009, p. 14). Em vista disso, apesar das diversas perspectivas que os documentos que analisamos apresentam sobre nossa personagem, nunca conseguiremos responder a essa pergunta, aparentemente simples: Quem foi Maria Siani Festa? Sabemos fragmentos, indícios, partes, rastros dela, mas quem *realmente* foi, sua essência, sua subjetividade, sua identidade completa, nunca conseguiremos captar. Essa é a premissa, no fim das contas, da biografia no campo da história. A vida toda de nossos biografados está no passado, buscamos analisar os fios de suas ações para costurá-los com outras linhas, formar um tecido aparentemente sem buracos: a história de vida de Maria Siani Festa.

Portanto, nesta pesquisa, pretende-se evidenciar o “fazer-se” de Maria Festa ao longo do tempo, partindo da ideia de que sua trajetória não é linear, nem unidirecional. Queremos compreender as suas ações, seja como militante, seja como trabalhadora na área da saúde, seja como mãe, seja como mulher, isto é, as diferentes versões da personagem. Não queremos englobar a vida toda de Festa, mas sim os “momentos-chaves” de sua vida, dando ênfase à sua contribuição, suas estratégias e modos de se inserir, tensionar, questionar e resistir às estruturas às quais ela se relaciona em um campo de possibilidades historicamente determinado.

Como perguntou o agente do DOPS varguista: “Por que citar Maria Festa?”. Para nossos objetivos aqui, citá-la é necessário, mas não somente: analisá-la, entendê-la, problematizá-la, para que, ao fim e ao cabo, possamos relacionar esse “elemento perigoso”

com as diversas formas de militância política de mulheres comunistas que não chegaram até nós por meio dos rastros do passado.

Fontes

ABAIXO-ASSINADO das parentes femininas dos mineiros de Butiá ao Presidente da República, 9 mai. 1946. Arquivo Histórico da Mineração-Museu Estadual do carvão, caixa 3, série cartas do Sindicato, 08.01.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca de Porto Alegre. Vara de Jurisdição Criminal. 1º Cartório do Crime. **Processo nº 4720. 1938**

CARTA de Luiz Dorvalino Feijó a Anaurelino Baptista Dornelles, 25 mai. 1946. Arquivo Histórico da Mineração-Museu Estadual do carvão, caixa 3, série cartas do Sindicato, 08.01.

COMITÊ distrital do PCB em São Jerônimo. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, p. 1, 17 agosto de 1945. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154547&pagfis=651>. Acesso em: 20 fev. 2025.

COMO TRABALHAM os mineiros em Butiá. **Voz do Povo**, Caxias do Sul, p. 2, 16 dez. 1945. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882739&pagfis=6>. Acesso em: 27 fev. 2025.

COMUNISTAS presos em Porto Alegre. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 13 novembro 1937. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Maria%20Siani%20Festa%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=43476. Acesso em: 20 jan. 2025.

CÓPIA de termos de **declarações prestados ao D.O.P.S**, 27 mai. 1946. Arquivo Histórico da Mineração-Museu Estadual do Carvão, caixa 3, série cartas do Sindicato, 08.01.

DESPACHO administrativo para posse de segunda colocada de concurso no Posto de Psicopatas de Porto Alegre em 12 de novembro de 1937. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV). Fundo: Assistência Pública, Subfundo: Directoria de Assistência Pública – caixa: 7. 1. Caixa: 7.1.1.3.4.

ELEMENTOS estranhos à CCMB que se destacaram nas greves de 3/1/46 e 30/1/46 nas minas de Butiá, 1946. Arquivo Histórico da Mineração-Museu Estadual do carvão, caixa 3, série cartas do Sindicato, 08.01.

NO CAMPO de concentração dos mineiros do Butiá!. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, p. 15, 25 maio 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154547&pagfis=2537>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PRONUNCIA. **O Combate**: Independência, Verdade, Justiça, São Paulo, p. 3, 23 de abril de 1919. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830453&pesq=%22Maria%20Siani%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=2067>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SERVIÇO de enfermeira e massagista. **A Federação**, Porto Alegre, p. 3, 14 fevereiro 1934. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=%22Casa%20de%20Corre%C3%A7%C3%A3o%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=74840>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Referências bibliográficas

- AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- BARTMANN, Tatiane. **Trabalho precário e Gênero: As Experiências das/os Trabalhadoras/es na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre em meados dos Anos 1940**. 2023. Tese (Doutorado em História) - PPGH-IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.183-191.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Entre o socialismo e o corporativismo: Trajetórias de quatro líderes do movimento operário no Brasil (1871-1963)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**. São Paulo: Edusp, 2009.
- DUARTE BARTZ, Frederico. **As escolas libertárias em Porto Alegre: propostas educacionais e relação com a territorialidade do movimento anarquista (1906-1936)**. Revista História da Educação. Porto Alegre, v. 29, p. 1-21, 2025.
- FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (orgs.). **O Brasil Republicano vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, p.13-47.
- FERREIRA, Jorge. **Elisa Branco: uma vida em vermelho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- FORTES, Alexandre. **Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. 2001. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2001.
- FRACCARO, Glaucia. **O direito das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2016.
- FREITAS, Tassiane Mélo de. **Das minas de carvão para os clubes de futebol e sociedades recreativas: experiência de classe entre o operariado da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul (1930-1950)**. Tese (Doutorado em História) - PPGH-UFSM, RS, Santa Maria, 2021.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp. 143-179.

- GUERRA, Cecil Vinicius Olivar Oliveira. **Entre boemia, imprensa e militância revolucionária: a trajetória de Rubens Manoel Lemos (1956-1973)**. 2023. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2023.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p.67-76.
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. 2006. Tese (Doutorado em História) - IFCH-Unicamp, Campinas, 2006.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 167-182.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.225-250.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MANDELLI, Bruno. **Greves, repressão e resistência: uma história comparada dos mineiros de carvão no sul do Brasil (1945-1964)**. 2023. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2023.
- MATOSO, Caroline Duarte. **"NOSSOS CORPOS FORAM BOAS RAÍZES NA FECUNDA TERRA DA LUTA": a agência das mulheres operárias e o PCB (Rio Grande, 1950-1954)**. 2024. Tese (Doutorado em História) - PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2024.
- MATTOS, Hebe. História e Movimentos Sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 95-111.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. 2000, Tese (doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, SP.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (orgs.). **O Brasil Republicano vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, p. 47-96.
- NUNES, Guilherme Machado. **Mulheres comunistas no Brasil: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965)**. 2021. 289 f. Tese (Doutorado em História) - PPGH -UFRGS, Porto Alegre, 2021.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. História social do trabalho e perspectiva de gênero no Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 38, p. 1-29, 2024.
- REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. Contar a vida em uma época presentista: A polêmica sobre a autorização prévia. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.17-32.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

SCHMIDT, Benito Bisso. Que diferença faz?: Os estudos biográficos na História do Trabalho brasileira. *In*: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz (org.). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a História do Trabalho**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 61-77.

SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). *In*: FERREIRA; REIS, **As esquerdas no Brasil. v. 2: Nacionalismo reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Do trabalho de servir ao trabalho remunerado: definindo o serviço doméstico a partir da história (Brasil, Rio de Janeiro, c. 1850 a 1950). **História**, São Paulo, v. 43, p. 1-25, 2024.

SPECHT, Lucas. "Dona Maria Festa, a amiga dos mineiros": a trajetória de uma enfermeira-parteira comunista no seio da comunidade da região carbonífera gaúcha nos anos 1940. **Epígrafe**. São Paulo: v. 14, n. 1, p. 365–400, 2025a.

SPECHT, Lucas. "**Saudações anti-fascistas**": o abaixo-assinado das mulheres de Butiá e a mobilização política comunista feminina na região carbonífera gaúcha em 1946. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - IFCH-UFRGS, Porto Alegre, 2025b.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954). São Leopoldo: Oikos, 2014.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**. Amsterdam, n. 1, p. 113–136, 2020.

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. *In*: **Projeto e metamorfose**: Antropologia das Sociedades Complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

O processo de integração dos afro-brasileiros no Grêmio Foot-Ball Porto Alegre

The Process of Integration of afro-brazilians into Grêmio Foot-Ball Porto Alegre

Ryan dos Santos Cardoso,¹ UFPEL

Resumo

O artigo tem como intuito evidenciar os processos de democratização do futebol surgidos na década de 1930, com sua profissionalização no Rio Grande do Sul. Com esse processo, a integração dos negros no futebol foi fortemente ampliada. O Grêmio de Porto Alegre, correlatado como um dos maiores clubes de Futebol do Brasil, não permitia indivíduos afro-brasileiros participando do seu clube associativo, além da ausência de indivíduos negros em seu plantel de atletas. Além disso, o artigo busca traçar um paralelo entre o racismo presente na sociedade brasileira, com as medidas tomadas pelo clube, para o seu embranquecimento. Por fim, como a luta dos negros se deu para sua integração no esporte bretão, se tornando sócios, atletas e torcedores de clubes que no passado negaram sua existência e identidade.

Palavras-Chave: Racismo; Identidade; Grêmio; Pós-Abolição.

Abstract

This article aims to shed light on the processes of democratization in football that began in the 1930s, particularly with the professionalization of the sport in Rio Grande do Sul. As a result of this transformation, the participation of Black individuals in football increased significantly. Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, one of Brazil's most prominent football clubs, historically excluded Afro-Brazilians from its membership and did not include Black players on its roster. The article also draws a parallel between the structural racism in Brazilian society and the whitening strategies adopted by the club. Finally, it explores the struggle of Black Brazilians to gain access to the sport—becoming members, players, and fans of clubs that once denied their existence and identity.

Keywords: Racism; Identity; Grêmio; Post-Abolition.

Introdução

O autor deste artigo não é somente um torcedor apaixonado pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, mas um negro torcedor do Grêmio. Essas características podem se apresentar de maneiras dissonantes se comparado a origem do clube da capital gaúcha que remete ao início do século passado, mas o clube de futebol, enquanto expressão cultural, modificou suas estruturas para abrangência de indivíduos com identidades variadas ao longo

¹Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciado em História. E-mail: Ryansantosxx@gmail.com

das décadas, buscando sua caracterização como um “Clube de Todos” e rechaçar a percepção fora de sua esfera como um clube elitista e racista.

O futebol surgido no Século XIX e popularizado no Brasil na primeira metade do século XX, se popularizou fortemente. Porém, em seu princípio no território nacional, era limitada sua prática somente as elites socioeconômicas, podendo se evidenciar isto através do conhecimento das regras, mas também pelo racismo presente no Brasil no período recente ao fim da escravidão.

O esporte após a sua chegada ao país no final do século XIX, rapidamente começa a chamar a atenção de boa parte das pessoas. Porém, como o material para a prática era caro, com destaque para o alto valor da bola, e como são pessoas da elite que vão a Europa, estudar ou fazer negócios, que trazem o esporte, a sua chegada e consolidação ocorrem com um forte caráter elitista, de distinção social. “Como os negros, naquelas décadas posteriores a abolição, sofriam ainda com a segregação social, que se refletia numa situação econômica, política e social bem limitada, eles tinham o acesso a esta prática (e a muitas outras) dificultado” (Mackedanz, 2016, p.16).

Embora elitista em sua origem, o futebol surgido na Inglaterra, se espalhou para o mundo, inclusive no Brasil, atingindo as camadas populares sendo caracterizado por Hobsbawm (1990) como a “religião leiga da classe operária”. Porém o acesso dos negros ao esporte foi muitas vezes limitado ou até mesmo inexistente em seu estabelecimento, o que pode ser evidenciado pelo racismo presente na sociedade brasileira, com uma recente abolição da escravatura, doze anos antes do surgimento do primeiro clube.

Em 1888, se repetiria o mesmo ato “Libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos africanos livres (Nascimento, 2016, p. 79).

Munanga (2015) afirma que o racismo do Brasil não pode ser definido como melhor ou pior em comparação com outras experiências no globo, mas silencioso, com o preconceito implícito na sociedade com o negro o impedindo através de sinais muitas vezes ocultos de sua percepção e de uma estrutura que o impede de acessar certas esferas da sociedade, geralmente abastadas e influentes. A marginalização dos africanos e afro-brasileiro, sejam eles nascidos livres ou libertos, se ampliou por toda a esfera social. O futebol em sua prática não foi explicitamente proibido aos negros no país, mas os elementos que evitariam a prática da

população negra poderiam ser encontrados nos processos de marginalização praticados pela elite eugenista no Brasil, ou no recorte regional do Rio Grande do Sul.

A segregação racial no futebol porto-alegrense não pode ser explicada elencando-se uma ou duas razões quaisquer por mais convincentes que possam parecer trata-se, evidentemente, de motivações anteriores e, até certo ponto, alheias ao futebol. Em parte, a segregação racial no futebol deve ser tributada a um processo mais amplo, extensivo a própria construção da identidade gaúcha (Damo, 1998, p.100).

Porém nos anos 20, os negros lutam por sua insurgência no cenário futebolístico no estado do Rio Grande do Sul. Surgiu então a Liga dos Canelas Pretas na região metropolitana de Porto Alegre, abordada pelo trabalho de Damo (1998), a Liga José do Patrocínio em Pelotas abordada por Mackedanz (2016) e o futebol na região fronteira de Jaguarão por Al-Alam (2023).

Damo (1998) afirma que a existência da liga na região da capital, revela como o processo de inserção do negro na prática foi truculento, com essa noção podendo ser aplicada as regiões estudadas pelos autores citados. Porém, a absorção do futebol foi um processo dos negros, haja visto que o esporte foi utilizado como uma forma de resistência pelos indivíduos racializados, sendo um espaço de convivência e resistência. “Se por um lado as elites pautavam o processo de higienização a partir do esporte, por outro, a comunidade negra utilizava o futebol como espaço de demarcação de sua representatividade positiva enquanto comunidade” (Al-Alam, 2023, p.117).

O Grêmio e seu pacto de branquitude

O Grêmio de Foot Ball Porto Alegrense, surgiu após o primeiro clube de futebol do país, o Sport Club Rio Grande. O clube foi fundado por Cândido Dias da Silva (Grêmio, 2022), sendo fundado na atual rua José Maury, no dia 15 de setembro de 1903, na capital gaúcha. O primeiro presidente do clube foi o teuto-brasileiro, Carlos Luiz Böhrer, ascendência comum a integrantes do recém criado clube da capital gaúcha. “O Grêmio, clube oriundo de Porto Alegre, foi fundado em 1903 por um grupo de homens donos de indústrias, comerciantes, profissionais liberais e estudantes abastados, a maior parte deles descendentes de alemães e italianos” (Rodrigues, 2012).

Embora a agremiação sendo vitoriosa em seus primeiros, é notável a ausência de diversidade racial no clube gaúcho durante seus primeiros anos de existência. “O Grêmio

manteve por muitos anos, expresso inclusive no seu estatuto, a proibição de “pessoas de cor” no seu quadro social e de jogadores” (Mackedanz, 2016, p.19). A segregação racial no futebol porto-alegrense não pode ser explicada elencando-se uma ou duas razões quaisquer por mais convincentes que possam parecer trata-se, evidentemente, de motivações anteriores e, até certo ponto, alheias ao futebol em parte, a segregação racial no futebol deve ser tributada a um processo mais amplo, extensivo a própria construção da identidade gaúcha”(Rodrigues, 2012, p.33). Além disso, a branquitude inserida no futebol, de acordo com Al Alam (2023), inseriu seus ideais eugenistas de prática ao futebol, tornando a práxis em seu princípio no território nacional. O branco, enquanto indivíduo ou grupo concebido como único padrão e sinônimo de ser humano “ideal”, é indubitavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade e em outras” (Rachleff, 2004, p. 109; McLaren, 2000, p. 263; Roediger, 2000, p. 1-17, *apud* Cardoso, 2010, p. 607).

Seria difícil realizar uma revisão historiográfica acerca do clube “tricolor” sem citar seu maior rival, o Internacional. A rivalidade histórica com o clube da mesma cidade, o Sport Club Internacional, fundado em 1909, até os dias atuais divide a paixão dos cativados pelo futebol no estado do Rio Grande do Sul. O Grêmio tinha seis anos incompletos de existência, quando seu rival foi fundado por migrantes paulistas, os irmãos Poppe.

A origem do Sport Club Internacional está ligada à integração entre povos de diferentes nacionalidades. Diferente de outros clubes da capital gaúcha da época, voltados principalmente a descendentes de alemães, o Inter surgiu acolhendo diversas etnias. Sua fundação foi conduzida diretamente pelos irmãos Henrique Poppe Leão, José Eduardo Poppe e Luiz Madeira Poppe, que chegaram a Porto Alegre por volta de 1908, em meio à efervescência do futebol no Brasil (Internacional, 2025).

A liga dos Canelas Pretas, surgida na década de 20 e duradoura durante os anos 30, foi um marco importante para a adesão das comunidades populares ao futebol e conjuntamente a isto os racializados como afirma Al-Alam (2023). O Inter, incorporou atletas da chamada “Liga dos Canelas Pretas”, atraindo ao seu redor, seu caráter de clube popular, ou clube do povo.

A ascensão dos times identificados com a comunidade negra e de outros tantos, cuja base era formada por jogadores das classes baixas, adquiriu tamanha notoriedade nos anos 20 que a Liga Metropolitana achou por bem criar uma espécie de segunda divisão. Abria-se, desta forma, uma possibilidade de acesso para clubes e jogadores anteriormente discriminados

sem perder de vista as vantagens que tal proximidade representava, especialmente para o Grêmio e o Internacional (Damo, 1998, p.103).

O Sport Club Internacional observou o potencial da liga, incorporando quadro de atletas ao seu plantel, ampliando seu plantel esportivo a fim de assegurar conquistas e triunfos tanto em âmbito citadino, como também estadual através do campeonato gaúcho que perdura até os dias atuais.

Na década de 30, o Internacional também contribuiu para o fim da Liga dos Canelas Pretas, pois passou a utilizar muitos jogadores negros em seu grupo. A atitude acabou fortalecendo a equipe, absolutamente hegemônica nos anos 40, além de criar o carinhoso apelido de Clube do Povo (Observatório Racial do Futebol, 2016).

O Negro no Clube Alemão

No ano de 1933 começou a profissionalização do futebol (Ribeiro, 2025), contrastando com a inclusão de indivíduos racializados em seu plantel, a década de 1940 foi de domínio absoluto do Internacional com a conquista de 8 de 10 campeonatos gaúchos durante 1940 a 1950, consequentemente adquirindo a alcunha de “Rolo Compressor”. O clube contava com diversos jogadores negros em seu plantel, porém esses negros não eram só colorados, mas negros colorados vitoriosos, segundo Damo (1998). Além disso, por serem os clubes mais vitoriosos da capital gaúcha, o Internacional se tornou conhecido como o clube das camadas populares, em contrapartida ao Grêmio reconhecido como clube da elite gaúcha e branca. Cabe ressaltar a pioneira integração de negros do Inter frente ao seu rival, porém o clube colorado recusou a integração do clube negro Sport Club Riograndense (Ribeiro, 2026) fato que acarretaria na composição do hino de seu rival anos posteriores.

É muito comum que, nos mais diversos municípios brasileiros que possuem no mínimo dois clubes, existir a seguinte segmentação: time/clube do povo e time/clube da elite. Porém, em grande parte dessas cidades essa denominação aconteceu, principalmente, quando algum clube passou a permitir a inclusão de negros e pobres em seus quadros (Ribeiro, 2026).

Um dos atletas negros oriundos da Liga dos Canelas Pretas, foi Osmar Fortes Barcellos, conhecido como “Tesourinha²”. Ídolo do Sport Club Internacional durante os anos 1939 e 1949, jogador convocado para a Seleção Brasileira de Futebol. Tesourinha se tornou o primeiro atleta negro a integrar o Grêmio, ocorreu em 1952.

² Apelido em alusão a sua participação no bloco carnavalesco "Os Tesouras".

No Pelotas foi só um pouco depois que eles começaram a jogar. Até então, pode-se ver no pavilhão do Pelotas: só se vê branco. Em 38 já tinha o Dirceu jogando, que era um mulato. Era quase como o Grêmio, que o primeiro a jogar foi Tesourinha (Rigo, 2001 *apud* Mackedanz, 2016, p. 153).

No estatuto do Grêmio anteriormente era vedado a inclusão de jogadores afro-brasileiros ocasionando em perdas estruturais como afirma Santos (2018):

No estatuto do clube dizia que ele perderia o seu campo se aceitasse pessoas de cor em seus quadros. O Grêmio veio a abolir essa cláusula pelo mesmo motivo que a maior parte dos clubes do eixo Rio-São Paulo e do resto do país fizeram: identificaram em 103 ligas de clubes negros, atletas que poderiam contribuir com alto desempenho em seus principais times (Santos, 2018 *apud* Ribeiro, 2026, p.102-103).

A adesão ao talento desses atletas negros pode se corroborar a promulgação da lei Afonso Arinos³ em 1951, a primeira lei a proibir a discriminação racial em instância penal, cabendo ainda adendos a efetividade de fato desta lei.

Neste trabalho, Tesourinha será caracterizado como o primeiro atleta negro do Grêmio, porém até mesmo essa afirmação é algo conflitante, visto os relatos de portais como GrêmioPédia que afirmam a existência de negros integrantes do time, como os irmãos mostardeiros na década de 10. De fato, foi realizada uma pesquisa nos acervos históricos do Rio Grande do Sul e no site *FamilySearch*, porém em suas certidões de nascimento não foi mencionada referência a sua etnia, raça ou tom de pele. Além disso, foi realizada a busca por Armando Luiz Antunes, mas em sua certidão de nascimento consta “Branco” no campo demarcado para a definição de “raça”, não sendo possível mensurar se era racializado.

Várias referências já identificam a presença de negros vestindo a camisa do Grêmio antes de Tesourinha, como Adão Lima, Prego, Jorge e Hermes Conceição. Todavia, seu pioneirismo está marcado no imaginário popular. Mesmo não sendo o primeiro, talvez tenha sido o primeiro a conseguir a idolatria e a admiração da torcida gremista, o que justificaria a fama e a construção da imagem de pioneirismo (Baraibar, 2017).

Nascimento (2016) alerta que o processo de autoidentificação racial nas primeiras décadas do século XX foi totalmente deturpado, ou seja, os indivíduos com fenótipos aparentes de serem descendentes de escravizados se declaravam como brancos ou pardos na finalidade de não sofrerem discriminação e recusa a empregos, sendo estimulado por esses

³ Lei 1.390/51, lei promulgada em 1951 de autoria do homônimo autor, o deputado e historiador Afonso Arinos.

órgãos de identificação com o interesse da manipular os censos demográficos para formar uma maioria branca no Brasil. Diante do exposto, não é preciso afirmar a inexistência de negros no Grêmio antes de Tesourinha, visto a tentativa da sociedade de embranquecer a população afro-brasileira e a dificuldade do reconhecimento por parte dos próprios cidadãos como racializados.

Tesourinha e os Jornais

Neste subcapítulo, serão abordadas três figuras, que noticiam a contratação de Tesourinha. De acordo com Burke (2017), não basta analisar a figura, mas a sociedade que a produziu e o seu porquê. Para a análise de imagens, os conceitos de análise de imagens de Mauad (1996) serão utilizados neste trabalho, visto que a fotografia pode transmitir uma visão da realidade, podendo implicar uma visão do mundo, no caso dos autores.

Figura 1 – Apresentação do atleta Tesourinha



Fonte: Arquivo do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, 1952.

A estreia de Tesourinha se deu contra o clube gaúcho, Juventude, de Caxias do Sul. O Grêmio venceu este jogo por 5x3, que contou com um gol do atacante afro-porto-alegrense.

Figura 2 – Apresentação do atleta Tesourinha



Fonte: Hemeroteca, Jornal A Manhã-RJ, 1952.

Esta reportagem do Jornal A Manhã, da capital Rio de Janeiro, evidencia todo o caráter racista vigente na sociedade ao enaltecer a figura de Tesourinha como um negro de alma branca como se somente esta alma fosse algo a enaltecer seu aspecto puro, remetendo a branquitude a pureza. Aragão⁴ (1992) ressalta que o negro de alma branca para os brancos é o exemplo da dignidade, mas essa caracterização como negro prejudica somente aos negros, que lutam por desmitificar esses “adjetivos”, corroborando com isto Nascimento (2016) afirma que o termo negro de alma branca é um conceito para qualificar um indivíduo que recusa suas origens socioculturais, em detrimento de um padrão eurocêntrico.

⁴ A canção de 1992 se chama “Identidade” regravada em 2025 com o músico Emicida.

Figura 3 – Editorial sobre a contratação de Tesourinha



Fonte: Hemeroteca, Jornal A Manhã RJ 1952.

A figura acima mostra como o jornal saudou o pioneirismo de tesourinha ao integrar o Grêmio, mas assim como a figura 2, caracterizou o caráter racista do clube, o chamando de Nazista, seja essa afirmação errônea, com as possibilidades de serem calcadas na fundação alemã do clube ou a ausência de jogadores negros ou ambos.

Os recortes desses jornais evidenciam um certo elemento de superioridade em relação ao racismo praticado pelo Grêmio, o que cai no mito da democracia racial que Florestan Fernandes denunciou. Essa democracia racial notada nas páginas do Jornal A Manhã, arraigada de elementos de erotização ao negro contemplando seus feitos esportivos, porém sem implicar na problematização da sua marginalização e os processos deste racismo mascarado. Não se confronta o racismo praticado explicitamente pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, mas se faz o adendo a como outras regiões do país faziam confronto a esta prática, criticando formas de preconceito e reproduzindo termos e ações depreciativas aos descendentes de escravizados do país. Sobre a democracia racial vigente nas páginas de jornais, Nelson Rodrigues (1957) ressalta:

Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós o tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite. Acho o branco brasileiro um dos mais racistas do mundo (Rodrigues, 1957).

Considerações Finais

A história de integração dos negros no Grêmio Foot Ball Porto Alegrense, se correlata com a origem do futebol no Brasil, excludente e eugenista com desafios excludentes imposto pela nação e em maior escala pelo estatuto do clube gaúcho. Ainda assim, os atletas racializados integrantes do clube, seja antes de “Tesourinha” ou após, ainda evidenciaram a luta negra por sua cidadania e inserção no meio sociocultural. Como Al- Alam (2023) afirma:

O futebol, tal qual o carnaval, as procissões religiosas, foi marcado pela construção política cotidiana das comunidades negras, na busca de cidadania, e que passava, como até hoje também, pela luta contra o racismo (Al-Alam, 2023, p.134).

O Grêmio, outrora em 1953, inaugurou o seu último hino⁵, presente até os dias atuais. O hino composto por Lupicínio Rodrigues, gaúcho de Porto Alegre, homem negro, gremista, do bairro Ilhota, onde foi fundado o Sport Club Internacional coincidentemente, segundo Farias (2013). Lupicínio também se caracterizou como uma figura de representatividade, pela primazia do Grêmio, mas em todo país, sendo o único compositor negro de um clube grande no Brasil, com um busto na esplanada da Arena do Grêmio⁶. O supracitado Sport Club Rio Grandense tinha Francisco Rodrigues em seu quadro de fundadores, e o desafeto do clube negro com o Internacional fez com que o filho de Francisco, Lupicínio Rodrigues integrasse a torcida do Grêmio.

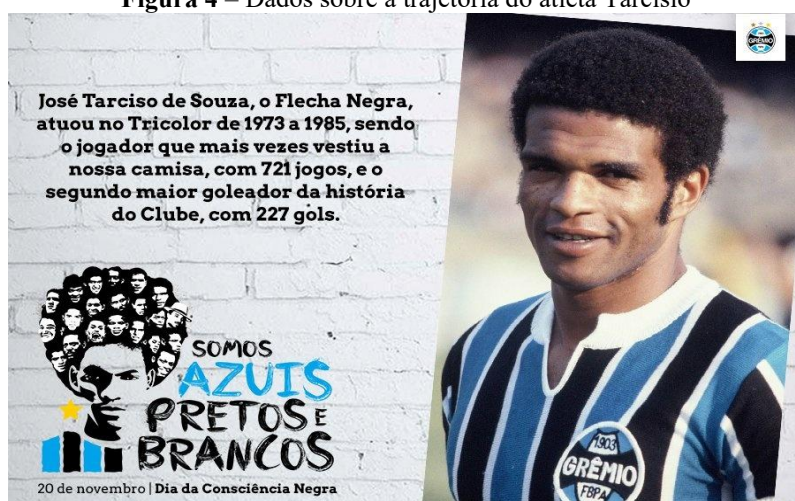
O Grêmio nas décadas posteriores contava com inúmeros jogadores negros em seu plantel de atletas, como Tarciso, campeão do mundo e o atleta que mais vestiu a camisa do clube. Tarciso e o seu apelido “flecha negra” o fez se tornar mascote do clube no ano de 2024⁷.

⁵ O hino composto por Lupicínio Rodrigues é o terceiro hino da história do Grêmio.

⁶ O Grêmio inaugurou o busto de Lupicínio Rodrigues junto à Calçada da Fama na esplanada da Arena.

⁷ Tarciso Flecha Negra: como ídolo do Grêmio, virou símbolo da representatividade no futebol. Disponível em: <<https://ge.globo.com/rs/futebol/noticia/2024/11/18/tarciso-flecha-negra-como-idolo-do-gremio-virou-simbolo-da-representatividade-no-futebol.ghtml>>

Figura 4 – Dados sobre a trajetória do atleta Tarcísio



Fonte: Acervo do Grêmio, 2021.

Ainda assim como afirma Mackedanz (2016) os jogadores negros em casos de derrota são mais criticados que jogadores brancos, chegando esta crítica a cor da sua pele, seus traços físicos e outros aspectos de sua negritude. No aspecto de raça percebe-se sua subjetividade, com a branquitude sendo o ser humano que está aí, o padrão, o negro na sociedade brasileira seria o diferente do “modelo”.

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente ponto específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, 2006, p. 63).

Por fim, o Grêmio ampliou suas práticas de combate ao racismo, com práticas antirracistas como propõe Ribeiro (2019) seja no estádio, ou a implementação de biometria para identificar os criminosos, ou posts em suas redes sociais, e até propagandas em seu estádio. Ainda é possível citar que a integração dos afro-brasileiros na torcida, categorias de base e futebol profissional do clube, se devem ao ganho esportivo dos atletas e contribuição financeira dos torcedores, em conjunto a criação e manutenção de políticas públicas como a lei Afonso Arinos (1981), o ensino obrigatório de cultura afro-brasileira⁸ (2003) e a lei do

⁸ Lei 10.639/03, promulgada em 2003 assegura o ensino e valorização da cultura afro-brasileira e africana em âmbito educacional.

racismo⁹ (1989). Por fim em corroboração com as políticas públicas se inclui o ganho capital, no qual Hall (2016) ressalta as características do capitalismo através de campanhas publicitárias, se outrora essas sociedades racistas excluía os racializados, outrora explora sua imagem em nome do lucro, ou seja, até as campanhas anti racistas implementam capital nas empresas.

Fontes

A MANHÃ. Rio de Janeiro, 13 mar. 1952, edição 3253, p. 12. Disponível na Hemeroteca: DigitaldaBibliotecaNacional:<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20195&pesq=Lupicínio%201952&pagfis=57222>.

ARAGÃO, Jorge. **Identidade**. 1992.

BRASIL. Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1951. Disponível em: [Planalto – Lei nº 1.390/1951](#).

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. Há 71 anos, no dia 16/03/1952, Tesourinha fazia sua estreia com a camisa do Grêmio. Foi numa goleada de 5 a 3 do Tricolor sobre o Juventude, em amistoso realizado em Caxias do Sul. Ele anotou o quarto gol gremista aos 11 minutos da etapa final. Porto Alegre: Grêmio FBPA, 16 mar. 2023.

Referências bibliográficas

BARAIBAR, Guilherme Goulart. **Tesourinha e a quebra de paradigmas raciais no Grêmio**. 2017. Resumo (apresentação oral) — Salão de Iniciação Científica, 29, 2017, Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/176521>.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARDOSO AL-ALAM, Caiuá. O Futebol na fronteira Brasil-Uruguaí: racialização e protagonismos da comunidade negra em Jaguarão na década de 1930. **História Revista**. Goiânia, v. 28, n. 3, p. 112–135.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Manizales, v. 8, n. 1, jan./jun., p. 607–630, 2010.

DAMO, Arlei Sander. **Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores**. 1998. 237f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

⁹ Lei 7.716/89, promulgada em 1989 sendo uma atualização da Lei Afonso Arinos, com a nova constituição criminaliza o racismo.

DA SILVA, Eliazar João. De esporte das elites ao esporte popular: a trajetória do futebol no Brasil. **Fronteiras: Revista de História**, Grande Dourados, v. 14, n. 25, jan./dez., p. 99–110, 2012.

ENDLER, Sérgio. **Tesourinha**. 2. ed. Porto Alegre: Tch, 1984.

FARIA, Arthur de. **Lupicínio**: uma biografia musical. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2023.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 1972.

FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. **Fundação**. Grêmio.net. Disponível em: <https://gremio.net/conteudo/index/44>. Acesso em: 22 jul. 2025.

GRÊMIOPÉDIA. **Grêmiopédia**: a enciclopédia do Grêmio. 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, E. **Mundos do trabalho**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

MACKEDANZ, Christian Ferreira. **Racismo “nas quatro linhas”**: os negros e as ligas de futebol em Pelotas (1901-1930). 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e Bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. O futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre (RS). **Anos 90**. Porto Alegre, v. 11, p. 144–161, 1999.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

NASCIMENTO, do Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do (org.). **Teatro Experimental do Negro**: testemunhos. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIGO, Luiz Carlos. **Memórias de um Futebol de Fronteira**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2004.

RIBEIRO, Gabriel Gonçalves. O negro no futebol gaúcho: uma análise comparativa entre Pelotas e Porto Alegre. In: ENCONTRO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 7., 2026, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, 2026. v. 11, n. especial, p. 94-108.

RODRIGUES, Francisco Carvalho dos Santos. **Amizade, trago e alento**. A torcida geral do Grêmio (2001-2011) da rebeldia à institucionalização: mudanças na relação entre torcedores e

clubes no campo esportivo brasileiro. 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

RODRIGUES, Nelson. Abdias: o negro autêntico. *In*: NASCIMENTO, Abdias do (org.). **Teatro Experimental do Negro: testemunhos**. Rio de Janeiro: GRD, 1966, p.157-158.

RODRIGUES, Nelson. **A democracia racial**. Última Hora, Rio de Janeiro, ano 7, n. 2176, p. 3, 23 ago. 1957.

Expor o progresso: o Rio Grande do Sul nas exposições de 1901 e 1908

Exhibiting Progress: Rio Grande do Sul at the 1901 and 1908 Exhibitions

Jéssica Bitencourt Lopes,¹ UFRGS

Resumo

Este artigo analisa a participação do Rio Grande do Sul na Exposição Estadual de 1901, realizada em Porto Alegre, e na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro. A partir da análise de catálogos, álbuns, fotografias, periódicos e outros impressos, o texto examina como essas mostras produziram e difundiram imagens sobre o desenvolvimento regional. Nesse contexto, exposições são compreendidas como espaços de celebração e projeção pública, nos quais indústria, agricultura, técnica e ordem republicana foram articuladas na construção de uma determinada ideia de progresso. A trajetória de Alberto Bins e da *E. Berta & Cia* conduz a análise, evidenciando como a indústria gaúcha adquiriu visibilidade e passou a integrar as narrativas construídas nesses eventos, contribuindo para consolidar determinadas imagens sobre o Rio Grande do Sul no início do século XX.

Palavras-chave: Exposições; Rio Grande do Sul; Indústria; Alberto Bins; Progresso.

Abstract

This article analyzes the participation of Rio Grande do Sul in the 1901 State Exhibition, held in Porto Alegre, and in the 1908 National Exhibition, held in Rio de Janeiro. Based on the analysis of catalogs, albums, photographs, periodicals, and other printed materials, the article examines how these exhibitions produced and disseminated representations of regional development. In this context, exhibitions are understood as spaces of celebration and public projection, in which industry, agriculture, technology, and republican order were articulated in the construction of a particular conception of progress. The trajectory of Alberto Bins and *E. Berta & Cia* guides the analysis, highlighting how industry in Rio Grande do Sul gained visibility and became part of the narratives constructed around these events, contributing to the consolidation of particular images of Rio Grande do Sul in the early twentieth century.

Keywords: Exhibitions; Rio Grande do Sul; Industry; Alberto Bins; Progress.

Introdução

No início do século XX, as exposições estaduais e nacionais constituíram espaços importantes para a apresentação pública de projetos de desenvolvimento econômico e modernização. Organizadas em torno de comemorações, passagens de século e efemérides nacionais, essas mostras reuniam produtos agrícolas, máquinas, objetos industriais,

¹ Doutoranda em História pela UFRGS. Professora na SEDUC-RS. Licenciada e Mestra em História pela UFPel. ORCID: 0000-0002-5124-676X.

fotografias, mapas, estatísticas e discursos oficiais. A seleção e a organização desses materiais produziam interpretações sobre o passado, o presente e o futuro, transformando determinados objetos, setores econômicos e agentes em expressões legítimas do mundo moderno.

Partindo dessa perspectiva, este artigo analisa a participação gaúcha em duas exposições realizadas no início do século XX: a Exposição Estadual de 1901, organizada em Porto Alegre, e a Exposição Nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro em comemoração ao centenário da abertura dos portos às nações estrangeiras. A primeira exposição mostra como o Rio Grande do Sul buscou celebrar, em seu próprio território, uma ideia de ordem republicana, prosperidade econômica e capacidade produtiva após um período marcado por conflitos políticos. Já a segunda desloca a análise para o plano nacional, permitindo observar como o estado foi apresentado em uma vitrine na qual diferentes unidades da federação disputavam lugares simbólicos na construção do progresso brasileiro.

Em 1901, a mostra estadual ocorria em um contexto de afirmação do regime republicano e de recomposição simbólica após a Revolução Federalista (1893-1895). Já em 1908, a exposição nacional celebrava uma efeméride vinculada à abertura comercial do Brasil e à inserção do país nos circuitos internacionais, tendo como cenário a capital federal remodelada pelas reformas urbanas da *Belle Époque*. Em ambos os eventos, produtos, instituições e agentes foram selecionados para representar o Rio Grande do Sul e o Brasil.

A análise recorre ao *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, ao *Catálogo resumido ou synthese dos mostruários da Exposição Nacional de 1908*, ao *Álbum da Exposição Nacional de 1908*, ao *Almanak Laemmert* e ao periódico *A Federação*. Produzidos para essas exposições ou em torno delas, esses materiais prolongavam os eventos para além de sua duração, preservando formas específicas de registrar e difundir essas imagens. Considerados em conjunto, esses materiais permitem acompanhar as formas de classificação, divulgação e circulação das narrativas produzidas sobre o Rio Grande do Sul nas duas exposições.

A trajetória de Alberto Bins e sua fábrica *E. Berta & Cia* constitui o principal fio condutor da análise. A participação da empresa nas duas exposições mostra como determinados empreendimentos industriais foram incorporados à construção de uma imagem moderna do Rio Grande do Sul e convertidos em referências do progresso estadual, contribuindo também para a legitimação de novas elites ligadas ao capital urbano-industrial.

A Exposição Estadual de 1901 e a celebração republicana do progresso gaúcho

Com o objetivo de marcar simbolicamente o encerramento do século XIX e projetar aspirações e imagens do desenvolvimento para o período seguinte, o então Presidente do Estado Borges de Medeiros assinou, em abril de 1899, um decreto para a realização de uma exposição agroindustrial. A iniciativa visava exibir as produções estaduais, e também aproximar e criar vínculo com os empresários gaúchos, estreitando laços entre o poder público e os agentes do desenvolvimento econômico. Após sucessivos atrasos em sua organização, a exposição, inicialmente prevista para 1900, foi inaugurada em 24 de fevereiro de 1901, nos Campos da Redenção, com acesso pela área ao lado da Escola de Engenharia.

A realização da Exposição Estadual de 1901 se inseria em uma trajetória mais longa de mostras regionais organizadas no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. Exposições foram realizadas em 1859, 1866, 1875 e 1881. Esta última, a maior delas, foi denominada Exposição Brasileira-Allema e organizada por Carlos von Koseritz, sendo frequentemente considerada a primeira exposição de caráter mundial realizada no Brasil. Inserida nesse evento, a *E. Berta* obteve premiação de ouro ao expor fogões, fechaduras e grades de ferro, sinalizando já naquele momento a capacidade técnica e a competitividade de sua produção.

A Exposição Estadual de 1901 possuía também uma importante dimensão política. O Rio Grande do Sul não promovia uma mostra dessa natureza havia cerca de vinte anos, período marcado por profundas transformações sociais e políticas no Brasil e por conflitos que atravessaram particularmente a sociedade sul-rio-grandense. Nesse intervalo, ocorreu a abolição da escravidão, em 1888, a Proclamação da República, em 1889, e, no âmbito regional, a Revolução Federalista (1893-1895). O conflito evidenciou as disputas em torno dos projetos políticos e da organização do novo regime.

A exposição inseria-se em um contexto de reorganização das relações políticas e sociais e de afirmação da ordem republicana. Ao articular a valorização da atividade econômica às comemorações do regime republicano, a mostra celebrava as atividades agrícolas e industriais do estado. Consequentemente, isso contribuía para construir uma ideia de estabilidade, organização e progresso, apresentando o Rio Grande do Sul como uma sociedade capaz de superar os conflitos recentes e projetar-se no novo século.

Essa operação se materializou nos discursos produzidos em torno do evento. O *Catálogo da Exposição de 1901*, ao explicitar os objetivos da mostra, dedicou-se à promoção da Constituição de 1891 e à organização do sistema republicano, vinculando o desenvolvimento material à consolidação institucional do regime. A narrativa construída no

documento associava a prosperidade econômica exibida na exposição à superação do conflito armado e à atuação dos administradores republicanos, como indica o trecho a seguir:

Pode-se afirmar, que a prosperidade incontestavelmente notável exemplifica nesta Exposição recebeu o maior desenvolvimento de cinco anos a esta parte, após a guerra intertina já referida que se tornou calamitosa durante quase três anos em todo o Estado, cujas forças vivas despertaram se expandiram sob o abrigo da ordem, da liberdade e da justiça da legislação republicana, religiosamente mantidas pelos seus administradores. [...] o catálogo da presente exposição deve abafar e reduzir ao silêncio a voz odiosa das paixões subalternas do partidarismo, ditando a completa justiça à governação do Rio Grande do Sul (*Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, p. 8-9).

O catálogo construía uma leitura na qual a exposição aparecia como prova material da capacidade republicana de reorganizar o estado, pacificar suas disputas e conduzir suas “forças vivas” ao desenvolvimento. A mostra, ao mesmo tempo que exibia produtos agrícolas e industriais, participava da elaboração de uma leitura política recente, na qual a guerra civil era apresentada como etapa superada e a ordem republicana como condição da prosperidade.

Partindo das reflexões desenvolvidas por Sandra Pesavento (1997) em *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*, é possível compreender as exposições universais para além de sua função de mostrar produtos e técnicas. Esses eventos constituíram espaços de construção de sentidos sobre a modernidade. Ao longo do século XIX, esses eventos abriram caminho para a internacionalização do capitalismo industrial enquanto sistema, ao criar arenas de comparação entre nações, regiões e empreendimentos, hierarquizando produtos, técnicas e modos de organização econômica. As premiações, os pavilhões monumentais e a disposição cuidadosamente planejada dos objetos expostos produziam narrativas visuais e discursivas que legitimavam determinadas trajetórias de desenvolvimento, transformando o progresso em um ideal compartilhado, porém profundamente marcado por interesses de classe. Nesse contexto, o espetáculo expositivo mostrava o que se produzia, ao mesmo tempo que indicava como se deveria produzir e quem estava autorizado a ocupar posições de destaque nesse universo.

Em suma, no palco do exibicionismo burguês, o empresariado dava a receita para os que queriam seguir as trilhas da modernidade: o trabalho organizado, o conhecimento científico e a habilidade criadora do homem eram capazes de produzir máquinas e descobrir novos processos. O capitalismo demonstrava assim a sua exemplaridade e a classe que capitaneava esse

processo se colocava como merecedora da posição que ocupava (Pesavento, 1997, p. 111).

A dimensão celebrativa dessas mostras articulava-se a funções bastante concretas. As exposições reuniam empresários, autoridades públicas, técnicos, engenheiros e agentes de diferentes instituições em um mesmo espaço de convivência e reconhecimento mútuo. Entre os objetos apresentados encontravam-se máquinas e equipamentos industriais, produtos metalúrgicos, artigos agrícolas, derivados da pecuária, vinhos, madeiras, manufaturas e iniciativas ligadas ao ensino técnico. Ao exhibir esses artefatos, os expositores divulgavam seus empreendimentos, ampliavam redes de contato e obtinham distinções capazes de fortalecer sua reputação pública. Os catálogos, as premiações e a cobertura da imprensa ampliavam a visibilidade conquistada durante o evento, prolongando seus efeitos para além do período da exposição.

A presença da indústria metalúrgica nesse evento é significativa para observar a maneira como determinados setores eram incorporados à imagem pública do progresso gaúcho. Na Exposição Estadual de 1901, a *Fábrica Berta* destacou-se tanto pela escala quanto pela diversidade de sua estrutura produtiva. Conforme registrado no catálogo do evento, a empresa “[que] dispõe de 130 operários, duas máquinas a vapor com 24 HP, que fornecem força a 84 máquinas, havendo ainda 28 movidas a mão. Ocupa uma área total de 8.900 metros sendo edificadas 2.783 metros” (*Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, p. 119). Entre os produtos apresentados, sobressaíam-se os cofres de ferro, propagandeados como os primeiros produzidos nacionalmente. Entre eles, destacavam-se um cofre encouraçado e blindado, fabricado especialmente para a Prefeitura de Porto Alegre, e outro submetido a um incêndio, que exposto, atestava resistência e reforçava o discurso de segurança e tecnologia associado à fábrica.

Além dos cofres, a *E. Berta* expôs uma ampla gama de artefatos industriais, como fechaduras, camas, bancos de jardim, prensas de copiar, escadas de caracol, sinos, fogões e clarabóias. Entretanto, foi no pavilhão municipal de Porto Alegre que a fábrica manifestou de modo mais expressivo seu poder industrial e sua capacidade produtiva. Nesse espaço, apresentou uma instalação de gás acetileno, desenvolvida em parceria com o engenheiro Rudolph Ahrons, cuidadosamente disposta para observação do público e responsável pelo fornecimento de energia ao pavilhão da Prefeitura (*Catálogo da Exposição Estadual de 1901*, p. 199-200).

Embora não tenham sido localizadas imagens dessa instalação específica, a fotografia de outro produto da empresa, um motor a vento, permite observar o interesse da fábrica em afirmar sua modernidade não apenas por meio dos bens produzidos, como cofres e mobiliário metálico, mas também por meio do desenvolvimento e do uso de tecnologias voltadas à geração de energia, recurso fundamental para a expansão das atividades industriais, mas ainda de acesso restrito e sem disponibilidade em larga escala.

Figura 1 – Motor a vento *Berta*, cinematographo e restaurante da Exposição estadual de 1901



Fonte: Acervo do Patrimônio Histórico da UFRGS. LUME UFRGS.

A presença desses objetos e instalações também sugere a forma como o moderno era tornado visível ao público. Como assinala Sevcenko (1998, p. 5), as transformações da modernidade afetaram os modos de perceber os objetos, o tempo e o espaço, alterando hábitos cotidianos e formas de experiência social. O público era convidado a reconhecer nos objetos industriais, nas máquinas e nas tecnologias de energia os sinais de uma sociedade em movimento.

A *E. Berta & Cia* integrava um conjunto mais amplo de expositores que buscavam apresentar a diversidade produtiva do Rio Grande do Sul. O catálogo da exposição mostra a presença de atividades ligadas à agricultura, à pecuária, à exploração de recursos naturais e à indústria de transformação. Cereais, vinhos, aguardentes, cervejas, mel, madeiras, couros,

produtos químicos, máquinas agrícolas, móveis, materiais de construção, impressos, joias e artefatos manufaturados compunham uma ampla mostra da produção estadual. A exposição também reservava espaço para as artes, a fotografia, os programas de ensino e os trabalhos escolares, incorporando instituições científicas e educacionais a retórica do progresso. Desse modo, agricultura, manufatura, ensino técnico e recursos naturais eram reunidos em uma mesma representação da economia gaúcha e da capacidade da sua sociedade.

Como dito anteriormente, a Exposição Estadual de 1901 também funcionou como espaço de consagração pública de agentes econômicos em ascensão. Foi durante o evento que Alberto Bins recebeu a patente honorífica de Major da Guarda Nacional, distinção concedida por Júlio de Castilhos, e posteriormente lembrada pelo industrial como seu primeiro reconhecimento político. O episódio sugere como as exposições extrapolavam a dimensão produtiva e comercial, constituindo ambientes de aproximação entre empresários e lideranças republicanas. Conforme Martiny (2010, p. 166-167), embora a Guarda Nacional tivesse perdido grande parte de suas funções após a Proclamação da República, suas patentes continuavam a operar como formas de prestígio e reconhecimento social. Fausel (s/d, p. 37) registra a comparação feita por Bins entre o título de major e o cargo honorífico de *Kommerzienrat* na Alemanha, indicando o caráter simbólico da distinção, associada menos ao universo militar do que à posição alcançada pelo industrial.

O Rio Grande do Sul na Exposição Nacional de 1908

Com o advento da Revolução Industrial, a partir do final do século XVIII, Inglaterra e França passaram a organizar exposições nacionais voltadas à apresentação, ao estímulo e à comparação de seu desenvolvimento industrial. Esses eventos funcionavam como espaços de exibição das capacidades produtivas nacionais e de afirmação de uma economia cada vez mais orientada pela racionalidade técnica e pelo progresso material. Contudo, foi em 1851 que ocorreu a primeira exposição que pode ser considerada verdadeiramente universal, realizada em Londres, na medida em que reuniu produtos e manufaturas de diferentes países, operando como um termômetro comparativo da atividade industrial internacional e como veículo de disseminação da ideologia do progresso capitalista.

Nesse contexto, a participação do Brasil nesses eventos revela tensões e ambivalências. Embora o país ainda fosse majoritariamente agrário, exportador e, até 1888, escravista, buscou se inserir nesses espetáculos internacionais como forma de afirmar sua

adesão aos ideais de modernidade vindos das nações “civilizadas”. As exposições nacionais e a presença brasileira em exposições internacionais funcionavam como estratégias de afirmação simbólica, projetando uma referência de nação em transformação, capaz de dialogar com o capitalismo industrial global. Ao mesmo tempo, essa participação ocultava desigualdades estruturais e contradições internas, ao privilegiar determinados setores econômicos, regiões e grupos sociais, sobretudo aqueles vinculados à elite urbana e empresarial, como porta-vozes legítimos do progresso nacional.

Por meio das exposições, a burguesia encontrou um veículo adequado para a circulação não só de mercadorias, mas de ideias em escala internacional. Ou seja, as exposições não visavam apenas ao lucro imediato, advindo do incremento das vendas ou do estímulo à produção industrial pela comparação entre os potenciais das diferentes nações. As exposições foram também elementos de difusão/aceitação das imagens, ideais e crenças pertinentes ao *ethos* burguês. Neste sentido, elas procuraram passar as noções de que empresários triunfavam porque eram competentes, o progresso era necessário e desejável, o capitalismo provocava bem-estar, a fábrica era lugar de harmonia e não de conflito, a fraternidade entre os povos era possível de ser mantida, etc (Pesavento, 1997, p. 14-15).

Sete anos após a Exposição Estadual de 1901, a participação gaúcha em uma mostra de alcance nacional torna possível observar outro movimento de construção pública do progresso rio-grandense. Se em Porto Alegre o estado havia organizado uma exposição voltada à celebração interna da ordem republicana e da capacidade produtiva regional, em 1908 o Rio Grande do Sul foi apresentado no Rio de Janeiro, diante de uma vitrine nacional organizada em torno de uma efeméride diretamente vinculada à história econômica e política do país. A Exposição Nacional de 1908, realizada em comemoração ao centenário da abertura dos portos do Brasil às nações estrangeiras, também esteve associada às comemorações da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808.

Montada na Praia Vermelha, na encosta do Morro da Urca, a exposição tinha, entre seus principais propósitos, apresentar uma capital federal recentemente remodelada e saneada, em meio às reformas urbanas conduzidas pela administração de Pereira Passos e às campanhas sanitárias lideradas por Oswaldo Cruz. O evento reuniu aquilo que se entendia como o mais desenvolvido e inovador produzido no país, sendo planejado como uma vitrine da *Belle Époque* carioca e do progresso da nação brasileira.

A comemoração do centenário da abertura dos portos conferia ao evento uma densidade histórica específica. A efeméride remetia à inserção do Brasil em circuitos

internacionais de comércio e à reorganização das relações do país a partir desse evento. Ao ser celebrada em 1908, essa memória era reelaborada em um contexto republicano, urbano e industrializante. A exposição articulava uma lembrança do passado imperial a uma proposta de futuro republicano, mobilizando a história como recurso para afirmar o desenvolvimento nacional.

Todavia, o progresso, esta ideia-mestra do século XIX, não é apenas utopia, desejo coletivo e difuso de um mundo melhor. Ele é também a outra faceta que comporta o imaginário e que se dá o nome de ideologia. Nesta dimensão, o progresso é veiculado pelo discurso, carregado de intenções e significados e seus arautos são comprometidos com a ordem estabelecida (Pesavento, 1997, p. 173).

A Exposição Nacional de 1908 pode ser lida a partir dessa chave. Seus pavilhões, jardins, fotografias, catálogos, mapas, máquinas e objetos industriais exibiam aquilo que se produzia no país, assim como dizia sobre quem podia representar a modernidade brasileira. Cada estado apresentava seus produtos e imagens, ocupando um lugar na composição de um Brasil moderno, produtivo e integrado. Nesse arranjo, a participação gaúcha interessa porque apresenta como o Rio Grande do Sul foi apresentado diante da nação e quais elementos foram mobilizados para inscrevê-lo nessa concepção pública da modernidade.

Ao longo dos três meses em que permaneceu aberta, a exposição deu origem a um vasto conjunto de fotografias que registravam a beleza e as particularidades arquitetônicas de cada pavilhão e revelavam o imaginário de progresso e modernidade que se buscava difundir naquele momento (Souza; Campos, 2011). Esses registros visuais funcionaram como instrumentos de divulgação do evento, reforçando o discurso de um país em transformação e alinhado aos padrões civilizatórios considerados mais adequados ao mundo moderno. Pelas vias férreas que conectavam diferentes regiões do Brasil, os artigos expostos foram transportados gratuitamente e distribuídos em seus respectivos pavilhões, evidenciando tanto a centralidade das ferrovias quanto a articulação logística necessária para a realização de um evento dessa magnitude.

O único pavilhão estrangeiro presente era o Palácio Português, cuja participação reafirmava os vínculos simbólicos e históricos entre Brasil e Portugal. Entre os pavilhões estaduais, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro contavam com edificações próprias, enquanto os demais estados tiveram suas exposições reunidas no Palácio dos Estados, solução que também produzia, ainda que de forma implícita, uma hierarquia na

expressão das diferentes unidades da federação. A exposição incluía construções destinadas a empresas privadas, sendo o maior desses espaços o pavilhão da *Fábrica Bangu*, dedicada à produção têxtil, que naquele momento era um dos maiores símbolos da industrialização nacional.

Além disso, outros edifícios apresentavam setores ligados à agroindústria e aos serviços públicos, como os pavilhões do Corpo de Bombeiros, da Imprensa e dos Correios e Telégrafos. Entre essas construções, distribuíam-se espaços de sociabilidade e entretenimento, como áreas musicais e cinematográficas, teatros, restaurantes, cafeterias, quiosques, estações e jardins. Esse conjunto reforçava o caráter multifacetado da exposição, que articulava produção industrial, agrícola, serviços, lazer e consumo, compondo uma encenação do progresso, alinhada aos ideais de modernização e civilidade que marcavam o início do século XX (Levy, 1998; Pesavento, 1997).

Figura 2 – Vista do Palácio dos Estados



Fonte: Malta, 1908.

No interior dessa composição nacional, o Rio Grande do Sul estava colocado no Palácio dos Estados, e o *Catálogo resumido ou synthese dos mostruários da Exposição Nacional de 1908* apresenta a disposição dos mostruários no interior desse edifício. A partir da análise dos itens expostos, percebe-se que o Rio Grande do Sul contou com uma exposição

particularmente diversa, reunindo produtos de distintos ramos da indústria, artigos agrícolas, máquinas, além de mapas, fotografias e tabelas estatísticas.

Das cinco salas destinadas ao Rio Grande do Sul, distribuídas entre o primeiro e o segundo pavimento do Palácio dos Estados, duas, localizadas no térreo, eram ocupadas exclusivamente por produtos da *E. Berta & Cia*. Essa presença concentrada conferia destaque à empresa no conjunto da exposição gaúcha, indicando tanto sua relevância no cenário industrial do estado quanto sua capacidade de se projetar em um evento de alcance nacional.

Todavia, a presença da *E. Berta & Cia* não deve ser observada de forma isolada, mas como parte da própria composição da imagem industrial do Rio Grande do Sul. Ao ocupar duas salas no térreo do Palácio dos Estados, a fábrica tornava visível um setor considerado estratégico para a modernização: a metalurgia. Cofres, fogões e outros artigos de ferro condensavam aspectos importantes do imaginário moderno. Nesse retrato, a indústria gaúcha era apresentada por meio de objetos que dialogavam tanto com instituições financeiras e comerciais quanto com o cotidiano urbano das famílias e empresas.

Entre as coleções fotográficas produzidas durante a exposição, a do fotógrafo italiano José Boscagli se diferencia por registrar o interior dos palácios e pavilhões, permitindo observar a organização espacial dos mostruários. Nesse conjunto de imagens, encontram-se fotografias do espaço dedicado à *E. Berta & Cia*, nas quais é possível visualizar os ambientes expositivos tal como descritos e inventariados no catálogo, reforçando a centralidade da empresa na projeção industrial do Rio Grande do Sul na Exposição Nacional de 1908. Nas fotografias de Boscagli os objetos aparecem dispostos de maneira a produzir uma leitura da empresa e, por extensão, do estado que ela apresentava.

Figura 3 – Cofres *Berta* na Exposição Nacional de 1908



Fonte: Boscagli, 1908.

No *Álbum da Exposição Nacional*, a fábrica de Alberto Bins contou com uma propaganda que ocupava uma página inteira. O conjunto do impresso chama atenção pelo fato de a *E. Berta & Cia* ser a única fábrica ali publicizada a produzir os artigos destacados na propaganda, o que lhe conferia uma visibilidade singular. Observa-se, ainda, que Porto Alegre, embora não dispusesse de um pavilhão próprio na exposição, ocupava um espaço de destaque no álbum. Assim como ao estado de São Paulo, também foram dedicadas ao Rio Grande do Sul algumas páginas específicas, nas quais se sobressaem informações sobre o *Banco do Comércio de Porto Alegre* e o *Banco da Província do Rio Grande do Sul*.

Figura 4 – Propaganda *E. Berta & Cia* no Álbum da Exposição de 1908



Fonte: *Álbum da Exposição de 1908*, p. 20.

A publicidade mostra que a *E. Berta & Cia* mantinha uma loja no Rio de Janeiro, o que indica que sua atuação se expandia para além do mercado regional. A participação na Exposição Nacional de 1908 reforçava essa estratégia, articulando espaço expositivo, publicidade impressa e presença comercial na capital federal.

O período analisado corresponde à *Belle Époque* brasileira, aproximadamente entre 1890 e 1922, marcada por transformações urbanas, tecnológicas e culturais que projetavam a cidade como espaço de modernidade visível nas ruas, nas vitrines e nos hábitos cotidianos. Os cofres e outros produtos industrializados fabricados pela empresa integravam os consumidores a essa experiência de transformação técnica, associada à difusão de novas tecnologias, meios de transporte, sistemas de comunicação e objetos que modificavam a vida urbana. Conforme observa Sevcenko (1998), as primeiras décadas do século XX foram atravessadas pela incorporação acelerada de inovações técnicas ao cotidiano, alterando ritmos de vida, formas de circulação e expectativas em relação ao futuro.

No curso de seus desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentifrício, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora. E não era só uma questão da variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, mas o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia a dia das pessoas, principalmente no contexto desse outro fenômeno derivado da revolução, as grandes metrópoles modernas (Sevcenko, 1998, p. 7).

A *E. Berta & Cia* não atuava sozinha no mercado de cofres e artefatos metálicos. Registros do *Almanak Laemmert* indicam a existência de outros fabricantes do setor, como a *Wallig & Cia* e a *Viúva Gustavo Hugo & Cia*, em Porto Alegre. Em âmbito nacional, destacavam-se a *Fundição Progresso*, fundada no Rio de Janeiro em 1881, e a *Bernardini*, instalada em São Paulo em 1912, ambas produtoras de cofres, fogões e artigos metálicos. Contudo, embora essas empresas funcionassem no mesmo momento e apresentassem catálogos de produtos semelhantes ao da fábrica de Alberto Bins, pouco foi localizado a seu respeito, especialmente no que se refere à participação em exposições e à circulação de materiais promocionais. A presença da *E. Berta & Cia* em catálogos, álbuns, fotografias, anúncios e exposições de alcance nacional contribuiu para ampliar sua notoriedade e consolidar sua posição como uma das representantes da indústria gaúcha na construção da ideia de desenvolvimento econômico e modernização construídas nas primeiras décadas do século XX.

Figura 5 – Papel timbrado da *E. Berta & Cia*

Fonte: Biblioteca Nacional (s/d).

A figura acima corresponde a um papel timbrado da *E. Berta & Cia*, no qual se observa de forma explícita o uso simbólico das premiações obtidas em exposições. Logo abaixo do logotipo da fábrica, são destacadas as duas medalhas de ouro da Exposição Brasileira Alemã e os dois grandes prêmios conquistados na Exposição Nacional de 1908. As premiações são mobilizadas como elemento central de legitimação do empreendimento, estratégia que também se repete na publicidade veiculada no *Almanak Laemmert* de 1907, evidenciando o valor simbólico atribuído a esses reconhecimentos no universo dos negócios do período.

O poder simbólico, conforme formulado na teoria sociológica de Pierre Bourdieu, não se impõe de maneira automática. Ele se realiza na medida em que é reconhecido e compartilhado no interior de relações sociais que o tornam eficaz, dependendo da adesão, muitas vezes não explicitada, daqueles que o reconhecem e reproduzem. Como afirma Bourdieu, “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível...” (Bourdieu, 2012, p. 7-8). É nesse tipo de configuração relacional que se inserem as exposições nacionais e internacionais, que, por meio de seus sistemas de premiação, funcionavam como instâncias produtoras e legitimadoras desse poder.

Ao conferir distinções aos empreendimentos premiados, as exposições contribuíam para consolidar sua posição no mercado e entre as elites econômicas. As medalhas ultrapassavam a avaliação técnica dos produtos e funcionavam como formas de reconhecimento público, passíveis de serem mobilizadas em anúncios, catálogos e demais estratégias de divulgação. No caso da *E. Berta & Cia*, a condição de premiada foi incorporada à identidade da empresa e do próprio Alberto Bins, convertendo o prestígio obtido nas exposições em recurso de afirmação pública e política.

A trajetória posterior de Alberto Bins demonstra como esse reconhecimento extrapolou o universo empresarial. Mesmo após afastar-se da administração cotidiana da fábrica durante sua gestão à frente da Prefeitura de Porto Alegre (1928-1937), as distinções acumuladas ao longo da carreira permaneceram associadas ao seu nome e à sua atuação.

A participação do Rio Grande do Sul na Exposição Nacional de 1908 também não se encerrou com o término da mostra. Catálogos, fotografias, anúncios e o álbum oficial preservaram e difundiram uma ideia do estado fundada na diversificação econômica, na capacidade industrial e na valorização dos conhecimentos técnicos. Se, em 1901, a Exposição Estadual celebrou essas qualidades no âmbito regional, em 1908 elas passaram a integrar uma narrativa de alcance nacional, construída em diálogo com as demais unidades da federação. Nesse processo, a trajetória da *E. Berta & Cia* ilustra como um empreendimento industrial podia adquirir visibilidade para além da esfera econômica, tornando-se parte das formas pelas quais o Rio Grande do Sul foi apresentado e lembrado nas comemorações do início do século XX.

Considerações finais

A Exposição Nacional de 1908 integrou as comemorações do centenário da abertura dos portos e reuniu diferentes estados brasileiros em torno da apresentação de seus recursos econômicos e industriais. Na Exposição Estadual de 1901, realizada em Porto Alegre, o Rio Grande do Sul celebrou a si mesmo como espaço republicano, produtivo e pacificado, associando a prosperidade material à consolidação institucional do regime. Na Exposição Nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro, essa imagem foi consolidada em uma vitrine mais ampla, na qual o estado passou a disputar lugares simbólicos na construção do progresso brasileiro.

Nos dois casos, as exposições funcionaram como espaços de seleção e consagração. Ao reunir produtos agrícolas, objetos industriais, máquinas, mapas, fotografias, estatísticas e discursos oficiais, esses eventos mostravam aquilo que era produzido e organizavam uma narrativa sobre o que deveria ser reconhecido como moderno. Aquilo que era exposto, premiado, catalogado e fotografado passava a integrar um repertório durável de referências, posteriormente reproduzido em impressos, álbuns, propagandas e outros registros. Desse modo, as exposições não se encerravam no período de sua realização: seus efeitos continuavam a circular nos documentos, nas imagens e nas distinções que delas derivavam.

A participação gaúcha nesses eventos revela a tentativa de apresentar o estado como território de desenvolvimento econômico diversificado, articulando agricultura, indústria, técnica e capital financeiro. Em 1901, essa apresentação esteve diretamente associada à ordem republicana e à superação discursiva dos conflitos que marcaram a década anterior. Em 1908, a presença do Rio Grande do Sul no Palácio dos Estados, bem como sua visibilidade no *Álbum da Exposição Nacional*, indicava o esforço de inscrever a produção regional na construção nacional de modernidade. A comparação entre as duas mostras permite observar que a celebração do progresso operava tanto no plano interno da política estadual quanto na projeção externa da economia gaúcha.

A trajetória de Alberto Bins e da *E. Berta & Cia* foi utilizada, neste artigo, como fio de observação desse processo. A presença da fábrica nas exposições permite observar, em escala empresarial, como essa representação do progresso era construída. Os cofres, fogões, máquinas, instalações de energia, premiações e anúncios da empresa constituíam objetos materiais e simbólicos, mobilizados para afirmar a capacidade produtiva da indústria gaúcha. Ao ocupar espaços nos pavilhões, catálogos, fotografias e propagandas, a *E. Berta & Cia* integrava uma linguagem pública na qual a modernidade era apresentada como segurança, eficiência e domínio técnico. Nesse enquadramento, a empresa também contribuía para projetar o Rio Grande do Sul como um espaço de desenvolvimento industrial.

A concessão da patente de Major da Guarda Nacional a Alberto Bins durante a Exposição Estadual de 1901 também permite compreender como esses eventos articulavam economia e política. A exposição funcionava como espaço de aproximação entre empresários e lideranças republicanas, favorecendo a conversão de reconhecimento econômico em distinção política. Esse movimento mostra que as mostras eram também ambientes de sociabilidade, legitimação e incorporação de novos agentes às redes de poder.

Nesse sentido, as exposições analisadas participaram da construção de uma memória sobre o desenvolvimento gaúcho. Essa narrativa privilegiava determinados setores, produtos, sujeitos e instituições, apresentando-os como expoentes do futuro moderno. Ao mesmo tempo, aspectos importantes da realidade social do Rio Grande do Sul não ocupavam espaço semelhante nessa representação. O elevado analfabetismo, as desigualdades sociais e as condições precárias de vida de parte da população contrastavam com a ideia de prosperidade e desenvolvimento apresentada nos pavilhões, catálogos, fotografias e demais registros. A valorização da técnica, da indústria e do conhecimento também convivia com dificuldades de

acesso à educação, especialmente entre trabalhadores e parcelas da população negra no período posterior à abolição.

As próprias formas de representação da produção industrial ajudam a perceber essa diferença. Nas descrições das fábricas, os trabalhadores apareciam principalmente como parte da capacidade produtiva dos estabelecimentos, enquanto as condições de trabalho e os conflitos decorrentes das relações entre trabalhadores e empresários, que se tornavam cada vez mais presentes, não apareciam. A Exposição Estadual de 1901 também apresentava a Revolução Federalista como um conflito superado, associando a retomada da prosperidade à ordem republicana. As exposições selecionavam determinados aspectos da realidade e os organizavam em uma concepção de progresso, na qual indústria, técnica, produção e ordem ocupavam o centro da representação, enquanto desigualdades, conflitos sociais e dificuldades vivenciadas por parte da população eram invisibilizadas.

Declaração de uso de IA

Utilizou-se o ChatGPT Free (OpenAI) como ferramenta de apoio para revisão gramatical, sugestões de tradução e aprimoramento da coesão textual. Todas as análises, interpretações e a versão final do manuscrito são de responsabilidade da autora.

Fontes

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 1901-1908. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.br>. Acesso em: jun. 2026.

ÁLBUM da Exposição. Órgão da Propaganda Nacional. Rio de Janeiro, 1908. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=000574&pagfis=1>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BOSCAGLI, José. **Exposição Nacional no Rio de Janeiro.** Coleção Miguel Calmon. Museu Histórico Nacional. Brasileira Fotográfica Digital, 1908. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6142/discover>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CATÁLOGO da Exposição Estadual de 1901. Porto Alegre: Officina Typographica de Gundlach & Becker, 1901.

LAEMMERT, Eduard. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1891-1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 19 out. 2022.

MALTA, Augusto. **Fotografias da Exposição Nacional de 1908**. Coleção da Família Passos. Museu da República. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2024.

NEVEZ, Arthur Getúlio das. **Catálogo resumido ou synthese dos mostruários da Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Disponível em: <http://biblioteca.in.gov.br>. Acesso em: 04 jul. 2024.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FAUSEL, Erich. **Alberto Bins: O merlense brasileiro**. São Leopoldo/RS: Rotermund & Cia. LTDA, [1957/1958 ?].

LEVY, Ruth Nina Vieira Ferreira. **Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908**. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Centro de Letras e Artes da Escola de Belas Artes. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1998.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”**. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**, v. 3: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SOUZA, Andrea Pereira Gomes de; CAMPOS, Gisela Belluzzo de. **A Exposição Nacional de 1908: o material iconográfico como expoente**. Design, Arte, Moda e Tecnologia. Editors: Universidade Anhembi Morumbi, UNESP Bauru, PUC Rio. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283351692_A_Exposicao_Nacional_de_1908_o_material_iconografico_como_expoente. Acesso em: 25 jun. 2024.

150 Anos da "Grande Imigração Italiana": Efemérides, Tradição Inventada e Identidade Histórica em Nova Trento (SC)

150 Years of the "Great Italian Immigration": Commemorations, Invented Tradition, and Historical Identity in Nova Trento (SC)

Deuclésio Zamarchi Brustolin,¹ UFPR

Resumo

As comemorações dos 150 anos da imigração italiana no Brasil (2025) revelam os mecanismos pelos quais comunidades constroem narrativas seletivas sobre seu passado. Tomando Nova Trento (SC) como caso de análise, este artigo examina como as efemérides funcionam como dispositivos de memória histórica que silenciam a heterogeneidade das origens dos imigrantes, a dimensão traumática da migração e a presença ancestral de povos indígenas no território. Por meio da análise comparativa das placas comemorativas da Praça Del Comune (1950, 1975, 2025) e do abaixo-assinado dos imigrantes de 1890, argumenta-se que as efemérides não celebram o processo histórico da migração, mas uma tradição inventada, nos termos propostos por Hobsbawm e Ranger (1984), que responde mais aos anseios contemporâneos de pertencimento do que à complexidade dos eventos históricos.

Palavras-chave: Efemérides; Identidade histórica; Memória cultural; Nova Trento (SC); Imigração italiana.

Abstract

The commemorations of the 150th anniversary of Italian immigration in Brazil (2025) reveal the mechanisms by which communities construct selective narratives about their past. Taking Nova Trento (SC) as a case study, this article examines how commemorations function as devices of historical memory that silence the heterogeneity of immigrants' origins, the traumatic dimension of migration, and the ancestral presence of indigenous peoples in the territory. Through a comparative analysis of the commemorative plaques at Praça Del Comune (1950, 1975, 2025) and the immigrants' petition of 1890, it is argued that the commemorations do not celebrate the historical process of migration, but an invented tradition, in the terms proposed by Hobsbawm and Ranger (1984), that responds more to contemporary desires for belonging than to the complexity of historical events.

Keywords: Commemorations; Historical identity; Cultural memory; Nova Trento (SC); Italian immigration.

¹Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com titulação obtida em 26 de março de 2026. Graduado em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Professor de História nas Secretarias de Educação de Nova Trento (SC) e de Porto Belo (SC). E-mail: deuclesiozb@gmail.com

Introdução

A utilização do termo “Grande Imigração Italiana” para designar o fluxo migratório que se intensificou entre 1875 e 1930 já encerra uma série de escolhas historiográficas que merecem escrutínio crítico. O adjetivo “grande” sugere uma grandiosidade de proporções épicas e históricas, conferindo ao evento uma magnitude que se torna constitutiva da própria narrativa nacional brasileira. Contudo, a forma como essa narrativa é construída, celebrada e materializada nos espaços urbanos revela processos de seleção, homogeneização e silenciamento que merecem análise rigorosa. As comemorações dos 150 anos, realizadas em municípios do Sul e do Sudeste brasileiro, funcionam como rituais públicos de afirmação identitária, mas também como operações de memória que enfatizam certos aspectos do passado enquanto obscurecem outros.

Convém precisar o que a expressão designa tecnicamente. Na historiografia, “Grande Imigração Italiana” designa o fluxo que, entre 1875 e 1930, levou ao Brasil cerca de 1,5 milhão de imigrantes italianos, o maior contingente europeu do período (Trento, 1989). O artigo problematiza esse deslocamento do registro estatístico ao discurso comemorativo: o adjetivo deixa de descrever grandeza demográfica e passa a operar como epíteto de exaltação identitária, projetando sobre 1875 uma coesão que a heterogeneidade dos imigrantes não sustenta.

Santa Catarina recebeu parcela expressiva desse contingente, sobretudo no Vale do Itajaí, colonizado a partir de 1875. Nova Trento, colonizada nesse período, oferece o dado que justifica a escolha: o maior contingente de seus imigrantes não veio da Itália, mas do Tirol meridional, território austro-húngaro incorporado à Itália somente após a Primeira Guerra Mundial (Corrêa, 2014, p. 23), população em boa parte de origem não italiana que viria a reivindicar identidade italiana.

O problema que orienta esta investigação é o seguinte: de que maneira as efemérides da imigração italiana, particularmente aquelas materializadas em placas comemorativas e monumentos públicos, constituem dispositivos de construção de uma identidade histórica específica que responde não ao processo histórico da imigração, mas a anseios contemporâneos de pertencimento e coesão comunitária? E, inversamente, quais são os conteúdos históricos que são sistematicamente silenciados nessas operações de memória pública?

O objetivo geral deste artigo é analisar os processos de construção, seleção e silenciamento envolvidos na produção pública da italianidade em Nova Trento, particularmente através do exame das efemérides e dos dispositivos materiais que as corporificam. Os objetivos específicos são: (1) examinar o conceito de efemérides como operadores de memória cultural e sua distinção em relação à historiografia crítica; (2) demonstrar a heterogeneidade das origens dos imigrantes que se instalaram em Nova Trento e o processo de construção retrospectiva de uma “italianidade” homogênea, incluindo o papel do Risorgimento nessa retroprojeção; (3) analisar comparativamente as três gerações de placas comemorativas (1950, 1975, 2025) como evidências das transformações na narrativa pública da italianidade; (4) identificar e caracterizar os silenciamentos principais: a dimensão traumática da migração, a exploração contratual dos imigrantes e a presença indígena anterior.

A tese central é a seguinte: as efemérides da imigração italiana em Nova Trento constituem uma tradição inventada no sentido proposto por Hobsbawm e Ranger (1984, p. 9-10), um conjunto de práticas rituais e simbólicas que aparentam ser antigas mas que são, de fato, produzidas recentemente, e que cumpre a função de construir coesão social através da reescrita retrospectiva do passado, ao mesmo tempo em que exclui sistematicamente aqueles elementos históricos que não se conformam à identidade étnica homogeneizada que se deseja afirmar no presente. Não se trata de negar o valor das festas, mas de compreender seus significados históricos. Como destaca Hobsbawm (1984, p. 12), a invenção das tradições é especialmente importante “em períodos de mudança rápida e de crise de identidade”. Essas práticas de memória não expressam uma tradição imemorial, mas uma reelaboração simbólica que confere sentido ao presente.

Este artigo articula quatro núcleos teóricos. Hobsbawm e Ranger definem tradições inventadas como “um conjunto de práticas, normalmente de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente continuidade com o passado” (Hobsbawm; Ranger, 1984, p. 9-10): o que parece antigo é, frequentemente, produto de invenção recente. Jan Assmann distingue memória comunicativa (viva, informal, limitada a três ou quatro gerações) de memória cultural, institucionalizada, formalizada, transmitida por especialistas e ancorada em símbolos materiais estáveis; grupos sociais “tendem a ‘fazer’ eles próprios uma memória por via de coisas que servem de recordação, tais como monumentos, museus, bibliotecas, arquivos, e outras instituições mnemônicas” (Assmann, J., 2008, p. 119). Para Pollak (1989, p. 4-5), a

memória coletiva reforça a coesão social por “adesão afetiva ao grupo”, e os silêncios são funcionalmente significativos: aquilo que não é dito é, com frequência, aquilo que ameaçaria essa coesão. Para Rüsen (2015, p. 261), a identidade histórica se constitui por narrativas que articulam passado, presente e futuro; a consciência histórica é “a capacidade de compreender o passado e sua relação com o presente e o futuro” (Rüsen, 2007, p. 45), e as efemérides produzem predominantemente o que o autor denomina consciência histórica do tipo tradicional (Rüsen, 2001, p. 78-83): naturalizam o passado como fundamento imutável, silenciam contradições e inibem a reflexão crítica.

A metodologia é centrada na análise documental comparativa. O corpus reúne as três placas comemorativas da Praça Del Comune (1950, 1975 e 2025); o abaixo-assinado dos imigrantes de 1890, preservado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; o discurso do governador Konder Reis no centenário de 1975 (O Estado de Santa Catarina, 22 jul. 1975, p. 3); os registros das cerimônias do sesquicentenário de 2025; e material historiográfico sobre a colonização do Vale do Itajaí e a imigração italiana no Brasil.

As efemérides como operadores de memória cultural

O termo “efemérides” designa tradicionalmente os aniversários ou datas comemorativas de eventos tidos como significativos para a história de um povo ou comunidade. Contudo, a análise crítica das efemérides não pode se contentar com essa definição descritiva. É preciso compreendê-las como operadores de memória cultural, no sentido que Jan Assmann (2008) confere a esse conceito: dispositivos que não simplesmente “comemoram” algo que já existe na memória, mas que, de fato, constituem e estabilizam a memória através de práticas rituais, materiais e discursivas. As efemérides produzem a memória ao mesmo tempo em que aparentam apenas celebrá-la.

Essa distinção, já esboçada acima, ganha precisão empírica no caso das efemérides: a memória comunicativa se enfraquece quando as testemunhas diretas de um evento desaparecem, e é precisamente nesse momento que as comunidades intensificam os dispositivos de memória cultural: monumentos, rituais, datas comemorativas, inscrições materiais que estabilizam a narrativa e a transmitem para além do alcance da memória viva. Esse processo é o que Henry Rousso denomina uma mudança de “regime de historicidade”: a passagem de uma relação espontânea com o passado para uma relação institucionalizada, mediada por dispositivos deliberados de recordação (Rousso, 2014, p. 268). Como observa

Nora (2016, p. 57), os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar actos, porque estas operações não são naturais”.

As efemérides da imigração italiana em Nova Trento inscrevem-se nesse quadro. Quando a comunidade de Nova Trento se reúne em 2025 para comemorar os 150 anos da chegada dos imigrantes, essa celebração não é simplesmente uma expressão de uma memória que já existe; ela é uma operação de memória cultural que reforça certas versões do passado enquanto marginaliza outras. Em consonância com a teoria da história de Rüsen (2007), essas comemorações atuam diretamente na formação da identidade histórica dos sujeitos ao oferecerem narrativas que organizam o tempo vivido em uma lógica de continuidade cultural.

Uma das distorções mais comuns nas operações de memória pública é a subsunção da história à memória: o que é historicamente complexo é submetido à lógica simplificadora das narrativas de identidade. As efemérides tendem a produzir precisamente essa redução: a história multifacetada e contraditória da imigração italiana é reduzida a uma narrativa teleológica que culmina na identidade presente.

A historiografia crítica busca estabelecer, através de métodos e crítica de fontes, o que ocorreu, considerando a multiplicidade de perspectivas, os conflitos e as contradições. A memória cultural, por outro lado, como observa Assmann, é “local, egocêntrica e própria de um grupo e dos seus valores” (Assmann, J., 2008, p. 122): seleciona do passado apenas o que pode ser reclamado como “nosso”, o que pode ser dotado de um índice de identidade. Como observa Rüsen (2015, p. 253), “a memória social é seletiva e muitas vezes paradoxal, podendo construir identidades com base em omissões, distorções ou idealizações que não resistem a um exame histórico rigoroso”. Quando as efemérides operam como se fossem historiografia, como se estivessem simplesmente “comunicando” fatos históricos, elas ocultam o trabalho seletivo que realizam.

Rousso identifica nesse fenômeno uma tendência contemporânea global: a “memória” tornou-se “um valor positivo quase universal, uma tradição reinventada que se opõe ao ‘esquecimento’, tornando, este, um valor negativo” (Rousso, 2014, p. 273). Essa valorização universal da memória não é politicamente neutra: ela favorece certas narrativas do passado em detrimento de outras, e as efemérides são os rituais por excelência de sua consagração pública.

Um aspecto crucial das efemérides é a sua dimensão material. Para Assmann, objetos como artefatos, efemérides, festas e símbolos funcionam como portadores de memória: o termo memória, nesse contexto, “não é uma metáfora, mas uma metonímia, alicerçada no contato concreto entre uma mente que se recorda e um objeto que a faz recordar” (Assmann, J, 2008, p. 119). As placas comemorativas, os monumentos e o busto da Praça Del Comune não são meros suportes decorativos; são portadores materiais de memória cultural que ativam, a cada encontro cotidiano, a narrativa que neles está inscrita.

Isnenghi (2010, p. 5) compara o movimento das memórias coletivas ao de bagagens no aeroporto: “*le memorie di un popolo vengono caricate dagli addetti, messe in movimento e poi spariscono per tunnel misteriosi, ricompaiono [...] magari – se non le afferriamo al volo – tornano a sparire*”². Essa metáfora é precisa para o caso das placas da Praça Del Comune: cada geração de efemérides “aferra” certas memórias no voo e deixa outras desaparecer nos túneis. Le Goff (1990, p. 497) observa que “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram”. As placas da Praça Del Comune são documentos-monumentos nesse sentido: resultam de montagens deliberadas que impõem ao futuro uma imagem específica do passado, transformando escolhas interpretativas em fatos aparentemente naturais e incontestáveis, o que Ridolfi (2010, p. 13) descreve como o poder das “*pedagogie nazionali*” que se servem de “*epigrafi e monumenti*” para construir uma “*religione civile della patria*”³. No caso de Nova Trento, o coreto da Praça Del Comune traz inscritos em suas placas os sobrenomes das famílias trentinas e italianas, e “as gravações preservam a memória dos pioneiros diretamente no metal” (Brustolin, 2026, p. 119). O que se vê na praça é, portanto, menos um reflexo do passado e mais uma disputa simbólica sobre quem, e o que, deve ser lembrado (Brustolin, 2026, p. 119). Essa seletividade não é acidental: Aleida Assmann (2016, p. 78) demonstra que a dimensão ativa da memória cultural “é definida por uma notória escassez de espaço”; o cânone comemorativo não pode incluir tudo, e é exatamente essa escassez que torna as escolhas politicamente significativas.

² Tradução nossa: “As memórias de um povo são carregadas pelos funcionários, postas em movimento e depois desaparecem por túneis misteriosos, reaparecem [...] talvez – se não as agarrarmos no ar – voltam a desaparecer”.

³ Tradução nossa: “pedagogias nacionais” [...] “epígrafes e monumentos” [...] “religião civil da pátria”.

A construção retrospectiva da italianidade (1950-2025)

Um dos silenciamentos mais significativos operados pelas efemérides da imigração italiana é a redução da heterogeneidade das origens dos imigrantes a uma categoria única: “italianos”. Essa redução é historicamente problemática porque os imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1875 e 1930, particularmente aqueles que se instalaram em Nova Trento e em outras localidades de Santa Catarina, não vinham todos do mesmo lugar, nem necessariamente se identificavam como “italianos” no mesmo sentido.

A documentação histórica sobre a colonização da região revela uma paisagem migrante muito mais complexa do que a categoria “Grande Imigração Italiana” sugere. No recenseamento de 1890, o distrito de Nova Trento aparece com brasileiros, austríacos, italianos, alemães, poloneses e franceses (Cadorin, 2003, p. 94). Grosselli (1987, p. 491-534) indica que, de aproximadamente 600 lotes coloniais, cerca de 300 foram ocupados por trentinos; os demais, por imigrantes provenientes de Verona, Belluno, Vicenza, Bergamo, Milão, Cremona, Mântova, Régio Emília, Treviso, Parma e Torino (Cadorin, 2003, p. 57-58). Cadorin (2003, p. 57) observa que “a inexistência de contatos com as outras províncias induzem à falsa ideia de que todos os imigrantes que vieram para o atual município eram de Trento”, quando, na realidade, a composição dos lotes evidencia múltiplas procedências e dialetos.

Em termos linguísticos, a maioria dos recém-chegados não dominava o italiano padrão, nem mesmo os trentinos (Cadorin, 2003, p. 120). Como registrou Piazza ao descrever as primeiras décadas de colonização, “no início do povoamento das plagas do rio do Braço ali se falava o português e vários dialetos italianos, o que ocasionava fatos bastante cômicos” (Piazza, 1950, p. 77). Os próprios imigrantes, em muitos casos, se identificavam regionalmente, como “tiroleseleses”, “venezianos” ou “calabreses”, muito mais do que como “italianos”. Essa fragmentação é historicamente significativa porque aponta para o fato de que a unidade posterior em torno da “italianidade” é uma construção que ocorreu depois, não algo dado anteriormente.

Emilio Franzina mostra que o sentimento de “ser italiano” se consolidava no exterior, não na Itália: o ambiente estrangeiro rotulava indistintamente como “italianos” populações que se reconheciam por identidades regionais concorrentes (Franzina, 1996; 2006 apud Bertonha, 2013, p. 5). No caso dos trentinos, essa dinâmica é mais nítida: era no

deslocamento que eles “se descobriam italianos”, pela forma como eram vistos por alemães e brasileiros (Tonezzer, 2009, p. 478-479 *apud* Bertonha, 2013, p. 11).

Para compreender como a categoria “italiano” foi retroprojetada sobre populações que, em 1875, não se reconheciam sob esse rótulo, é necessário examinar o Risorgimento. Concluído em 1870, não foi um movimento de massas, mas o projeto de minorias políticas e intelectuais que impuseram sua visão de nação sobre uma península fragmentada. Essa unificação não correspondia a uma unidade cultural prévia: a península reunia línguas, dialetos e lealdades locais distintas, homogeneizadas em nome de uma identidade nacional ainda por criar, um aparato que encontrou expressão organizada nas *Deputazioni di Storia Patria*, criadas a partir de 1833 e expandidas após a unificação de 1861, cujo objetivo era “*la costruzione dell’identità nazionale tramite la conoscenza della storia locale*”⁴ (De Lorenzo; Cipriani, 2011, p. 2). Os migrantes oriundos do Tirol meridional eram súditos do Império Austro-Húngaro; a incorporação de Trento ao território italiano ocorreu somente após a Primeira Guerra Mundial, com o Tratado de Saint-Germain-en-Laye, em 1919 (Corrêa, 2014, p. 23). Chamar de “italianos” os trentinos que embarcaram em 1875 é, portanto, um anacronismo: no Brasil, essas diferenças foram gradualmente suprimidas, e os trentinos “também se viram impelidos a adotar uma italianidade forjada no Brasil, em meio às relações com outros grupos e à pressão assimilacionista” (Corrêa, 2014, p. 112). Ao celebrar, em 2025, uma “Grande Imigração Italiana” projetada sobre 1875, as efemérides convertem a história em teleologia.

A italianidade que se celebra nas efemérides de Nova Trento é, portanto, compreendida aqui como uma tradição inventada no sentido técnico proposto por Hobsbawm e Ranger (1984, p. 9), mas também como um produto típico da memória cultural no sentido de Assmann: uma construção institucionalizada, transmitida por agentes especializados e ancorada em símbolos materiais que conferem aparência de antiguidade ao que é historicamente recente. Como sublinha Possamai (2005, p. 53-54), “os imigrantes traziam consigo um catolicismo tridentino, mas foi durante a convivência com outras etnias no Brasil que a identidade nacional italiana se fortaleceu”. O sentimento de italianidade consolidou-se aqui, não como herança direta, mas como criação cultural de segunda geração. As efemérides o celebram projetando sobre Nova Trento o modelo que Darcy Ribeiro (1968, p. 74-75) denomina Povo Transplantado: sociedades que se imaginam extensões ultramarinas coerentes

⁴ Tradução nossa: “a construção da identidade nacional por meio do conhecimento da história local”.

da Europa, homogêneas e sem ruptura, apagando as matrizes locais exterminadas ou expulsas. Que esse modelo seja uma aspiração identitária e não uma realidade histórica é precisamente o que a análise das placas da Praça Del Comune demonstra.

As tradições inventadas servem a funções cruciais de legitimação e de resposta a crises de identidade (Hobsbawm; Ranger, 1984, p. 12). Para Assmann (2008, p. 121-122), a memória cultural opera pelo esquecimento seletivo: “só mesmo pelo esquecimento do que está fora do horizonte do que é relevante é que se processa uma função de identidade”. A italianidade celebrada em Nova Trento resulta desse processo: uma invenção afetiva que reorganiza a origem em função da convivência e que, ao fazê-lo, silencia outras memórias, como a do povo Laklãnõ-Xokleng, que estão fora do horizonte comemorativo dominante.

A praça Del Comune e a materialização das efemérides (1950-2025)

A italianidade construída na colônia, heterogênea nas origens, inventada na convivência, silenciada pelo Estado Novo, precisava ser transmitida às gerações seguintes à medida que as testemunhas diretas da imigração desapareciam. A Praça Del Comune de Nova Trento é o lugar onde esse processo se tornou visível, acumulando ao longo de setenta e cinco anos três gerações de inscrições materiais que permitem rastrear, com precisão empírica, as transformações na narrativa pública da italianidade.

A Praça Del Comune de Nova Trento, desde pelo menos o início do século XX, funcionou como espaço central de reunião comunitária e, progressivamente, como sítio de memorialização. A instalação da primeira placa comemorativa em 1950, cerca de 75 anos após a chegada dos primeiros imigrantes, marca um momento preciso na passagem da memória comunicativa para a memória cultural: o ponto em que a memória viva dos imigrantes originais estava se extinguindo, e a comunidade precisava institucionalizar a narrativa para transmiti-la às gerações seguintes (Assmann, 2008, p. 120).

Figura 1 – Praça Del Comune (2026)

Fonte: Acervo do autor (2026).

Essa celebração ocorre em um contexto de reabilitação da identidade italiana após o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. O marco de 1950 simboliza a tentativa de inscrever a italianidade como herança digna de orgulho, quando muitos descendentes ainda sentiam vergonha de sua origem. Em 1948, durante o governo de Aderbal Ramos da Silva, foi criada a Comissão Catarinense de Folclore, que contribuiu para moldar a imagem de Santa Catarina como mosaico étnico, integrando açorianos, alemães, italianos e poloneses em uma narrativa oficial de catarinensismo (Cadorin, 2003, p. 35). Em 1950, o livro *Nova Trento*, de Walter Fernando Piazza, foi lançado em edição comemorativa do 75º aniversário, articulada à Comissão: o movimento de transformar a imigração em patrimônio, não raro descolado das privações do cotidiano. Como descreve Cadorin (2003, p. 35), “viver na zona rural era sinônimo de dificuldade e privações bem maiores do que aquelas enfrentadas pelos moradores da sede da colônia, da praça”.

A segunda geração de placas comemorativas, instalada em 1975, representa uma transformação significativa na narrativa pública, e revela, com rara clareza, o caráter político das efemérides. Seguindo a sequência que Roussó (2014, p. 270) descreve como característica da gestão do passado traumático, após um período de amnésia relativa imposta pelo Estado Novo, o centenário de 1975 marca a fase de anamnese: o desejo de recuperar o que havia sido silenciado e de inscrever publicamente a italianidade como motivo de orgulho coletivo.

O centenário foi celebrado entre 18 e 27 de julho de 1975, com programação festiva que incluiu missa solene, desfiles e a inauguração de um marco comemorativo. O discurso do governador Antônio Carlos Konder Reis, publicado em *O Estado de Santa Catarina* (22 jul. 1975, p. 3), revela as múltiplas camadas políticas da efeméride. Dirigindo-se às

autoridades italianas da Província de Trento presentes, entre elas o cônsul Guido Borgomanero, o governador afirmou que o Brasil é “uma democracia racial e social” onde “os filhos de imigrantes têm todas as oportunidades para alcançar os mais altos postos” e aproveitou a ocasião para defender o “regime revolucionário instituído em nossa pátria em 1964” contra seus “inimigos” no exterior (O Estado de Santa Catarina, 22 jul. 1975, p. 3). O centenário foi instrumentalizado pela Ditadura Civil-Militar como vitrine para audiência internacional: a presença das autoridades italianas serviu para legitimar o regime perante a Europa, enquanto a italianidade era apresentada como prova da integração democrática brasileira. O mesmo regime que havia criminalizado a italianidade durante o Estado Novo a celebrava agora como símbolo nacional, operação que Hobsbawm (1984, p. 12) descreve como típica dos momentos de crise de legitimidade em que a invenção das tradições se torna especialmente intensa.

Cadorin (2003, p. 34) observa que o centenário de 1975 pode ser tomado como “divisor de águas no processo de valorização da italianidade dos neotrentinos”. A partir de 1975, intensificou-se o intercâmbio entre Nova Trento e a região de Trento, na Itália, culminando na fundação do Círculo Trentino de Nova Trento em 13 de março de 1985, o primeiro em Santa Catarina (Cadorin, 2003, p. 67-69). O centenário produziu, portanto, não o resgate de uma tradição perdida, mas a invenção de uma tradição nova, dotada de aparência de antiguidade. Como observa Rüsen (2015, p. 250), “a construção do sentido histórico frequentemente utiliza informações e imagens fragmentadas ou reinterpretadas, que não têm correspondência direta com os fatos, mas servem como elementos identitários”.

A reconfiguração mais recente da Praça Del Comune, realizada em 2025 para as comemorações do sesquicentenário, representa a versão mais elaborada do processo de produção de memória cultural. As comemorações foram articuladas em escala regional: iniciaram na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, no dia 4 de junho, e seguiram para Nova Trento, Brusque e Itajaí no dia 5 de junho, onde foi inaugurado no porto o monumento “L’arrivo” (A Chegada), que transforma o desembarque dos imigrantes em marco épico estetizado, silenciando completamente as condições em que essa chegada ocorreu (O Trentino, 2025). Em Nova Trento, a programação incluiu a inauguração da revitalização da Praça Del Comune, o descerramento do busto do historiador Walter Fernando Piazza, a presença de autoridades locais e estaduais e a visita da cônsul-geral da Itália, Eugenia Tiziana Berti (Nova Trento, 2025). Ao encerrar seu pronunciamento, o prefeito

Maxiliano de Oliveira desejou “que Nova Trento siga sempre sendo uma ‘Nova, Trento’ — símbolo de renovação, cultura e orgulho” (Nova Trento, 2025, online), formulação que revela a lógica das efemérides: o passado é convocado não para ser compreendido, mas para projetar uma identidade no futuro.

Essa terceira geração de marcadores materiais ocorre em um contexto paradoxal. O Decreto Municipal nº 29, de 18 de fevereiro de 2025, instituiu a obrigatoriedade do hasteamento da bandeira da Itália em espaços públicos do município, com a justificativa de que “a cultura italiana é majoritária no Município, sendo pertinente a homenagem à Pátria Mãe de nossos antepassados” (Nova Trento, Decreto nº 29, 2025). A expressão “Pátria Mãe” retroprojeta sobre 1875 um vínculo afetivo e estatal que, como demonstrado na seção anterior, sequer existia juridicamente para a maioria dos imigrantes naquele momento. Ao mesmo tempo, a Itália aprova restrições ao *ius sanguinis*, limitando o reconhecimento jurídico da descendência italiana à segunda geração: “*I discendenti di emigrati avranno diritto solo se uno dei genitori o dei nonni è nato in Italia*”⁵ (Corriere della Sera, 2025, online). O paradoxo se aprofunda no caso dos trentinos: o portal Insieme alertou que “os trentinos foram acolhidos como italianos pela lei, mas agora correm o risco de serem excluídos mais uma vez” (Insieme, 2025, online). Essa assimetria revela o que Roussio (2014, p. 271) denomina novo espaço público mundial: a italianidade celebrada em Nova Trento opera em um registro local e regional brasileiro, ainda que se apresente como conectada a uma italianidade transcendental e universal.

A análise comparativa das três gerações de placas da Praça Del Comune permite ir além das generalidades e examinar concretamente o que cada efeméride inscreveu, e o que deliberadamente omitiu. O marco de 1950 é o mais simples das três gerações. Sua inscrição celebra os 75 anos da colonização italiana sem nomear famílias ou personalidades específicas: é uma celebração genérica da “colonização italiana” como categoria abstrata. Esse anonimato é historicamente significativo, reflete um momento em que a identidade italiana ainda estava sendo reabilitada após o Estado Novo, e a comunidade optou por uma afirmação coletiva e cautelosa, sem expor sobrenomes que pudessem ainda carregar o estigma da origem estrangeira (Brustolin, 2026, p. 119).

⁵ Tradução nossa: “Os descendentes de imigrantes terão direito apenas se um dos pais ou dos avós tiver nascido na Itália”

A placa do centenário de 1975 representa uma mudança radical de lógica. Nessa intervenção, as inscrições originais com os sobrenomes das famílias pioneiras, cuja referência era o livro Nova Trento, de Walter Fernando Piazza, publicado em 1950, foram substituídas por uma versão comemorativa simplificada, centrada nas autoridades institucionais do presente: o Presidente da República, o Governador do Estado, o Prefeito. Os pioneiros individuais desaparecem da pedra; o Estado aparece. Essa substituição é reveladora: em 1975, o que importava celebrar não era a trajetória dos colonos, mas a integração da italianidade à narrativa nacional do regime (Brustolin, 2026, p. 119).

A placa de 2025 representa um movimento de retorno e ampliação. Os sobrenomes das famílias fundadoras retornam à inscrição, mas de forma revisada: a lista foi reconstruída e ampliada com base em pesquisas mais recentes, mobilizando tanto o livro de Walter Piazza quanto a obra de Renzo Grosselli. Pela primeira vez em uma placa comemorativa de Nova Trento, a inscrição reconhece explicitamente a presença de “italianos e austríacos” nos lotes coloniais, uma correção parcial do silenciamento histórico que amalgamou sob a categoria “italiano” populações de origens jurídicas e culturais distintas.

Figura 2 – Marcos comemorativos da colonização italiana em Nova Trento (1950, 1975 e 2025)



Fonte: Acervo do autor (2026).

Ao mesmo tempo, o descerramento do busto de Walter Fernando Piazza institui no espaço público um “guardião da memória”: o próprio autor da narrativa inicial é transformado em monumento, consolidando retrospectivamente a autoridade de uma versão do passado que o artigo demonstrou ser seletiva e parcial (Brustolin, 2026, p. 119).

Figura 3 – Busto de Walter F. Piazza, autor do livro "Nova Trento". (1950)



Fonte: Acervo do autor (2025).

Lidas em sequência, as três gerações de placas revelam uma progressão precisa: celebração abstrata e cautelosa (1950), instrumentalização estatal com apagamento dos pioneiros (1975), reapropriação ampliada com correções parciais (2025). Permanece ausente nas três: qualquer referência aos Laklãnõ-Xokleng, ao abaixo-assinado de 1890, à dimensão traumática da chegada. As placas acumulam camadas de memória, um palimpsesto cujas rasuras permanecem invisíveis para quem as lê sem o suporte da historiografia crítica (Brustolin, 2026, p. 119).

Os silenciamentos: trauma, exploração e presença indígena

As efemérides operam de modo decisivo pelo silenciamento. Aquilo que não é dito, não é celebrado, não é materializado em placas, é tão importante quanto aquilo que é. A narrativa celebrativa tende a apresentar a migração como um ato voluntário de coragem e busca de oportunidade. Contudo, a documentação histórica sobre a imigração italiana revela dinâmicas muito mais complexas, frequentemente traumáticas.

Os imigrantes que saíram da Itália e de regiões adjacentes entre 1875 e 1930 o faziam, em sua maioria esmagadora, não por espírito aventureiro, mas por necessidade econômica extrema. “A unificação foi sentida por muitos camponeses como uma ameaça à sua sobrevivência, contribuindo decisivamente para o movimento emigratório” (Possamai, 2005, p. 51). Entre 1875 e 1881, mais de 60 mil propriedades rurais foram confiscadas por falta de pagamento de impostos sobre a farinha; entre 1884 e 1901, o número saltou para mais de 215 mil (Trento, 1989, p. 31-32). “O sonho da terra prometida logo se revelou uma experiência de

sofrimento e sacrifício” (Possamai, 2005, p. 63). Com o tempo, a dureza inicial foi reinterpretada: o sofrimento virou prova de resiliência, a carência virou virtude, o engano virou epopeia, o que Rouso (2014, p. 269-270) descreve como a fase de anamnese na gestão do passado traumático. Como aponta Rüsen (2015, p. 253), “a memória social é seletiva e muitas vezes paradoxal, podendo construir identidades com base em omissões, distorções ou idealizações que não resistem a um exame histórico rigoroso”. Esses dados permanecem fora da narrativa pública das efemérides porque sua inclusão comprometeria a narrativa épica que as comemorações buscam produzir (Pollak, 1989, p. 5).

Um aspecto particularmente silenciado das narrativas comemorativas é a dimensão contratual da migração. As expectativas veiculadas pelo Contrato Caetano Pinto, contidas no Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874, foram rapidamente frustradas (Possamai, 2005). A chegada impôs outra gramática: isolamento, mata cerrada, estradas inexistentes, mercados distantes e doenças. Essa passagem da imagem à realidade está registrada em documento emblemático de 21 de abril de 1890, no qual os imigrantes de Nova Trento denunciavam que o chefe da comissão havia prometido “um lote com sua respectiva casa provisória para cada família”, mas a realidade entregou apenas “dous barracões insuficientes para agasalhar o pessoal”, negligência que se tornou a “causa de muitas doenças e algumas mortes” (apud Cadorin, 1992, p. 22-23). A crueza do relato culmina na constatação de que a maioria dos colonos se encontrava, naquele momento, “na vil condição de ir mendigando pelas portas dos colonos mais abastados”, uma humilhação social que, como enfatizam, eles “não experimentaram na Itália” (apud Cadorin, 1992, p. 23). Esse documento, ao dar voz aos próprios atores, desfaz o mito da imigração como epopeia voluntária. O silêncio sobre as condições precárias da chegada e sobre o descumprimento das promessas faz parte do mecanismo seletivo das efemérides: a recordação tende a enobrecer o sofrimento e a apagar as responsabilidades institucionais. Como adverte Possamai (2005, p. 61), “a emigração foi incentivada tanto por companhias particulares quanto pelo governo imperial, que viam nos colonos europeus a possibilidade de substituir a mão de obra escrava e de consolidar a ocupação das áreas de fronteira”. O decreto Prinetti de 1902, ao proibir o recrutamento direto de imigrantes italianos para o Brasil, reconheceu implicitamente a existência de práticas exploratórias sistêmicas. Essas tensões não aparecem nas efemérides; elas permanecem no domínio de uma história sistematicamente silenciada (Pollak, 1989, p. 5-6).

O silenciamento mais radical produzido pelas efemérides diz respeito à presença indígena anterior no território de Nova Trento. O município se localiza em território historicamente ocupado pelo povo Laklãñ-Xokleng, cujos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam são constitucionalmente reconhecidos pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (Cunha, 2018, p. 440). Apesar desse reconhecimento jurídico, nenhuma das três gerações de placas comemorativas da Praça Del Comune, de 1950, 1975 ou 2025, contém qualquer referência à presença ancestral desse povo no território que as efemérides afirmam como espaço de origem italiana.

A produção histórica local reconhece essa presença, mas quase sempre sob o rótulo genérico de “bugres”, expressão da matriz colonizadora que retrata o imigrante europeu como representante da “civilização” e os povos originários como “selvagens” a serem superados (Bartel, 2025, p. 63). Piazza (1950, p. 18) reconhece que o “elemento desbravador encontrou o primitivo e legítimo dono da terra”, mas logo empurra essa presença para o passado como etapa superada. Cadorin (1992, p. 14) trata a presença indígena como ausência política, “o interior da então Província permanecia despovoado”, reproduzindo o que Mota (2008, p. 49-51) demonstrou ser uma construção ideológica deliberada: o “vazio demográfico” nunca foi geográfico, mas discursivo. O massacre de abril de 1861, ocorrido quatorze anos antes da fundação oficial da colônia italiana, materializou a violência colonial que viabilizou a colonização europeia. Como observa Brustolin (2026, p. 119), o Ribeirão do Alferes guarda no próprio topônimo o rastro desse extermínio, a única inscrição pública de um episódio que as efemérides sistematicamente ignoram. Três Laklãñ-Xokleng foram capturados naquele massacre; dois meninos morreram dias depois, e seus restos mortais foram preservados e exibidos para fins “científicos” (Schutel, 1875). Esse episódio, documentado e incontestável, não aparece na Praça Del Comune: o massacre de 1861 é a camada mais funda do palimpsesto que a praça esconde, invisível para quem a lê sem o suporte da historiografia crítica (Nora, 2016, p. 57).

Conforme propõe Pollak (1989, p. 8-9), a exclusão de conteúdos da memória oficial não significa que desaparecem: continuam em registro menor, em narrativas familiares e formas de memória subterrânea. Com o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, a expressão pública da italianidade foi proibida, gerando o que Possamai (2005, p. 145) descreve como um “silenciamento que marcou profundamente a memória coletiva”. As memórias da língua e da origem sobreviveram “por tabela” (Pollak, 1989, p. 2): transmitidas

pela herança emocional de histórias ouvidas, de gestos repetidos, de silêncios compartilhados. Há uma contradição fundamental que as efemérides não mencionam: o mesmo Estado brasileiro que perseguiu a italianidade durante o Estado Novo é o que a celebra no centenário de 1975 e no sesquicentenário de 2025. A mesma praça que sediou o silêncio forçado é a que hoje recebe cônsules italianos e decretos de hasteamento obrigatório da bandeira italiana. Esse paradoxo é o que as efemérides sistematicamente silenciam, e é, ao mesmo tempo, o que a análise histórica tem a obrigação de nomear, correspondendo ao que Rouso (2014, p. 274) denomina terceiro momento da gestão do passado: a instauração de rituais que transformam o trauma em coesão simbólica.

Considerações finais

As análises demonstram que as efemérides da imigração italiana em Nova Trento constituem uma tradição inventada no sentido de Hobsbawm e Ranger (1984): resultado de seleção, homogeneização e silenciamento deliberados, sob pressão de necessidades específicas de coesão comunitária. A análise das três gerações de placas revelou como a narrativa pública foi progressivamente amplificada e ressignificada (o centenário de 1975 foi instrumentalizado pela Ditadura Civil-Militar como vitrine internacional), mantendo constante o mecanismo de silenciamento: a exclusão da dimensão traumática da migração, da exploração contratual e, crucialmente, da presença indígena ancestral. O que se vê na praça é, em suma, menos reflexo do passado que disputa simbólica sobre quem, e o que, deve ser lembrado, seletividade que Aleida Assmann (2016, p. 78) atribui à “notória escassez de espaço” do cânone comemorativo.

Ao refletirmos sobre as comemorações dos 150 anos, é preciso distinguir entre celebrar a imigração e homenagear os imigrantes (Brustolin, 2026, p. 121). A imigração foi resultado de expulsões, crises e promessas enganosas; os imigrantes foram os protagonistas que, apesar disso, sobreviveram, reconstruíram suas vidas e legaram às gerações seguintes uma identidade histórica. Como observa Rüsen (2015, p. 260), “o processo da identidade não é uma simples reprodução do passado, mas uma fonte ativa que transforma o sentido da história para o presente, muitas vezes incorporando contradições e informações desconexas”. Uma identidade histórica responsável exigiria, nos termos rüseninianos, a passagem de uma consciência histórica tradicional, que naturaliza e celebra o passado, para uma consciência

histórica crítica e genética, capaz de reconhecer contradições, pluralidades e silenciamentos como condições constitutivas da própria experiência histórica (Rüsen, 2001, p. 78-83).

Essas operações de silenciamento possuem consequências políticas reais. Como observa Rouso (2014, p. 273), “pode-se esquecer um bem sem grandes consequências, mas esquecer um crime seria cometê-lo uma segunda vez”. A exclusão da história indígena da narrativa pública perpetua a invisibilidade dos povos indígenas contemporâneos e a apropriação injusta de seus territórios, cujos direitos originários são constitucionalmente reconhecidos (Cunha, 2018, p. 440). A exclusão do trauma e da exploração contribui para uma compreensão simplificada da história que impede reflexões críticas sobre as estruturas de desigualdade que perduram no presente.

A pesquisa histórica rigorosa, atenta às operações de memória e capaz de interrogar as narrativas mais naturalizadas, constitui recurso fundamental para essa transformação. As efemérides não desapareceram; continuarão a estruturar a vida comunitária e a relação das pessoas com o passado (Pollak, 1989, p. 9). Podem, contudo, ser reconfiguradas por uma abertura às narrativas silenciadas, às memórias subterrâneas, às histórias que a tradição inventada exclui, no sentido que Rüsen (2007, p. 50) atribui à orientação para o futuro: compreender o passado não para repeti-lo, mas para transformá-lo em fonte ética de sentido.

Declaração de uso de IA

O presente trabalho contou com o suporte da ferramenta Gemini AI (versão gratuita standard) para a realização de revisão ortográfica, gramatical e tradução do título, *abstract* e *keywords* para a língua inglesa. Os comandos utilizados de forma sintética para a tradução foram: “Traduza o título, o resumo e as palavras-chave para a língua inglesa”. Além disso, após a conclusão da escrita do artigo, o texto foi submetido à ferramenta com o comando: “Revise o texto a seguir, aponte os desvios gramaticais e ortográficos e indique os pontos de melhoria para que eu possa realizar as alterações, mantendo o sentido original”.

Fontes

ABAIXO-ASSINADO DOS IMIGRANTES DE NOVA TRENTO, 21 DE ABRIL DE 1890. In: Cadorin, Jonas. Nova Trento: outra vez. Nova Trento: Prefeitura Municipal de Nova Trento, 1992, p. 22-23.

BRASIL. Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874. Approva o contracto celebrado com Joaquim Caetano Pinto Junior para introdução de colonos no Imperio. Rio de Janeiro, 1874.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939**. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Rio de Janeiro, 1939.

NOVA TRENTO. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 29, de 18 de fevereiro de 2025**. Institui a obrigatoriedade do hasteamento da bandeira da Itália em espaços públicos internos e externos do Município. Nova Trento, 2025.

O Estado de Santa Catarina, 22/07/1975, p. 3.

SCHUTEL, Duarte Paranhos. **Breve notícia sobre três esqueletos de indígenas brasileiros da Província de Santa Catarina (Brasil)**. Rio de Janeiro, 1875.

TRATADO DE SAINT-GERMAIN-EN-LAYE, 10 de setembro de 1919.

Referências

ASSMANN, Aleida. Cânone e Arquivo. *In*: Alves, Fernanda Mota; Soares, Luísa Afonso; Rodrigues, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). **Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural**. Ribeirão. Edições Húmus, 2016, p. 75-86.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *In*: Alves, Fernanda Mota; Soares, Luísa Afonso; Rodrigues, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). **Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural**. Ribeirão: Edições Húmus, 2016, p. 117-127.

BARTEL, Carlos Eduardo. **História indígena em Santa Catarina**: historiografia Xokleng-Laklãnô. Cachoeirinha: Fi, 2025.

BERTONHA, João Fábio. Non tutti gli italiani sono venuti dall'Italia: l'immigrazione dei sudditi imperiali austriaci di lingua italiana in Brasile, 1875-1918. **Altreitalie**. Torino: Centro Altreitalie, n. 46, p. 4-29, 2013.

BRUSTOLIN, Deuclésio Zamarchi. **De Alferes a Nova Trento**: história local, ensino de história e identidade histórica. 2026. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2026.

CADORIN, Jonas. **Nova Trento**: outra vez. Nova Trento: Prefeitura Municipal de Nova Trento, 1992.

CADORIN, Jonas. **Gente in Mutamento**: o processo de produção identitária em Nova Trento: 1875-2003. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2003.

CORRÊA, Marcelo Armellini. **Dos Alpes do Tirol à Serra Gaúcha**: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CORRIERE DELLA SERA. **Portal de notícias**. Milão, 2025. Disponível em: <https://www.corriere.it>. Acesso em: 9 set. 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na Constituição. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: Cebrap, v. 37, n. 3, set./dez., p. 429–443, 2018.

DE LORENZO, Renata; Cipriani, Carlo Cetto. Il ruolo delle deputazioni di storia patria a 150 anni dall'unità. **Storicamente**. Bologna: Università di Bologna, v. 7, art. 20, 2011.

FRANZINA, Emilio. *Piccole patrie, piccole Italie: la costruzione dell'identità nazionale degli emigrati italiani in America Latina (1848-1924)*. **Memoria e ricerca**. Roma: Franco Angeli, n. 8, p. 13-32, 1996.

FRANZINA, Emilio. **Una patria espatriata: lealtà nazionale e caratteri regionali nell'immaginazione italiana all'estero (secoli XIX e XX)**. Viterbo: Sette Città, 2006.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: UFSC, 1987.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ISNENGHI, Mario (a cura di). **I luoghi della memoria: simboli e miti dell'Italia unita**. Roma; Bari: Editori Laterza, 2010.

INSIEME. **Revista Digital**. Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.insieme.com.br>. Acesso em: 9 set. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2008.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. In: Alves, Fernanda Mota; Soares, Luísa Afonso; Rodrigues, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). **Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural**. Ribeirão: Edições Húmus, 2016, p. 51-73.

NOVA TRENTO. Prefeitura Municipal. Nova Trento celebra 150 anos da imigração italiana em Santa Catarina. **Nova Trento**, 2024. Disponível em: <https://novatrento.sc.gov.br/nova-trento-celebra-150-anos-da-imigracao-italiana-em-santa-catarina/>. Acesso em: 09 set. 2025.

O TARENTINO. Começam celebrações dos 150 anos da imigração. **Nova Trento**, 2024. Disponível em: <https://otrentino.com.br/comecam-celebracoes-dos-150-anos-da-imigracao/>. Acesso em: 9 set. 2025.

PIAZZA, Walter Fernando. **Nova Trento**. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1950.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POSSAMAI, Paulo César. **"Dall'Italia siamo partiti": a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIDOLFI, Maurizio. Risorgimento. In: Isnenghi, Mario (a cura di). **I luoghi della memoria: simboli e miti dell'Italia unita**. Roma; Bari: Editori Laterza, 2010, p. 3-47.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. **História: Revista da Universidade**

Federal de Goiás. Goiânia: UFG, v. 19, n. 1, jan./abr., p. 265-279, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história — os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história — formas de consciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/FcywkSHVQZQsjgFsvrs3cpL>. Acessado em 17/05/2026.

TONEZZER, Elisa. I Trentini in Austria: la costruzione di un'identità nazionale. **Contemporanea**. Bologna: Il Mulino, v. 12, n. 3, p. 471-493, 2009.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel/Instituto Italiano de Cultura, 1989.

O Dia dos Povos Indígenas no Brasil: uma tradição inventada pela República

Indigenous Peoples' Day in Brazil: a tradition invented by the Republic

Beatriz dos Santos da Silva,¹ UFRJ

Resumo

O presente artigo aborda o processo de criação do antigo “Dia do Índio”, que desde 2022 foi renomeado para Dia dos Povos Indígenas. A partir da análise de documentos oficiais produzidos pelo Estado brasileiro, identificamos que o 19 de abril esteve inserido em um complexo projeto que visava a integração das sociedades indígenas à comunhão nacional. Nesse sentido, interpretamos a efeméride enquanto uma tradição inventada, que, por trás de suas celebrações e narrativas, buscava internalizar certos valores e normas na sociedade brasileira, contribuindo para a cristalização de sentidos sobre os indígenas. Por fim, propomos a possibilidade de pensar o dia 19 de abril enquanto um lugar de memória, que, através de sua rememoração, permite-nos pensar e questionar os discursos que por muito tempo foram consagrados como oficiais.

Palavras-chave: Dia dos Povos Indígenas; Celebração; Efeméride; Sociedades indígenas; Tradição.

Abstract

This article addresses the creation process of the former "Indian Day," which since 2022 has been renamed Indigenous Peoples' Day. Based on an analysis of official documents produced by the Brazilian State, we identify that April 19th was part of a complex project aimed at integrating indigenous societies into the national community. In this sense, we interpret the commemoration as an invented tradition that, behind its celebrations and narratives, sought to internalize certain values and norms in Brazilian society, contributing to the crystallization of meanings about indigenous peoples. Finally, we propose the possibility of considering April 19th as a place of memory, which, through its remembrance, allows us to think about and question the discourses that have long been consecrated as official.

Keywords: Indigenous Peoples' Day; Celebration; Anniversary; Indigenous societies; Tradition.

Introdução

Conforme expressa o dicionário da língua portuguesa produzido por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2010), o verbo “comemorar” significa “trazer à memória; fazer recordar;

¹ Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ). A seguinte pesquisa foi desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Andréa Casa Nova Maia (UFRJ). Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/008543/2026.

lembrar. Festejar, celebrar” (Ferreira, 2010, p. 178). Contudo, quando pensamos acerca das comemorações em torno do Dia dos Povos Indígenas, cabe questionarmos que memórias estão sendo recordadas e celebradas. Seria o 19 de abril uma comemoração? Se sim, estaríamos comemorando o quê, tendo em vista as inúmeras violências, físicas e simbólicas, conferidas aos povos indígenas?

Desde sua criação, em 1943, o Dia dos Povos Indígenas se instituiu no calendário nacional brasileiro como uma tradição inventada (Hobsbawm, 1997), construída e formalmente institucionalizada, que, através de suas práticas de natureza ritualística e simbólica, tornou-se, por meio da repetição, uma tradição na sociedade brasileira. O historiador britânico, Eric Hobsbawm, explicita que:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Ranger; Hobsbawm, 1997, p. 9).

Na década de 1940, “a realização de grandes rituais estatais, estava na ordem do dia, como parte de um processo de imposição/construção de uma identidade nacional” (Ferreira, 2007, p. 188). Assim, a criação desta efeméride serviu para atender a uma agenda política da época, o Estado Novo, que buscava reformular a sociedade brasileira a fim de assegurar a integração do país. A partir desse momento, as sociedades indígenas seriam trazidas para o centro da política nacional “por conterem as verdadeiras raízes da brasilidade” (Garfield, 2000, p. 14). O “Dia do Índio”² celebraria uma construção do Estado, na qual o “índio” seria representado como um sujeito civilizado e integrado à sociedade nacional.

Por muito tempo, as sociedades indígenas estiveram no imaginário da sociedade envolvente como sujeitos primitivos, folclorizados e do passado, considerados na estaca zero da evolução, como “fósseis vivos” e em uma eterna infância. Por isso, estariam parados no tempo e seriam desprovidos de história (Cunha, 1992, p. 11). Nesse contexto, suas representações, principalmente na celebração do 19 de abril, sempre foram carregadas de estereótipos, nos quais as sociedades indígenas eram reduzidas a uma visão única e simplista.

² No decorrer deste artigo, iremos nos referir ao dia 19 de abril pelo seu antigo nome, “Dia do Índio”, respeitando a temporalidade histórica a qual estamos fazendo referência. Ao tratarmos da temática na contemporaneidade, adotaremos a nomenclatura Dia dos Povos Indígenas, visto que a Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022 configurou uma nova nomenclatura para o dia.

O Dia dos Povos Indígenas “nasce sob a égide do Indigenismo oficial e traz em sua essência a ideia de que a escolha de um dia no calendário anual, para falar desses grupos étnicos, que são, na verdade, os povos originários do Brasil e de outros países da América” (Bicalho; Maciel; Oliveira, 2022, p. 105). Desse modo, cria-se um único dia para falar e celebrar sujeitos extremamente diversos e complexos, mas que apenas uma data não demonstra-se capaz de abarcar o que eles representam. Com isso, a criação do “Dia do Índio” e as formas que essa efeméride foi celebrada ao longo dos anos contribuíram para a cristalização de um “olhar estreito e superficial que muitos ainda guardam: a visão homogênea do ‘índio’ genérico” (Bicalho; Maciel; Oliveira, 2022, p. 105).

Diante disso, o artigo tem, pois, a finalidade de abordar os usos históricos do Dia dos Povos Indígenas, interpretando a data enquanto um dispositivo de construção de sentidos sobre as sociedades indígenas. Nesse contexto, visa-se compreender de que forma a celebração do 19 de abril se constituiu enquanto uma tradição na sociedade brasileira. Assim, exploramos o contexto em que a efeméride se institucionalizou no calendário brasileiro, ao passo que analisamos as políticas indigenistas implementadas pelo Serviço de Proteção aos Índios no trato com os indígenas.

A criação do “Dia do Índio” no Brasil

Durante a primeira metade do século XX, surgiram em diferentes países do continente americano movimentos indigenistas que, a partir de diferentes posições políticas, buscavam reformular as ações de seus Estados em relação aos povos indígenas (Kan, 1986, p. 108). Nesse sentido, os debates acerca do *indigenismo* e das *políticas indigenistas*³ ganharam força na década de 1930, desencadeando as primeiras ideias para a criação de um programa indigenista interamericano.

Com isso, foi sugerido pelo representante do México, em 1933, durante a VII Conferência Interamericana, a realização de um Congresso Indigenista continental (Brandão, 2009). Posteriormente, a Oitava Conferência Internacional Panamericana, em Lima, no Peru,

³ Ao abordamos os termos *indigenismo* e *política indigenista*, adotamos a definição do antropólogo e historiador, Antonio Carlos de Souza Lima (1995), que reconhece *indigenismo* como “o conjunto de idéias [...] relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de *métodos* para o tratamento das populações nativas, operados, em especial, segundo uma definição do que seja *índio*”. Em relação à política *indigenista*, o historiador define que a expressão “designaria as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas” (Lima, 1995, p. 14-15).

oficializou, em 1938, a realização do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano e a criação de um Instituto Indigenista Interamericano (Giraud, 2011).

Por conseguinte, aconteceu entre os dias 14 e 24 de abril de 1940, na cidade de Pátzcuaro, município do Estado de Michoacán, México, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. O evento reuniu representantes de diferentes países do continente americano, com exceção do Canadá, Paraguai e Haiti (Camacho, 2012), totalizando um número aproximado de 250 participantes, sendo 47 deles delegados indígenas representantes do México, Estados Unidos e Panamá (Giraud, 2011).

Na ocasião, os delegados presentes se reuniram para discutir acerca da realidade dos povos indígenas de seus respectivos países, sendo os temas debatidos muito plurais, como revela um trecho retirado do índice do documento final produzido pelo Congresso.

INDICE

I.Repartos de Tierras a los Indígenas	7
II.Protección a la Pequeña Propiedad	7
III.Estudio sobre el Desgaste del Suelo	8
IV.Obras de Irrigación	8
V.Capacidad Expresiva de las Lenguas Indígenas con la Posibilidad de Extender su Vocabulario	8
VI.Alfabetos para Lenguas Indígenas	8
VII. Nupcialidade y Unión Libre	9
VIII.Planes Integrales em la Investigación de los Pueblos Indígenas	9
IX.Congreso Interamericano de Lingüística Indígena Aplicada	9

(INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1948)⁴.

Dentre as 72 resoluções formuladas, destacamos a de número 59, “LIX - El Día del Indio”⁵, proposta pelos delegados indígenas do Chile, Panamá, Estados Unidos e México, e apresentada pelo representante do Panamá, Rubén Pérez Kantule (Giraud, 2017). Segundo o

⁴ Tradução nossa: “ÍNDICE

Distribuição	de	Terras	aos	Povos	Indígenas
.....					7
Proteção de Pequenas Propriedades Rurais					7
Estudo sobre a Degradação do Solo					8
Obras de Irrigação					8
Capacidade Expressiva das Línguas Indígenas com a Possibilidade de Expansão de seu Vocabulário					8
Alfabetos para Línguas Indígenas					8
Casamento e Uniões de Juramento					9
Planos Abrangentes na Pesquisa dos Povos Indígenas					9
Congresso Interamericano de Linguística Indígena Aplicada					9”

(INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1948).

⁵ Tradução nossa: “LIX - O Dia do Índio”.

plano, os governos dos países americanos deveriam criar o “Dia do Índio” dedicado a estudar nas escolas e universidades a questão indígena. Em complemento, estabeleceu que no dia 19 de abril de cada ano os países celebrassem o “Dia do Índio Americano”, em homenagem à data em que os delegados indígenas se juntaram ao Congresso.

A escolha do dia 19 de abril para comemorar a efeméride se deu pela falta de indígenas no evento em Pátzcuaro, fazendo com que “os poucos indígenas presentes [...] não haviam comparecido aos primeiros dias do Congresso [...], temendo que suas reivindicações não fossem ouvidas/atendidas” (Silva, 2022, p. 87)⁶. Assim, apenas no dia 19 de abril, após reconhecerem a importância de se fazerem presentes nas discussões, que os delegados indígenas se juntaram ao Congresso.

A respeito desse acontecimento, é necessário salientar que, ainda que as discussões em torno da criação do “Dia do Índio” tenham sido promovidas por não-indígenas, os povos indígenas presentes exerceram suas autonomias e agências. Nesse sentido, ainda que indiretamente, a decisão em escolher especificamente o dia 19 de abril baseou-se inteiramente nas ações tomadas pelos indígenas do evento.

El Primer Congreso Indigenista Interamericano,
Recomienda:

1. Que los Gobiernos de los países Americanos establezcan el "Día del Indio" dedicado a estudiar en todas las Escuelas y Universidades, con criterio realista, el problema del indio actual.
2. Que los países de América adopten el día 19 de abril, como Día Americano del Indio para conmemorar la fecha en que por primera vez se reunieron los Delegados Indígenas al Primer Congreso Indigenista Interamericano en la Posada de Don Vasco De Quiroga, en Pátzcuaro, Michoacán, República Mexicana, y en consecuencia; Invita a los pueblos y gobiernos de América a participar en esa celebración. (Aprobadas, abril 24) (INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1948)⁷.

⁶ Na ocasião, o Brasil teve como representante o antropólogo e vice-presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), Edgard Roquette-Pinto, que como muitos indivíduos da época, compartilhava o “espírito nacionalista e a sua forte crença na ciência, além do espírito positivista [...]” (Hofbauer, 2009, p. 563).

⁷ Tradução nossa: “O Primeiro Congresso Interamericano dos Povos Indígenas Recomenda:

1. Que os governos dos países americanos estabeleçam o "Dia do Índio", dedicado ao estudo, em todas as escolas e universidades, com uma perspectiva realista, dos problemas da população indígena contemporânea.
2. Que os países das Américas adotem o dia 19 de abril como Dia do Índio Americano, para comemorar a data em que os delegados indígenas se reuniram pela primeira vez no Primeiro Congresso Interamericano dos Povos Indígenas, na Pousada de Dom Vasco de Quiroga, em Pátzcuaro, Michoacán, México; e, conseqüentemente, convida os povos e governos das Américas a participarem desta celebração. (Aprovado em 24 de abril)” (INSTITUTO INTERAMERICANO DOS POVOS INDÍGENAS, 1948)

Todavia, no Brasil, a decisão do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano só foi aderida três anos depois, a partir da regulamentação do Decreto-Lei 5.540, de 2 de junho de 1943, posto pelo presidente vigente da época, Getúlio Vargas:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista que o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o "Dia do Índio", DECRETA

Art. 1º É considerada - "Dia do Índio" - a data de 19 de abril.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1943, 122º da Independência e 55º da República. (BRASIL, 1943)⁸.

Nesse período, o Brasil vivenciava um novo cenário político, o Estado Novo (1937-1945). Com nome e tonalidade de cunho fascista, visto que fazia referência à ditadura de António de Oliveira Salazar, em Portugal, esse momento destacou-se pelo processo de integração da nação brasileira. Ao conceber o território como o ponto central para a formulação de uma nova identidade nacional, o Estado tomou como essencial definir os limites territoriais, a fim de garantir a soberania da nação.

A partir disso, as sociedades indígenas e seu valor simbólico foram convocados para o centro da política nacional, ao serem defendidas por Vargas por conterem as verdadeiras raízes brasileiras (Garfield, 2000). Assim, mostrava-se necessário que os povos indígenas se integrassem à sociedade brasileira, com o objetivo de se tornarem cidadãos e trabalhadores nacionais.

Nesse contexto, o “Dia do Índio” tornou-se um importante artefato político, pedagógico e memorial utilizado pelo Estado para celebrar um “índio” genérico, tutelado e integrado. Suas celebrações, juntamente com as narrativas produzidas acerca das sociedades indígenas se assemelhavam à mentalidade do órgão indigenista da época, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Sob a ótica positivista de conceber os povos indígenas como seres primitivos, a assistência e proteção tornou-se a regra na ação estatal no trato com os indígenas. Portanto,

⁸ No ano seguinte a criação do “Dia do Índio” no Brasil, foi organizado uma Semana do Índio, realizada na capital do país na época, o Rio de Janeiro. No evento, realizou-se exposições etnográficas, palestras na rádio, atividades nas escolas, dentre outras ações. O documento “19 de abril. O dia do índio. As comemorações realizadas em 1944 e 1945” (Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1946), produzido pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), podemos compreender como tais atividades foram elaboradas e postas em prática.

nos anos após a criação, sua comemoração “ocasionou numerosos eventos culturais e cerimônias públicas. Numa verdadeira *blitz*, o Estado organizou exposições em museus, programas de rádio, discursos e filmes sobre o índio – tudo isso com assistência do DIP” (Garfield, 2000, p. 18).

O Serviço de Proteção aos Índios e a integração das sociedades indígenas à comunhão nacional

Sendo o primeiro órgão indigenista brasileiro dedicado à proteção e assistência das sociedades indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores (SPIILTN) foi criado a partir do Decreto Federal de nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Inspirado na necessidade do Estado em intervir nas violências cometidas contra os indígenas no processo de interiorização do Brasil, o órgão visava protegê-los, ao passo que oferecia os caminhos para a civilização. Nesse contexto, as sociedades indígenas deveriam ser integradas à nação, tornando-se trabalhadores nacionais.

Esta nova política indigenista, formulada no início do século XX, baseou-se na ideia de que os indígenas estariam condenados ao desaparecimento por conta do seu desamparo. Desse modo, caberia a eles apenas se desfazerem na homogeneidade da sociedade nacional (Paoli, 1983). Inspirados nos preceitos do positivismo de Auguste Comte, os membros do SPIILTN defendiam que uma vez garantida a autonomia das sociedades indígenas, elas evoluiriam espontaneamente através do amparo do Estado. Segundo Rocha:

Trata-se de uma ideologia que quer libertar-se da ordem anterior, clerical, escravocrata e oligárquica, e que apresenta como saída para a sociedade brasileira um rígido disciplinamento da mesma através da sua tutela pelo Estado. O positivismo procura novas soluções para o problema do índio. Como ideologia, baseia-se em uma visão bastante rígida da humanidade, cujo processo histórico segue uma evolução linear. Os índios são vistos como exemplos de um dos estágios da evolução humana, o animista. Conseqüentemente, não eram capazes de pensamento racional e objetivo, podendo evoluir, entretanto, através da proteção e da educação. Para os positivistas, apenas cabia ao Estado respeitar o estágio de evolução dos índios, sustando sua possível dizimação, deixando que, com o correr do tempo, de forma suave, eles atingissem o estágio da civilização. (Rocha, 1993, p. 11-12).

Tendo como sede na capital do Brasil, na época a cidade do Rio de Janeiro, a implementação do SPIILTN se deu por meio da criação de Inspetorias Regionais espalhadas por todo o país, dividindo-se entre “o trabalho de ‘incorporação dos índios à sociedade

civilizada’ por meio de sua fixação em Postos e Colônias Agrícolas e a localização e estabelecimento do ‘trabalhador nacional’ junto à Centros Agrícolas” (Martins, 2012). De acordo com o Decreto nº 8.072/1910, esses centros agrícolas:

consistiam em áreas de terras férteis destinadas ao assentamento de trabalhadores rurais na faixa etária de 21 a 60 anos sem condenação por crimes. A esses trabalhadores seriam destinados ações e instrumentos de assistência (ferramentas, sementes, transporte, além de assistência médica, escolar e técnica) e lotes de terra, desde que exercessem atividade agrícola. Visava-se com isso incentivar o trabalhador à atividade produtiva, fixá-lo no território regional, evitando êxodos rurais, planejar o uso ordenado da força de trabalho nacional e, por fim, inserir os indígenas em definitivo na lógica produtiva capitalista. Esses centros, para os indígenas, seriam espaços finais de operação de sua transitoriedade para a condição de trabalhadores nacionais, produtivos segundo a lógica capitalista (Araújo, 2024, p. 98).

Em 1918, o órgão indigenista se separou do setor de Localização de Trabalhadores Nacionais, transformando-se em Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Todavia, apesar dessa mudança, o SPI manteve os mesmos princípios e ações que vinham sendo implementados anteriormente no trato com as sociedades indígenas. Por conseguinte, atrelado à ideia da proteção e assimilação, os membros do órgão federal concebiam os povos indígenas como sujeitos incapazes de autonomia para o gerenciamento da própria vida. Por conta disso, eles deveriam ser tutelados, ao passo que se adaptassem a civilização, conforme expressa a Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que estabeleceu o “Código Civil dos Estados Unidos do Brasil”:

Art. 6º São incapazes relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:
I - Os maiores de 16 e os menores de 21 anos.
II - Os pródigos.
III - Os silvícolas.
Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País. (Brasil, 1916)⁹.

Na lógica da tutela, o Estado exerceria seu poder sobre as sociedades indígenas, suas tradições e seus territórios. A respeito dessa temática, Lima (1995) nomeou essa ação estatal de “poder tutelar”. Para o antropólogo e historiador, o exercício do poder tutelar consiste em “obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual

⁹ Na maioria dos documentos do século XX, as sociedades indígenas eram chamadas de “silvícolas”, fazendo referência ao indivíduo que habita na selva.

incidirá” (Lima, 1995). Nesse contexto, tal poder estatizado e de abrangência nacional utiliza-se da matriz militar da guerra de conquista como forma de vigilância. Portanto:

trata-se de *sedentarizar* povos *errantes*, vencendo-lhes – a partir de ações sobre suas ações e não de violência – sua resistência em se fixarem em lugares definidos pela administração, ou de capturar para esta rede de aparelhos de gestão governamental outros povo com longo tempo de interação com o conquistador, operando para tanto com a idéia de um mapa nacional (Lima, 1995).

Sob esta ótica, o Decreto de nº 10.652/1942, no qual definiu o regulamento do SPI quando ele estava subordinado ao Ministério da Agricultura, estabeleceu que cabia ao órgão “dar ao índio ensinamentos uteis, procurando despertar nele os sentimentos nobres, incutir-lhe a idéia de que faz parte da nação brasileira e, ao mesmo tempo, prestigiar as suas próprias tradições e manter nele, bem vivo, o orgulho de sua raça e de sua tribo” (Brasil, 1942). Em complemento, o SPI deveria “exercer sobre o índio, de qualquer categoria, na forma da legislação vigente, a tutela que lhe deve ser prestada pelo Estado, zelando pela preservação, conservação e desenvolvimento de seu patrimônio” (Brasil, 1942).

Ademais, seria necessário “envidar esforços por melhorar as condições materiais da vida indígena, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais” (Brasil, 1942), como também “criar postos, visando atrair o índio e fixá-lo pela cultura sistemática da terra e estabelecimento das indústrias rudimentares mais necessárias” (Brasil, 1942).

A fim de estabelecer o controle sobre o território, mostrou-se necessário implementar mecanismos para contactar e atrair os povos indígenas. Nesse sentido, criaram-se povoações indígenas chamadas de postos indígenas (PI). Os PI correspondiam a unidades de implementação das políticas indigenistas, tendo suas atividades divididas em dois eixos: o da assistência, e o da proteção e controle.

A prática da tutela era colocada como um dever do Estado na garantia do desenvolvimento e progresso da sociedade brasileira. O PI “tornava-se, nessa esfera, a circunscrição onde o Estado agenciava diretamente a sua principal finalidade por meio do SPI: a assimilação do indígena à sociedade nacional” (Araújo, 2024, p. 112). Diante disso, o ensino nas escolas dos PI e os simbolismos conferidos às práticas submetidas aos indígenas contribuíram para a construção de uma memória histórica na qual as sociedades indígenas foram concebidas como meros espectadores e sem nenhuma agência.

Nas celebrações do “Dia do Índio” nos PI, Mendoza expressa que:

Nesses espaços, o Dia do Índio adquiriu a forma de um sistema pedagógico, dirigido a construir as representações nacionalistas entre as populações indígenas incorporadas à nação. A difusão do projeto cívico achou no Dia do Índio, o espaço ideal para construir as representações nacionalistas; corporalizando e materializando os discursos nacionais entre as populações indígenas (Mendoza, 2005, p.78).

A afirmação de Mendoza (2005) pode ser exemplificada a partir do Aviso Mensal¹⁰ do Posto Indígena de Nacionalização (PIN) Guido Marlière, produzido em 1944, que narra a celebração do 19 de abril e as solenidades realizadas no posto. Dentre as práticas mencionadas, podemos identificar o hasteamento da bandeira nacional e o canto do hino nacional. Outra prática descrita, que era recorrente nas comemorações de efemérides nos PI, é a inauguração do retrato do presidente da época, Getúlio Vargas. Os discursos proferidos pelos representantes do SPI também revelam a tentativa de construir e internalizar entre as sociedades indígenas o sentimento de pertencimento à nação brasileira.

X-Aviso Mensal do P.I.N. Guido Marlière - Abril - I.R.

Com invulgar entusiasmo foi comemorado nosso P.I.N. o dia do Índio, cujo programa das solenidades foi o seguinte: As 8 horas do dia 19 todos os índios, servidores e os escolares nos seus uniformes se achavam no prédio da escola onde procedeu-se o hasteamento do pavilhão nacional, sendo por essa ocasião cantado pelos presentes o Hino Nacional. As 13 horas novamente reunidos no salão da escola, se fez a inauguração do retrato do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República, de baixo de calores salvas de palmas, sendo em seguida cantado pelos alunos o Hino Nacional o que foi acompanhado pelos presentes. Discorrendo sobre a personalidade do Sr. Dr. Getulio Vargas, em breves palavras, falou o Sr. Inspetor Vicente Anatolio Pinto Coelho, explicando aos índios que a inauguração daquele retrato era uma justa homenagem deles ao Presidente que maior interesse tem demonstrado pela causa dos índios nesses últimos tempos cujo aniversário transcorria também naquele dia. Falou em seguida a auxiliar de ensino S.D. Luzia Melo, sobre o papel desempenhado pelo índio na formação da nacionalidade brasileira, de seus feitos heróicos, principalmente quando da expulsão dos holandeses. Terminada a palestra da auxiliar de ensino, que muito agradou a todos, seguiu-se uma série de recitativos, salientando nesses números os alunos índios José Anato, Euclides e Nijalda. As 14:30 foi servido aos escolares e aos índios em geral uma farta mesa de pães, leite e café (Brasil, 1944).

¹⁰ As atividades dos Postos Indígenas eram registradas por meio de avisos mensais produzidos pelos chefes dos postos e enviadas ao SPI para que fossem publicadas no Boletim do órgão indigenista.

A partir desse documento, conseguimos compreender, na prática, como as políticas indigenistas e o pensamento positivista dos membros do SPI eram conferidos às sociedades indígenas. Nesse período, o indígena deveria ser transfigurado em um cidadão/trabalhador nacional. Contudo, o discurso da assistência pelo Estado revelava-se, nas entrelinhas, um enorme paradoxo, pois a “proteção” do Estado na verdade exigia que o indígena abandonasse seus costumes e tradições, ao passo que perdesse a sua cultura.

Considerações finais

A institucionalização do Dia dos Povos Indígenas no calendário nacional brasileiro se deu em um momento no qual o governo da época, o Estado Novo, implantou um projeto multifacetado que buscava construir um Brasil “mais independente economicamente, mais integrado politicamente e socialmente mais unificado” (Garfield, 2000, p. 14). Nesse contexto, a enorme pluralidade étnica que as sociedades indígenas representavam revelou-se um obstáculo para o progresso da nação. Portanto, os indígenas precisariam ser homogeneizados e integrados à sociedade brasileira, a fim de garantir a soberania nacional.

A partir disso, a celebração do dia 19 de abril passou a ser integrada à agenda indigenista do Serviço de Proteção aos Índios, que utilizou-se do discurso nacionalista e da ritualização da efeméride como artifício do projeto de nacionalização dos povos indígenas. Como uma forma de legitimar e fortalecer o seu regime, Vargas valeu-se de diferentes celebrações cívicas. Nesse sentido, podemos pensar que a alteração do calendário nacional de um país exemplifica uma tentativa de controlar o tempo obtendo poder.

As “datas, heróis, monumentos, músicas e folclore se conjugam na montagem da memória nacional e, se esta tem consciência, produz-se um importante reforço à coesão social” (Oliveira, 1989, p. 174). Posto isso, a memória é uma construção, carregada de lembranças e esquecimentos. Assim, cabe a nós pensarmos de que forma ela é construída e por quem. A respeito da celebração do Dia dos Povos Indígenas, devemos questionar que narrativas estão sendo contadas, que sujeitos estão sendo exaltados e por que certos indivíduos e acontecimentos estão sendo esquecidos.

Neste caso, o Estado brasileiro, ao consagrar uma efeméride dedicada a celebrar os povos indígenas, tornou-se detentor da perpetuação dos discursos e construção de memórias em relação aos indígenas. Instituído como uma tradição inventada, a celebração do antigo

“Dia do Índio” enraizou-se na cultura brasileira, inculcando valores, normas de comportamento e discursos.

Fortaleceu-se no imaginário popular a ideia simplória do indígena folclorizado e primitivo. No ensino nas escolas, solidificou-se a prática de vestir as crianças com vestimentos que remetem às que os indígenas utilizam, forjando um estereótipo completamente errôneo de que todos os povos indígenas são iguais. A definição de como e por quem essa celebração deve ser realizada silencia discursos alternativos, consolidando uma narrativa única sobre tais sujeitos.

A fim de pensarmos em narrativas plurais, que destacam o protagonismo e agência das sociedades indígenas, concebemos o Dia dos Povos Indígenas como um lugar de memória (Nora, 1993), no qual uma sociedade ancora suas memórias e que possibilita o retorno ao passado por meio de sua rememoração. Ao interpretarmos o dia 19 de abril como um espaço de memórias, entendemos que essa data é capaz de estabelecer uma conexão com o passado, resgatando narrativas submersas e ocultas, mas também contestando narrativas cristalizadas e consagradas como absolutas. Para falar sobre a função da memória, Elizabeth Jelin expressa que:

La memoria tiene entonces un papel altamente significativo, como mecanismo cultural para fortalecer el sentido de pertenencia a grupos o comunidades. A menudo, especialmente en el caso de grupos oprimidos, silenciados y discriminados, la referencia a un pasado común permite construir sentimientos de autovaloración y mayor confianza en uno/a mismo/a y en el grupo (Jelin, 2002, p. 9-10).¹¹

Sendo assim, o debate acerca dos significados do Dia dos Povos Indígenas demonstra-se essencial para pensarmos em novas possibilidades de celebrar esse dia. Para além de ser uma comemoração, no sentido da celebração de uma festa, deve-se destacar não somente nessa data, como em todos os dias, a importância de dialogarmos sobre e com os povos indígenas, sobre a luta pela garantia e reconhecimento de seus direitos e sobre os seus protagonismos e agências no curso da história. Posto isso, a fim de pensarmos acerca das memórias históricas e seus múltiplos significados, devemos “imaginar cartografias, camadas

¹¹ Tradução nossa: “A memória desempenha, portanto, um papel altamente significativo como mecanismo cultural para fortalecer o sentimento de pertencimento a grupos ou comunidades. Frequentemente, especialmente no caso de grupos oprimidos, silenciados e discriminados, a referência a um passado compartilhado permite a construção de sentimentos de autoestima e maior confiança em si mesmo e no grupo.” (Jelin, 2002, p. 9-10).

de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito ao evocar diferentes histórias de fundação" (Krenak, 2022, p. 18).

Fontes

BRASIL. **Decreto-Lei 5.540, de 2 de junho de 1943**. Considera “Dia do Índio” a data de 19 de abril. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1943.

BRASIL. **Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910**. Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1910.

BRASIL. **Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942**. Aprova o Regimento do Serviço de Protecção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1942.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1916.

BRASIL. **Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022**. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Brasília, 8 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério de Agricultura / SPI. **Aviso Mensal do P.I.N. Guido Marlière- Abril - I.R.4.**, Boletim SPI, No. 30, Rio de Janeiro, 31 maio de 1944, p.145.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. Ministério da Agricultura. **19 de abril. O dia do índio. As comemorações realizadas em 1944 e 1945**. 1º. volume, Publicação Nº. 100, 1946.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. **Acta Final del Primer Congreso Indigenista Interamericano**. México, D. F. Marzo, 1948.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Dárcya Jeanne Silva de. “E de todo esse trabalho, resulta que o índio torna-se um índio melhor”: a tutela estatal e a atuação do SPI entre os Potiguara na Paraíba. **História Unicap**. Recife: v. 11, n. 21, jan./jun., p. 95–116, 2024.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos; MACIEL, Roseli Martins Tristão; OLIVEIRA, Fernanda Alves da Silva. O Dia do Índio na escola não indígena – uma tradição que precisa ser (des)inventada. **Revista História em Reflexão**. v. 15, n. 31, 2022.

BRANDÃO, Cristina de Jesus Botelho. **A construção discursiva da comemoração do dia do índio no Museu do Índio pela mídia televisiva**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CAMACHO, Roberto Pineda. El Congreso Indigenista de Pátzcuaro, 1940, una nueva apertura en la política indigenista de las Américas. **Baukara**. Bogotá: n. 2, jul./dez., p. 10–28, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8ª. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 20, n. 39, p. 15–42, 2000.

GIRAUDO, Laura. Celebrar a los indígenas, defender al indigenismo: el “Día del Indio” y el Instituto Indigenista Interamericano. **Estudios Ibero-Americanos**. v. 43, n. 1, p. 81–96, 2017.

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan. **La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales, 1940-1970**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2011, p. 21-98.

HOFBAUER, Andreas. Roquette-Pinto: uma vida dedicada ao progresso da nação. **Estud. Hist.** Rio de Janeiro: v. 22, n. 44, jul./dez., 2009.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Colección Memorias de la Represión. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KAN, Elio Masferrer. El instituto indigenista interamericano. **Boletín de Antropología Americana**, n. 13, p. 107-122, 1986.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARTINS, Fernanda Santa Roza Ayala. **O serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais e a política agrária na Primeira República: grupos agrários, projetos e disputas no Maranhão (1910-1918)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2012.

MENDOZA, Carlos Alberto Casas. **Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento Brasil-México (1940-1970)**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, n. 4, 1989.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. O sentido histórico da noção de cidadania no Brasil: onde ficam os índios? In: **COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO**. O índio e a cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RANGER, Terence; HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROCHA, Leandro Mendes. **Da proteção fraterna ao integracionismo harmonioso: aspectos ideológicos da política indigenista – 1930/1967**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 1993.

SILVA, Giovani José da. O octogenário “Dia do Índio”: histórias e culturas indígenas em escolas brasileiras antes e depois da Lei n. 11.645/2008. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Grande Dourados, v. 16, n. 31, p. 82–101, 2022.

Dossiê permanente - Ensino de História

**A Quem Pertence o Tempo? Educação Patrimonial e Interseccionalidade no
Observatório Astronômico da UFRGS**

*Who Owns Time? Heritage Education and Intersectionality at the UFRGS Astronomical
Observatory*

Nicole Fernandes Alves,¹ UFRGS

Eduardo Silveira da Costa,² UFRGS

Resumo

Este artigo analisa a educação patrimonial como ferramenta pedagógica crítica no ensino de História, partindo da experiência de mediação pensada para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Observatório Astronômico da UFRGS. Propõe-se a desconstrução da neutralidade do Tempo, abordando-o como um patrimônio histórico e político em disputa. Sustentado no conceito de "longa duração" e na perspectiva da interseccionalidade, o texto problematiza a imposição da "Hora Certa" como um mecanismo capitalista que expropria o tempo da classe trabalhadora e inviabiliza o trabalho doméstico não remunerado. Conclui-se que interrogar o patrimônio temporal é um ato político essencial para reivindicar o direito ao tempo e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Tempo; Interseccionalidade; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

This article analyzes heritage education as a critical pedagogical tool in History teaching, based on a mediation experience designed for the Youth and Adult Education (YAE) public at the UFRGS Astronomical Observatory. It proposes deconstructing the neutrality of Time, addressing it as a disputed historical and political heritage. Supported by the concept of "longue durée" and the perspective of intersectionality, the text problematizes the imposition of the "Official Time" as a capitalist mechanism that expropriates the working class's time and invisibilizes unpaid domestic work. It concludes that questioning temporal heritage is an essential political act to claim the right to time and promote a truly inclusive and emancipatory education.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Licenciada em História (UFRGS). E-mail: nicolefalves@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7777180309388093>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2878-7968>.

² Licenciando em História (UFRGS). Email: esdcti@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3751371944541538>.

Keywords: Heritage Education; History Teaching; Time; Intersectionality; Youth and Adult Education.

Introdução

*Não me iludo
Tudo permanecerá do jeito
Que tem sido
Transcorrendo
Transformando
Tempo e espaço navegando todos os sentidos
(Tempo Rei, Gilberto Gil, 1984)*

Pensar o ensino de história para além dos muros da sala de aula constitui um enorme desafio para historiadores e historiadoras. Foi exatamente a partir da vivência prática no Estágio de Docência em História – Educação Patrimonial³, cujas mediações ocorreram no Observatório Astronômico da UFRGS⁴, que as reflexões deste artigo ganharam forma. A educação patrimonial surge, nesse cenário, como um instrumento valioso, rompendo com a tradicional dicotomia entre teoria e prática ao oferecer uma experiência de aprendizagem imersiva e significativa. No entanto, para que essa prática pedagógica não se torne superficial, é imprescindível o domínio da principal ferramenta de trabalho do historiador: o conceito. A clareza conceitual fornece a base teórica necessária para orientar as abordagens metodológicas, especialmente quando o ensino ocorre em espaços não tradicionais. Nesse sentido, como observa Maia (2024), não se pode neutralizar tais conceitos e fatos históricos, mas problematizá-los, instigando assim os estudantes a questionar as narrativas acerca daquele local.

O docente de História, consciente de seu papel social, não naturaliza os conceitos e os fatos históricos, mas os problematiza, desconstrói as narrativas e as apresenta com criticidade, por meio da investigação e da análise dos dados, levando o estudante a um ciclo de reflexões sobre o impacto dos eventos históricos e a realidade de sua vivência (Maia, 2024, p.14).

³ A prática pedagógica analisada neste artigo foi desenvolvida como requisito da disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial, ofertada pelo Departamento de História da UFRGS no semestre letivo de 2024/1.

⁴ O Observatório Astronômico da UFRGS é um patrimônio histórico e científico de Porto Alegre, tombado pelo IPHAE e pelo IPHAN. Sendo, atualmente, o único observatório astronômico do Brasil ainda no seu prédio de origem. O prédio histórico, além de suas funções de pesquisa e ensino astronômico, abrigou os instrumentos responsáveis pela determinação e irradiação da "Hora Certa" oficial para o estado do Rio Grande do Sul, serviço inaugurado em 1912 (Araújo, 2013).

Dessa forma, para fundamentar essa análise, é imperativo questionar inicialmente: o que é patrimônio? Ao analisar, percebemos que historicamente, o discurso patrimonial foi utilizado como ferramenta de legitimação das classes dominantes, apagando diversas formas de existir no mundo (John, 2012). Dentro do contexto do Brasil, a concepção inicial de patrimônio estabelecida na década de 1930 possuía uma visão estritamente eurocêntrica, excluindo outras cosmologias. Ao analisar o período, percebe-se que o patrimônio começa ganhar maior destaque no Brasil com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio do Decreto 25/1937, o qual destaca que

Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937, artº1).

Contudo, como apontam Funari e Pelegrini (2006), foi na década de 1980 que se consolidou uma nova percepção sobre patrimônio, indo além do artístico e intelectual. É dentro do período de Redemocratização, que a compreensão acerca do patrimônio toma novos rumos, a partir da Constituição de 1988, o patrimônio brasileiro passou a “abraçar” os bens de natureza material e imaterial como referência à identidade e à memória de diferentes grupos. Como é apresentado no Artº 216 da referida constituinte.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, destaque próprio).

Nesse sentido, a educação patrimonial vem se moldando com o passar dos anos e, enquanto ferramenta pedagógica, transcende os limites da sala de aula ao oferecer um contato direto com o patrimônio histórico. Podemos, então, notar que a prática de mediação em museus, exemplifica como a experiência sensorial e interativa com objetos e narrativas históricas pode transformar a percepção dos estudantes sobre o Tempo e a História. Este

processo possibilita que os participantes compreendam a história não como uma coleção de datas e fatos isolados, mas como um fenômeno dinâmico que influencia e é influenciado por indivíduos e comunidades.

É munida dessa visão ampliada e democrática de patrimônio que a prática de mediação transcende os limites da escola e transforma a percepção dos estudantes. Ao transpor os limites da escola para o próprio Observatório Astronômico, somos instigados a interrogar o patrimônio e a expandir a própria noção do que ele significa. É a partir dessa necessidade que este artigo se propõe a analisar um elemento que sempre esteve próximo do ofício do historiador: o Tempo. Tradicionalmente visto como uma linha contínua e abstrata, o Tempo precisou ser problematizado durante as mediações como um patrimônio histórico e político em si, que dita ritmos e organiza as diversas esferas da vida.

Para compreender o Tempo não apenas como medida cronológica, mas como um observador silencioso das estruturas sociais, recorreremos ao conceito de "Longa Duração" de Fernand Braudel (1965). Essa perspectiva teórica nos permite analisar as estruturas de longo prazo que moldam a sociedade através dos séculos. Assim como o Mediterrâneo foi o personagem central para Braudel, o Tempo assume aqui o protagonismo, revelando as camadas de desigualdade que se acumulam com o passar dos anos e evidenciando como certas práticas perpetuam a marginalização de grupos específicos.

Dessa forma, este artigo busca aliar a precisão conceitual da educação patrimonial à análise social crítica, partindo da mediação pensada aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Observatório da UFRGS. O objetivo central é compreender como o Tempo, atravessado pelas múltiplas interseccionalidades de classe, raça e gênero, é vivenciado de maneiras drasticamente desiguais. Pretende-se, assim, demonstrar como a problematização desse patrimônio permite questionar a quem a "Hora Certa" é destinada e de que forma o ensino de História pode atuar como um instrumento de denúncia e libertação.

O conceito como ferramenta: os desafios entre a teoria e a prática

Para além da mediação pedagógica vista apenas como um produto final, é estritamente necessário pensar e planejar quais conceitos serão abordados e problematizados durante a ação educativa. Nesse sentido, vale a seguinte provocação: o matemático utiliza a calculadora, o cirurgião utiliza os seus instrumentos cirúrgicos. Qual a ferramenta que nós, historiadores e historiadoras, utilizamos? Podemos, de certo modo, afirmar que uma das principais

ferramentas do nosso ofício é o conceito. Sem uma compreensão clara e articulada dos conceitos fundamentais, a transmissão do conhecimento histórico torna-se fragmentada e superficial. A imprecisão conceitual pode levar a interpretações equivocadas, dificultando o desenvolvimento de uma análise crítica e coerente dos fatos históricos.

Contudo, o ato de conceituar e de refletir teoricamente não é uma tarefa pacífica e costuma enfrentar fortes resistências estruturais no cotidiano docente e institucional. Como alertam Desvallées e Mairesse (2013), o trabalho no campo museal e patrimonial opera numa constante via de mão dupla entre a prática e a teoria, sendo a reflexão teórica frequentemente sacrificada diante das demandas e solicitações inesgotáveis do trabalho diário. No entanto, fugir desse aprofundamento é um risco severo, pois o exercício reflexivo é um estímulo absolutamente fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento das práticas ligadas ao patrimônio. Em áreas de conhecimento que operam diretamente com a sociedade, carece-se muitas vezes de uma maior precisão terminológica para que haja um diálogo e um reconhecimento efetivo nas interfaces com outras ciências humanas.

Nesse sentido, para que essa análise crítica ocorra de fato, é preciso compreender a História não como uma narrativa estática, mas como uma disciplina fundamentada em objetivos e procedimentos rigorosos. Como aponta Mattozzi (2008, p.139) sobre a estrutura desse conhecimento em que “a história é a disciplina que tem a finalidade de produzir conhecimentos sobre aspectos, fatos e processos do passado, mediante procedimentos regulados e controláveis e operações cognitivas e práticas de organização das informações e dos conhecimentos.”. É exatamente na execução dessas operações cognitivas e na organização estruturada das informações que o conceito atua como a ferramenta primária do historiador. Sem esse rigor conceitual, o professor perde o controle sobre os procedimentos metodológicos.

O domínio conceitual é, portanto, o que permite transpor esses procedimentos regulados para fora dos muros da escola. Quando a professora ou o professor entende o conceito como ferramenta indispensável, consegue transformar o patrimônio em um verdadeiro laboratório de saberes, onde o aluno é sujeito ativo na construção do conhecimento. Mattozzi (2008), ainda reforça essa conexão orgânica entre o ensino, o currículo e o território ao afirmar que

O professor pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico-didática que façam

uso dos bens culturais (arquitetônicos, monumentais, de museus, de arquivos...), com o objetivo de orientar os alunos para a produção de conhecimentos que dizem respeito ao território e aos bens culturais. Os processos de ensino e de aprendizagem que incluem bens culturais são relativos ao território e o devem incluir na atividade formativa. Esses produzem conhecimentos históricos com escala local e dão aos alunos a possibilidade de melhor compreender o cenário da sua vida (Mattozzi, 2008, p. 137).

Porém, é justamente nesse cenário formativo que a problematização se faz urgente e indispensável. Deixar os conceitos vagos, seja pela pressão do tempo ou pelo receio de debates complexos, enfraquece a teoria e a prática pedagógica. A educação patrimonial não pode ser reduzida a um mero passeio contemplativo ou à aceitação passiva das narrativas dominantes estipuladas pelo Estado. Ela exige uma postura incômoda, investigativa e, sobretudo, crítica. Ao proporem uma docência que atua nas bordas e nas fissuras de um currículo eurocentrado, Gil, Perussatto e Silva (2024) destacam a urgência de interrogar esses espaços

Entendemos ser necessário deslocar a aula para diferentes espaços da cidade, mergulhar nos arquivos e acervos e encontrar pistas para questionar o patrimônio e desmontar sua sacralidade, evidenciando ausências, silenciamentos, intencionalidades e escolhas (Gil; Perussatto; Silva, 2024, p. 34).

Nesse sentido, o domínio conceitual atua não para monumentalizar o passado, mas para interpelar a realidade de forma rigorosa. Nas palavras das autoras, a Educação Patrimonial consolida-se como "um caminho pedagógico para problematizar a memória oficial, questionar as escolhas patrimoniais, tornar visíveis os esquecimentos e as pessoas no contexto patrimonial" (Gil; Perussatto; Silva, 2024, p.34).

Portanto, a criação, o domínio e o refinamento dos conceitos são atividades essenciais para manter a integridade da História como disciplina científica e ferramenta de emancipação. É unicamente a partir dessa clareza metodológica que podemos interrogar os elementos invisíveis e estruturantes da nossa sociedade, como o próprio Tempo, analisando como ele atua sobre as diversas interseccionalidades da vida contemporânea.

Hora certa pra que(m)? As interseccionalidades do tempo

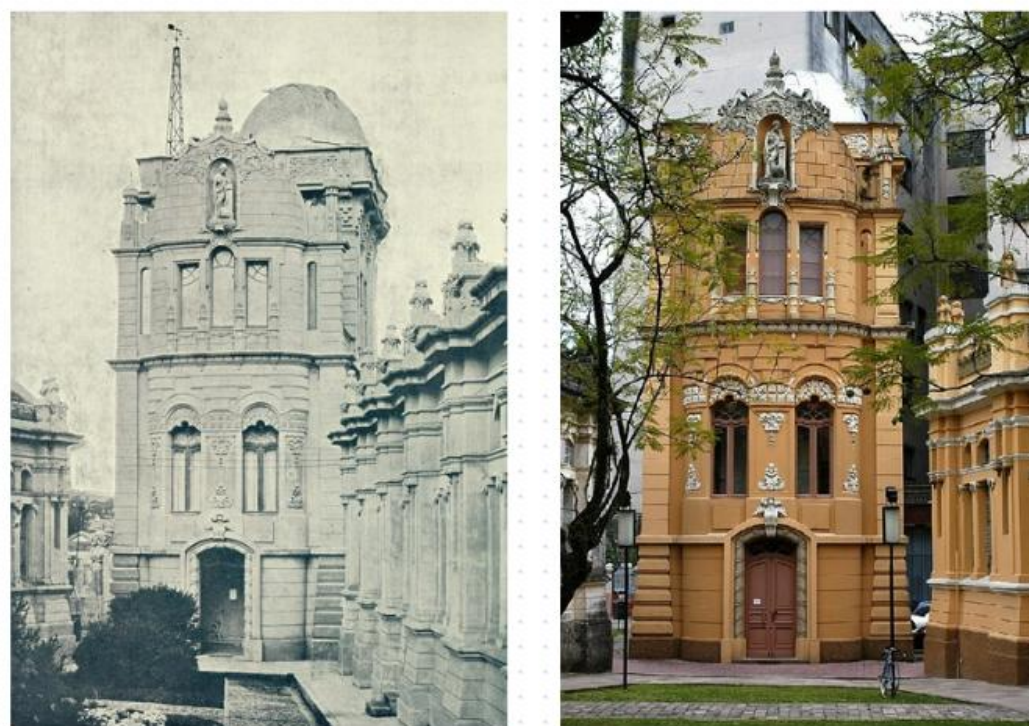
O pensamento em torno do “Tempo” sempre foi algo próximo do ofício de historiador. Assim, desde os primórdios o tempo tem seu local de destaque entre seus pesquisadores,

principalmente se analisarmos Heródoto (485-420 a.C), este cuja importância se deu por consolidar esse ofício entre os gregos (Barros, 2014). Ou melhor, a formação de uma corrente de pensamento que fez surgir uma ideia de que história não é feita apenas de fatos. Conforme pontua Bloch (2001), “a história é a ciência dos homens no tempo”. O Tempo, portanto, atua como o instrumento central dessa disciplina, sem ele, a análise histórica perde a sua própria significância. Nessa perspectiva, o Tempo não é apenas uma métrica abstrata, mas um personagem vivo e presente ao longo de si mesmo, assumindo um protagonismo semelhante ao que o Mar Mediterrâneo representou na vasta obra de Fernand Braudel.

Para compreender a profundidade desse "personagem" que atravessa e dita as dinâmicas sociais, é indispensável mobilizar o conceito de "longa duração". Ao refletir sobre como as permanências históricas afetam as sociedades, Braudel (1965) adverte para o peso das construções invisíveis que aprisionam a experiência humana

Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embarçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas se marcam como limites (envoltórios, no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. [...] os quadros mentais são também prisões de longa duração (Braudel, 1965, p. 268).

Nesse sentido, a contagem cronológica e “oficial” que rege a rotina moderna é, indiscutivelmente, uma dessas "prisões" conceituais e estruturais. Naturalizado e imposto de forma homogênea, o tempo oficial atua como um observador e perpetuador das disparidades sociais. A concretização dessa reflexão ocorreu de maneira ampla no dia 13 de agosto de 2024, durante uma mediação do Estágio de Docência em História realizada no Observatório Astronômico da UFRGS (Figura 1). É fundamental destacar que essa atividade pedagógica foi pensada e direcionada especificamente para estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Embora entraves burocráticos tenham inviabilizado a presença física desse público no dia da medição, fazendo com que a prática fosse executada, de forma adaptada, para os demais colegas da disciplina de estágio, todo o eixo crítico e a problematização mantiveram-se ancorados na realidade dos trabalhadores-estudantes.

Figura 1 – Fachada do Observatório Astronômico da UFRGS⁵

Fonte: Acervo do Museu do Observatório Astronômico da UFRGS. 2026.

Audiodescrição: Composição lado a lado de duas fotografias da fachada do Observatório Astronômico da UFRGS em épocas diferentes. À esquerda, uma foto histórica em preto e branco, datada de 1914. A imagem mostra um edifício de três pavimentos com arquitetura rica em ornamentos, janelas em arco, uma estátua da musa da astronomia Urânia em um nicho na parte superior e uma cúpula no topo direito. O prédio está isolado no terreno, cercado por muretas e pedestais de pedra lavrada, sem construções altas ao redor. À direita, uma fotografia atual e colorida do mesmo edifício. O prédio histórico está preservado e pintado em um tom vibrante de amarelo-ocre, com os relevos e ornamentos destacados em branco. A porta de entrada é de madeira escura. Diferente da foto antiga, o Observatório agora está cercado por árvores altas com folhas verdes, atrás vê-se a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Na calçada em frente, há postes de luz modernos e uma bicicleta encostada.

Ao adentrarmos a "Sala do Tempo" (Figura 2), o objeto escolhido como fio condutor da mediação debruçou-se sobre a própria noção do relógio de pêndulo. Esse instrumento histórico foi analisado não apenas como um objeto de horas, mas como um verdadeiro dispositivo de captura do "tempo", transformando o abstrato e intocável em algo “físico” e visível. Ao analisarmos a sua estrutura, construída em madeira nobre e repleta de detalhes entalhados à mão, emergiu uma reflexão fundamental: o próprio relógio, antes mesmo de ditar

⁵ Para uma exploração interativa e acessível do espaço físico e do acervo discutidos neste artigo, o Museu do Observatório Astronômico (MOA) da UFRGS disponibiliza um tour virtual em 360°. A visita online pode ser acessada pelo link: https://if.ufrgs.br/tour_virtual/observatorio_astronomico/.

o ritmo da cidade, já havia consumido o tempo de vida e o trabalho de um artesão. A máquina que passaria a controlar as horas da classe trabalhadora foi, ao mesmo tempo, erguida a partir da expropriação do tempo de um trabalhador manual.

Figura 2 - Sala do tempo/Meridiana



Fonte: Acervo do Museu do Observatório da UFRGS, 2026.

Audiodescrição: Fotografia colorida de uma sala de exposição com piso de madeira envernizada em tom castanho e paredes em bege claro. Em primeiro plano, à direita, há uma luneta meridiana de metal dourado, montada sobre um suporte cinza-escuro. Ao fundo, ao centro, destaca-se um relógio de pêndulo de madeira escura. Acima dele, um afresco representa Chronos alado, o deus do tempo, de cabelos e barba brancos, segurando uma foice enquanto surge parcialmente atrás de um grande globo terrestre escuro, com o continente americano visível. A cena é envolvida por nuvens sobre um fundo azul e emoldurada por elementos arquitetônicos ornamentados em tons de bege, dourado e vermelho. Ao lado do relógio central, há outros dois relógios de pêndulo, um de madeira, à esquerda, e outro protegido de vidro, à direita. Ainda à direita, observam-se duas janelas altas de madeira. Ao fundo, à esquerda, vê-se parte de uma escada em caracol de madeira.

Compreendida essa dimensão material e humana do objeto, a mediação passou a detalhar o funcionamento técnico da "Hora Certa". Tratava-se de explicar como o tempo era medido astronomicamente e, em seguida, disponibilizado para o uso da cidade. Sobre a mecânica desse cálculo e a sua difusão à população, Araújo (2013) descreve:

O objetivo prático desse Observatório era o cálculo de hora por observação de estrelas. Ela era assinalada quando ocorria a passagem de determinadas

estrelas sobre o meridiano 51°13' W⁶, observadas através da luneta meridiana e transferida como sinal de hora para os relógios de alta precisão. Toda a cidade podia ter acesso a estas informações para uso particular, comercial ou industrial. O acesso podia ser visual, através de lâmpadas instaladas em locais altos, visíveis à distância, como também por telefone ou por sinal elétrico para órgãos de administrações públicas, estadual e municipal (Araújo, 2013, p. 28).

A prática pedagógica em torno dessa engrenagem exigiu, contudo, a desconstrução imediata da pretensa “neutralidade” científica daquele serviço. Percebeu-se que a institucionalização do tempo não foi um mero avanço da astronomia, mas uma ferramenta de controle atrelada a um projeto de poder. Para explicar a intencionalidade por trás dessa sincronização urbana, Araújo (2013) destaca:

Os governantes riograndenses das primeiras décadas do século XX, predominantemente positivistas⁷, consideravam a industrialização o passaporte para a modernidade. Para tanto julgavam essencial contar com um padrão horário. Através dele seriam regulados os horários das atividades comerciais e industriais. Regular o tempo foi fundamental para a geração de eletricidade através de usinas a carvão. [...] A eletricidade serviu para o funcionamento dos primeiros bondes elétricos viabilizando o transporte e a mobilidade urbana (Araújo, 2013, p.26).

Atuar nas fissuras desse discurso patrimonial, que exalta a modernidade industrial e o progresso positivista, exige a formulação de uma provocação pedagógica e política central: afinal, "Hora Certa Pra Que(m)?". A difusão desse tempo “oficial” nasce como um mecanismo de ordenamento que dita o ritmo da sociedade de fora para dentro, estruturando a vida com base no comércio e na indústria, resultando até mesmo na invisibilização de outras cosmologias de percepção do Tempo. Para guiar essas discussões e materializar os conceitos abordados, utilizou-se um material didático no formato de *folder* (Figura 3-4), elaborado coletivamente pelo grupo de estagiários, que funcionou como um roteiro condutor das reflexões ao longo de toda a prática⁸.

⁶ Longitude aproximada de Porto Alegre (Araújo, 2013).

⁷ Cabe ressaltar que a forte influência da filosofia positivista no Rio Grande do Sul moldou um projeto de Estado focado no "progresso" material. Como analisa Bakos (1998) em seus estudos sobre as administrações municipais em Porto Alegre, esse projeto interveio profundamente na cidade por meio de reformas urbanas e sanitárias que visavam instaurar a "ordem" burguesa, resultando no controle do espaço público e na marginalização das classes populares.

⁸ O material didático impresso (*folder*) mobilizado na mediação foi concebido e desenvolvido em conjunto por todos os quatro discentes que realizaram o estágio durante a disciplina de Estágio de Docência em História.

Figura 3 – Material didático impresso (Lado-A)



Fonte: Elaboração própria. 2024.

Audiodescrição: Folder informativo em formato vertical, com fundo cinza claro e detalhes gráficos em verde-escuro. O conteúdo está organizado em três colunas, combinando textos e fotografias. Na coluna da esquerda, o título "HORA CERTA PRA QUEM?" aparece em letras verdes. Abaixo, um texto explica a importância da medição precisa do tempo para o funcionamento do Observatório Astronômico da UFRGS e, na parte inferior, há uma fotografia em tom sépia do interior do observatório, mostrando pessoas ao redor de equipamentos científicos. Na coluna central, há uma fotografia de um relógio de pêndulo de madeira escura. Abaixo, o título "RELÓGIOS DE PÊNDULO", em letras brancas sobre fundo verde, é seguido por um texto que descreve a função desses relógios na definição da hora oficial de Porto Alegre e convida o visitante a refletir sobre para quem o tempo é marcado. Na coluna da direita, há uma fotografia da Sala Meridiana, onde se observa uma luneta meridiana em primeiro plano, relógios de pêndulo e, ao fundo, um afresco de Chronos, o deus do tempo. Abaixo da imagem, o título "SALA MERIDIANA", em verde, introduz um texto que explica como o observatório utilizava a passagem das estrelas pelo meridiano para ajustar os relógios locais e propõe uma reflexão sobre o tempo como patrimônio cultural.

Figura 4 – Material didático impresso (Lado-B)



Fonte: Elaboração própria. 2024.

Audiodescrição: Folder informativo em formato vertical, com fundo em tons de verde e cinza, organizado em três colunas. Na coluna da esquerda, há uma fotografia do prédio histórico do Observatório Astronômico da UFRGS visto entre árvores. Abaixo, o título "OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO DA UFRGS" aparece em letras brancas, seguido de um texto que apresenta a instituição como um dos mais antigos observatórios do Brasil, destacando sua atuação em ensino, pesquisa, divulgação científica e visitas guiadas. No rodapé, há ícones de licenças Creative Commons. Na coluna central, há uma fotografia de uma luneta instalada sob um teto de madeira. Abaixo, um mapa indica a localização do observatório, seguido do endereço Av. Osvaldo Aranha, 5/N, Centro Histórico, Porto Alegre, do site do observatório e dos logotipos da UFRGS, do Observatório Astronômico e da Faculdade de Educação. Na coluna da direita, o título "SOBRE NÓS", em letras brancas, apresenta um texto informando que a equipe responsável pela exposição é formada por estudantes do curso de História da UFRGS, participantes de estágio, com supervisão de docentes da universidade e da equipe técnica do observatório. Abaixo do texto, cinco pequenos círculos brancos aparecem alinhados horizontalmente. Na parte inferior, há uma fotografia em preto e branco mostrando um homem utilizando a luneta equatorial. A legenda informa que a imagem retrata Emílio Morize observando na luneta equatorial Gautier em 1910, pertencente ao acervo do Museu do Observatório Astronômico.

Para desvelar os impactos perversos dessa imposição temporal sobre a totalidade do tecido social, a interseccionalidade surge como uma matriz analítica essencial⁹. Longe de ser

⁹ Embora mobilizamos aqui a síntese analítica por meio de Collins e Bilge (2020), é imperativo reconhecer que o conceito de "interseccionalidade" foi cunhado originalmente pela jurista e intelectual negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989). A autora utilizou o termo para demonstrar, no âmbito do direito antidiscriminatório, como as opressões de raça e gênero não atuam de forma isolada, mas se cruzam, criando vulnerabilidades

compreendida como uma mera soma de preconceitos, o conceito tratado por Collins e Bilge (2021) propõe um aprofundamento investigativo sobre as matrizes de dominação

[...] a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais (Collins e Bilge, 2020, s/n).

Sob essa lente analítica, nota-se que a contagem hegemônica das horas invisibiliza completa e violentamente as dinâmicas de vida que operam à margem da matriz produtiva dominante. A partir da mediação realizada, temos, por exemplo, vivência da maternidade atípica¹⁰, citada por uma das estudantes, expõe a crueldade dessa assimetria temporal contínua. Com isso, percebe-se que o tempo do cuidado não obedece à lógica pontual e disciplinar do relógio do Estado ou da fábrica.

A partir das vivências compartilhadas, constata-se que, para essas mulheres, o tempo difere drasticamente daquele vivenciado por seus pares. Pela ótica da interseccionalidade, evidencia-se que o tempo da mãe atípica lhe é expropriado por uma sobreposição de jornadas que não são contabilizadas pelo "tempo oficial": o trabalho doméstico não remunerado, a invisível e implacável logística de terapias para os filhos e as rígidas demandas de sobrevivência econômica. Essa dinâmica reflete as apontadas por Zart (2019) ao analisar a submissão e a dupla ou múltipla jornada de trabalho feminina. Fica evidente que a divisão desigual das tarefas e a naturalização do cuidado como uma obrigação exclusiva da mulher criam uma sobrecarga estrutural que invisibiliza este esforço contínuo, mantendo estas mães à margem do tempo que é valorizado e reconhecido socialmente.

Os desdobramentos dessa barreira temporal invisível atingem os espaços educacionais, revelando que a expropriação do tempo atravessa múltiplas trajetórias. Contudo, mais do que focar na exclusão imposta pelo sistema, é imperativo observar a resiliência a estes sujeitos. Durante a mediação, ficou evidente que tanto a estudante universitária (mãe atípica) quanto os alunos da EJA partilham não apenas uma vulnerabilidade estrutural, mas uma insistência na educação. Mesmo após terem as suas horas diárias consumidas e esgotadas por demandas que

específicas para as mulheres negras que o sistema jurídico hegemônico é incapaz de ler de forma fragmentada (cf. Kyrillos, 2020)

¹⁰ O termo "maternidade atípica" é utilizado para designar a realidade e os desafios enfrentados por mães de crianças, adolescentes ou adultos com deficiência, síndromes, transtornos globais do desenvolvimento (como o Transtorno do Espectro Autista - TEA) ou doenças raras, cujas demandas de cuidado e suporte exigem adaptações contínuas e intensas que fogem ao padrão do desenvolvimento neurotípico.

vão desde aos cuidados domésticos até as responsabilidades de trabalho formal/informal, estes estudantes regressam às salas de aula. Reivindicam, diariamente, o seu espaço na universidade e na escola, contrariando a lógica de uma sociedade que não lhes reservou tempo para a formação.

Para aprofundar a compreensão deste regresso no contexto da mediação, o trabalho de Arroyo (2017), torna-se indispensável. O autor destaca que, especificamente o público da EJA, não deve ser lido pela ótica da defasagem escolar, mas fundamentalmente pela sua condição de trabalhadores-estudantes. Historicamente constituída como o único espaço possível para sujeitos aos quais o direito básico à educação foi estruturalmente negado, a EJA funciona em grande maioria no período noturno. Ela recebe, portanto, os "passageiros da noite", sendo então, uma classe trabalhadora que adentra a escola, após cumprir uma intensa jornada de trabalho. Como defende Arroyo (2017), estes jovens e adultos carregam as injustiças com que a sociedade os castiga, mas levam para o espaço educativo, sobretudo, as resistências por libertação e a esperança de que a retomada dos estudos lhes garanta o direito a uma vida menos injusta e mais humana.

A volta aos estudos, para estes sujeitos, configura-se como um verdadeiro ato de coragem diante de rotinas tão precarizadas e ameaçadas. Quando a mãe atípica estudante e o trabalhador da EJA acessam os espaços educacionais, o atrito com o "tempo oficial" revela a rigidez do sistema face a essa persistência. Esbarram num modelo escolar que, de forma engessada, impõe uma pontualidade e um ritmo incompatíveis com as suas realidades materiais, falhando muitas vezes em acolher o esforço que representa o simples ato de ali estarem presentes.

A experiência no Observatório Astronômico transcendeu, assim, a mera visita a um espaço histórico. Interrogar o relógio e a sua "Hora Certa" revelou-se um ato de insubordinação contra uma estrutura que expropria sistematicamente as horas da classe trabalhadora e das mulheres sobrecarregadas pelo cuidado. A educação patrimonial, sob esse viés crítico, assume-se como uma práxis libertadora: em vez de reverenciar pacificamente o passado, fornece aos sujeitos os instrumentos para a disputa do seu presente. Reivindicar o direito legítimo ao tempo deixa de ser uma abstração para se tornar a condição essencial para que a teimosa presença desses estudantes na escola deixe de ser apenas um fardo de sobrevivência e se concretize, plenamente, como um projeto de emancipação.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, demonstrou-se que a educação patrimonial não se pode limitar à contemplação passiva de espaços de memória. Ela exige um rigor conceitual capaz de desconstruir narrativas "oficiais" enraizadas na sociedade. Ao adotarmos o conceito como ferramenta central da prática pedagógica, tornou-se possível alargar a própria ideia de patrimônio, interrogando o Tempo não como uma linha cronológica neutra, mas como uma herança histórica em constante disputa.

A vivência no Estágio de Docência no Observatório Astronômico da UFRGS concretizou o verdadeiro potencial transformador da educação patrimonial. Dessa forma, a própria mediação em torno da função da "Hora Certa" revelou que o patrimônio institucionalizado não é um dado inquestionável, como muito se pensa. Ao analisarmos o relógio "oficial", a prática educativa serviu para evidenciar que os usos do tempo atendem à lógica de produção contínua do capitalismo industrial, em compasso com o próprio período de modernização de Porto Alegre. A educação patrimonial atuou, assim, como uma virada de chave para compreender que este "patrimônio temporal" é atravessado por múltiplos marcadores de classe, gênero e raça. Com isso, o tempo acaba sendo vivenciado de maneiras drasticamente desiguais, determinando quem tem o direito de usufruir do próprio tempo e quem é dele expropriado.

O encontro foi atravessado por inúmeras realidades, desde o público pensado para a mediação (o público da EJA), até questões de maternidade atípica, demonstrando a urgência de uma educação patrimonial interseccional. O objeto de análise na mediação, o rigor do relógio hegemônico, serviu para denunciar a própria invisibilização do trabalho não remunerado do cuidado e a exaustão da classe trabalhadora. Através da educação patrimonial, compreendeu-se que o sistema educativo, ao adotar tempos inflexíveis, falha frequentemente em acolher o imenso esforço que o regresso aos estudos representa para estas pessoas, convertendo-se num espaço de exclusão.

Por fim, compreende-se que a educação patrimonial atinge a sua plenitude quando deixa de apenas reverenciar os objetos históricos e passa a fornecer instrumentos para tensionar as opressões do presente, como vivido na experiência do estágio, reafirmando que desconstruir a sacralidade do patrimônio é um ato político necessário. Ao transformar a "Hora Certa" num objeto de investigação crítica, a educação patrimonial garante que a reivindicação

pelo direito legítimo ao tempo deixe de ser uma abstração e se consolide como o alicerce para espaços educacionais verdadeiramente inclusivos e emancipatórios.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Cesar Augusto Papini. **A trajetória do Observatório Astronômico do Rio Grande do Sul (1907 a 1933):** tecendo relações entre história, ciência e patrimônio. 2013. Monografia (Curso de Museologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- AKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. **Estudos Avançados.** São Paulo: v. 12, n. 33, ago., p. 213-226, 1998.
- BARROS, José D'Assunção. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões.** Vitória, v. 32, p. 240-266, 2014.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História.** São Paulo, v. 30, n. 62, abr./jun., p. 261-294, 1965.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2026.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. 2013. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GIL, Gilberto. **Tempo Rei.** (Canção). Raça Humana (LP) Estúdio da Tuff Gong, Kingston, Jamaica; Estúdios Record Plant, Nova Iorque, Estados Unidos e Estúdios Nas nuvens, Rio de Janeiro, Brasil, 1984.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; PERUSSATTO, Melina; SILVA, Sarah Calvi Amaral. Ensinar história nas fissuras do patrimônio. **História & Ensino.** Londrina: v. 30, n. 2, jul./dez., p. 031–053, 2024.

JOHN, Nara Marlei. Identificação, Valorização e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. In: **Encontro Estadual dfe História (Anpuhrs)**, 11., 2012, Rio Grande do Sul. Anais [...]. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1343687593_ARQUIVO_TextoparaincluiarnosanaiseletronicosdoXIEncontroEstadualdeHistoria.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

KYRILLOS, Gabriela. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020.

MAIA, Mauricéia Aparecida Ferreira. **Educação Patrimonial: debate de conceitos e interpretações** - "Patrimônio cultural - Identidade e Memória" de Conselheiro Lafaiete - MG. 2024. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 47, jun., p. 135–155, 2008.

ZART, Paulina. **Dupla (ou Múltipla) Jornada de Trabalho Feminina e o Princípio da Igualdade**: reflexão sobre a submissão da mulher e a divisão desigual do trabalho doméstico. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, 2019.

Imagens

FIGURA 1 – Fachadas do Observatório Astronômico da UFRGS. **Observatório Astronômico da UFRGS**. 2026. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/observastro/tour/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

FIGURA 2 – Sala do tempo. **Observatório Astronômico da UFRGS**. 2026. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/observastro/tour/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

FIGURA 3 - Material didático impresso (Lado - A). 2024. **Acervo próprio**.

FIGURA 4 - Material didático impresso (Lado - B). 2024. **Acervo próprio**.

Artigos Livres

Francisco Adolfo de Varnhagen e a representação dos movimentos populares na “História Geral do Brasil”¹

Francisco Adolfo de Varnhagen and the representation of popular movements in “História Geral do Brasil”

Tainara Aparecida de Carvalho,² UFOP

Resumo

O artigo tem como objetivo compreender a forma como os movimentos populares foram representados na obra *História Geral do Brasil*, escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen e publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857. A partir da análise de diversos trechos do trabalho relacionados com essas manifestações, busca-se evidenciar a contribuição de diferentes segmentos sociais para a formação do país, muitas vezes ofuscada pelo destaque conferido às ações dos líderes políticos. Concluiu-se que as convicções políticas de Varnhagen afetaram significativamente sua escrita. Além disso, observa-se que o autor atribui ao povo um lugar específico e complexo em sua narrativa. Ao mesmo tempo que revela a presença dos cidadãos nos processos políticos, Varnhagen apaga ações populares de caráter revolucionário.

Palavras-chave: Historiografia; Varnhagen; Movimentos populares.

Abstract

The article aims to understand how popular movements were represented in the work *História Geral do Brasil*, written by Francisco Adolfo de Varnhagen and published in two volumes, in 1854 and 1857. Based on an analysis of various excerpts from the work related to these manifestations, it seeks to highlight the contribution of different social segments to the formation of the country, often overshadowed by the prominence given to the actions of political leaders. It was concluded that Varnhagen's political convictions significantly affected his writing. In addition, it is observed that the author attributes a specific and complex place to the people in his narrative. While highlighting the presence of citizens in political processes, Varnhagen downplays popular actions of a revolutionary nature.

¹Este artigo originou-se da monografia, *A representação das classes populares na obra “História da Independência do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen*, que, produzida com a orientação da Profa. Dra. Luisa Rauter Pereira, foi aprovada em fevereiro de 2024 no Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, área de concentração em Poder e Linguagens. E-mail: tainara.carvalho@aluno.ufop.edu.br.

Keywords: Historiography; Varnhagen; Popular movements.

Introdução

Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido em São João de Ipanema, era filho de uma portuguesa e de um engenheiro militar alemão contratado pela Coroa. Embora tenha passado a maior parte de sua vida fora do Brasil, pois trabalhava como diplomata para o Império, publicou obras relevantes sobre sua pátria: *História Geral do Brasil* e *História da Independência do Brasil*.³

Varnhagen, considerado um dos pilares da cadeia historiográfica, chegou a ser chamado de “Heródoto brasileiro”. Embora não se identificasse com nenhuma corrente teórica, orientava-se por uma série de noções gerais e difusas da moderna historiografia oitocentista que relacionavam-se com o estabelecimento da verdade histórica por meio da pesquisa em arquivos, da objetividade narrativa e de uma certa noção de imparcialidade.⁴ Além disso, suas produções têm como ponto de articulação a chamada “retórica da nacionalidade”, conjunto de estratégias discursivas utilizadas para persuadir os brasileiros de que todos compartilham de um passado comum, possuindo a mesma origem e identidade (Cezar, 2018).

A *História Geral do Brasil*, considerada a obra mais importante do Visconde de Porto Seguro,⁵ em linhas gerais, concretiza o plano de escrita definido por Carl von Martius. O naturalista alemão venceu o concurso criado por Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),⁶ com o objetivo de selecionar o melhor projeto de escrita da história nacional. Na proposta apresentada, o vencedor defendeu que a narrativa deveria se basear na fusão das três raças: branca, indígena e negra. Caso o Instituto seguisse seu projeto, essa miscigenação conferiria uma identidade específica à nação em formação, transformando o Brasil em um país onde diferentes povos coexistem.

³ Obra publicada postumamente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1916.

⁴ No Instituto, esse preceito relacionava-se à adoção de uma posição voltada à causa nacional, a qual se sobrepunha aos interesses particulares. Como a monarquia era frequentemente associada à defesa da nação, a ideia de imparcialidade que predominava no espaço do IHGB também se articulava à valorização do regime monárquico. Varnhagen, sócio da agremiação e intelectual que mantinha uma estreita relação com o Imperador D. Pedro II, adotou essa concepção de imparcialidade.

⁵ Varnhagen, através de um decreto do Imperador D. Pedro II, tornou-se Visconde de Porto Seguro em 1874.

⁶ Em 1838, intelectuais brasileiros criaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), uma instituição encarregada de unir os cidadãos do país, em especial as elites, em torno de um único sentimento nacional. Inspirado nas experiências europeias, o Instituto buscava coletar e publicar documentos relevantes sobre a história do Brasil, além de incentivar a produção de trabalhos sobre o tema.

No entanto, ao receber a tarefa de executar seu projeto historiográfico, von Martius recusou-a. Portanto, coube a Varnhagen transformar a proposta do naturalista alemão em uma das produções oitocentistas mais relevantes sobre a história do Brasil.

Esse projeto estava profundamente alinhado com o posicionamento ideológico adotado pelos sócios do IHGB. As narrativas construídas pelos intelectuais do Instituto apresentavam um viés conciliatório, autoritário e conservador. Além disso, os sócios da agremiação celebravam o legado europeu, pois “[...] a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa” (Guimarães, 1988, p. 6). Nesse contexto, atores sociais importantes para a formação do Brasil, como escravizados, indígenas e mulheres, foram relegados ao esquecimento. A proposta do naturalista alemão, embora destacasse a necessidade de um estudo aprofundado sobre os povos indígenas, atribui pouca importância à população negra, que, segundo o autor, atrapalhava o andamento do processo brasileiro de civilização.

Ao seguir o projeto criado por von Martius, Varnhagen imprimiu à narrativa suas próprias concepções sobre a formação histórica do Brasil. Porém, o resultado não agradou aos sócios do IHGB. A reação dos integrantes do Instituto à publicação da *História Geral do Brasil*, que não avaliaram o trabalho, deixou implícito que a obra havia desagradado. Segundo Guimarães (1995), a recepção pouco calorosa estaria associada às ideias que Varnhagen defendia com relação à religiosidade e à organização social dos nativos brasileiros.⁷ Os ataques aos jesuítas feitos pelo autor e a sua postura anti-indianista entravam em conflito com a posição adotada pelo Instituto, que buscava ressaltar a importância da atuação dos religiosos e via o indígena como um símbolo nacional. A partir da relação conturbada de Varnhagen com o IHGB, uma questão pode ser formulada: o autor, ao abordar os movimentos populares, reproduziu a tendência da agremiação de marginalizar esses episódios ou construiu uma interpretação própria?

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar os trechos da *História Geral do Brasil* em que o Visconde de Porto Seguro trata dos movimentos populares, identificando como essas ações foram narradas pelo autor. Dentre os estudos mais recentes dedicados à obra, destacam-se pesquisas sobre seu projeto historiográfico e sobre a representação dos

⁷Além dessa questão, é importante destacar que Varnhagen não atribuía à miscigenação o mesmo papel conferido por von Martius. Para o autor, a língua, as leis, a religião e o governo eram legados europeus, sobretudo português (Ledesma-Alonso, 2021).

indígenas, o que evidencia a necessidade de uma investigação mais aprofundada acerca do tratamento conferido às revoltas populares (De Sousa Sá, 2024; Almeida, 2020).

Neste trabalho, o conceito de movimentos populares empregado faz referência às reivindicações organizadas contra o domínio português por “[...] aquela massa deslocada, indefinida, mal enquadrada na ordem social, e na realidade produto e vítima dela [...]” (Prado Júnior, 1963, p. 283).

Análise da História Geral do Brasil

História Geral do Brasil foi publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857, sendo posteriormente revista pelo próprio autor em 1877. Neste trabalho, seguindo a ordem cronológica dos fatos, o historiador aborda, no primeiro tomo, o início da colonização, questões relativas aos povos indígenas e à escravidão africana; já no segundo, destacam-se a dominação holandesa, a administração do Marquês de Pombal e as conspirações em Minas Gerais. Por fim, já se aproximando temporalmente dos acontecimentos narrados, Varnhagen menciona a proclamação de D. Pedro como Imperador e exalta o trabalho de seu pai, Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, na Real Fábrica de Ferro de Ipanema.

O primeiro trecho analisado, encontrado na seção XVII do primeiro tomo, trata do governo de Duarte da Costa, português que entre os anos de 1553 e 1558, substituindo Tomé de Souza, foi governador-geral do Brasil Colônia. A administração do lusitano foi marcada pelos diversos conflitos gerados pela resistência dos povos indígenas à ocupação de suas terras pelos colonizadores. Segundo Varnhagen, essa situação não durou muito, já que Álvaro da Costa, filho do governador-geral, conseguiu capturar um dos líderes dos nativos. Mesmo com essa vitória, o cenário ainda era desfavorável para a família:

As mencionadas victórias não faziam o governador nem seu filho mais populares. Queixou-se o povo de que elles decidiam a guerra, sem tomar accordo com os que em taes negocios deviam ser mais interessados, e pediam por isso ao rei que o novo governador que fosse nomeado trouxesse a mulher, mas não filho homem solteiro, se o tivesse; pois agora pae e filho abusavam de tal modo, que só cuidavam de seus lucros [...] (Varnhagen, 1877, p. 270).⁸

O povo ocupa um papel secundário no trecho. Varnhagen destaca quais foram as ações de Duarte da Costa que incomodaram os habitantes da colônia, mas não menciona quais

⁸ A grafia de todos os trechos da *História Geral do Brasil* citados segue a forma como eles aparecem nas fontes.

foram as classes sociais que expressaram seu descontentamento e nem quais foram os principais articuladores do movimento. Apesar desse aspecto, o autor atribui um papel ativo a esse grupo. Ao ressaltar que o povo dirigiu suas queixas ao rei, o historiador sugere que esses indivíduos buscavam defender seus interesses por meio de reivindicações encaminhadas à Coroa.

Encontrado na seção XIX do primeiro tomo, o próximo trecho aborda os conflitos que ocorreram entre o povo e os jesuítas com relação à administração dos indígenas. A questão envolvia o desejo dos colonos de explorar a mão de obra dos nativos e os ideais filantrópicos dos religiosos. Segundo Varnhagen, os jesuítas se contradiziam, já que, embora defendessem a liberdade dos nativos, também usufruíam do trabalho indígena em seus domínios. A revolta da população relacionava-se com esse paradoxo:

Os povos viram, na pretendida philantropia e protecção dos Indios, uma verdadeira decepção contra elles, quando os braços começavam a escacear para as primeiras necessidades da industria. A côrte, sem conhecimento do character dos Indios, e influida pelos mesmos jesuitas, julgou a princípio dever libertar aquelles completamente. Representou o povo em contra, provando que os que pertenciam ás aldêas ou missões da Companhia eram sim absolutamente immunes, e protegidos contra toda a classe de tropel estranho, mas que, bem considerado o caso, eram verdadeiros servos; pois trabalhavam como taes, não só nos Collegios, como nas terras chamadas *dos Indios*, que acabavam por ser fazendas e engenhos dos padres jesuitas (Varnhagen, 1877, p. 313, grifo do autor).

O fragmento inicia-se de forma curiosa. Ao utilizar a palavra “povos”, Varnhagen não destaca a existência de um único coletivo que se opõe aos jesuítas, mas de vários. Assim, distancia-se da concepção de “povo” como uma classe homogênea e sugere a existência de diversos grupos sociais descontentes com a possível proibição da escravização indígena. Essa formulação não se mantém ao longo da passagem, pois o conceito generalizante de “povo” é adotado pelo autor em outra frase. A oscilação gera dúvida: tratava-se de diversos grupos reunidos em torno de um interesse comum, a manutenção da exploração da mão de obra nativa, ou de um coletivo homogêneo?

Encontrado na seção XXXIII do segundo tomo, o próximo trecho também faz referência a um conflito entre o povo e os jesuítas relacionado com a liberdade dos indígenas. Segundo Perrone-Moisés (1992), “[...] todos os autores que se dedicam, com interesses e abordagens diversas, ao estudo do período colonial reconhecem na questão da liberdade dos índios o “motor” da história colonial” (p. 115).

Dessa vez, o autor trata da reação popular ao *Breve Commissum Nobis*, bula promulgada pelo Papa Urbano VIII em 22 de abril de 1639. Nesse documento, o pontífice reconheceu a liberdade dos indígenas da América Portuguesa e Espanhola, proibiu sua redução à condição de escravos e estabeleceu uma pena para aqueles que desrespeitassem sua determinação, a excomunhão. A notícia do *Breve*, que só chegou às terras brasileiras em 1640, provocou diversos tumultos, revoltas e conflitos, o que culminou na expulsão dos jesuítas de várias cidades da Colônia. Nessas contendas, o destino dos nativos era o assunto principal: enquanto os colonos lutavam para que o sistema em que viviam se mantivesse vivo, já que a sua própria sobrevivência dependia do cativo indígena, os religiosos defendiam a liberdade dos nativos (Pinheiro, 2003).

No Rio, vendo os Jesuítas comprometida sua causa, e em perigo suas vidas n'um alboroto popular, em que o povo em massa fora de voz em grita á portaria do collegio, assentaram, de accordo com Salvador Corrêa, de propor uma transacção, por composição amigável, em que cada lado cedesse do mais exaggerado de suas pretensões (Varnhagen, 1877, p. 694).

A descrição de Varnhagen do episódio que se seguiu à notícia do *Breve* revela como o povo reagiu de forma violenta às determinações de Urbano VIII. A narração, além de evidenciar como os membros das classes populares rechaçavam leis que ameaçavam sua sobrevivência, ressalta como esses indivíduos, em certos cenários, recorriam à violência para evitar a implementação de mudanças em um sistema que lhes favorecia.

O Visconde de Porto Seguro ainda destaca como a situação foi resolvida:

Reunidos pois no collegio os procuradores dos padres e os da camara e povo, aos 22 de junho de 1640, declararam aquelles desistir dos direitos que podessem ter, com a publicação e execução da bulla, que exhibiam; bem como de serem parte em tal questão, ou de agenciarem por ella directamente em Roma, ou em qualquer outro tribunal, dando por nullo e subrepticio tudo quanto nesse sentido viesse em prejuizo do povo. Declararam mais que se não envolveriam na administração dos Indios que os moradores tivessem em suas casas, mas só nos das aldêas, dentro das quaes se obrigaram a não consentir que entrassem os dos particulares; e prometteram caridoso esquecimento do ataque feito ao collegio *in toto pro bono pacis*. — Pela sua parte a camara e povo comprometteram-se a desistir, e a retirar os capitulos e resposta que tinham dado em seu aggravo, sem disso tornar a tratar nem directa, nem indirectamente; salvo se os padres faltassem ao que capitulavam (Varnhagen, 1877, p. 694, grifo do autor).

A descrição da resolução do conflito feita por Varnhagen revela uma oposição entre as atitudes tomadas pelo povo e pelos religiosos e governantes. Segundo o autor, enquanto a

massa popular recorreu à violência para defender seus interesses, os demais envolvidos preferiram resolver a questão em torno da escravização dos indígenas por meio de uma reunião. A menção às concessões feitas pelos jesuítas e pela câmara, que decidiram não implementar as exigências da bula papal e esquecer o ataque cometido pela população contra os padres, reforça essa interpretação do episódio. A expressão latina *in toto pro bono pacis*⁹ e o adjetivo “caridoso”, empregado para qualificar a decisão dos religiosos e dos governantes de relevar a violência praticada pela população, também contribuem para criar a imagem de que esses sujeitos eram moderados e conciliatórios.

O próximo trecho aborda a Revolta de Beckman, movimento que ocorreu em São Luís, no Maranhão, entre 1684 e 1685. Segundo Varnhagen, essa foi “[...] uma respeitável revolução, que de novo expulsa os Jesuítas, e que [...] veio a ser a mais séria até então operada nestes domínios” (Varnhagen, 1877, 2º tomo, p. 775). Descrita na seção XXXVII do segundo tomo, essa revolta foi organizada por maranhenses descontentes com a atuação da Companhia de Comércio do Maranhão e com a liberdade dada aos indígenas pelos jesuítas.

Criada em 1682, a Companhia de Comércio do Maranhão era a única empresa autorizada a comprar e vender as mercadorias produzidas na capitania. Além disso, importava e comercializava, com exclusividade, outros produtos essenciais para o abastecimento da região. Em troca desses privilégios, a Companhia prometeu trazer milhares de negros escravizados para o território e vendê-los a preços acessíveis. “Esta última providência visava, de certo, a contentar os lavradores maranhenses, em virtude da campanha e da luta da Companhia de Jesús contra a escravização do indígena” (Diégues Júnior, 1950, p. 321).

A Companhia de Comércio do Maranhão não cumpriu sua promessa. Os negros escravizados não foram trazidos para a capitania, e, quando chegavam, eram vendidos por preços superiores aos previstos. Além disso, os produtos importados eram de má qualidade e os preços pagos pelas mercadorias dos maranhenses eram baixos (Diégues Júnior, 1950). Proibidos de utilizar a mão de obra indígena em suas lavouras, desprovidos dos escravizados prometidos e impedidos de comercializar seus produtos livremente, os colonos organizaram uma revolta:

O clamor era geral, e até do púlpito disse, com grandes aplausos, um pregador que o remédio a tantos males estava nas próprias mãos do povo. Em vez de dar alguma providência, o capitão mor encolhia-se, e a idéia de

⁹ No todo, pela promoção da paz.

uma revolução, que não podia deixar de triunfar, tomava corpo. Reunidos em grande número os conspiradores na cerca do convento de santo Antônio, na véspera de sexta feira de Passos, em que o povo em massa se reunira na cidade, 24 de fevereiro de 1684, foi ahi lançado o grito, sendo os principaes cabeças da sedição o portuguez Manuel Bequimão, senhor de engenho no Meary, e cuja palavra era fascinadora para o povo,- e seu irmão Thomaz Bequimão, poeta satyrico, advogado por inclinação, durante os doze annos anteriores, e que ia, por uma carta regia assignada justamente duas semanas depois do dia em que estalava a revolução, ser legalmente confirmado neste exercício (Varnhagen, 1877, p. 776-777).

No trecho, com a utilização do termo “revolução”, Varnhagen amplia a dimensão da revolta e a apresenta como uma ação de ruptura da ordem vigente. Ao afirmar que ele “não poderia deixar de triunfar”, o autor também constrói a ideia de que o movimento possuía uma força difícil de conter. Outra escolha lexical é interessante: o uso da palavra “fascinadora”, utilizada para qualificar o discurso de Manuel Beckman, que evidencia como as falas de um dos líderes do movimento conseguiam prender a atenção do povo.

Varnhagen mencionou alguns movimentos que, inspirados nos princípios franceses de *Liberté, Égalité, Fraternité*¹⁰, ocorreram no final do século XVIII e início do XIX. Na seção XLVIII do segundo tomo, o autor aborda a Conjuração Baiana, revolta que se caracterizou pela participação de negros e pardos, de brancos pobres e de membros da elite intelectual e econômica (Mendes, 2021). Ocorrido em 1798, esse movimento pretendia libertar a Bahia do domínio colonial português, estabelecer um governo republicano e pôr fim à escravidão.

As chammas incendiarias da revolução franceza não deixaram entretanto de saltar ao Brazil, e chegaram quasi a atear, pelas suas labaredas, na Bahia, em agosto de 1798, um incendio, que foi dias antes prevenido. Se a aspiração de Minas, tão patriotica em seus fins, tão nobre por seus agentes, e tão habilmente premeditada, julgámos que foi um bem que se mallograsse, com muita mais razão agradeçamos a Deus o haver-nos amparado a tempo contra est’outra, com tendencias mais socialistas que politicas, como arremedo que era das scenas de horror que a França, e principalmente a bella ilha de S. Domingos, acabavam de presenciar; sendo alias embalada ao santo grito de “liberdade, igualdade e fraternidade” (Varnhagen, 1877, p. 1052).

Varnhagen também faz comentários sobre os revoltosos:

Os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiam a quarenta; nenhum delles homem de talento, nem de consideração; e quasi todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos. A pouca valia dos revolucionários se deduz do modo estranho como projectaram levar á execução os seus planos (Varnhagen, 1877, 2º tomo, p. 1052).

¹⁰ Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Na primeira passagem, o Visconde de Porto Seguro compara a mobilização baiana com a Conjuração Mineira de 1789, que buscava livrar a capitania do controle lusitano, implantar uma república e reduzir impostos. Embora ambos os movimentos tenham sido influenciados pelos ideais iluministas e questionassem o domínio português, Varnhagen os apresenta de forma diferente. A conspiração mineira é descrita pelo autor como “nobre”, “patriótica” e “habilmente premeditada”,¹¹ enquanto a baiana é associada às “scenas de horror” que foram vistas na ilha de São Domingos e na França no fim do século XVIII.

Além desse aspecto, Varnhagen não apresenta os conspiradores baianos da mesma forma como faz com os envolvidos na Conjuração Mineira. Com relação aos primeiros, o autor não se detém nas trajetórias individuais dos participantes, não explora as motivações que os levaram a organizar o movimento e tampouco aborda as formas pelas quais esses sujeitos tiveram acesso às ideias Iluministas. Varnhagen limita-se a destacar a cor das peles desses indivíduos e suas posições sociais, “quase todos libertos ou escravos”. Quanto aos conspiradores mineiros, o historiador procura descrever a aparência de Tiradentes, homem que, segundo ele, “Era bastante alto e muito espaduado, de figura antipathica, e, feio e espantado” (1877, 2º tomo, p. 1024). Além disso, o Visconde de Porto Seguro ressalta como os sujeitos envolvidos nesse movimento eram letrados: “[...] chegava do Europa [...] José Alvares Maciel [...] depois de formar-se em philosophia em Coimbra [...]” (1877, 2º tomo, p. 1018). Essas escolhas feitas por Varnhagen, que apresenta os participantes da conspiração baiana como um coletivo homogêneo, enquanto individualiza os conspiradores do movimento mineiro, também evidenciam como os dois episódios foram apresentados de maneiras distintas pelo autor.

Na seção LII do segundo tomo, Varnhagen aborda outro movimento que foi influenciado pelas ideias iluministas: a Revolução Pernambucana de 1817. Com o aumento significativo da carga tributária após a chegada da corte ao Brasil, Pernambuco, uma das capitanias mais lucrativas, também se tornou a mais explorada. Diante disso, tanto membros das classes populares quanto homens de posses passaram a acreditar que o rei havia abandonado a região (Cabral, 2022). Assim, organizou-se “[...] a única insurreição

¹¹A Conjuração Mineira, justamente no período em que o historiador escrevia a *História Geral do Brasil*, foi resgatada e utilizada por diversos grupos políticos. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, visto como um patriota exemplar e sendo comparado a Jesus Cristo, “[...] era aceito por monarquistas, abolicionistas (monarquistas e republicanos) e republicanos” (Resende, 2013, p. 175).

anticolonial que conseguiu tomar o poder em toda a história da monarquia portuguesa. O novo país foi soberano durante 74 dias” (Souza, 2022, p. 2). Sobre esse movimento que pretendia libertar Pernambuco do domínio português e implementar ideias republicanas, Varnhagen destaca:

Assim da insubordinação provocada resultára o motim do quartel, que animára o tumulto popular: e triunfante este, porque o governador não cumpriu com os seus deveres, a revolução estava consummada; podendo-se dizer della que alguns a fizeram, poucos a applaudiram, mas quasi todos se foram submettendo (Varnhagen, 1877, p. 1130).

Nesse trecho, Varnhagen organiza os acontecimentos em uma sequência lógica. A insubordinação provocada pelos soldados da província, que capitularam e aderiram ao movimento revolucionário, teria levado o povo a se revoltar e, como o governador não cumpriu seus deveres, o movimento triunfou. Essa estrutura cria a impressão de que os fatos estão interligados e de que um episódio levou, inevitavelmente, a outro. Além disso, essa forma de interpretar o evento tende a reduzir a agência dos sujeitos envolvidos, pois, ao apresentar os acontecimentos como uma sequência inexorável, o autor diminui a importância atribuída às escolhas dos indivíduos.

Para Varnhagen, o movimento pernambucano foi desastroso. Além das despesas geradas pela repressão à insurreição, que seriam pagas pela colônia através dos tributos, houveram consequências políticas consideráveis:

[...] isto deve causar um motivo de suspeita da parte do governo, que temará toda e qualquer proposta de reforma, como symptoma de revolução, e uma correspondente timidez da parte do povo, que receará pedir reforma alguma, com o temor que d'ahi se sigam revoluções, ou suspeitas de haver vistas atraíoadas; e por tanto, os homens bons e cordatos, que realmente desejam ver remediados os abusos de sua patria, antes se sujeitarão aos males presentes do que se arriscarão ao maximo dos males, que é a dissolução do governo (Varnhagen, 1877, p. 1139).

Varnhagen distancia o povo das revoluções. Ao destacar o medo que esse grupo da sociedade, supostamente, apresentava em relação a esse tipo de movimento, o autor deixa implícita a ideia de que essa camada da população prefere a estabilidade à ruptura. Nesse trecho, o uso da palavra “realmente” ao qualificar os “homens bons e cordatos” também sugere a existência de outros sujeitos que poderiam se envolver nessas revoltas não pela defesa dos interesses coletivos, mas em benefício próprio.

Para o Visconde de Porto Seguro, além das consequências negativas, a Revolução Pernambucana também produziu um efeito benéfico. Esse movimento teria sido capaz de “[...] demonstrar ao povo do Brazil que as reformas nunca se devem procurar por meios injustos, quaes são os da opposição de força ao governo e effusão de sangue” (Varnhagen, 1877, 2º tomo, p. 1138). Nesse trecho, a atenção volta-se para o uso da palavra “nunca”. Ao empregar esse termo, o autor constrói a ideia de que o movimento pernambucano poderia servir como uma lição à população da colônia. Assim, a adoção do *topos* da história *magistra vitae*¹² se torna perceptível na narrativa.

Sobre o episódio, Varnhagen conclui:

Cabe desde já dizer que a revolução Pernambucana de 1817 não se recommenda, muito mais que a da Bahia em 1798, pelas suas peças officiaes, nem pelos seus actos ou projectos. Nada próprio a inspirar sentimentos de heroismo e de justiça, a enthusiasmar e engrandecer o povo! Tristes symptomas para um revolução em principio! (Varnhagen, 1877, 2º tomo, p. 1135).

A avaliação de que a Revolução Pernambucana não apresentava elementos capazes de entusiasmar o povo é reiterada em outras passagens: “[...] podendo-se dizer della que alguns a fizeram, poucos a applaudiram, mas quasi todos se foram submettendo” (1877, 2º tomo, p. 1130). Assim, Varnhagen constrói a narrativa de que uma das principais fraquezas do movimento pernambucano era a falta de apoio popular. Em sua interpretação, a adesão do povo aparece como um critério para avaliar a força de um movimento revolucionário.

Considerações finais

Varnhagen utiliza diversos recursos narrativos nos trechos em que aborda os movimentos populares: constrói frases que evidenciam o suposto contraste existente entre o comportamento adotado pela população e pelos governantes, utiliza termos que produzem ambiguidades e, ao mesmo tempo, recorre a palavras com significados mais delimitados. Em sua narrativa, também é notável a escassez de informações sobre essas revoltas organizadas pelas camadas mais baixas da sociedade. Na maior parte das vezes, esses recursos dificultam uma compreensão mais aprofundada dos episódios narrados.

Apesar dessas questões, a narrativa construída por Varnhagen em sua *História Geral do Brasil* consegue revelar, ainda que de forma breve, a participação ativa do povo na

¹² Essa tradição historiográfica vê o passado como capaz de transmitir valores e ensinar através do exemplo.

construção da nação brasileira. As descrições dos movimentos populares evidenciam a existência de episódios de mobilização e resistência da população diante de determinações que afetavam a ordem social.

Assim, conclui-se que havia um lugar complexo e específico para o povo na interpretação histórica do Visconde de Porto Seguro. O autor secundariza a participação popular de caráter revolucionário e, ao mesmo tempo, utiliza formas narrativas que revelam a presença dos membros das camadas mais baixas da sociedade nos processos políticos. O apagamento da atuação política das classes menos favorecidas não ocorre de forma explícita. Embora os movimentos populares sejam mencionados com frequência em sua obra, é nas entrelinhas da narrativa que se evidencia seu caráter conservador.

No século XIX, parte significativa das elites letradas privilegiou narrativas centradas nas ações dos grandes homens e em seus feitos heroicos, relegando ao povo um papel secundário. Esta pesquisa insere-se em um esforço historiográfico mais amplo que busca problematizar essa perspectiva, evidenciando como as classes populares participaram ativamente da construção da nação. A partir da análise da obra de Varnhagen, foi possível demonstrar que mesmo narrativas de caráter conservador preservam vestígios da agência dessas populações. Dada a complexidade do tema, ainda se faz necessário investigar de forma mais aprofundada a presença do povo nas obras historiográficas produzidas no século XIX.

Fontes

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil, antes de sua separação de Portugal**. 2. ed. Vienna: E. & H. Laemmert, 1877. 2 v. 1260 p., 14 fls. gravs.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. Povos Indígenas e “História Geral do Brasil”: permanências de depreciação e negação em Varnhagen. **História Unicap**. Recife, v. 7, n. 13, p. 249-262, 2020.

CABRAL, Flávio José Gomes. A Revolução de 1817 e suas Dimensões Internacionais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Sergipe, v. 1, n. 52, p. 77-100, 2022.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Autêntica, 2018.

DE SOUSA SÁ, Ana Priscila. Varnhagen, o IHGB e a escrita de uma história geral. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 13, n. 27, p. 268-285, 2024.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. As companhias privilegiadas no comércio colonial. **Revista de História**. São Paulo: v. 1, n. 3, p. 309-337, 1950.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: v. 388, p. 459-613, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, jan., p. 5-27, 1988.

LEDESMA-ALONSO, Ricardo. A historiografia nacional como «começo»: A Historia de Méjico de Lucas Alamán e a História Geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Mariana, v. 14, n. 35, p. 225-253, 2021.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Perspectivas de liberdade e igualdade na "Revolução" Baiana de 1798. **Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**. Sevilha, v. 23, n. 46, p. 103-123, 2021.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.115-133.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. Conflitos entre colonos e jesuítas na América portuguesa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTORIA ECONÔMICA, V, 2003. **Anais/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**. Belo Horizonte: ABPHE. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora brasiliense, 1963.

RESENDE, Augusto Henrique Assis. O Uso Político da Conjuração Mineira: São João Del-Rei (1877-1889). **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Morrinhos: v. 4, n. 2, p. 169-191, 2013.

SOUZA, George F. Cabral de. Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência (1817-1824). Movimentos influenciados por ideias libertárias fez com que região tomasse o poder e se separasse de Portugal, esquentando caminho para tornar o Brasil independente. **Cienc. Cult.**. São Paulo: v. 74, n. 1, mar., p. 1-7, 2022.

Eletricitários gaúchos pela atuação sindical de Álvaro Ayala

Electrical workers from Rio Grande do Sul and the union leadership of Álvaro Ayala

Suéllen de Medeiros Cortes,¹ UFPel

Resumo

Este trabalho faz parte da minha dissertação defendida em 2025 pelo PPGH da UFPel, onde analisei a trajetória do sindicalista Álvaro Leonardi Ayala, buscando compreender, por meio de sua atuação sindical e política, o desenvolvimento do sindicalismo gaúcho no século XX. Discutindo como o contexto histórico em que esteve inserido moldou sua prática sindical e de que forma sua experiência individual dialogou com processos coletivos da classe trabalhadora. Sua formação militante ocorreu no Brasil pós-1930, marcado pelo populismo, pela expansão do Estado e pela influência comunista na organização operária. A inserção de Ayala no Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul e sua atuação na Companhia Estadual de Energia Elétrica demonstram a relevância dos sindicatos como espaços de mobilização, formação política e mediação entre capital, trabalho e Estado.

Palavras-chave: Sindicalismo. História Social. Trabalhadores.

Abstract

This work is part of my master's dissertation, defended in 2025 at the PPGH at the UFPel, in which I analyzed the trajectory of the trade unionist Álvaro Leonardi Ayala, seeking to understand, through his union and political activities, the development of trade unionism in Rio Grande do Sul throughout the 20th century. It also discusses how the historical context in which he was inserted shaped his union practice and how his individual experience interacted with collective processes of the working class. His militant formation took place in post-1930 Brazil, a period marked by populism, the expansion of the State, and communist influence in labor organization. Ayala's involvement in the Union of Electrical Workers of Rio Grande do Sul and his activity in the State Electric Power Company highlight the relevance of unions as spaces of mobilization and mediation between capital, labor, and the State.

Keywords: Trade Unionism. Social History. Workers.

Introdução

Este trabalho corresponde ao segundo capítulo da minha dissertação, defendida no ano de 2025 sob o título de “Ligação Direta: eletricitários gaúchos e a atuação sindical de Álvaro Ayala (1941–1981).” Orientada pelo Professor Doutor Edgar Ávila Gandra. A pesquisa refletiu sobre o período de 1941 a 1981, analisando a organização dos trabalhadores do

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Também é Licenciada e Mestra em História pela mesma instituição. Contato: suka.cortes@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5175049162819332>.

Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul a partir da trajetória sindical de Álvaro Ayala. Ao tomar como fio condutor a experiência de Álvaro Ayala, buscamos realçar não somente sua atuação individual, mas construir um quadro mais abrangente a partir desse personagem, destacando algumas das estratégias através das quais os eletricitários gaúchos se mobilizaram e construíram formas de resistência frente às condições de trabalho impostas e os embates políticos da época.

A escolha do recorte temporal entre 1941 e 1981 se justifica por marcar dois momentos decisivos na trajetória de Álvaro Ayala: em 1941, ainda muito jovem, aos 18 anos, ele ingressaria na antiga Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEERG) — que posteriormente viria a se tornar CEEE — dando início à sua vida profissional como leiturista; e foi em 1981, após anos de perseguições políticas e uma violenta prisão durante a Ditadura Civil-militar, que Álvaro Ayala pôde retornar à CEEE e também reassumir seu espaço no movimento sindical.

No presente texto reflito sobre a constituição do Sindicato dos Eletricitários a partir da trajetória de Álvaro Ayala, destacando a relevância estratégica da categoria. Situados no setor energético, os eletricitários detinham um enorme poder de barganha, uma vez que a expansão e o funcionamento do parque energético gaúcho eram fundamentais para o desenvolvimento econômico regional, assim como para os projetos de modernização nacional.

Em termos metodológicos, este estudo buscou inspiração junto à micro-história italiana para analisar o Sindicato dos Eletricitários através da atuação de Álvaro Ayala no contexto da encampação da CEERG. O método microanalítico permitiu compreender a práxis sindical de Álvaro Ayala inserida em diferentes contextos e em suas múltiplas relações, percebendo semelhanças e diferenças capazes de iluminar, pela redução da escala de análise, processos históricos mais amplos (Karsburg, 2015). Essa mudança de perspectiva proposta pela micro-história não significa um abandono da totalidade, mas sim a possibilidade de observar o geral a partir do particular. Como lembra Levi, a redução de escala “revela aquelas contradições que só aparecem quando a escala de referência é alterada” (Levi, 1992, p. 155), permitindo identificar perspectivas que, sob uma lente mais ampla, permaneceriam invisíveis.

Entre as fontes consultadas no Acervo Ayala, pertencente ao Instituto de Ciências Humanas da UFPel, foram utilizadas entrevistas antigas em fita cassete do próprio Álvaro Ayala e de seus companheiros de luta. Da mesma forma, a História Oral foi utilizada como metodologia para entrevistar líderes sindicais e os filhos de Ayala. Esse recurso metodológico

ampliou as possibilidades de acesso a memórias e experiências ligadas a Álvaro Ayala, e também se revelou primordial para compreender os sentidos atribuídos à sua trajetória sindical e política.

Sindicato pela trajetória de Ayala

Para compreender a trajetória de Álvaro Ayala à frente do Sindicato dos Eletricitários Gaúchos, torna-se indispensável reconstruir o panorama político e social do Rio Grande do Sul, e, em uma perspectiva mais ampla, do próprio Brasil, desde as primeiras décadas do século XX. Nesse período, diversos serviços essenciais passaram por processos de encampação pelo Estado, como o Porto de Rio Grande, federalizado em 1919, e a Viação Férrea, em 1920, entre tantos outros. Um traço recorrente dessas encampações foi a intensa participação dos trabalhadores sindicalizados², que desempenharam atribuição central na organização e no funcionamento dessas instituições públicas.

Segundo Axt (1995), em sua pioneira dissertação sobre o tema, cerca de 80% da energia elétrica consumida no Rio Grande do Sul em 1952 já era fornecida pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), criada em 1943 como resposta às falhas e críticas aos serviços prestados pelas multinacionais de energia. A CEEE surgiu não só como um instrumento de modernização e expansão do setor elétrico, mas como uma oportunidade de fortalecer a atuação sindical, uma vez que a gestão estatal demandava a presença organizada dos trabalhadores. Na década de 1950, a CEEE atendia praticamente todo o estado, restando apenas algumas regiões fora de seu controle: Porto Alegre e Canoas, cuja operação ainda estava sob responsabilidade da *Bond and Share* até a encampação em 1959, e a região de Pelotas, que permaneceu sob a administração da *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited* até a década de 1970.

Essas encampações e a expansão da CEEE transformaram a infraestrutura energética do estado, criando um terreno fértil para a mobilização sindical. O Senergisul, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul, foi criado em 20 de dezembro de 1941, mas foi apenas em 1956 que a oposição liderada por Jorge Alberto Campezatto e Álvaro Ayala, assumiu a liderança. É nesse contexto que a atuação de Ayala se insere, marcada pela articulação entre interesses operários e desafios estruturais de um setor estratégico.

²Apesar de Ayala possuir noções e perspectivas de um sindicalismo associado ao Partido Comunista, sua atuação, como a de um homem de seu tempo, caracterizava-se muito mais pelo modelo sindical varguista então vigente.

Não se pode considerar coincidência ou acaso que os trabalhadores de setores estratégicos, muitos deles encampados pelo governo, ocupassem posições de destaque tanto nos sindicatos quanto na vida política. Álvaro Ayala foi um desses trabalhadores que atuavam em serviços estratégicos e que, assim como vários de sua época, estavam diretamente vinculados aos setores mais relevantes do mundo do trabalho naquele período. Esse conjunto de trabalhadores se destacou justamente pela função que desempenhava dentro das novas estruturas de modernização do Brasil, adquirindo maior projeção social e política.

O surgimento da CEEE, do SENERGISUL e o começo da militância de Ayala

Os elevados custos dos serviços prestados pelas companhias privadas, somados à baixa qualidade do fornecimento de energia elétrica à população, geraram ampla insatisfação social e consolidaram o apoio da opinião pública à encampação sem indenização. Esse clima favorável acabou produzindo um consenso político inédito, capaz de unir diferentes grupos em torno da ideia de monopólio estatal do setor elétrico, conforme registrado nos Anais da Assembleia Legislativa (Miranda, 2006). A iniciativa do governo estadual foi, de fato, ousada: pouco mais de cem dias separaram o início do mandato de Leonel Brizola como governador do Rio Grande do Sul da encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense (CEERG) pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), ocorrida em 13 de maio de 1959.

O destaque do Rio Grande do Sul nas encampações desta época se dá devido à própria presença do Vargas e sua influência no PTB local, já que as alianças políticas PTB-PSD que se fortaleciam nacionalmente, não se efetivaram por aqui. O PSD adotou uma postura mais conservadora, o que fez, por outro lado, o PTB abraçar pautas tidas como mais progressistas, especialmente aquelas vinculadas aos direitos sociais. O desencontro dos caminhos dessas duas legendas extremamente significativa no cenário nacional é mais um dos atributos que ao longo desta dissertação iremos ampliar.

É primordial destacar também a função decisiva da liderança sindical na condução desse processo. Pouco antes de Leonel Brizola assumir o governo, em 1956, Álvaro Ayala e Jorge Campezatto assumiram o Sindicato dos Eletricitários, se tornando peças centrais da categoria durante o processo de encampação, articulando reivindicações, mobilizando trabalhadores e estabelecendo um elo direto entre a militância operária e as decisões políticas do Estado. A atuação de Ayala, em particular, evidencia como sua trajetória sindical se

articulou com as transformações estruturais e políticas que marcaram o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX.

Naquela época em que nós começamos, meados da década de 1950, Porto Alegre era uma aldeia. A gente gritava lá da Rua dos Andradas, quem estava aqui em cima, na Santa Casa, ouvia e respondia. Todos sabiam de todos os acontecimentos da cidade. Os portuários entrevam em greve, o movimento sindical todo se preparava. Estavam todos juntos. Assim como quando a área de energia fazia greve, os outros setores já ficavam na expectativa. A solidariedade do movimento sindical gaúcho sempre foi muito importante. [...] Tanto que nós tínhamos pioneiramente, um comando sindical que quando fazia as passeatas fechava todo o comércio. O comércio fechava mesmo. Formamos uma chapa de oposição à direção daquela época, e vencemos as eleições que se realizaram em 1956. Permanecemos juntos durante oito anos, eu como presidente e Ayala como secretário executivo. Nós dois éramos ainda delegados do sindicato junto à Federação.³

Pode-se observar na entrevista cedida por Campezzatto a união e articulação de sindicatos de setores essenciais durante a década de 1950, período marcado pela consolidação das Leis Trabalhistas e por encampações que fortaleceram os trabalhadores e melhoraram os serviços fornecidos para a população. As novas tradições políticas iniciadas na década de 1930 e a consolidação da percepção operária sobre sua própria força de ação começavam a reorganizar as relações de poder dentro do Estado brasileiro. Desta forma precisamos voltar ao conceito de tessitura de redes de Seavage (2004) para melhor analisar a ação de Ayala, pois, mesmo sendo oposição ao grupo trabalhista que estava no poder, em diversos momentos ele se posicionou ao lado destes quando o assunto era a defesa dos direitos sociais.

A Legalidade se articulou em cima dos comandos, né? No caso o pai era um comando sindical, o que mostra o que ele era uma liderança importante no movimento sindical e de alguma maneira consensual entre vários segmentos do movimento sindical, porque ele tava lá nessa liderança, entendeu? Agora a questão da presença com Brizola, tem que ver que Brizola é um cara à esquerda, não de esquerda, né? E o país estava vivendo um profundo o processo de nacionalismo que pros comunistas era uma ação anti-imperialista e para o Brizola também, entendeu? Então, na campanha para a criação da Petrobras, você vai ver que a esquerda dessa época junto com getulismo. [...] Eles fizeram esse movimento de defesa nacional para combater o imperialismo que era o grande inimigo.⁴

Luci Ayala, filha de Álvaro Ayala, oferece um exemplo esclarecedor da estratégia adotada pelo pai. Sua proximidade com grupos trabalhistas não representava um alinhamento

³ Jorge Campezzatto em entrevista cedida em 1999 – Fita Cassete – Acervo Ayala – UFPel

⁴ Entrevista feita com Luci Ayala, filha de Álvaro Ayala, em maio de 2024.

ideológico ou revolucionário, mas sim uma escolha pragmática em favor dos interesses da classe. As aproximações entre grupos historicamente opostos se davam sempre que havia potencial para avanços concretos em direitos sociais, revelando a capacidade de Ayala de transitar entre diferenças políticas em nome de conquistas coletivas.

Nas palavras do próprio Ayala, em entrevista concedida em 1997 ao programa sindical *Ligação Direta*, ao ser questionado sobre como via o aniversário de 57 anos do SENERGISUL à época, temos uma afirmação de grande relevância histórica:

Olha, como mais antigo Sindicalista do país, como sócio mais antigo do sindicato, como funcionário mais antigo da empresa, conhecendo a luta do sindicato e conhecendo profundamente a empresa, eu digo: esta data é uma data que representa um marco na história do sindicalismo gaúcho e um marco na história do sindicalismo brasileiro, porque do nosso sindicato saíram federações nacionais, confederações e conquistas de centrais sindicais. Enfim, o Sindicato dos eletricitários esteve sempre na crista da onda do movimento sindical gaúcho e do movimento sindical brasileiro. Era pequeno e isso se deve a duas coisas, primeira coisa era ser de uma categoria fundamental, ser uma categoria básica, a energia elétrica é a base de toda a indústria, é a base de todo o trabalho, é a base de todo o capital. Consequentemente os funcionários de uma empresa deste porte, com esta capacidade, são pessoas altamente especializadas e para ser especializadas tiveram que ler, estudar. Na leitura e no estudo chegaram ao sindicalismo. O que que é o sindicalismo? É a força que mantém a luta.⁵

Esse trecho da entrevista revela a posição de Álvaro Ayala acerca de sua trajetória e de sua representatividade no âmbito do Sindicato dos Eletricitários Gaúchos, assim como no movimento sindical brasileiro como um todo. Ele se coloca como testemunha privilegiada e protagonista da história do SENERGISUL, articulando memória pessoal e memória coletiva. Sua vida confunde-se com a própria história do sindicalismo gaúcho, e sua atuação consolidou-o como elo entre diferentes áreas da empresa, do sindicato e da política sindical mais ampla. Ademais, Ayala destaca a dimensão estratégica da categoria eletricitária: por ser imprescindível à indústria, ao capital e ao trabalho, a energia elétrica conferia ao sindicato um protagonismo central na organização dos trabalhadores. Essa percepção é indispensável para compreender o destaque do SENERGISUL, tanto na formação de novas lideranças sindicais quanto na sua relevância como espaço de elaboração política.

Ampliando a análise, é possível afirmar que a fala de Ayala sintetiza a visão de um

⁵ No caso específico de Ayala, torna-se evidente que, após sua entrada no serviço público, ele passou a demonstrar maior segurança em sua militância, em parte devido às salvaguardas e garantias de estabilidade que essa esfera de trabalho oferece aos seus servidores.

sindicalismo que vai além da defesa imediata de direitos trabalhistas, assumindo um caráter estruturante na política e na sociedade. Ao destacar a necessidade de formação técnica e intelectual dos eletricitários como caminho natural para a consciência de classe, ele aproxima a luta sindical da valorização do estudo e da leitura, elementos que fortaleceriam a organização coletiva. Assim, o Sindicato dos Eletricitários Gaúchos aparece, em sua narrativa, não somente como um espaço de reivindicação, mas como verdadeiro núcleo irradiador de cultura política, de integração nacional do movimento operário e de resistência histórica frente aos desafios colocados pelo capital e pelo Estado. Nesse sentido, Ayala não se limita a rememorar o passado, mas reafirma a posição estruturante do sindicato na constituição do sindicalismo brasileiro contemporâneo.

Greves, mobilizações e fortalecimento sindical

No mesmo período em que Ayala consolidava sua liderança no Sindicato dos Eletricitários, a CEEE passava por transformações expressivas após a encampação realizada por Leonel Brizola em 1959. Antes da medida, a CEEE era uma autarquia estadual e os funcionários da CEERG não se enquadravam como servidores públicos civis. A tentativa do governo de incorporá-los ao quadro funcional gerou desentendimentos com o sindicato, culminando na rejeição unânime das propostas da Diretoria Geral da CEEE pelos trabalhadores (Santos, 2002). Para resolver o impasse, Brizola instituiu uma Comissão Especial de mediação, e a Assembleia Geral aprovou, por aclamação, a proposta conciliatória, garantindo avanços para a categoria.

A tentativa frustrada de incorporar, sob pressão, os trabalhadores da ex-CEERG nos quadros regulares da CEEE, bem como a derrota sofrida na negociação salarial, convenceram a Diretoria Geral da CEEE a rever suas estratégias de negociação. No apagar das luzes do ano de 1959, ela apresentou diretamente aos trabalhadores da ex-CEERG, o seu presente de final de ano: concessão a todos os trabalhadores, que optassem pelo regime estatutário, das mesmas conquistas adquiridas ao longo do tempo pelo funcionalismo público do setor de energia elétrica (Santos, 2004, p. 203).

É importante, para este trabalho, deixar claro que o processo de encampação da antiga CEERG, ao transformar seus trabalhadores em funcionários públicos, implicou mudanças significativas em sua estrutura organizacional de classe, como se pode observar.

Com a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)³⁴, em 1º de maio de 1943, regramentos inspirados na legislação trabalhista do governo fascista de Benito Mussolini, a situação dos funcionários públicos se manteve no mesmo patamar, ou seja, sem o direito à organização sindical como estava previsto aos trabalhadores do setor privado. Para as organizações sindicais que se contrapunham à regulação e tutela do Estado, essa forma de fazer sindicalismo configurava-se como consuetudinário, paternalista e, preponderantemente, assistencialista. No entanto, mesmo lutando por reformas no sistema sindical, as entidades, os dirigentes e os partidos não chegaram – nem chegam – a um consenso quanto à melhor forma de representação classista, se independente ou regulada/tutelada, global ou fragmentada, financiada pela contribuição sindical ou pela contribuição associativa. (Oliveira, 2016, p. 60)

O direito à organização sindical era voltado aos trabalhadores do setor privado. Nesse contexto, compreender as negociações estabelecidas entre o Sindicato dos Eletricitários Gaúchos e o então governador Leonel Brizola permite explicar a manutenção do SENERGISUL enquanto entidade sindical organizada, agora representando trabalhadores do setor público, mesmo diante da proibição legal, mas gozando de determinados benefícios resultantes dessa negociação política.

O processo de encampação da CEERG representou uma ruptura nos contratos de trabalho vigentes, obrigando os funcionários a se adaptarem ao novo regime estatutário do Estado. A mudança gerou preocupação quanto à garantia de direitos, levando o Sindicato dos Eletricitários Gaúchos a promover protestos, negociações e articulações para proteger seus associados. Com o apoio de outros sindicatos gaúchos, fortaleceu-se uma rede de solidariedade e pressão coletiva, evidenciando a força do movimento sindical e a importância de lideranças como Álvaro Ayala na mediação entre trabalhadores e Estado durante esse período de transformações.

Essa nova postura da CEEE teve efeito contrário e provocou uma enérgica reação não apenas dos eletricitários, mas de grande parte do sindicalismo gaúcho. Em menos de quatro meses o sindicalismo gaúcho promoveu duas greves gerais. Nestas, a defesa da permanência do sindicato dos eletricitários figurou como uma das principais reivindicações. [...] A pouca adesão à greve de março, atribuída sobretudo as vacilações da Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (CTG), desafiou os sindicatos a organizarem uma segunda paralisação. Durante dois meses consecutivos, as lideranças das principais entidades sindicais do Estado reuniram-se sistematicamente para discutir a viabilidade de uma nova greve. No dia 6 de julho as maiores cidades do Estado do Rio Grande do Sul pararam. A greve de junho teve um caráter mais amplo e foi organizada e dirigida pela Intersindical, pelo Comando Sindical de Porto Alegre e pela Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. Essa greve explicitou as reivindicações comuns dos

trabalhadores: o respeito às entidades de classe (sindicatos e associações) Depois destes enfrentamentos, o governador Leonel Brizola, na tentativa de jogar uma pá de cal na questão dos eletricitários, obrigou a Diretoria Geral da CEEE a reconhecer o sindicato dos eletricitários como representante legítimo dos trabalhadores e a circunscrever as disputas entre as direções da CEEE e do sindicato apenas à esfera judicial (Santos, 2004, p. 193).

A citação demonstra como a postura adotada pela CEEE acabou gerando um efeito contrário ao esperado, fortalecendo a mobilização sindical em vez de enfraquecê-la. A tentativa de reorganizar a empresa e controlar a representação dos trabalhadores encontrou resistência imediata, não só dos eletricitários, mas de grande parte do movimento sindical gaúcho. Esse episódio demonstra que, em contextos de mudanças estruturais nas empresas públicas, a força organizativa das categorias profissionais podia se manifestar de forma articulada, mesmo diante de pressões institucionais.

A rápida sucessão de greves gerais em menos de quatro meses ilustra a capacidade de reação e articulação do sindicalismo gaúcho, bem como a centralidade do Sindicato dos Eletricitários nas demandas coletivas. A greve de março, embora com baixa adesão, evidenciou os desafios enfrentados pelas entidades sindicais, incluindo vacilações internas e dificuldades de coordenação. No entanto, essas limitações não paralisaram o movimento; pelo contrário, impulsionaram a organização de uma segunda paralisação, mais ampla e estruturada, mostrando a maturidade crescente da classe trabalhadora em termos de planejamento e estratégia coletiva.

A greve de julho de 1960, organizada por instituições como a Intersindical, o Comando Sindical de Porto Alegre e a Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, revela a consolidação de mecanismos de coordenação intersindical, estratégias que viriam a ser amplamente utilizadas pelas lideranças do período. Essa mobilização prolongada e coordenada reforçou o dever do sindicato na defesa de seus associados, explicitando reivindicações comuns a todos os trabalhadores, sobretudo o respeito às entidades de classe como representantes legítimas da categoria.

O desfecho do conflito, com a intervenção do governador Leonel Brizola obrigando a CEEE a reconhecer formalmente o sindicato dos eletricitários, mostra como a pressão organizada dos trabalhadores podia influenciar decisões políticas e administrativas. A determinação de Brizola de restringir as disputas apenas à esfera judicial conferiu ao sindicato legitimidade e autonomia, fortalecendo sua posição dentro da empresa e no cenário sindical estadual. Esse episódio destaca a relação simbiótica entre mobilização sindical, liderança

estratégica e capacidade de negociação com o Estado, elementos que se tornaram centrais na trajetória de líder do Sindicato dos Eletricitários Gaúchos.

As conquistas supracitadas fortaleceram de maneira decisiva o Sindicato dos Eletricitários, que, assim como outros, consolidaram-se como atores centrais nas greves subsequentes e na organização do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (CTG). Esse é, sem dúvidas, um contexto no qual os sindicatos dos setores estratégicos garantiram muitas vitórias junto ao governo. Destaca-se, por exemplo, o caso dos estivadores, que por suas recorrentes conquistas salariais e de outros benefícios eram conhecidos como “Marajás de calção” (Gandra, 1999). Em meio a esse cenário, sob a liderança de Álvaro Ayala, o sindicato dos Eletricitários coordenou ações coletivas que representaram significativas vitórias para a categoria, fazendo de Álvaro Ayala um reconhecido dirigente, capaz de articular interesses diversos, mediar conflitos internos e defender com firmeza os direitos da categoria.

No V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, realizado em agosto de 1960, essa influência tornou-se visível na aprovação de uma moção simbólica que representava o rompimento com o governo trabalhista de Leonel Brizola. Essa decisão evidenciou a autonomia política conquistada pelo sindicato e reforçou a imagem de Ayala como liderança proativa, capaz de equilibrar a relação com o governo e, ao mesmo tempo, atender às demandas da base. Cabe salientar que os movimentos políticos realizados pelos sindicatos têm, além de um efeito prático, uma dimensão simbólica. Desta forma, ao romper com o governo, mais além de tornar-se oposição, o sindicato passava a mensagem de que seu apoio estava condicionado às negociações cujos termos beneficiassem a classe, e que não poderia presumir-se um alinhamento automático, mantendo mobilizados os associados.

A fotografia abaixo captura um momento do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, em que Álvaro Ayala surge em destaque realizando uma fala em meio a um conjunto de trabalhadores que o acompanham no palanque e outros tantos que o escutam do chão. A análise dessa fotografia nos permite compreender que espaços como este auxiliaram na consolidação do reconhecimento de sua liderança sindical, uma vez que a escolha do conjunto de trabalhadores de lhe dar voz representativa já demonstra certo protagonismo, refletindo a articulação entre organização sindical, força política da categoria e presença estratégica junto aos espaços de decisão.

Figura 1 – V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos – Agosto de 1960 – Destaque para Ayala discursando



Fonte: Acervo Ayala – UFPel

Na imagem acima (Figura 1), a distribuição simbólica das pessoas na fotografia oferece um vislumbre das hierarquias presentes nesse espaço de representatividade operária. Nas laterais do palanque, dois homens parecem atuar como seguranças, controlando o acesso e garantindo que apenas pessoas autorizadas se aproximem dos oradores. Um olhar mais geral revela que a própria linha do palanque estabelece uma divisão simbólica entre aqueles que têm direito à palavra — ocupando o espaço reservado à representatividade sindical — e os demais trabalhadores, que, embora participem da assembleia e tenham direito ao voto, permanecem fisicamente afastados do centro do poder simbólico, reforçando visualmente a distinção entre liderança e base da categoria.

Anexada à imagem previamente analisada, a fotografia abaixo (Figura 2) também pertence ao Acervo Ayala da UFPel e foi registrada na mesma época. Observa-se que muitas das figuras presentes no palanque da primeira foto estão agora junto ao Governador Leonel Brizola, indicando a continuidade da participação das lideranças sindicais nos eventos políticos daquele período. O V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos havia votado pelo rompimento com o governo de Brizola, o que sugere que esta segunda fotografia, abaixo, retrata um momento posterior, possivelmente relacionado à entrega das resoluções do Congresso, à apresentação de novas pautas ou a reuniões de negociação entre as lideranças e o governo estadual. Vale destacar, ainda, a posição de Álvaro Ayala próxima a Leonel Brizola, o que sugere que ele ocupava um espaço de maior visibilidade naquele contexto específico. Tal proximidade, contudo, deve ser compreendida à luz das dinâmicas circunstanciais desses eventos e das relações políticas então estabelecidas, indicando sua inserção no ambiente sindical.

Figura 2 – Destaque para o Governador Leonel Brizola e Álvaro Ayala ao seu lado



Fonte: Acervo Ayala.

Analisar esta imagem permite reconhecer Álvaro Ayala como integrante de uma minoria articulada, capaz de atuar estrategicamente na cena sindical e política. Observar sua trajetória no início dos anos 1960, sob o prisma da construção de sua imagem de liderança, demonstra tanto os momentos em que ele discursava quanto aqueles em que se posicionava em destaque nas fotografias. Na imagem acima, podemos perceber trabalhadores que conquistaram a capacidade de se aproximar do poder após participação ativa em um Congresso que votou pelo rompimento com o próprio governo.

Naquele período era comum a oscilação dentro do campo trabalhista, através das quais, em certos momentos, os líderes sindicais demonstravam apoio a Leonel Brizola e, em outros, quando suas reivindicações não encontravam eco no governo, assumiam posição de oposição, ainda que temporária. Mesmo com o resultado do Congresso, de romper temporariamente suas relações com o governo, os trabalhadores optaram por posar ao lado de Brizola para uma fotografia. Esse gesto revela uma prática recorrente dos trabalhadores, de buscar visibilidade e demonstrar proximidade com lideranças políticas nos registros fotográficos, como no caso de Ayala, que aparece ao lado do governador. Muitas vezes essas fotografias eram repetidas à exaustão, justamente para atender à disputa por quem ficaria mais próximo da figura de destaque.

Essa alternância entre apoio e oposição demonstra que os sindicalistas brasileiros se afirmavam gradativamente como agentes políticos. Eles eram capazes de articular interesses, identificar possibilidades concretas de conquista e utilizar tanto os espaços abertos pela

legislação quanto a força da mobilização coletiva, ora pressionando, ora cooperando com o governo, sempre em defesa do benefício comum de sua categoria.

O testemunho de familiares de Álvaro Ayala contribui de forma relevante para compreender a amplitude de sua trajetória política e sindical. As memórias pessoais revelam aspectos de sua militância que nem sempre aparecem nos registros documentais. A fala de sua filha Luci Ayala, nesse sentido, oferece um olhar privilegiado sobre as redes de articulação que Ayala construiu ao longo de sua vida, bem como sobre o reconhecimento de sua liderança em diferentes espaços da política brasileira:

O pai viajou o Brasil inteiro fazendo política com o Jango e com o Brizola, porque eles tinham uma causa em comum que era aquela coisa nacionalismo durante o Imperialismo. Mas eu acho que ele ia como representante sindical assim e não como alguém que tivesse se candidatando a alguma coisa.⁶

O depoimento demonstra a atuação de Ayala ao lado de grandes lideranças políticas do período, como João Goulart e Leonel Brizola, nos primeiros anos da década de 1960. Ao rememorar essas experiências, Luci Ayala destaca a relevância de seu pai como liderança sindical que transitava nos espaços de debate nacionalista e de enfrentamento ao imperialismo, sem, no entanto, assumir função de candidato ou buscar cargos eletivos. Esse dado reforça a ideia de que sua atuação se estruturava a partir da legitimidade conquistada no campo sindical e de seu compromisso com as causas coletivas, mais do que em projetos de ambição pessoal.

É sempre importante ressaltar que, durante os governos trabalhistas, líderes sindicais eram frequentemente enviados por seus sindicatos para atividades, encontros e viagens junto aos líderes do governo. No entanto, isso não significava integrar a comitiva oficial, que geralmente era composta por um grupo mais restrito, formado por políticos, assessores e familiares; esses líderes iam, de fato, cumprir uma espécie de agenda paralela, com atividades destinadas a representações específicas e compromissos vinculados ao movimento sindical.

Desta maneira, o relato permite compreender como Ayala se inseria em uma rede mais ampla de articulação política que ultrapassava os limites do sindicato e da própria categoria dos eletricitários. Sua presença em diferentes espaços do País, em diálogo com líderes de grande expressão nacional, atesta seu protagonismo e a relevância estratégica do movimento sindical nesse período. A fala de Luci Ayala, portanto, ilumina a dimensão política de Ayala

⁶ Entrevista feita com Luci Ayala, filha de Álvaro Ayala, em maio de 2024.

para além das fronteiras da CEEE e do SENERGISUL, revelando-o como figura representativa de um sindicalismo que dialogava diretamente com os rumos da política nacional no início da década de 1960.

Ascender na política sindical podia significar a conquista e a manutenção de acessos a espaços e interlocutores que não estavam disponíveis a todos os trabalhadores. No caso dos eletricitários, Ayala representava uma categoria composta majoritariamente por “peões de poste”⁷. No entanto, essa nunca foi a posição por ele ocupada. Como funcionário da CEEE, Ayala exercia a função de leiturista, atividade que, à época, exigia alfabetização e o uso de vestimenta formal, como gravata. Considerando os elevados índices de analfabetismo existentes no período, esse dado sugere que Ayala dispunha de um capital cultural relativamente diferenciado em relação a parte significativa da categoria, o que pode ter contribuído para sua atuação e circulação em determinados espaços sindicais.

O Sindicato dos Eletricitários Gaúcho se fortaleceu com a encampação em um período favorável ao movimento operário no Brasil. Segundo Santana:

A conjuntura que vai de 1945 a 1964 pode ser considerada uma das mais importantes da história do movimento operário e sindical brasileiro. Apesar de variações ocorridas em seus diferentes períodos internos, ela foi marcada pela riqueza de experimentações relativas à organização dos trabalhadores, sua prática política sindical, bom como em suas relações com agentes sociais externos: o Estado, os partidos políticos e os empregadores (Santana, 2001, p. 39).

Desta forma, podemos situar a trajetória de Álvaro Ayala como parte ativa dessa conjuntura de intensa experimentação e reorganização do movimento operário. Sua atuação sindical se destacou pela sua capacidade de articular os distintos atores sociais, desde as lideranças sindicais e os próprios trabalhadores até as instituições estatais e partidos políticos.

Ademais, há um fator estrutural que contribuiu para que Ayala, enquanto representante do Sindicato dos Eletricitários, ocupasse uma posição de maior proximidade com o governo: pertencer a uma categoria que pertence ao setor considerado estratégico. Em um contexto histórico no qual o Estado reconhecia a cidadania de determinados grupos de trabalhadores (reconhecimento esse que está fortemente atrelado à concessão de direitos sociais), onde os servidores públicos, sequer possuíam o direito à organização sindical. Nesse cenário, a condição de exceção, sendo um funcionário público com acesso a uma estrutura sindical

⁷Jargão popular utilizado pelos trabalhadores eletricitários para se referir ao trabalhador mais baixo na hierarquia.

conferia a Ayala uma legitimidade ampliada para atuar em negociações, algo que não se estendia aos trabalhadores em geral, e menos ainda às categorias marginalizadas ou situadas fora do reconhecimento oficial do conceito de “trabalhador brasileiro” vigente à época, como extrativistas, quebradoras de coco, canoeiros e artesãos autônomos.

Esse contexto fortaleceu Álvaro Ayala como liderança sindical dos eletricitários, evidenciando sua capacidade de mediação e a importância estratégica do setor que representava. À frente de um segmento essencial da infraestrutura energética do estado, articulava os interesses da categoria e dialogava com o governo. Como destaca Víctor Nuñez, sua atuação ultrapassava a defesa de direitos imediatos, envolvendo negociações e articulações políticas que consolidaram sua relevância no movimento sindical gaúcho.

Esse trabalho feito pelo Ayala começou a ser procurado, depois os sindicatos é que começaram a agir coordenadamente e formaram um setor que atingia diretamente o público em qualquer paralisação, era uma intersindical que envolvia ferroviários, o pessoal da energia elétrica, o pessoal da Carris e os servidores públicos, tudo isso aí. Então tinha paralisação, e era uma paralisação para ser sentida, porque não tinha trem, não tinha bonde e a energia elétrica era só das casas, nada das ruas. Então bastava afirmar isso, organizar, anunciar e a paralisação começava. Os sindicatos foram crescendo em prestígio a partir destas manifestações. E depois surgiu um organismo mais amplo, o Comando Sindical, foi esta atuação que foi levando.⁸

Essa era uma relevante ferramenta de barganha. Todas as vezes que estes setores estratégicos paravam, a cidade em si era paralisada, provocando uma enorme pressão no governo e garantindo aos sindicatos ou à intersindical uma maior possibilidade de acesso ao núcleo do poder e à garantia de conquistas. Foi dentro dessa realidade que o ano de 1960 se viu marcado por uma agenda de muitas atividades sindicais, dentro e fora do Rio Grande do Sul, como podemos notar no relato abaixo e nos registros fotográficos.

Em 1960, fui a um congresso no Rio de Janeiro, como advogado recém formado. Os pelegos estavam perdendo poder, o pau quebrou e eles se retiraram. Então a oposição tomou conta do congresso, num movimento que levou, pouco a pouco, à queda dos pelegos. Álvaro Ayala foi nomeado delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, no Rio Grande do Sul, e me convidou para trabalhar na delegacia da CNTI. Ele fazia o trabalho político e eu o jurídico. Foi um período de muita riqueza, muita expansão. Os pelegos sofreram uma derrota muito grande. É aí que nasce um sindicato do setor de energia elétrica, que elegeu o Campezatto e o Ayala, entre outros. Novamente fui contratado por ele para trabalhar. Houve não só em quantidade como em qualidade, uma melhoria muito grande no

⁸ Víctor Nuñez em entrevista cedida em 1999 – Fita cassete Acervo Ayala – UFPel.

movimento sindical do Rio Grande do Sul. E os pelegos perdendo cada vez mais terreno. Foi muito importante o papel de Ayala nesse trabalho que, ao mesmo tempo, era um trabalho político, um trabalho sindical, mas propiciando e estimulando um trabalho técnico, na área jurídica. O Ayala era muito habilidoso para tratar, era bom argumentador, não brigava, não era radical no trato pessoal. E é importante ressaltar essas diferenças. Eles fizeram oposição durante muitos anos aos pelegos e conquistaram muito para a sua categoria.⁹

Nesta fala do advogado Victor Nuñez podemos observar o recorrente uso do termo “pelego”, que ele usa para se referir aos grupos que anteriormente lideravam o sindicato dos eletricitários e eram ligados ao governo trabalhista, tendo sido derrotados pelo grupo político liderado por Ayala nas eleições sindicais. Essa divisão é um dos elementos fundamentais para compreender os constantes embates políticos que se deu entre estes setores, assim como foi essencial a aproximação com o governo em momentos estratégicos.

Essa breve trajetória nos ajuda a compreender como partidos de esquerda e aqueles especificamente trabalhistas atuavam nesse espectro de formação política. A rede de relações que o levou a essas agremiações ainda não está totalmente desvelada nesta fase da pesquisa; podemos supor que havia seduições políticas das mais diversas nos ambientes operários que Ayala frequentava, mas é perceptível, ao primeiro olhar, que Ayala trilhou caminhos de forma singular, ao mesmo tempo que os caminhos estavam lá para serem trilhados. A constituição do ser político desse personagem expõe, em um caso individualizado, os conflitos narrativos e ideológicos que se davam no seio da massa operária e que tangenciavam sua atuação dentro das organizações oficiais e não oficiais, bem como afetavam direta ou indiretamente suas vidas pessoais. Essa relação entre o momento histórico e o indivíduo fica evidente já na análise preliminar das fontes.

Essa movimentação de Ayala no seu ambiente político mostra que os trabalhadores, grupo anteriormente compreendido como subalterno e sem impacto decisório, entraram e participaram ativamente do jogo político no Brasil no contexto que até o momento nos serve de pano de fundo. Nesse sentido, é relevante recorrer a Savage (2004), em sua afirmação de que o que distingue a vida operária seria a sua insegurança estrutural, onde a retirada dos meios de subsistência constrange o trabalhador a achar estratégias para uma vida menos incerta.

⁹ Idem.

Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência e examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, a tessituras de redes de apoio nas vizinhanças [...] (Savage, 2004, p. 33).

Acompanhamos Savage quando ele fala das tessituras de redes, visto que analisar a trajetória de Ayala é observar estas construções. Um bom exemplo, que será melhor analisado nesta pesquisa à medida que avance a análise das fontes, são as já citadas aproximações de Ayala junto à Brizola, que, embora em campos diferentes (sendo um comunista filado ao PCB desde seus 18 anos e outro líder trabalhista), em diversos momentos aproximaram-se e dialogaram, e em outros tantos foram oposição ferrenha um ao outro. Ainda apoiados em Savage, é possível observar que as escolhas de Ayala não foram movidas apenas por um viés ideológico ou político, mas como um reflexo da insegurança estrutural que os trabalhadores viviam naquele momento, transformando a luta sindical na busca direta por uma melhor condição de vida para si e para seus companheiros e em uma política de conquista de dignidade e direitos.

Mais uma vez percebemos que o período que marcou a encampação da CEERG e a consolidação do Sindicato dos Eletricitários Gaúchos evidenciou a capacidade de organização e articulação da categoria. Frente às pressões do Estado e às tentativas de controle sobre a representação sindical, os eletricitários desenvolveram estratégias inovadoras para garantir sua autonomia e fortalecer sua presença política. A mobilização não se limitou a reivindicações pontuais; envolveu a construção de uma identidade coletiva, capaz de unir trabalhadores em torno de pautas comuns e de consolidar o sindicato como um ator de destaque no cenário estadual.

Com a análise da experiência dos eletricitários, que esse sindicato, ameaçado de desaparecer ou ser naturalmente incorporado à Associação dos Funcionários da CEEE, garantiu na lei e na marra a construção de uma organização de base estadual, rompendo os limites do município de Porto Alegre. Esse é o típico caso de um jogo combinado de utilização e, ao mesmo tempo, de contraposição da institucionalidade da legislação trabalhista, então vigente no país. Possivelmente, não tivemos outro sindicato, em Porto Alegre, que tenha combinado, com tanta energia, a luta ideológica em defesa da estatização dos serviços de energia elétrica (nacionalismo) com a defesa dos salários e dos direitos dos trabalhadores (Santos, 2004, p. 203).

Essa experiência demonstra como a atuação sindical, mesmo sob limitações legais e políticas, pôde se transformar em um instrumento de conquista de direitos e de fortalecimento institucional. O Sindicato dos Eletricitários resistiu às tentativas de enfraquecimento e expandiu seu alcance para além da capital, tornando-se um modelo de organização sindical estratégica e articulada. A conjugação de lutas políticas e reivindicações sociais mostra que a ação coletiva não depende apenas da legislação, mas da capacidade de mobilização, negociação e visão estratégica de suas lideranças.

Experiência dos eletricitários e a prática do nacionalismo trabalhista

O processo de encampação, apesar de celebrado inicialmente como uma vitória política e simbólica, trouxe consigo novos desafios para os trabalhadores e suas lideranças. A expectativa de que a gestão estatal resultasse em uma administração mais justa, transparente e participativa rapidamente se confrontou com a realidade da CEEE, que, mesmo sob controle público, herdava práticas rígidas, hierarquizadas e centralizadoras das antigas companhias privadas. Nesse contexto, os trabalhadores não podiam se limitar a esperar por melhorias automáticas: era necessário agir. Sob a liderança de Álvaro Ayala, os eletricitários precisaram reinventar suas estratégias de mobilização e negociação, construindo mecanismos internos de articulação e resistência que garantissem a manutenção de seus direitos e conquistas. A experiência mostrou que o sindicato representava a categoria em termos formais e se tornava mediador ativo entre as demandas dos trabalhadores e as exigências do Estado, fortalecendo sua função como ator político e social de relevância estadual.

Superada a euforia da encampação, quando os diretores da CEEE começaram a agir do mesmo modo que os patrões estrangeiros, o conteúdo do nacionalismo trabalhista foi questionado na prática. Para os trabalhadores, a estatização não era apenas trocar de patrão, mas significava a adoção de novas relações de trabalho (Santos, 2004, p. 204).

Essa constatação suscita a observação de que a conquista formal da estatização, embora carregada de significado político e social, não garantia automaticamente a transformação das condições de trabalho. A experiência dos eletricitários gaúchos mostra que os avanços legais e simbólicos precisavam ser continuamente defendidos, negociados e implementados no cotidiano laboral, sob o risco de perderem efetividade. Nesse sentido, a mobilização dos trabalhadores não se esgotava nas vitórias institucionais: ela exigia organização permanente, capacidade de articulação política e, sobretudo, lideranças que

fossem reconhecidas como mediadoras legítimas entre a base sindical, o Estado e a sociedade. É nesse contexto que, segundo as entrevistas com familiares, se insere a trajetória de Ayala, cuja atuação teria extrapolado os limites do sindicato e se projetou para o cenário político gaúcho.

Um exemplo de destaque, trazido por sua filha Luci Ayala em entrevista, refere-se à participação de Ayala durante a Campanha da Legalidade, momento de intensa mobilização popular em defesa da posse constitucional de João Goulart, em 1961, um líder trabalhista, assim como Leonel Brizola, o principal nome desse movimento de resistência. O relato revela sua inserção nesse episódio histórico, assim como sua posição de destaque dentro do movimento sindical:

Na crise da legalidade se articulou a defesa da Legalidade em cima de comandos. No caso o pai era um comando sindical, o que mostra o que ele era, uma liderança importante no movimento sindical e de alguma maneira consensual entre vários segmentos do movimento sindical, porque ele era e estava lá nessa liderança, entendeu?¹⁰

O depoimento de Luci Ayala permite observar a atuação de Ayala durante a Campanha da Legalidade, indicando sua presença como parte do chamado “comando sindical”. Essa participação sugere que sua atuação extrapolava a representação formal da categoria, envolvendo articulações entre diferentes setores do movimento sindical em um contexto de crise institucional. A possibilidade de interlocução com distintas correntes sindicais aponta para sua inserção no movimento sindical gaúcho de forma mais ampla.

Ao recuperar esse episódio pela memória de sua filha, demonstra-se também a dimensão política mais ampla de sua militância. Ayala não atuava apenas na esfera das reivindicações trabalhistas específicas, mas esteve envolvido em processos decisivos da vida democrática brasileira. A Campanha da Legalidade foi um marco na defesa da ordem constitucional e na resistência às forças que buscavam restringir direitos políticos, e o fato de Ayala estar diretamente inserido nesse processo reforça a centralidade que o sindicalismo, e particularmente o sindicalismo eletricitário, assumia na conjuntura dos anos 1960. Sua atuação nesse contexto revela como o movimento sindical não era apenas um ator social, mas um agente indispensável na disputa pelos rumos do país.

É necessário destacar que, dentro do contexto histórico, era comum compreender que

¹⁰ Entrevista feita com Luci Ayala, filha de Álvaro Ayala, em maio de 2024.

determinados líderes sindicais fossem descritos como figuras até mais relevantes que o próprio governador. No episódio do “Mata-borrão”, por exemplo, a memória registrada pela filha de Álvaro Ayala atribui ao pai uma relevância na sua participação que o colocaria como agente central do processo. Entretanto, colocando suas ações em contraste com a de outros agentes, percebemos uma atuação na verdade muito semelhante à de outros líderes sindicais contemporâneos a ele. Nesse caso, não temos como objetivo diminuir a atuação ou o destaque de Álvaro Ayala, mas sim trazer à luz ao fato de que essa relevância era compartilhada por muitos líderes sindicais naquele período. Nos próximos capítulos, as memórias sobre o episódio do “Mata-borrão” voltarão a ser apresentadas, e é relevante mantermos essas informações no campo de visão.

Considerações finais

Ao encerrar este trabalho, reafirma-se que a trajetória do Sindicato dos Eletricitários Gaúchos foi marcada pela luta por direitos imediatos e pela construção de uma prática sindical estratégica, capaz de equilibrar ideais de autonomia e proteção da classe trabalhadora frente às contingências do poder estatal. Essa trajetória confunde-se com o momento em que Ayala estava à frente do SENERGISIL, evidenciando que a força de uma organização sindical não se mede apenas pelo seu poder de mobilização, mas pela capacidade de transformar contextos políticos, sociais e econômicos em conquistas concretas para os trabalhadores.

Declaração de uso de Inteligência Artificial (IA)

Declaro que utilizei a ferramenta ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI (modelo GPT-5.5), como recurso de apoio durante o processo de elaboração deste trabalho. A utilização da ferramenta teve como finalidade exclusiva o auxílio na revisão gramatical e a tradução do resumo para a língua inglesa. Ressalta-se que a definição do objeto de pesquisa, análise das fontes, construção teórico-metodológica, interpretação histórica e redação autoral do conteúdo permaneceram sob responsabilidade da autora.

Entre os comandos (*prompts*) utilizados, destacam-se, de forma sintética: “Corrija o texto e indique as alterações realizadas” e “Traduza o resumo para o inglês em linguagem acadêmica”.

O recurso foi utilizado em 11 de junho de 2026.

Referências bibliográficas

- AXT, Gunter. **A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)**. 1995. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da Resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969**. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.
- KARSBURG, Alexandre. **A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias**. In: VENDRAME, Máira et al. Micro história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: OIKOS, 2015.
- LEVI, Giovanni. **Sobre a Micro-História**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 133-134.
- MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- OLIVEIRA, Júlio César de. **A matriosca municipal: a transformação da Federação de Associações (FAMERGS) em Federação de Sindicatos (FESISMERS) (1979-1992)**. 2016. 393 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- SANTOS, João Marcelo Pereira dos. **Os herdeiros de Sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958-1963**. 2002. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- SANTOS, João Marcelo Pereira dos. Eletricitários: toda energia é pouca. **AEL - Revista do Departamento de História da Unicamp**. Campinas: v. 1, n. 1, 2004.
- SAVAGE, Mike. **Classe e história do trabalho**. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, p.25-48.

Sepé Tiaraju, uma liderança indígena na Guerra Guaranítica: o envolvimento do líder indígena na região das Missões 1753-1756

Sepé Tiaraju, an Indigenous Leadership in the Guaranitic War: the involvement of the indigenous leader in the Missions region 1753-1756

Luciano Viana de Freitas,¹ UFPel

Resumo

A trajetória de Sepé Tiaraju e a resistência Guaraní Durante a Guerra Guaranítica, configuram um episódio central na história colonial sul-americana. O artigo analisa a figura de Sepé como um sujeito histórico e um mediador cultural, transitando entre os mundos indígena, jesuítico e europeu. A pesquisa se justifica pela necessidade do debate acadêmico sobre a atuação indígena, que foi minimizada em narrativas eurocêntricas e na historiografia tradicional. A abordagem qualitativa, baseada na revisão historiográfica crítica e no diálogo com fontes secundárias de autores renomados, busca questionar a construção da narrativa histórica sobre Sepé e sua relação com os jesuítas e os europeus. A análise conclui que a trajetória de Sepé é um elemento crucial para a compreensão da resistência dos povos originários frente às intervenções europeias.

Palavras-chave: Sepé Tiaraju; Resistência; Guerra Guaranítica; Jesuítas; Sete Povos das Missões.

Abstract

The trajectory of Sepé Tiaraju and the Guaraní resistance during the Guaranitic War constitute a central episode in South American colonial history. This article analyzes the figure of Sepé as a historical subject and a cultural mediator, moving between the Indigenous, Jesuit, and European worlds. The research is justified by the need for academic debate regarding Indigenous agency, which has been minimized in Eurocentric narratives and traditional historiography. The qualitative approach, based on a critical historiographical review and a dialogue with secondary sources from renowned authors, seeks to question the construction of the historical narrative about Sepé and his relationship with the Jesuits and Europeans. The analysis concludes that Sepé's trajectory is a crucial element for understanding the resistance of Indigenous peoples against European interventions.

Keywords: Sepé Tiaraju; Resistance; Guaranitic War; Jesuits; Sete Povos das Missões.

¹Luciano Viana de Freitas é graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Desenvolve estudos e pesquisas com ênfase em História Colonial, relações de poder e resistência indígena na América do Sul. E-mail: lucianolvf2014@gmail.com

Introdução

A trajetória de Sepé Tiaraju, líder indígena Guarani dos Sete Povos das Missões, configurada, como um dos episódios mais expressivos da resistência ameríndia frente às intervenções europeias do período colonial na região sul do Brasil, como aponta o autor:

Na região hoje formada pelas divisas de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, entre 1609 e 1768, padres jesuítas e índios guaranis construíram uma sociedade singular, relativamente democrática e próspera, onde as ferramentas e os meios de produção eram propriedade coletiva. Eram os chamados Sete Povos das Missões. Mas em 1750 o Tratado de Madri determinou que Portugal entregasse à Espanha a Colônia do Sacramento, para receber em troca o território dos Sete Povos, à margem leste do rio Uruguai, então sob domínio espanhol. Obrigados a deixar para trás o fruto do trabalho e o legado de sucessivas gerações, além da cultura ancestral, os guaranis rebelaram-se. Apoiadas pelos jesuítas, milícias guaranis barraram o avanço de contingentes de espanhóis e portugueses, encarregados de redesenhar as fronteiras entre seus domínios. Entre 1754 e 1756 a República Guarani (Dorneles, 2018, p.43).

Inserido no contexto das tensões e batalhas desencadeadas pelo Tratado de Madrid, entre 1753 e 1756, Sepé emergiu como protagonista da chamada Guerra Guaranítica, articulando a defesa dos territórios dos povos Guaranis diante da expansão das forças espanholas e portuguesas e das transformações provocadas pelas Missões Jesuíticas.

Sepé Tiaraju, mesmo líder, nunca foi cacique. O cargo era hereditário, ainda que o princípio de hereditariedade entre guaranis não fosse o mesmo que entre os europeus. A sucessão guarani não necessariamente era para o filho, mas para aquele com maior prestígio junto aos demais, desde que tivesse uma proximidade familiar com o líder anterior, (Burd, 2014, p.112).

O envolvimento de Sepé Tiaraju à frente do seu povo e a complexa relação que estabeleceu com os padres Jesuítas é fundamental para uma análise mais profunda da dinâmica social, política e cultural da região das Missões, como aponta o autor:

Se levarmos em consideração a ordem cronológica, a primeira menção a Sepé na documentação histórica ocorre no início de 1753. Refiro-me aos fatos ocorridos em Santa Tecla, quando as comissões demarcadoras foram impedidas de passar além desta estância de São Miguel. Foi, na prática, o primeiro ato hostil em oposição às comissões demarcadoras. Consta que Sepé liderava o grupo guarani que fez frente aos ibéricos. Nos diários dos demarcadores, a exemplo dos portugueses José Custódio de Sá e Faria e de Jacinto Rodrigues da Cunha, a situação fica clara, ainda que, como o fato se deu antes do envio das tropas, nem todos o registrarem (Burd, 2014, p.112).

Sua célebre afirmação, “Essa terra tem dono”² (Quevedo, 1994, p.6), reverbera até hoje como símbolo da luta pela preservação dos territórios indígenas e desafia narrativas de dominação sobre os povos originários. O estudo desta liderança não só reaviva debates essenciais para a história nacional e regional, como também revela aspectos pouco explorados na historiografia tradicional, proporcionando novas perspectivas sobre as relações de poder, negociação e resistência no contexto da Guerra Guaranítica.

Com isso, o estudo do tema mostra sua relevância, pois abordaremos a relação de Sepé Tiaraju com os Jesuítas, uma relação que em alguns momentos da história mostra uma dominância dos padres sobre os Indígenas Guaranis, buscaremos evidenciar algumas hipóteses de como acontecia essa relação, tendo Sepé Tiaraju como foco principal.

Gostaria também de apresentá-lo sob a perspectiva de um mediador cultural, ou seja, de um indivíduo que transita entre dois mundos aparentemente diversos, o dos indígenas e o dos europeus, papel que também o ajudou a se consolidar como liderança (Dorneles, 2018, p.45).

Kern, autor de *Utopias e Missões Jesuíticas*, dialoga com as questões da centralização do poder, dirigismo teocrático e o papel dos Jesuítas nas Missões, refletindo sua importância histórica no episódio da guerra Guaranítica. Essas dinâmicas estruturais fundamentadas na tutela clerical, geraram tensões constantes entre os Guaranis e o a Companhia de Jesus, delineando o cenário que antecedeu o conflito fronteiriço, como cita o autor:

A pouca importância dada às atuações dos índios e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se *pari passu* com a supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêtricas e preconceituosas que davam conta de responder às questões citadas. Heróis ou vilões, os poderosos portugueses teriam sido capazes de dominar milhares de povos guerreiros, catequizá-los e discipliná-los, fazendo-os trabalhar e defender a terra como fiéis e submissos servidores do rei (Almeida, 2017, p.19).

Conforme fica evidenciado, temos dois diálogos contextualizados sobre a predominância da história do colonizador, sobrepondo a história indígena, que leva a entender a forma como eram tratados os feitos do lado do colonizador e do colonizado. Como diz (Almeida, 2017, p.19) “a importância minimizada da história indígena”, demonstra, como

²A frase “Essa terra tem dono” (Quevedo, 1994), atribuída ao líder guarani Sepé Tiaraju, é um poderoso manifesto de resistência e soberania indígena. Proferida em 1756, durante a Guerra Guaranítica, a declaração contestava diretamente as imposições do Tratado de Madri (1750), que visava a expulsão dos povos indígenas dos Sete Povos das Missões e a redistribuição de suas terras entre as coroas portuguesa e espanhola.

cita (Kern, 1994, p.84), “as fortes características dos jesuítas absolutistas, causando o apagamento dos sujeitos históricos do povo Guarani”. Outrossim, “O paternalismo dos jesuítas”, como apontou, (Kern, 1994, p.112), teria caracterizado esta estrutura absolutista monárquica, como em todas as colônias. Esta espécie de aristocracia tutelar, realizada em nome da religião e da autoridade política emanada diretamente das monarquias europeias, pode ter levado a um dirigismo estrito imposto à sociedade indígena instalada nos Trinta Povos?

Desconstruíam o caráter heróico dos nossos colonizadores, porém mantinham a perspectiva anterior de supervalorização de seu desempenho, na medida em que consideravam os índios como vítimas incapazes de agir diante da violência de um sistema no qual não tinham outra alternativa a não ser a fuga, a morte pela rebeldia ou a submissão aos dominadores (Almeida, 2014, p. 20).

É importante buscar o entendimento que o povo Guarani, que não aconteceu uma submissão das relações impostas pelo colonizador, mas que em muitos momentos a única forma confrontar os levavam a morte, devido a “disparidade de tecnologias bélicas do colonizador”, como diz (Almeida, 2014, p.20). Utilizamos na pesquisa uma abordagem qualitativa desse tema, autores que dialogam com a historiografia da fronteira do Rio Grande do Sul no século XVII, com ênfase nos Sete Povos das Missões, Guerra Guaranítica e também no personagem Histórico de Sepé Tiaraju. Ao longo da pesquisa foram encontrados artigos e obras de grandes historiadores como Rafael Burd , A consolidação de uma liderança indígena durante a revolta causada pelo Tratado de Madri: o caso de Sepé Tiaraju, entre o confronto e a negociação (2014), Tau Golin, A Província Jesuítica do Paraguai, a Guerra Guaranítica e a destruição do espaço jesuítico-missioneiro (2015), Amaro Dorneles , Guerra guaranítica, (2018), Arno Kern , Utopias e missões jesuíticas, (1994), Bruno Schlatter , Tiaraju e os outros Sepés: Lideranças Indígenas na guerra Guaranítica (2018), Júlio R. Quevedo , A Rebelião Colonial nas Missões (1994) e Maria Regina Celestino de Almeida, A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas (2017). Justifica-se com a intenção de trazer novamente ao debate acadêmico, essa parte da história que envolve personagens, culturas, mas um em especial que teve envolvimento com o povo Ibérico, Jesuíta e também com seu povo Guarani. Sepé Tiaraju, figura histórica com notoriedade maior na região da fronteira do Rio Grande do Sul, mas pouco debatido dentro do estudo da liderança nas escolas do Rio Grande do Sul.

Com uma análise historiográfica crítica, com diálogo de fontes secundárias, que serão artigos de autores referenciados no trabalho, o presente artigo tratará sobre figura de Sepé Tiaraju que é “composta de uma série de construções sobre sua figura” (Dorneles, 2018, p.45), o que transforma o tema do artigo, que pode nos levantar questionamentos sobre quem foi Sepé Tiaraju? Qual a relação dele com os Jesuítas? E qual foi a sua contribuição como Líder indígena na Guerra Guaranítica? Como foi construída essa narrativa sobre esse papel de liderança na historiografia do Rio Grande do Sul? Como podemos observar, com intenção de reduzir esse isolamento de informações, buscando abordar a riqueza dessa história fronteiriça, Ibérica, Brasileira e também indígena, faremos de Sepé Tiaraju tema principal deste trabalho, essa figura entre dois mundos, onde analisaremos pela perspectiva da Nova história indígena e da Etnohistória esse personagem de resistência ao colonizador, através de uma revisão historiográfica crítica.

Sepé Tiaraju e os primeiros registros de sua historiografia

Ao concentrar a pesquisa na figura étnica de Sepé Tiaraju, apresentaremos uma figura indígena, Guaraní da região dos Sete Povos das Missões, tendo como o evento histórico das Guerras Guaraníticas, seu principal registro historiográfico. Busca-se, com isso, construir a figura do personagem como um sujeito histórico, que exerceu uma liderança significativa no evento.

Quando os índios forem considerados sujeitos históricos e os múltiplos processos de interação entre suas sociedades e as populações que surgiram com a colonização europeia forem recuperados, “páginas inteiras da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista” (Monteiro, 1995, p.228).

Para traçar uma trajetória de sua vida, como destaca Burd, precisamos traçar uma linha entre o período de 1753 e 1756, que são os anos que constam registros de sua existência.

Se levarmos em consideração a ordem cronológica, a primeira menção a Sepé na documentação histórica ocorre no início de 1753. Refiro-me aos fatos ocorridos em Santa Tecla, quando as comissões demarcadoras foram impedidas de passar além desta estância de São Miguel (Burd, 2014, p. 113).

Burd também descreve, que após o evento de Santa Tecla, encontramos registros sobre Sepé Tiaraju no ano de 1754, em um assalto ao Forte na cidade de Rio Pardo.

A respeito do evento ocorrido entre guaranis e portugueses, existe a polêmica sobre as duas versões: a lusitana, em que os índios atacaram o forte e foram presos; e a de que foram atraídos para dentro do forte, traídos e aprisionados. Ambas envolvem Sepé diretamente, devido a sua audaciosa fuga (Burd, 2014, p. 115).

Com base nas informações encontradas na obra de Golin, é possível contextualizar sua obra sobre a Guerra Guaranítica como uma análise histórica detalhada e focada nas tensões territoriais e no levante indígena contra as imposições dos tratados entre Portugal e Espanha. O livro de Golin aborda a resistência indígena como um fator ativo, desafiando a visão de passividade dos povos nativos e explorando as complexas relações de poder na região dos Sete Povos das Missões.

Respondeu o dito capitão que lhe deixaria aquela gente na fortaleza, enquanto ele mesmo os ia buscar; o que fizeram, recolhendo-se todos a ela, e saindo logo com o dito capitão o tenente-de-dragões Francisco Pinto Bandeira e quatro aventureiros, todos a cavalo. No caminho, se lhe escapou o dito capitão, metendo-se em um capão a pé, deixando o cavalo em que iamontado. E como o dito tenente o não pôde achar, voltou para a fortaleza, em cuja parte se prenderam todos os 53 índios, que depois disseram que, quando o seu capitão os mandou meter dentro da fortaleza, era para buscarem ocasião de fazerem nela um levante, para melhor a poderem atacar e tomar (Golin, 1998, p. 296).

De acordo com a obra de Tau Golin, o padre jesuíta Tadeu Henis é referenciado como uma fonte histórica importante para a compreensão da Guerra Guaranítica. Golin cita a *Efemérides de La Guerra de los Guaranies*³, uma obra de Henis que acompanha os Guaranis durante o conflito. É a partir desse tipo de registro colonial que os historiadores modernos buscam reconstituir a trajetória de Sepé Tiaraju. Apesar de seu nome de origem guarani estar hoje inscrito no Panteão dos Heróis da Pátria, a historiografia nacional enfrenta severas dificuldades para localizar documentos biográficos precisos sobre o líder. Esse cenário de escassez documental decorre, fundamentalmente, do silenciamento imposto pelos arquivos das coroas ibéricas em relação às lideranças rebeldes da colônia, como assevera o autor:

Facho de Luz em sua língua natal, Sepé está representado no livro oficial dos “Heróis da Pátria”, ao lado de personagens como Tiradentes e Zumbi dos Palmares. O brasileiro, todavia, mal conhece este personagem histórico. É mais fácil encontrar informações e documentação sobre ele e a República

³ Um relato histórico contemporâneo aos acontecimentos da Guerra Guaranítica (1753-1756), a obra é considerada uma importante fonte primária para entender o conflito sob a ótica dos Jesuítas e dos Guaranis que resistiam às tropas luso-espanholas.

Guarani em livros, museus e institutos de pesquisa argentinos, uruguaios e europeus do que em território pátrio (Dorneles, 2018, p. 45).

Cabe salientar que esse registro no livro dos Heróis da Pátria consta com seu nome de batismo “cristão”, como (Loyola, 2015, p.23), explica que o seu nome, José Tiaraju, encontra-se no Livro dos Heróis da Pátria, no Panteão da Liberdade e da Democracia, em homenagem ao “herói guarani missioneiro rio-grandense” (Lei nº 12.032/2009⁴).

Na região missioneira, os Jesuítas converteram os caciques cristianizados em diplomatas da causa, fazendo com que novas reduções⁵ fossem criadas, como salienta o autor:

Joseph Tyarayu ou José Tiaraju ou simplesmente Sepé, como era mais conhecido (certamente uma deformação de José), nasceu na missão de São Luís Gonzaga, em 1722. Órfão, teria sido levado para a missão de São Miguel, segundo um documento do Comitê 250 anos (2006). Assim, tinha cerca de 30 anos na época da guerra. Todavia, a data de nascimento não é historicamente comprovada, ficando difícil precisar sua idade (Prezia, 2019, p. 32).

O apagamento e a nebulosidade em torno de dados biográficos de Sepé revelam mais sobre a história dos colonizadores, do que sobre o próprio líder Guarani. A historiografia tradicional muitas vezes negligencia o protagonismo indígena, preferindo narrativas que se alinham à visão europeia do período colonial.

Ao longo do tempo, a ausência de informações precisas sobre Joseph Tyarayu, ou José Tiaraju, permitiu a proliferação de lendas e a construção de um herói popular. Contudo, longe de diminuir a sua importância, a imprecisão documental eleva sua figura a um símbolo de resistência e identidade.

Sepé Tiaraju, mesmo líder, nunca foi cacique. O cargo era hereditário, ainda que o princípio de hereditariedade entre guaranis não fosse o mesmo que entre os europeus. A sucessão guarani não necessariamente era para o filho, mas para aquele com maior prestígio junto aos demais, desde que tivesse uma proximidade familiar com o líder anterior (Burd, 2014, p. 112).

⁴ A Lei nº 12.032, de 21 de setembro de 2009, é uma legislação federal brasileira que inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria. O objetivo da lei foi homenagear e reconhecer o líder indígena guarani Sepé Tiaraju, celebrando os 250 anos de sua morte

⁵ As missões ou reduções, implantadas em território submetido à coroa espanhola, eram vilas situadas no meio da mata, que cresceram até se tornarem cidades.

O fato de Sepé Tiaraju ser reconhecido como líder sem ter o título de cacique, que era hereditário, evidencia a especificidade e a fluidez das estruturas de poder Guaranis em oposição às hierarquias fixas europeias. Enquanto a sucessão europeia seguia a linhagem direta, a liderança Guarani se baseava no mérito e no prestígio adquiridos perante a comunidade, como enfatiza (Almeida, 2017, p. 23), “considerando que os índios agiam movidos por interesses ligados às dinâmicas de suas organizações socioculturais, é essencial conhecê-las para compreender melhor suas relações interétnicas”.

Desde que houvesse alguma proximidade familiar, essa distinção é crucial para compreender como Sepé ascendeu à posição de liderança militar e moral na resistência contra as forças ibéricas, não por direito de nascimento, mas por sua oratória, coragem e capacidade de inspirar seu povo. A autoridade de Sepé, portanto, era legitimada pela confiança e pelo respeito dos Guaranis, refletindo uma dinâmica social que valorizava as qualidades individuais em um contexto de necessidade e mobilização.

Neste contexto surgiu a figura do Capitão Sepé Tiaraju, da missão de São Miguel. Nos textos da época chamavam-no de capitão, como o fez o superior da Missão de São Miguel, padre Lourenço Balda. Aparece também como mestre de campo, como escreveu Juan de Echevaria, representante espanhol, na fase inicial da guerra guaraníca (Prézia, 2019, p. 33).

A imagem de Sepé Tiaraju, mesmo com os mistérios que a cercam, inspira a luta pela justiça e pela liberdade, ressaltando a relevância duradoura de sua memória para os povos indígenas e para a história do Brasil.

Sepé Tiaraju e sua relação com os padres jesuítas

O modelo social dos Sete Povos das Missões, construído entre 1609 e 1768 na confluência de territórios hoje pertencentes a Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, representa um experimento histórico de notável singularidade. A parceria entre padres jesuítas e a população Guarani resultou em uma sociedade onde, de forma inovadora para a época e região, se constituía a propriedade coletiva dos meios de produção. Ferramentas, terras e o gado, por exemplo, não pertenciam a indivíduos, mas à comunidade, que os utilizava para gerar prosperidade e garantir a subsistência de todos.

Esse sistema comunitário de produção contrastava radicalmente com o modelo de exploração e acumulação de capital vigente nas colônias ibéricas, oferecendo aos Guaranis uma alternativa à escravização e ao desterro, configurando um exemplo precursor de organização social baseada em princípios de solidariedade e partilha.

Na região hoje formada pelas divisas de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, entre 1609 e 1768, padres jesuítas e índios guaranis construíram uma sociedade singular, relativamente democrática e próspera, onde as ferramentas e os meios de produção eram propriedade coletiva. Eram os chamados Sete Povos das Missões. Mas em 1750 o Tratado de Madri determinou que Portugal entregasse à Espanha a Colônia do Sacramento, para receber em troca o território dos Sete Povos, à margem leste do rio Uruguai, então sob domínio espanhol. Obrigados a deixar para trás o fruto do trabalho e o legado de sucessivas gerações, além da cultura ancestral, os guaranis rebelaram-se. Apoiadas pelos jesuítas, milícias guaranis barraram o avanço de contingentes de espanhóis e portugueses, encarregados de redesenhar as fronteiras entre seus domínios (Dorneles, 2018, p. 43).

Além da prosperidade material, fruto da eficiente organização coletiva, os Sete Povos das Missões também apresentavam características de uma sociedade relativamente democrática, especialmente se comparada às rígidas estruturas de poder coloniais.

A influência dos jesuítas na organização religiosa e administrativa era significativa, mas as lideranças indígenas, como os caciques e conselhos, mantinham um papel ativo na tomada de decisões e na gestão dos povoados.

Os próprios jesuítas assinalaram à farta este particular horror que os índios sentiam diante do sacramento católico, sobretudo dos batismos *in extremis*, usuais nos aldeamentos por ocasião das pestes variólicas. Os pajés proclamavam, então, que o “batismo matava”, ao constatarem que os índios morriam tão logo recebiam os “santos óleos”. Aos olhos dos índios, se o batismo dos padres lhes trazia a morte – morte real e simbólica –, o rebatismo da santidade significava para eles a vida – vida eterna na terra da imortalidade (Vainfas, 2022, p. 148).

No contexto de sua obra, *A heresia dos índios*, Vainfas, utiliza essa citação para ilustrar o intenso choque cultural e a percepção distorcida que marcou a interação entre jesuítas e indígenas no Brasil colonial. O autor explora como a conversão forçada e as práticas católicas eram interpretadas pelos povos originários, não como uma salvação, mas como uma ameaça existencial.

Esse diálogo e a participação dos Guaranis na vida social e política contribuíram para a coesão interna e a resiliência das Missões. No entanto, a prosperidade e a autonomia desses povoados inevitavelmente os colocaram em rota de colisão com os interesses das coroas Portuguesa e Espanhola, que não viam com bons olhos a existência de um território economicamente forte e politicamente coeso fora de seu controle direto, o que culminaria na Guerra Guaranítica e no fim desse projeto social singular.

No período colonial, a Província Jesuítica do Paraguai significou a primeira aliança entre os padres, como representantes da geopolítica espanhola, e os morubixabas nativos da América. Uma ampla bibliografia, apesar de sua não unanimidade, difundiu a organização das Missões, demografia, ocupação territorial, arquitetura, produção e relações sociais. No geral, pode-se dizer que a sociedade missioneira representou a primeira alternativa americana ao modelo colonial ibérico (Golin, 2015, p. 53).

Sepé Tiaraju nasceu na Missão de São Luiz Gonzaga e foi batizado com o nome cristão de José. A criação dele pelos padres jesuítas o expôs à cultura e aos ensinamentos europeus, que se somaram a sua herança e visão de mundo Guarani.

Conforme apontamentos de (Prézia, 2019, p. 1) “para entender a figura e a trajetória de Sepé Tiaraju, capitão Guarani da missão jesuítica de São Miguel no oeste do atual Rio Grande do Sul”, é importante fazer uma retrospectiva histórica da presença dos Jesuítas no Paraguai nos séculos XVI e XVII, assim como aponta o autor.

Sepé atuou e fez parte de um mundo não só em transformação, mas também transformado. É desnecessário dizer que a vida dos guaranis estava mudada desde o contato iniciado com a conquista. A sociedade ocidental causaria câmbios irreversíveis para os indígenas. As novidades trazidas pelo europeu não foram somente copiadas, mas reelaboraram toda a vida dos nativos (Burd, 2012, p. 9).

A vida e atuação de Sepé Tiaraju se desenrolam em um contexto indígena já profundamente impactado pela presença ocidental. A sociedade nativa não apenas passava por transformações, mas já estava transformada de forma irreversível devido ao contato com os europeus.

As inovações trazidas pelos conquistadores não foram meramente reproduzidas pelos Guaranis, mas sim, reelaboraram e ressignificaram completamente seu modo de vida, influenciando toda a sua existência. Nesse cenário de profunda mudança e adaptação, a figura de Sepé emerge, representando a resistência e a resiliência de um povo diante da complexa

realidade que se impôs sobre ele, como assevera o autor:

Não pensemos que eles aceitaram toda a bagagem cultural, social e política que o europeu trazia. Os índios não copiaram simplesmente a cultura européia, mas a recriaram. Foram agentes de um processo de mestiçagem, não apenas biológico, como também cultural. As missões guarani-jesuíticas talvez sejam um dos maiores exemplos disso. Observamos esta mestiçagem não só nas figuras que adornavam as igrejas dos povoados, como também na reação dos guaranis ao Tratado de Madri e nas atitudes do próprio Sepé. Sim, porque sabemos que muitas delas, apesar de estarem visando à permanência de seu povo, tiveram alta influência da provável educação que recebeu dos jesuítas (Burd, 2012, p. 10).

Ao invés de aceitarem passivamente a cultura europeia, os indígenas nas Missões guarani-jesuíticas foram agentes ativos de um processo de intensa mestiçagem cultural e biológica, recriando as influências estrangeiras. Essa fusão de culturas se manifestou de diversas formas, desde a mescla de elementos estéticos nos adornos e na arquitetura das igrejas dos povoados, até a complexa reação dos Guaranis ao Tratado de Madri, que desencadeou as Guerras Guaraníticas. A liderança de Sepé Tiaraju é um dos exemplos mais emblemáticos dessa mestiçagem, já que, embora suas ações buscassem a permanência de seu povo, elas também refletiam a influência da provável educação jesuítica que recebeu. A experiência das missões, portanto, demonstra que a interação entre as culturas Guarani e jesuítica foi um fenômeno dinâmico de intercâmbio e não uma mera assimilação unilateral.

Podemos contextualizar, onde questiona as concepções que veem as culturas como blocos monolíticos que se misturam para formar uma terceira cultura mestiça. Como cita o autor, “a realidade é mais complexa e fragmentada, o “pensamento mestiço” é resultado da justaposição caótica e aleatória de elementos culturais, formando “conjuntos jamais fechados” (Gruzinski, 2001, p. 31). Tendo um processo em constante movimento e transformação. A mestiçagem, nesse sentido, não é um resultado final, mas um processo contínuo de recomposição de referências e práticas, que não se encaixa em categorias lineares. Como aponta o autor:

Conseguimos perceber que Sepé, apesar de não viver mais como um guarani antes do contato com a sociedade colonial, ainda podia se considerar parte deste grupo. Ora, o pertencimento a um grupo étnico pode ser bastante maleável. As categorias e características culturais de um grupo podem mudar, justamente por estarem envolvidos em processos históricos. Portanto, mesmo que transformados, os guaranis ainda eram indígenas, ainda poderiam considerar-se como membros desse grupo (Burd, 2012, p. 11).

A Liderança de Sepé Tiaraju no evento da Guerra Guaranítica

Em seu trabalho sobre a Guerra Guaranítica, Golin propõe “uma desconstrução das narrativas idealizadas que, ao longo do tempo, transformaram o conflito e a sociedade jesuítico-guarani em uma totalização romântica e simplista” (Golin, 1998, p. 561). Ele critica a persistência dessa idealização não só no imaginário popular, mas também na academia, onde a tese da “guerra irregular”⁶ como uma estratégia meramente indígena é repetida de forma acrítica, “argumenta que essa visão, muitas vezes motivada pela intenção de “vingar os índios” de forma abstrata, falha em analisar as complexas características sociais e culturais do período”(Golin, 1998, p. 561).

Ao invés de uma guerra heróica baseada unicamente em táticas de guerrilha, ele sugere que a análise dos eventos bélicos revelam hipóteses mais desafiadoras, que exigem uma investigação mais aprofundada da realidade missionária e da complexa dinâmica entre os Guaranis, os jesuítas e as potências coloniais. Por fim, ressaltamos a “ironia de que a memória idealizada do Guaraní, seja muitas vezes, promovida pelos mesmos setores tradicionalistas que historicamente se opuseram aos seus interesses” (Golin, 1998, p. 562), ilustrando a forma como os processos simbólicos no Brasil se constroem por incorporações seletivas e não por exclusões, como assevera o autor:

Portanto, qualquer análise da Guerra Guaranítica precisa considerar a predominância da idealização, fruto ou não de uma subjetividade contrária à injustiça colonial e emotivamente favorável aos guaranis. Dar-lhes o dom da criatividade nos embates guerreiros foi o primeiro adereço para sustentar a visão geral da qual decorre, ou a qual consagra, o idealismo: a guerra irregular como estratégia indígena. No contexto real missionário, o exame dos eventos bélicos configura outras hipóteses desafiadoras das ideias historiográficas (e da cultura) que até o momento esboçavam a tese de guerra irregular, com livre trânsito e repetida acriticamente. Portanto, o meu parâmetro, para apreensão do fenômeno, tensiona com essa tese genérica, que, na verdade, procura “vingar os índios” abstratamente de uma derrota real (Golin, 1998, p. 561).

Para desconstruir a visão simplista de que a resistência militar Guarani foi frágil por uma suposta inaptidão intrínseca dos indígenas para o combate, Golin (1998), argumenta que essa percepção é equivocada e que a aparente fragilidade foi, na verdade, uma consequência de escolhas táticas específicas e não de uma característica natural do povo Guarani.

⁶ A Guerra irregular é um tipo de conflito não convencional, que se diferencia da Guerra tradicional entre exércitos regulares de Estados. Ela é caracterizada por táticas assimétricas, nas quais forças menores e menos equipadas utilizam métodos não padronizados para enfrentar um adversário mais poderoso.

O autor reforça essa ideia ao lembrar que a combatividade Guarani foi historicamente comprovada dentro e fora das Missões, especialmente por grupos de "tapes chimarrões" que praticavam a guerra de movimento, utilizando o conhecimento do terreno como uma estratégia eficaz. Ao introduzir essa dualidade entre o "frontalismo" e a "guerra de movimento", a citação desafia a tese de que a resistência Guarani foi unicamente de guerrilha ou puramente ineficaz, como aponta o autor:

A frágil resistência militar guarani, certamente, não era condicionalmente natural. Ela foi decorrente mais das opções de lutas executadas do que dos pendores intrínsecos à condição indígena. Centenariamente e no interior das Missões, a combatividade guarani foi fartamente demonstrada na história. Além disso, os "tapes chimarrões" - índios que abandonavam os redutos jesuíticos - viviam como "salteadores" nas fronteiras, com manobras tipicamente da guerra de movimento, fazendo do conhecimento do terreno elemento preponderante para suas ações. Portanto, o frontalismo possuía antítese concomitante ao próprio período da Guerra Guaranítica (Golin, 1998, p. 562).

A força motriz por trás da rebelião indígena não residia apenas em táticas militares ou na simples defesa territorial, sobretudo, na profunda crença de que a luta era uma guerra santificada. Ao interpretar o conflito não como uma disputa meramente política ou militar, mas como um embate entre o bem e o mal, Golin, revela como a teologia jesuítica, incorporada e ressignificada pelos Guaranis, transformou a resistência em uma missão divina.

“A carta de Ibaringuã⁷” (Golin, 1998, p. 563), enviada às vésperas da morte de Sepé é apresentada como uma evidência crucial dessa mentalidade, na qual a vitória dependia mais da devoção e da proteção divina do que da força bélica, tornando os guerreiros Guaranis "purificadores instrumentos de Deus" e infundindo em sua luta um sentido de inviolabilidade moral que supera a lógica militar convencional. Golin frisa que:

As tropas coloniais estavam violando mais que a materialidade territorial. Eram forças do mal e profanadores, segundo o imaginário construído pela missionarização. Encontravam-se ali os portugueses - entenda-se bandeirantes/mamelucos na representação guarani -, encarnando o próprio Diabo. Além da guerra, tratava-se de um espaço santificado a não ser maculado. As tropas guaranis, portanto, eram projeções da vontade divina, purificadores instrumentos de Deus. Valentim expressa uma dezena de argumentos que mostram os índios como portadores da inviolabilidade. Eram acompanhados por Deus, a Virgem, São Miguel e todos os santos. Para

⁷ Valentim Ibaringuã, (Golin, 1998), foi um cacique Guarani que desempenhou um papel significativo na Guerra Guaranítica. Ele era o administrador da estância do povoado de São Xavier, pertencente ao povo de São Borja, na região dos Sete Povos das Missões.

os guaranis da frente de batalha, os padres dedicavam as missas, rezadas diante das imagens. Esses soldados da redução e da fé deveriam invocar constantemente os nomes santos. Seriam vencedores se demonstrassem devoção, pois, se "tudo é para Deus", [...] "todos os anjos da corte celestial serão vossos companheiros". As orações dos Povos da Província Jesuítica lhes dariam confiança, "em especial as das crianças inocentes, que todas se empregam em vos encomendar a Deus". Na guerra, "Deus, Nosso Senhor, e a Virgem Maria, e o nosso Pai São Miguel sejam vossos companheiros". Mais que os guerreiros que Sepé comandava na vanguarda, os invasores deveriam temê-los "por ter em nossa companhia a Santíssima Virgem e os Santos Anjos". O princípio da eficiência guerreira estava na causa e não exclusivamente na capacidade real de fazer a guerra. Ao encerrar a carta, Valentim ofereceu-lhe uma "bandeira com o retrato de Nossa Senhora". Dela se deduz o sentido emblemático da Guerra Guaranítica. A carta de Valentim integra o universo simbólico missionário pré- guerra, desde que os guaranis resolveram resistir, em 1753 (Golin, 1998, p. 564).

A profunda e complexa interação cultural entre jesuítas e Guaranis, revelando que a resistência indígena não pode ser compreendida apenas como uma oposição pura às forças coloniais. A obra demonstra que a cultura jesuítica, com seus ritos e teologia, já estava profundamente incorporada e ressignificada pela cosmovisão Guaraní, criando uma "cultura de contato" híbrida.

Assim o conflito se manifesta não só em termos territoriais e militares, mas também através de um imaginário religioso compartilhado. Sepé Tiaraju, como enfatiza, classificado pelos padres como "célebre e não noveleiro como os demais" (Golin, 1998, p.284), entrou nessa mesma comoção, revelando-se um corregedor em que tais argumentos germinavam sem resistência.

Desde fevereiro de 1754, quando escreveu uma carta ao superior das Missões, suas ações se embasaram diretamente nessa força simbólica: as palavras de São Miguel, que apareceram ao cacique Alonso Tapayu três vezes, não poderiam ser desobedecidas. Tiaraju e os demais rebeldes, em suma, aponta, "utilizaram a matéria de convencimento dos próprios jesuítas, dando-lhe a mesma função empregada pela Ordem para a evangelização reducional" (Golin, 1998, p.284), só que, agora, em nova conjuntura histórica, inserida em conflito geopolítico de consequências internacionais.

O mesmo conteúdo pregacional que servirá para "arregimentar" almas para a cristandade, retirando-as da "barbárie primitiva", mais de dois séculos após a missionarização guarani estaria ainda no centro de sua perdição. Como aponta o autor:

Os guaranis fronteiriços iniciaram a retirada de seus bens e adotaram as

táticas de terra arrasada e guerra de movimento. Os campos eram queimados para que os animais do invasor não encontrassem pastos. As roças devastadas, quando não podiam retirar a produção. Os gados levados para o norte, ou escondidos em fundões, fora da rota inimiga.

Exceto a execução de duas pequenas partidas de blandengues, os índios não conseguiam impor baixas mais significativas. Alguns peões e escravos foram mortos após serem atraídos por animais colocados à distância. Quando iam abatê-los, eram emboscados. A tática de Sepé Tiaraju previa a adoção de movimentos de guerrilha em campo aberto para atrair o exército luso-espanhol à estrada do Monte Grande - também chamado de Mato Grande ou Boca do Monte -, que é a atual subida da serra entre os municípios de Santa Maria e São Martinho, no Rio Grande do Sul, Brasil (Golin, 2011. p. 5).

As estratégias de guerra dos Guaranis, liderados por Sepé Tiaraju, não buscavam o confronto direto com o exército ibérico. Eles preferiam táticas de guerrilha, terra arrasada, queimando campos e escondendo gado para dificultar o avanço inimigo. A ideia de Sepé era atrair as tropas para a estrada do Monte Grande, onde o terreno desfavorável permitiria emboscadas, explorando o conhecimento do território para compensar a inferioridade bélica, “revela Sepé Tiaraju não apenas como um guerreiro, mas como um líder de guerra estratégico e astute”, (Golin, 2011, p. 5). Sua “tática de guerrilha em campo aberto”, (Dornelles, 2018, p.45), destinada a atrair as forças luso-espanholas para a estrada do Monte Grande, demonstra uma capacidade sofisticada de usar o terreno a seu favor. Ao conduzir o inimigo para uma região montanhosa e difícil, ele buscava neutralizar a superioridade bélica do adversário, invertendo a dinâmica do confronto. Essa abordagem tática indica que Sepé Tiaraju compreendia a desvantagem de um embate direto e em vez disso, planejava meticulosamente suas ações, transformando a geografia em uma arma e a emboscada em sua principal estratégia.

A postura de antes reconhecer, “observar os inimigos, para depois combatê-los parece ser prudente, buscando evitar o enfrentamento inconsequente”, como enfatiza (Burd, 2014, p.116), Tiaraju percebeu que seria improdutivo atacar os ibéricos, antes da batalha de Caiboaté⁸, mas Sepé Tiaraju não estava em Caiboaté, porque morreu três dias antes.

A morte de Sepé Tiaraju

A resistência indígena aos avanços ibéricos atingiu seu ponto crítico às margens do rio Vacacaí, próximo à atual cidade gaúcha de São Gabriel. Após uma escaramuça inicial, as

⁸ A Batalha de Caiboaté foi o confronto decisivo e mais sangrento da Guerra Guaranítica, ocorrido em 7 de fevereiro de 1756.

forças Guaranis recuaram taticamente para uma área de mata densa, com o intuito de preparar uma emboscada.

No entanto, o plano de defesa foi tragicamente interrompido. No momento crucial da retirada, Sepé Tiaraju, líder da resistência, sofreu um acidente fatal: seu cavalo tropeçou em uma toca, derrubando-o. Imobilizado no chão, Sepé foi rapidamente alcançado e morto pelas forças ibéricas, um evento que marcou profundamente a tragédia missioneira e o conflito entre as populações locais e os colonizadores, como aponta o autor Dorneles:

Diante da resposta ao ataque, os índios se retiraram. Buscaram refúgio numa área de mata, onde seus milicianos, emboscados, aguardavam a hora do ataque: “Mas antes de atingir o abrigo, o cavalo de Sepé enfiou as patas dianteiras em uma toca e rodou. Já no chão, recebeu a carga dos ibéricos”. A tragédia missioneira se deu às margens de um riacho, às margens do rio Vacacaí, perto da atual cidade de São Gabriel (RS) (Dorneles, 2018, p. 49).

Ao investigar a morte de Sepé Tiaraju, “aponta para uma convergência de relatos de comandantes e cronistas da expedição, os quais registraram o desfecho brutal do líder Guarani” (Golin, 1998, p.312). A análise de Golin, detalha que Sepé foi ferido e lanceado por um peão e em seguida, morto a tiros de pistola pelo comandante da operação, o governador José Joaquim de Viana⁹, que acrescentam a crueldade do episódio a tortura e a queima do corpo de Sepé com pólvora. A contextualização de Golin, resgata os detalhes sombrios de um martírio que solidificou a figura de Sepé Tiaraju como um símbolo de resistência indígena frente ao poderio ibérico, como assevera o autor:

Custódio diz que Sepé foi reconhecido por um espanhol. Sobre a morte, narra que José Joaquim de Viana, avistando um índio “[...] que lhe parecia ser o que os mandava, ao qual um peão português quebrou uma lança no corpo, e o governador de Montevideu o matou com um tiro de pistola”. Para o lusitano, “[...] o índio Sepeê, que ficou morto, era entre os seus de grande valor e astúcia, e, por isso, comandava aos demais” (Faria, 2004, p. 417).

A morte de Sepé Tiaraju não foi apenas o fim trágico de um líder indígena, ela se tornou um evento central na historiografia dos Sete Povos das Missões, cercado por detalhes como mostra o autor:

Interessante notar que o “capitão” indígena portava em sua algibeira duas

⁹ José Joaquim de Viana (1717-1773) foi uma figura proeminente na administração colonial espanhola na América do Sul, mais notavelmente por seu papel como Governador de Montevideu e posteriormente do Rio da Prata, (Golin, 1998).

cartas, que são descritas no diário de Jacinto Rodrigues da Cunha. Uma era assinada pelo “mayordomo” de São Miguel, Valentim Ibaringã, provavelmente era uma correspondência destinada aos líderes de outras reduções, solicitando novas informações sobre o conflito. A segunda, que para o português se parece com uma instrução a Sepé, reafirma a vontade de permanecer nas terras que, segundo os guaranis, Deus havia lhes dado (Burd, 2012, p. 47).

Com o corpo martirizado e a resistência temporariamente silenciada, a morte de Sepé Tiaraju não representou o fim da luta Guarani, mas sim o nascimento de um símbolo de resistência que ecoaria através dos séculos, imortalizado na memória e na identidade cultural do Sul do Brasil.

Contribuições e interlocuções entre diversos autores, diálogos teóricos sobre Sepé Tiaraju

A análise das interlocuções autorais sobre Sepé Tiaraju revela um denso debate historiográfico. Há consenso sobre a relevância do líder Guarani na resistência às potências ibéricas durante a Guerra Guaranítica (1753-1756) e contra as imposições do Tratado de Madri, tendo a máxima “Essa terra tem dono” como lema central.

Pesquisadores como Almeida (2017), Dorneles (2018) e Kern (1994) convergem na crítica às narrativas eurocêntricas tradicionais, buscando superar o apagamento das identidades nativas e reposicionar os indígenas como sujeitos históricos ativos.

As divergências teóricas emergem na avaliação da autonomia missioneira. Enquanto Kern (1994) define as reduções por um “dirigismo estrito” e paternalista, indicando uma agência indígena limitada, Burd (2014) e Almeida (2017) sustentam a existência de relações interétnicas complexas.

Nesse sentido, Dorneles (2018), propõe a categoria de “mediador cultural” para Sepé, cuja liderança baseava-se no prestígio, no mérito e não em moldes hereditários europeus, evidenciando dinâmicas socioculturais próprias.

A resistência ativa e a capacidade estratégica dos Guaranis são ilustradas pela fuga de Sepé do Forte de Rio Pardo, Golin (1998); Burd (2014), evento cujas versões conflitantes nas fontes lusitanas e jesuíticas desafiam a crítica documental.

Ademais, a escassez de documentação biográfica primária, longe de ser apenas um limitante, é interpretada por Dorneles (2018) como evidência de um apagamento deliberado pelo colonizador, fator que impulsionou a mitificação do líder. Em síntese, o esforço dessa

revisão historiográfica decolonial visa resgatar a agência dos povos originários. O objetivo comum é garantir que a trajetória de Sepé Tiaraju integre o capítulo central da formação histórica do sul do Brasil, em vez de figurar como mero apêndice da história colonial.

Considerações finais

Sepé Tiaraju nasceu na Missão de São Luiz Gonzaga e foi batizado com o nome cristão de José. A criação dele pelos padres jesuítas o expôs à cultura e aos ensinamentos europeus, que se somaram a sua herança e visão de mundo Guarani.

Conforme apontamentos de (Prézia, 2019, p.1) “para entender a figura e a trajetória de Sepé Tiaraju, capitão Guarani da missão jesuítica de São Miguel no oeste do atual Rio Grande do Sul”, é importante fazer uma retrospectiva histórica da presença dos Jesuítas no Paraguai nos séculos XVI e XVII, assim como aponta o autor:

Sepé atuou e fez parte de um mundo não só em transformação, mas também transformado. É desnecessário dizer que a vida dos guaranis estava mudada desde o contato iniciado com a conquista. A sociedade ocidental causaria câmbios irreversíveis para os indígenas. As novidades trazidas pelo europeu não foram somente copiadas, mas reelaboraram toda a vida dos nativos (Burd, 2012, p. 9).

A vida e atuação de Sepé Tiaraju se desenrolam em um contexto indígena já profundamente impactado pela presença ocidental. A sociedade nativa não apenas passava por transformações, mas já estava transformada de forma irreversível devido ao contato com os europeus.

As inovações trazidas pelos conquistadores não foram meramente reproduzidas pelos Guaranis, mas sim, reelaboraram e ressignificaram completamente seu modo de vida, influenciando toda a sua existência. Nesse cenário de profunda mudança e adaptação, a figura de Sepé emerge, representando a resistência e a resiliência de um povo diante da complexa realidade que se impôs sobre ele, como assevera o autor:

Não pensemos que eles aceitaram toda a bagagem cultural, social e política que o europeu trazia. Os índios não copiaram simplesmente a cultura européia, mas a recriaram. Foram agentes de um processo de mestiçagem, não apenas biológico, como também cultural. As missões guarani-jesuíticas talvez sejam um dos maiores exemplos disso. Observamos esta mestiçagem não só nas figuras que adornavam as igrejas dos povoados, como também na reação dos guaranis ao Tratado de Madri e nas atitudes do próprio Sepé.

Sim, porque sabemos que muitas delas, apesar de estarem visando à permanência de seu povo, tiveram alta influência da provável educação que recebeu dos jesuítas (Burd, 2012, p. 10).

Ao invés de aceitarem passivamente a cultura europeia, os indígenas nas Missões guarani-jesuíticas foram agentes ativos de um processo de intensa mestiçagem cultural e biológica, recriando as influências estrangeiras. Essa fusão de culturas se manifestou de diversas formas, desde a mescla de elementos estéticos nos adornos e na arquitetura das igrejas dos povoados, até a complexa reação dos Guaranis ao Tratado de Madri, que desencadeou as Guerras Guaraníticas. A liderança de Sepé Tiaraju é um dos exemplos mais emblemáticos dessa mestiçagem, já que, embora suas ações buscassem a permanência de seu povo, elas também refletiam a influência da provável educação jesuítica que recebeu. A experiência das missões, portanto, demonstra que a interação entre as culturas Guarani e jesuítica foi um fenômeno dinâmico de intercâmbio e não uma mera assimilação unilateral.

Podemos contextualizar, onde questiona as concepções que veem as culturas como blocos monolíticos que se misturam para formar uma terceira cultura mestiça. Como cita o autor, “a realidade é mais complexa e fragmentada, o “pensamento mestiço” é resultado da justaposição caótica e aleatória de elementos culturais, formando “conjuntos jamais fechados” (Gruzinski, 2001, p.31). Tendo um processo em constante movimento e transformação. A mestiçagem, nesse sentido, não é um resultado final, mas um processo contínuo de recomposição de referências e práticas, que não se encaixa em categorias lineares. Como aponta o autor:

Conseguimos perceber que Sepé, apesar de não viver mais como um guarani antes do contato com a sociedade colonial, ainda podia se considerar parte deste grupo. Ora, o pertencimento a um grupo étnico pode ser bastante maleável. As categorias e características culturais de um grupo podem mudar, justamente por estarem envolvidos em processos históricos. Portanto, mesmo que transformados, os guaranis ainda eram indígenas, ainda poderiam considerar-se como membros desse grupo (Burd, 2012, p. 11).

A Liderança de Sepé Tiaraju no evento da Guerra Guaranítica

Em seu trabalho sobre a Guerra Guaranítica, Golin propõe “uma desconstrução das narrativas idealizadas que, ao longo do tempo, transformaram o conflito e a sociedade jesuítico-guarani em uma totalização romântica e simplista” (Golin, 1998, p.561). Ele critica a persistência dessa idealização não só no imaginário popular, mas também na academia, onde a

tese da "guerra irregular"¹⁰ como uma estratégia meramente indígena é repetida de forma acrítica, “argumenta que essa visão, muitas vezes motivada pela intenção de “vingar os índios” de forma abstrata, falha em analisar as complexas características sociais e culturais do período”(Golin, 1998, p.561).

Ao invés de uma guerra heróica baseada unicamente em táticas de guerrilha, ele sugere que a análise dos eventos bélicos revelam hipóteses mais desafiadoras, que exigem uma investigação mais aprofundada da realidade missionária e da complexa dinâmica entre os Guaranis, os jesuítas e as potências coloniais. Por fim, ressaltamos a “ironia de que a memória idealizada do Guaraní, seja muitas vezes, promovida pelos mesmos setores tradicionalistas que historicamente se opuseram aos seus interesses” (Golin, 1998, p.562), ilustrando a forma como os processos simbólicos no Brasil se constroem por incorporações seletivas e não por exclusões, como assevera o autor:

Portanto, qualquer análise da Guerra Guaranítica precisa considerar a predominância da idealização, fruto ou não de uma subjetividade contrária à injustiça colonial e emotivamente favorável aos guaranis. Dar-lhes o dom da criatividade nos embates guerreiros foi o primeiro adereço para sustentar a visão geral da qual decorre, ou a qual consagra, o idealismo: a guerra irregular como estratégia indígena. No contexto real missionário, o exame dos eventos bélicos configura outras hipóteses desafiadoras das ideias historiográficas (e da cultura) que até o momento esboçavam a tese de guerra irregular, com livre trânsito e repetida acriticamente. Portanto, o meu parâmetro, para apreensão do fenômeno, tensiona com essa tese genérica, que, na verdade, procura “vingar os índios” abstratamente de uma derrota real (Golin, 1998, p. 561).

Para desconstruir a visão simplista de que a resistência militar Guarani foi frágil por uma suposta inaptidão intrínseca dos indígenas para o combate, Golin (1998), argumenta que essa percepção é equivocada e que a aparente fragilidade foi, na verdade, uma consequência de escolhas táticas específicas e não de uma característica natural do povo Guarani.

O autor reforça essa ideia ao lembrar que a combatividade Guarani foi historicamente comprovada dentro e fora das Missões, especialmente por grupos de “tapes chimarrões” que praticavam a guerra de movimento, utilizando o conhecimento do terreno como uma estratégia eficaz. Ao introduzir essa dualidade entre o “frontalismo” e a “guerra de movimento”, a citação desafia a tese de que a resistência Guarani foi unicamente de guerrilha

¹⁰ A Guerra irregular é um tipo de conflito não convencional, que se diferencia da Guerra tradicional entre exércitos regulares de Estados. Ela é caracterizada por táticas assimétricas, nas quais forças menores e menos equipadas utilizam métodos não padronizados para enfrentar um adversário mais poderoso.

ou puramente ineficaz, como aponta o autor:

A frágil resistência militar guarani, certamente, não era condicionalmente natural. Ela foi decorrente mais das opções de lutas executadas do que dos pendores intrínsecos à condição indígena. Centenariamente e no interior das Missões, a combatividade guarani foi fartamente demonstrada na história. Além disso, os "tapes chimarrões" - índios que abandonavam os redutos jesuíticos - viviam como "salteadores" nas fronteiras, com manobras tipicamente da guerra de movimento, fazendo do conhecimento do terreno elemento preponderante para suas ações. Portanto, o frontalismo possuía antítese concomitante ao próprio período da Guerra Guaranítica (Golin, 1998, p. 562).

A força motriz por trás da rebelião indígena não residia apenas em táticas militares ou na simples defesa territorial, sobretudo, na profunda crença de que a luta era uma guerra santificada. Ao interpretar o conflito não como uma disputa meramente política ou militar, mas como um embate entre o bem e o mal, Golin, revela como a teologia jesuítica, incorporada e ressignificada pelos Guaranis, transformou a resistência em uma missão divina.

"A carta de Ibaringã¹¹" (Golin, 1998, p. 563), enviada às vésperas da morte de Sepé é apresentada como uma evidência crucial dessa mentalidade, na qual a vitória dependia mais da devoção e da proteção divina do que da força bélica, tornando os guerreiros Guaranis "purificadores instrumentos de Deus" e infundindo em sua luta um sentido de inviolabilidade moral que supera a lógica militar convencional. Golin frisa que:

As tropas coloniais estavam violando mais que a materialidade territorial. Eram forças do mal e profanadores, segundo o imaginário construído pela missionarização. Encontravam-se ali os portugueses - entenda-se bandeirantes/mamelucos na representação guarani -, encarnando o próprio Diabo. Além da guerra, tratava-se de um espaço santificado a não ser maculado. As tropas guaranis, portanto, eram projeções da vontade divina, purificadores instrumentos de Deus. Valentim expressa uma dezena de argumentos que mostram os índios como portadores da inviolabilidade. Eram acompanhados por Deus, a Virgem, São Miguel e todos os santos. Para os guaranis da frente de batalha, os padres dedicavam as missas, rezadas diante das imagens. Esses soldados da redução e da fé deveriam invocar constantemente os nomes santos. Seriam vencedores se demonstrassem devoção, pois, se "tudo é para Deus", [...] "todos os anjos da corte celestial serão vossos companheiros". As orações dos Povos da Província Jesuítica lhes dariam confiança, "em especial as das crianças inocentes, que todas se empregam em vos encomendar a Deus". Na guerra, "Deus, Nosso Senhor, e a Virgem Maria, e o nosso Pai São Miguel sejam vossos companheiros".

¹¹ Valentim Ibaringã, (Golin, 1998), foi um cacique Guarani que desempenhou um papel significativo na Guerra Guaranítica. Ele era o administrador da estância do povoado de São Xavier, pertencente ao povo de São Borja, na região dos Sete Povos das Missões.

Mais que os guerreiros que Sepé comandava na vanguarda, os invasores deveriam temê-los "por ter em nossa companhia a Santíssima Virgem e os Santos Anjos". O princípio da eficiência guerreira estava na causa e não exclusivamente na capacidade real de fazer a guerra. Ao encerrar a carta, Valentim ofereceu-lhe uma "bandeira com o retrato de Nossa Senhora". Dela se deduz o sentido emblemático da Guerra Guaranítica. A carta de Valentim integra o universo simbólico missionário pré- guerra, desde que os guaranis resolveram resistir, em 1753 (Golin, 1998, p. 564).

A profunda e complexa interação cultural entre jesuítas e Guaranis, revelando que a resistência indígena não pode ser compreendida apenas como uma oposição pura às forças coloniais. A obra demonstra que a cultura jesuítica, com seus ritos e teologia, já estava profundamente incorporada e ressignificada pela cosmovisão Guarani, criando uma "cultura de contato" híbrida.

Assim o conflito se manifesta não só em termos territoriais e militares, mas também através de um imaginário religioso compartilhado. Sepé Tiaraju, como enfatiza, classificado pelos padres como "célebre e não noveleiro como os demais" (Golin, 1998, p. 284), entrou nessa mesma comoção, revelando-se um corregedor em que tais argumentos germinavam sem resistência.

Desde fevereiro de 1754, quando escreveu uma carta ao superior das Missões, suas ações se embasaram diretamente nessa força simbólica: as palavras de São Miguel, que apareceram ao cacique Alonso Tapayu três vezes, não poderiam ser desobedecidas. Tiaraju e os demais rebeldes, em suma, aponta, "utilizaram a matéria de convencimento dos próprios jesuítas, dando-lhe a mesma função empregada pela Ordem para a evangelização reducional" (Golin, 1998, p. 284), só que, agora, em nova conjuntura histórica, inserida em conflito geopolítico de consequências internacionais.

O mesmo conteúdo pregacional que servirá para "arregimentar" almas para a cristandade, retirando-as da "barbárie primitiva", mais de dois séculos após a missionarização guarani estaria ainda no centro de sua perdição. Como aponta o autor:

Os guaranis fronteiriços iniciaram a retirada de seus bens e adotaram as táticas de terra arrasada e guerra de movimento. Os campos eram queimados para que os animais do invasor não encontrassem pastos. As roças devastadas, quando não podiam retirar a produção. Os gados levados para o norte, ou escondidos em fundões, fora da rota inimiga. Exceto a execução de duas pequenas partidas de blandengues, os índios não conseguiam impor baixas mais significativas. Alguns peões e escravos foram mortos após serem atraídos por animais colocados à distância. Quando iam abatê-los, eram emboscados. A tática de Sepé Tiaraju previa a adoção de

movimentos de guerrilha em campo aberto para atrair o exército luso-espanhol à estrada do Monte Grande - também chamado de Mato Grande ou Boca do Monte -, que é a atual subida da serra entre os municípios de Santa Maria e São Martinho, no Rio Grande do Sul, Brasil (Golin, 2011, p. 5).

As estratégias de guerra dos Guaranis, liderados por Sepé Tiaraju, não buscavam o confronto direto com o exército ibérico. Eles preferiam táticas de guerrilha, terra arrasada, queimando campos e escondendo gado para dificultar o avanço inimigo. A ideia de Sepé era atrair as tropas para a estrada do Monte Grande, onde o terreno desfavorável permitiria emboscadas, explorando o conhecimento do território para compensar a inferioridade bélica, “revela Sepé Tiaraju não apenas como um guerreiro, mas como um líder de guerra estratégico e astute”, (Golin, 2011, p. 5). Sua “tática de guerrilha em campo aberto”, (Dornelles, 2018, p. 45), destinada a atrair as forças luso-espanholas para a estrada do Monte Grande, demonstra uma capacidade sofisticada de usar o terreno a seu favor. Ao conduzir o inimigo para uma região montanhosa e difícil, ele buscava neutralizar a superioridade bélica do adversário, invertendo a dinâmica do confronto. Essa abordagem tática indica que Sepé Tiaraju compreendia a desvantagem de um embate direto e em vez disso, planejava meticulosamente suas ações, transformando a geografia em uma arma e a emboscada em sua principal estratégia.

A postura de antes reconhecer, “observar os inimigos, para depois combatê-los parece ser prudente, buscando evitar o enfrentamento inconsequente”, como enfatiza (Burd, 2014, p. 116), Tiaraju percebeu que seria improdutivo atacar os ibéricos, antes da batalha de Caiboaté¹², mas Sepé Tiaraju não estava em Caiboaté, porque morreu três dias antes.

A morte de Sepé Tiaraju

A resistência indígena aos avanços ibéricos atingiu seu ponto crítico às margens do rio Vacacaí, próximo à atual cidade gaúcha de São Gabriel. Após uma escaramuça inicial, as forças Guaranis recuaram taticamente para uma área de mata densa, com o intuito de preparar uma emboscada.

No entanto, o plano de defesa foi tragicamente interrompido. No momento crucial da retirada, Sepé Tiaraju, líder da resistência, sofreu um acidente fatal: seu cavalo tropeçou em uma toca, derrubando-o. Imobilizado no chão, Sepé foi rapidamente alcançado e morto pelas

¹² A Batalha de Caiboaté foi o confronto decisivo e mais sangrento da Guerra Guaranítica, ocorrido em 7 de fevereiro de 1756.

forças ibéricas, um evento que marcou profundamente a tragédia missioneira e o conflito entre as populações locais e os colonizadores, como aponta o autor Dorneles:

Diante da resposta ao ataque, os índios se retiraram. Buscaram refúgio numa área de mata, onde seus milicianos, emboscados, aguardavam a hora do ataque: “Mas antes de atingir o abrigo, o cavalo de Sepé enfiou as patas dianteiras em uma toca e rodou. Já no chão, recebeu a carga dos ibéricos”. A tragédia missioneira se deu às margens de um riacho, às margens do rio Vacacaí, perto da atual cidade de São Gabriel (RS) (Dorneles, 2018, p. 49).

Ao investigar a morte de Sepé Tiaraju, “aponta para uma convergência de relatos de comandantes e cronistas da expedição, os quais registraram o desfecho brutal do líder Guarani” (Golin, 1998, p. 312). A análise de Golin, detalha que Sepé foi ferido e lanceado por um peão e em seguida, morto a tiros de pistola pelo comandante da operação, o governador José Joaquim de Viana¹³, que acrescentam a crueldade do episódio a tortura e a queima do corpo de Sepé com pólvora. A contextualização de Golin, resgata os detalhes sombrios de um martírio que solidificou a figura de Sepé Tiaraju como um símbolo de resistência indígena frente ao poderio ibérico, como assevera o autor:

Custódio diz que Sepé foi reconhecido por um espanhol. Sobre a morte, narra que José Joaquim de Viana, avistando um índio “[...] que lhe parecia ser o que os mandava, ao qual um peão português quebrou uma lança no corpo, e o governador de Montevidéu o matou com um tiro de pistola”. Para o lusitano, “[...] o índio Sepeê, que ficou morto, era entre os seus de grande valor e astúcia, e, por isso, comandava aos demais” (Faria, 2004, p. 417).

A morte de Sepé Tiaraju não foi apenas o fim trágico de um líder indígena, ela se tornou um evento central na historiografia dos Sete Povos das Missões, cercado por detalhes como mostra o autor:

Interessante notar que o “capitão” indígena portava em sua algibeira duas cartas, que são descritas no diário de Jacinto Rodrigues da Cunha. Uma era assinada pelo “mayordomo” de São Miguel, Valentim Ibaringã, provavelmente era uma correspondência destinada aos líderes de outras reduções, solicitando novas informações sobre o conflito. A segunda, que para o português se parece com uma instrução a Sepé, reafirma a vontade de permanecer nas terras que, segundo os guaranis, Deus havia lhes dado (Burd, 2012, p. 47).

Com o corpo martirizado e a resistência temporariamente silenciada, a morte de Sepé

¹³ José Joaquim de Viana (1717-1773) foi uma figura proeminente na administração colonial espanhola na América do Sul, mais notavelmente por seu papel como Governador de Montevidéu e posteriormente do Rio da Prata, (Golin, 1998).

Tiaraju não representou o fim da luta Guaraní, mas sim o nascimento de um símbolo de resistência que ecoaria através dos séculos, imortalizado na memória e na identidade cultural do Sul do Brasil.

Contribuições e interlocuções entre diversos autores, diálogos teóricos sobre Sepé

Tiaraju

A análise das interlocuções autorais sobre Sepé Tiaraju revela um denso debate historiográfico. Há consenso sobre a relevância do líder Guaraní na resistência às potências ibéricas durante a Guerra Guaranítica (1753-1756) e contra as imposições do Tratado de Madri, tendo a máxima "Essa terra tem dono" como lema central.

Pesquisadores como Almeida (2017), Dorneles (2018) e Kern (1994) convergem na crítica às narrativas eurocêntricas tradicionais, buscando superar o apagamento das identidades nativas e reposicionar os indígenas como sujeitos históricos ativos.

As divergências teóricas emergem na avaliação da autonomia missioneira. Enquanto Kern (1994) define as reduções por um "dirigismo estrito" e paternalista, indicando uma agência indígena limitada, Burd (2014) e Almeida (2017) sustentam a existência de relações interétnicas complexas.

Nesse sentido, Dorneles (2018), propõe a categoria de "mediador cultural" para Sepé, cuja liderança baseava-se no prestígio, no mérito e não em moldes hereditários europeus, evidenciando dinâmicas socioculturais próprias.

A resistência ativa e a capacidade estratégica dos Guaranis são ilustradas pela fuga de Sepé do Forte de Rio Pardo, Golin (1998); Burd (2014), evento cujas versões conflitantes nas fontes lusitanas e jesuíticas desafiam a crítica documental.

Ademais, a escassez de documentação biográfica primária, longe de ser apenas um limitante, é interpretada por Dorneles (2018) como evidência de um apagamento deliberado pelo colonizador, fator que impulsionou a mitificação do líder. Em síntese, o esforço dessa revisão historiográfica decolonial visa resgatar a agência dos povos originários. O objetivo comum é garantir que a trajetória de Sepé Tiaraju integre o capítulo central da formação histórica do sul do Brasil, em vez de figurar como mero apêndice da história colonial.

Considerações finais

À guisa de conclusão deste trabalho buscam sintetizar as evidências, descobertas

relevantes da pesquisa e refletir sobre a importância da figura de Sepé Tiaraju e da Guerra Guaranítica no contexto da história colonial do Sul do Brasil. A análise demonstrou que a trajetória de Sepé é um elemento crucial para a compreensão da resistência dos povos originários frente às intervenções europeias, um episódio que desafia narrativas tradicionais e eurocêntricas. O estudo adotou uma perspectiva crítica da nova história indígena e Etnohistória, permitindo uma reavaliação do papel do líder Guarani. Sepé Tiaraju emerge como um protagonista ativo e estratégico, cuja atuação foi além da mera reação aos eventos impostos. A pesquisa, ao dialogar com diversas abordagens historiográficas, conseguiu desconstruir a visão de um indígena passivo, inserindo-o no centro das dinâmicas sociais, políticas e culturais da região. Ponto central que se destacou foi a complexidade das relações estabelecidas nas Missões Jesuíticas. A interação entre padres e indígenas, vista de forma simplista, revelou um ambiente de negociação de interesses distintos. Sepé atuou como um mediador cultural, transitando entre o mundo Guarani e o europeu, o que lhe permitiu consolidar sua liderança e afirmar a identidade de seu povo diante das imposições territoriais do Tratado de Madri de 1750. A análise da estrutura de poder Guarani revelou a especificidade de sua organização social, onde a liderança era baseada no mérito e no prestígio e não em uma hereditariedade rígida nos moldes europeus. Essa característica evidencia a capacidade de adaptação e a resiliência das estruturas nativas, que persistiram mesmo sob a influência do sistema missionário. Assim sendo, compreender essa dinâmica é fundamental para reconhecer a autonomia e a agência dos povos indígenas na história.

As diferentes versões sobre episódios cruciais, como o assalto ao Forte de Rio Pardo, destacam a importância da análise crítica das fontes históricas. A divergência entre as narrativas dos colonizadores e as dos Guaranis ilustra como a história foi contada a partir de perspectivas distintas e muitas vezes manipuladas para. O trabalho buscou iluminar a versão indígena, resgatando a capacidade de estratégia e resistência do povo Guarani. A célebre afirmação “Essa terra tem dono”, permanece como um símbolo atemporal da luta pela preservação territorial e identitária. A relevância da pesquisa reside em reavivar esse debate essencial para a história nacional e regional, revelando aspectos pouco explorados e proporcionando novas perspectivas sobre as relações de poder, negociação e resistência no contexto da Guerra Guaranítica.

Ficou evidente que a pouca importância dada às atuações dos povos indígenas e o consequente apagamento de suas identidades étnicas foram processos deliberados. Esse

dirigismo estrito, que caracterizou a estrutura colonial, é algo que este artigo buscou ativamente contestar e desconstruir. A ideia de que o povo Guarani era incapaz de agir diante da violência do sistema colonial, tendo como única alternativa a fuga ou a submissão, foi refutada pela análise dos eventos. O confronto, muitas vezes marcado pela disparidade tecnológica bélica, demonstra a coragem e a resiliência de um povo que não aceitou passivamente as imposições e lutou por sua terra e sua cultura.

A nebulosidade histórica permitiu a proliferação de lendas, mas também elevou Sepé a um símbolo de resistência e identidade que transcende o registro documental. Em conclusão, este trabalho, por meio da revisão historiográfica e da análise crítica, buscou contribuir para uma história mais inclusiva e equitativa. A figura de Sepé Tiaraju, o "facho de luz" em sua língua natal, ilumina a complexidade da formação histórica da nação e a resistência contínua dos povos indígenas por seus direitos e territórios¹⁴.

Declaração de uso de IA

Declara-se o uso do Google Gemini (versão 1. Pro), em 21 de maio de 2026. A ferramenta foi aplicada para , revisão gramatical e tradução. Foram utilizados prompts como “revise a gramática” e “traduza o título”. O recurso serviu estritamente para esses fins, mantendo a responsabilidade conceitual integral com o autor.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

BURD, Rafael. A consolidação de uma liderança indígena durante a revolta causada pelo Tratado de Madri: o caso de Sepé Tiaraju, entre o confronto e a negociação. **História e Cultura**. Franca, v. 3, n. 2, p. 108-128, 2014.

BURD, Rafael. **De alferes a corregedor**: a trajetória de Sepé Tiaraju durante a demarcação de limites na América Meridional. 2012. 153 fls. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DORNELES, Amaro. Guerra guaraníca. **Revista Adusp**, p. 43-45-49, 2018.

FARIA, José Custódio de Sá e. Diário da expedição e demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai. In: GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**: como os exércitos de Portugal e da Espanha destruíram povos dos jesuítas e índios guaranis do Rio

¹⁴Este artigo é uma versão revisada e adaptada do trabalho de conclusão de curso, defendido no curso de Licenciatura Plena em História EAD, da Universidade Federal de Pelotas.

Grande do Sul (1750-1756). Passo Fundo: Ed. UPF, 2004, p. 145-353.

GOLIN, Tau. Em questão de minutos: a batalha de Caiboaté resultou num massacre de proporções gigantescas com requintes de crueldade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: v. 6, n. 70, p. 20-21, jul. 2011.

GOLIN, Tau. **A guerra guaraníca**. Porto Alegre: Editora da Universidade: Passo Fundo, 1998.

GOLIN, Tau. A Província Jesuítica do Paraguai, a Guerra Guaranítica e a destruição do espaço jesuítico-missionário. In: José Carlos Radin, Delmir José Valentini, Paulo A. Zarth (orgs.). **História da fronteira do sul**. Chapecó: Editora UFFS, p.73-91, 2015.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KERN, Arno A. **Utopias e missões jesuíticas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da.; GRUPIONI, Luís Benzi (Ed.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC, 1995, p. 221-228.

REZIA, Benedito. Sepé Tiaraju e a resistência dos Guaraní missioneiros. In: PREZIA, Benedito. **História da Resistência Indígena: 500 anos de luta**. 2. reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p.1-16.

QUEVEDO, Júlio R. A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas Missões. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: v. 20, n. 2, p. 5-26, dez. 1994.

SCHLATTER, Bruno Belloc Nunes. **Tiaraju e os outros Sepés: Lideranças Indígenas na guerra Guaranítica**. Porto Alegre: Editora Omni Scientia, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. Nova ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Para além do Mediterrâneo: alteridade e representação na *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*

Beyond the Mediterranean: otherness and representation in Chronica do descobrimento e conquista de Guiné

Luiz Eduardo Larrosa,¹ UFPR

Resumo

A presente pesquisa propõe-se a investigar os principais aspectos da sociedade portuguesa no final da Idade Média, tendo como eixo analítico a *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné* (1453), de Gomes Eanes de Zurara (1410-1474). A obra é examinada à luz dos conceitos de representação e alteridade, com o objetivo de compreender como o cronista construiu a imagem do "outro", particularmente os "negros de Guiné", no contexto da expansão marítima portuguesa. Nesse sentido, a análise parte da articulação entre permanências medievais e transformações que marcam a transição para a modernidade, problematizando os limites da periodização tradicional e sua relação com a formulação de discursos coloniais.

Palavras-chave: Baixa idade média; Expansão Marítima; Historiografia; Zurara.

Abstract

This research aims to investigate the main aspects of Portuguese society at the end of the Middle Ages, using Gomes Eanes de Zurara's (1410-1474) *Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea* (1453) as its central analytical framework. The work is examined through the concepts of representation and alterity, with the objective of understanding how the chronicler constructed the image of the "other," particularly the "Blacks of Guinea" within the context of Portuguese maritime expansion. In this regard, the analysis explores the interplay between medieval continuities and the transformations that marked the transition to modernity, problematizing the limits of traditional periodization and its relationship to the formulation of colonial discourses.

Keywords: Late Middle Age; Maritime Expansion; Historiography; Zurara.

Introdução

A Dinastia de Avis com toda certeza é uma das mais importantes da história de Portugal. Desde a ascensão de Dom João I, o Mestre de Avis (1357-1433) ao trono após as Cortes de Coimbra de 1385 a história do reino mudaria por completo. Trata-se de uma

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná e membro do Núcleo de Estudos e Debates sobre Interpretes do Brasil (NEDIB/UFPR). Bolsista de Iniciação Científica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: luizeduardolarrosa@gmail.com

dinastia que perdurou até 1580, passou desde os conflitos da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e o Cisma do Ocidente (1378–1414) até a chegada de Vasco da Gama às Índias (1498), a conquista do Brasil (1500) e a morte de D. Sebastião (1578). Avis preenche um período de grandes transformações da história mundial sendo uma das protagonistas da expansão ultramarina portuguesa que se inicia com a Tomada de Ceuta em 1415. Contudo, com o intuito de cindir com uma interpretação hegemônica acerca dos “descobrimentos” portugueses uma questão toma forma. Onde se situa historicamente esse processo? Estamos falando daquilo que é comumente conhecido como a Baixa Idade Média, um período de grandes transformações e se propõe como antessala do que comumente chamamos de modernidade. A Europa passa a vivenciar um forte crescimento populacional e uma atividade comercial cada vez mais profícua, elementos favorecidos por avanços técnicos e agrícolas que aumentaram a produtividade das terras e das colheitas. As Cruzadas, iniciadas em 1095, representaram o esforço da cristandade para recuperar dos muçulmanos o controle da “Terra Santa”, resultando, por algum tempo, na criação de estados cristãos no Oriente Médio. É o período da *Summa Theologica* de Tomás de Aquino, dos afrescos de Giotto na Capela degli Scrovegni, da *Divina Comédia* de Dante Alighieri e do *Livro das Maravilhas* de Marco Polo entre outros importantes fenômenos artísticos e culturais.

Em que momento todas estas características que estão relacionadas a uma certa “medievalidade” cessam e podemos falar de uma Idade moderna propriamente? Em que momento deixamos de trabalhar nas perspectivas das relações tipicamente medievais e passamos a considerar uma nova temporalidade? Uma temporalidade que incluía as grandes navegações, a reforma protestante, o colonialismo... Existiria alguma ruptura que justificasse a nossa interpretação do tempo histórico?

O objetivo dessa pesquisa se escora em analisar justamente alguns aspectos dessa encruzilhada histórica, que tem elementos temporais, geográficos, mentais e mais uma infinidade de outras complexidades. É, talvez, justamente, essa fragmentação interpretativa que faz da *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné* um documento tão interessante. Ao nos debruçarmos sobre a crônica percebemos elementos diversos, seja dos ímpetus cavaleirescos e as virtudes de bravura e coragem até a descrição do tráfico negreiro e sua escravização. É realmente uma tarefa complexa situar a *Chronica de Guiné* no tempo, entretanto, não somente a crônica, podemos dizer que é muito complexo situar o tempo no tempo. A modernidade e suas implicações, as construções medievais, o imaginário da

Antiguidade e até a própria concepção da contemporaneidade nos oferecem o desafio de encaixá-las na periodicidade e, é a partir de conceitos como alteridade, modernidade, medievo e escravidão que se pretende debater as implicações de como o “Outro” é representado em sua condição de não existência. Ou seja, como podemos interpretar as transformações históricas como um processo, mas não somente, como podemos questionar conceitos hegemônicos baseados em seus discursos de poder e subjugação.

A Paz de Castela (1431-1432) e os “cavalheiros do mar”

A prática da navegação em curtas distâncias não era algo exatamente novo até mesmo na antiguidade. Os registros mais antigos mostram tentativas de contato entre a Índia e o Mediterrâneo pelo menos desde 2000 a.C. Podemos encontrar as expansões gregas nas narrativas de Jasão e os Argonautas no cerco de Tróia no século IX a.C. Os Fenícios deslocaram-se até o ocidente na região de Cartago no século IX a.C na mesma época em que suas embarcações cruzavam o Mar Vermelho, já em Heródoto temos contato com a história de uma frota fenícia enviada pelo Faraó Nekao com o intuito de circunavegar a África do oriente ao ocidente em uma viagem de ida e volta que durou três anos por volta de 600 a.C (Bailey; Winius, 1993, p.19). Dessa forma, pode-se perceber que, em maiores ou menores distâncias, a prática da navegação era recorrente antes mesmo do período das grandes navegações.

Portugal começa a ter uma atividade mais recorrente nos mares a partir das leis de fomento naval de D. Fernando (1377-1380) em um processo que se intensifica no reinado de D. João I, onde se iniciam as incursões ao norte da África. Ainda persiste um debate acerca dos motivos que teriam levado Portugal a levar a chamada “Reconquista” para além dos territórios ibéricos. Esse processo se inicia com a tomada de Ceuta em 1415, onde a figura do infante D. Henrique, o Navegador é apresentada como um pilar do esforço conquistador.

Podemos considerar a Tomada de Ceuta como um momento fundamental da história da expansão portuguesa. A tomada acontece em um contexto de cessamento das agressões com Castela após o Acordo de 1402 que promovia a paz entre os dois reinos por dez anos e finalmente com o acordo de Segóvia em 1411 que colocaria fim completo às hostilidades. Dessa forma, com relativa estabilidade nas fronteiras com Castela, os ímpetus expansionistas de Portugal deixavam de se circunscrever ao reino vizinho e agora passavam pelo ultramar. Outras possibilidades de expansão foram consideradas como em Granada ou Gibraltar –

sempre com forte componente anti-islâmico – mas se consumou efetivamente no Marrocos, em Ceuta (Mattoso, 1993, p. 499). Ainda em 1338, já existiam privilégios concedidos pelo rei a corsários que faziam parte de um lucrativo circuito de comércio de resgate de cativos. A cobrança pelo resgate de prisioneiros cristãos e muçulmanos já era tão bem estabelecida que existiam funcionários especificamente designados para as transações. O trânsito entre a Europa e o norte da África não era incomum, que se dava em meio a circulação de bens como no fornecimento de tipos têxteis, couros, açúcar e ouro para o Velho Continente em troca de cobre, armas, madeira, laca e outros produtos (Bailey; Winius, 1993, pp. 63-64). Ou seja, aquilo que conhecemos como uma espécie de cavaleiros-mercadores, que transitavam nesse espaço, tinham consciência da complexidade das estruturas políticas da África Ocidental e de suas relações de poder, o que fazia com que procedessem de forma a alternar entre políticas de saque e comércio nessas regiões (Bethencourt, 2018, n.p).

Além da paz de Segóvia, de forma simplificada, podemos colocar quatro principais motivos para a intenção expansionista portuguesa: O combate empedernido baseado na luta das cruzadas contra os muçulmanos; O ouro de Guiné; A procura pelo Preste João; E a busca por especiarias orientais (Boxer, p. 34). Como apresenta Zurara em suas crônicas, a tomada e a conservação da cidade tinha como benefício proteger o Algarve de novas incursões islâmicas, assim como dar mais segurança às galés italianas de passagem para Flandres e Inglaterra, também protegendo o comércio português no mediterrâneo (Bailey; Winius, 1993, p.69). Nisso, a empreitada até Ceuta tinha um profundo entusiasta, o infante D. Henrique, O Navegador. D. Henrique foi o quinto filho de D. João I e D. Filipa de Lancastre, Duque de Viseu, Governador da Ordem de Cristo e foi, segundo Zurara, um dos grandes incentivadores da tomada da cidade. O infante é até hoje lembrado como um dos grandes personagens da história de Portugal, desse modo, figurando como um símbolo de santidade, heroísmo e da expansão marítima portuguesa

Para Zurara, D. Henrique foi uma peça fundamental, não somente no incentivo da expedição, mas também nos feitos de combate na cidade. O cronista era um homem muito próximo dos membros da Casa Real Portuguesa e, provavelmente, admirador do Infante, o que explicaria a exaltação das virtudes e dos atos henriquinos. Seja como for, considerando o incentivo e o patrocínio do Infante nas navegações posteriores à tomada de Ceuta, é plausível considerá-lo como um ativo participante e incentivador da tomada daquela cidade, não somente pela oposição mouro-cristã, mas também movido por possíveis vantagens comerciais para seu reino (Salles, 2008, p. 6).

Como exposto, podemos identificar uma miríade de interesses colocados no processo expansionista e é na *Chronica* de conquista e descobrimento de Guiné que podemos enxergar uma espécie de encruzilhada que propicia a análise de uma diversidade de fenômenos. A crônica data entre 1452 e 1453, época em que a historiografia tradicional costuma assinalar formalmente como o fim da Idade Média com a conquista de Constantinopla (1453) por parte dos turco-otomanos. O autor é Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), filho de um cônego, cavaleiro da Ordem de Cristo e instruído por D. Afonso V, Zurara assume o cargo de Cronista-mor do Reino após a aposentadoria de Fernão Lopes. Diferentemente de seu antecessor, o cronista dá grande relevo aos feitos cavalleirescos e individuais e se refere comumente a atos palacianos e a feitos de guerra, de forma que sua retórica busca colocar na figura do Infante D. Henrique a causa primordial da empresa colonial (Saraiva, 2000, p. 138). Em grande parte do texto, o autor se preocupa em relatar a bravura e o pioneirismo do infante na tarefa de chegar em novas terras, fazendo questão de colocar em evidência as dificuldades inerentes à prática da navegação:

E vos devees bem de notar que a magnanydade deste príncipe, per huí natural costringimento, o chamava sempre pera começar e acabar muy grandes feitos; por cuja razom depois da tomada de Cepta, sempre trouxe continuadamente navyos armados contra os infiees; e porque elletinha voontade de saber a terra que hya a aliem das ilhas de Canarya, e de huí cabo, que se chama do Bojador, porque ataa aquelle tempo, nem per scriptura, nem per memorva de nhuüs homeês, nunca foe sabudo determinadamente a callidade da terra que hya a aliem do dicto cabo (Zurara, p. 89).

É nesse momento da crônica, por exemplo, que podemos desvendar importantes diferenças entre a produção cronística de Gomes Eanes Zurara e seu antecessor Fernão Lopes. Zurara tem por objetivo colocar a primazia da empreitada marítima em torno da coragem do infante D. Henrique, diferenciando-se de Lopes, Zurara não se propõe a dar voz aos coletivos, mas em legitimar a Dinastia de Avis por meio de figuras específicas, numa luta cruzadística que passa agora não só pela cavalaria em terra firme, mas também pelos mares. Podemos identificar muitas semelhanças da prática cavalleiresca no discurso relacionado à empresa marítima. A viagem nos barcos compõe os elementos da coragem, da ousadia e da bravura. Nesse contexto, o mar aparece como um lugar misterioso e perigoso que depende de um homem digno de grandes feitos para enfrentá-lo (Figueiredo, 2005, p. 30). Assim acontece no

momento em que o cronista narra a empreitada de Gil Eanes, o primeiro a ultrapassar os limites do temido Cabo Bojador:

Se o acontecimento de Gil Eannes, entrinsecamente lhe apresentava algũa glória, bem deve seer conhecido pellas pallavras que lhe o iffante disse ante de sua partida , cuja certa speryencia foe assaz manifesta ao tempo de sua chegada, ca foe delle muy bem recebido, nom sem proveitoso acrecêntamento na honra e fazenda. E entom lhe contou todo o caso como passara, dizendo como fezera lançar o batei fora, no qual sayra em terra, onde nom achara gente algũa nem sinal de povoraçom. E porque, senhor, disse Gil Eannes, me pareceo que devia trazer alguũ sinal de terra, pois que em ella sahya, apanhey estas hervas que aquy apresento aa vossa mercee, as quaaes nós em este regno chamamos rosas de saneta Marya (Zurara, 1841, p. 58-59).

Tanto o infante como aqueles que detinham a sua confiança eram colocados como signo de uma bravura indômita de recortes bíblicos, parecendo emular muitas vezes a história de Davi e Golias. Agora a escatologia cristã e as concepções cavalleirescas tinham como finalidade legitimar a conquistas dos mares e de povos desconhecidos.

A bula da expansão portuguesa e os primórdios do racismo português

Nesse momento o intuito por trás da produção da fonte torna-se igualmente importante. O texto tinha como uma de suas intenções obter a chancela de Roma da primazia do Reino sobre os territórios africanos. A partir das descrições realizadas pelo cronista, havia a intenção de elaborar uma imagem incivilizada e pagã dos povos que viviam em África, dessa forma, obtendo a autoridade sobre os territórios invadidos cada vez mais a sul do continente (Eugênio; Marcelino, 2018, p. 103-104). Como coloca Zurara:

E consiirando como era necessaryo mandar Ia muytas vezes seus navyos armados com suas gentes, onde de necessarydade conviinha pellejar com aquelles infiees, porem ordenou logo de envyar ao sancto padre, por lhe requerer que partysse com elle dos thesouros da saneta Igreja, pera salvaçom das almas daquelles, que nos trabalhos desta conquista fizessem sua fim (Zurara, 1841, p. 80).

Zurara escreve em meio ao reinado de D. Afonso V, o Africano e seu epíteto satisfaz o que se decorreu em seu reinado. D. Afonso V manteve grandes incursões no continente como na conquista de Alcácer Cerguer (1458), a tentativa de conquista em Tânger (1463-1464) e de Arzila (1471). A construção de uma memória heróica em torno da conquista de Guiné e da tomada de Ceuta por meio das crônicas de Zurara atendia às necessidades dos ímpetos

cruzadísticos do rei, que fora um importante aliado da Santa Sé na construção de uma nova cruzada anti-islâmica após a conquista de Constantinopla por parte dos turco-otomanos em 1453. Como coloca Oliveira Marques:

Os projetos papais falharam, claro, porque o tempo das cruzadas passara já. Afonso V, porém, atacou em África e conseguiu vitórias importantes, tanto para o seu orgulho quanto para o seu prestígio internacional, embora pudesse pôr-se em dúvida o real significado das conquistas do ponto de vista econômico e militar, em 1458, o exército português, comandado pelo próprio rei e com a participação da maior parte dos representantes das classes superiores, conquistava Alcácer Cerguer (Al-Qasr al-Sagîr). Ao título de “rei de Portugal e do Algarve”, Afonso acrescentou “daquém e dalém-mar em África”, convertendo ainda o singular “Algarve” no plural “Algarves”. Queria dizer, com certo exagero, que era soberano de ambas as partes do tradicional al-Garb, “o Ocidente”, na terminologia geográfica árabe (Marques, 1987, p. 121-122).

No capítulo de nome *Como o infante dom Henrique enviou sua embaixada ao sancto Padre*, e da resposta que houve fica claro o intuito do escrito em obter a legitimidade e a autoridade sobre os territórios a serem conhecidos em África. O cronista, inclusive, para “compridamente podees veer pello trellado de sua letra, que aqy asseentamos por vosso melhor conhecimento” (Zurara, 1841, p. 90) transcreve no capítulo a bula *Etsis suscepti* do Papa Eugênio IV emitida em 1442:

Como assy seja que da parte de nosso amado filho e nobre barom Henrique, duque de Viseu, e ministrador no spiritual e temporal, da cavallarya da ordem de Jhū Xpõ, nos foe notificado, que confyando firmemente na ajuda de Deos, por destroyçom e confundimento dos Mouros e imiigos de Xpõ a aquellas terras que per elles som detheudas, por eixaçamento da fe catholica, entende com gente darmas pessoalmente ir, e seu eixercito encaminhar contra elles. Eempero que per os tempos elle hy pessoalmente nom seja, os cavaileiros e irmaaõs da dieta ordem, e assy todollos outros fiees xpaãos, que contra os dictos Mouros e outros imiigos da fe, qüe contra elles, com a graça de Deos, batalha e guerra quiserem mover e moverem sob a bandeira da dieta ordem y fervor se movam e animem aa dieta guerra: A todos e a cada huï que na dieta guerra e batalha forem, per autoridade apostollica, e per o theor das presentes letras, concedemos e outorgamos comprida perdoança de todos seus pecados, dos quaaes de coraçom sejam contritos, e per boca confessados (Zurara, 1841, p.91).

Fica claro o mecanismo discursivo pelo qual Zurara tenta legitimar a incursão e a autoridade portuguesa sobre os novos territórios ao demonstrar os efeitos da bula papal que dava a administração da Ordem de Cristo ao infante outorgando-lhe poder espiritual e temporal. A bula *Etsis suscepti* não seria a única, podemos considerar as bulas *Dum diversas*

(1452), *Romanus Pontifex* (1455) e *Inter caetera* (1456) como uma continuidade no processo de aliança entre a Santa Sé e o Reino de Portugal nas intervenções em África. Na primeira, o papa autoriza o rei português a conquistar e submeter os sarracenos e pagãos; capturando seus bens e terras e submetendo-os à escravidão perpétua. A bula *Romanus Pontifex* pode ser denominada como a carta do imperialismo português. Além de fazer um grande apanhado do histórico de conquistas do infante D. Henrique, tem por finalidade atribuir à Portugal o direito da circunavegação pelo continente africano, obtendo também o direito de submeter outros povos não cristãos. De forma geral, a sequência de bulas papais emitidas pela igreja católica dava a salvaguarda e a incumbência ao reino português da tarefa de civilizar outros povos (Boxer, 2002, p. 37-39).

Esse com toda certeza é um fenômeno interessante, temos, na prática, uma chancela – por meio de um gênero textual comumente relacionado à Idade Média – da fagulha da expansão marítima moderna. Aqui observamos uma das singularidades da crônica, podemos enxergar duas épocas em metamorfose. A dimensão escatológica cristã divide espaço com uma alteridade de novo tipo. Observamos uma simbiose entre um discurso legitimador cristão com novos resquícios, uma vez que agora, a figura do inimigo declarado, os “infiéis”, fazem emergir novos traços de diferenciação, não mais temos somente a figura dos mouros, agora obtemos também a categoria dos mouros negros. Como na crônica:

E aquy avees de notar que estes negros postoque sejam Mouros como os outros, som porem servos daquelles, per antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldiçomyque despois do deluvyo lançou Noe sobre seu filho Caym, pella qual o mal disse, que a suá geeraçom fosse sogeta a total las outras geeraçooês do mundo, da qual estes descendem (Zurara, 1841, p. 93).

Nisso, o trecho acima fundamenta muito bem a percepção medieval acerca da negritude a partir de uma “maldição”. Em linhas gerais, a interpretação da chamada maldição de Noé, cuja origem remonta aos tempos bíblicos, mostrou-se particularmente útil ao cristianismo na fundamentação da inferiorização e escravização de diversos grupos étnicos africanos, sobretudo após a intensificação dos contatos entre cristãos e populações negras, a partir da chegada dos portugueses à região da Guiné. No Livro de Gênesis, capítulo 9, versículos 20 a 29, ao narrar a aliança entre Noé e Deus, é descrito o episódio em que Cam, um dos filhos de Noé, é amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua embriaguez e nudez. Apesar das inúmeras controvérsias entre os exegetas quanto às dificuldades de tradução do

texto original e às consequentes alterações de significado, essa passagem bíblica tem sido utilizada, desde tempos remotos, para explicar as características atribuídas aos povos que, hipoteticamente, seriam descendentes dos três filhos de Noé (Eugênio; Marcelino, 2018, pp. 103-104).

Na Idade Média e na Antiguidade, o termo “etíope” era muito comum na intenção de se referir a pessoas de pele mais escura. Como coloca José da Silva Horta:

O termo «etíope» (de aethiops =face queimada) coexistem dois significados dominantes na Idade Média (bem como na Antiguidade):por um lado são «etíopes» o conjunto dos povos submetidos aos rigores do sol; por outro é a designação espontânea do Negro como tipo mais característico deste grupo humano. O Egito, e globalmente o Norte de Africa, estão assim numa situação de transição para uma região mais a sul e a oriente que constitui o que se poderia designar por «Africa Aethiopica» (François de Medeiros). A assimilação do Etíope à negritude do demónio está relacionada com a estadia prolongada deste no Inferno, mas também com a evocação pela cor negra, das consequências do calor da zona tórrida donde provém o Etíope (Albuquerque; Ferronha; Horta; Loureiro, 1991, p. 47).

Quando temos a crônica como objeto de análise vemos que ela se situa em um ambiente contraditório de mutação desse conceito, principalmente quando temos como objeto a concepção ibérica do negro.

Essa dialética de terminologias é visível na linguagem. Em Portugal, o uso da palavra “escravo” surgiu após a contradição gerada pelo ingresso sistemático de negro-africanos no país. Segundo os registros, a primeira ocorrência escrita do termo teria se dado na década de 1450, logo após a sistematização do tráfico de africanos negros. Durante muito tempo, contudo, a palavra “escravo” permaneceu como uma designação erudita, pouco utilizada pela população. A impregnação semântica do vocábulo “mouro” com o sentido de “escravo” foi tamanha que o muçulmano livre e o cativo alforriado passaram a ser denominados, respectivamente, “mouro livre” e “mouro forro”. Assim, “mouro”, sem adjetivação, correspondia ao muçulmano submetido ao cativo. Nesse mesmo contexto, os primeiros africanos negros desembarcados em Portugal foram identificados como “mouros negros”, mesmo quando eram reconhecidamente pagãos e não provinham da Mauritânia. A impropriedade dessa designação tornava-se ainda mais evidente quando tais indivíduos se convertiam ao cristianismo, uma vez que, embora chamados de “mouros”, eram cristãos, jamais haviam sido muçulmanos e tampouco tinham origem mauritana (Maestri, 2009, p.37).

No século XV, em Portugal, a palavra “negro” designava, de forma genérica, “todos os tipos raciais de pele morena”, razão pela qual os próprios mouros também eram chamados de negros. Já no início do século XVI, com o aumento do afluxo de africanos negros, os cativos de pele mais escura passaram a ser nomeados como “homem preto” e “mulher preta” e, posteriormente, apenas “preto” e “preta”. Nesse novo cenário, o termo “escravo”, já amplamente difundido, passou a significar exclusivamente a condição servil plena, sem qualquer conotação religiosa ou racial. A partir de então, tornou-se corrente a expressão “escravos pretos”, “escravos negros”, “escravos mouros” e “escravos brancos” (Maestri, 2009, p.37). Contudo, partindo da leitura de Achille Mbembe, de modo geral, apesar da grande variação de referências existentes nesse contexto de diferenciação entre o homem branco europeu e o africano entendido como “incivilizado”, estamos, fundamentalmente, expostos a um princípio de linguagem em que a diferenciação de algo ou alguém não tem apenas a função de diferenciar um do outro, do idêntico ou do distinto, mas determinar quem é e quem não é, o que é ser e o que é não ser (Mbembe, 2015, p. 373).

É a partir daí que a análise das representações das populações africanas no contexto da expansão portuguesa torna-se um ponto de grande interesse, uma vez que permite compreender como os portugueses enxergavam e categorizavam os povos com os quais passaram a ter contato. Na *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné* encontramos uma ampla diversidade de nomenclaturas atribuídas aos habitantes da região, como "cativos", "mouros", "negros", entre outras designações. Essas diferentes terminologias revelam não apenas distinções de origem e status social, mas também refletem a forma como a sociedade portuguesa da época elaborava e reproduzia conceitos de alteridade. Nesse sentido, observamos a interação desses conceitos com uma tarefa civilizacional cristã, no sentido de recuperação das almas que estariam “perdidas” fora da cristandade:

E justamente lhe posso chamar pequena, em comperaçom de tua grandeza, sem aqual nom podyas, nem sabyas começar nem acabar algũa parte de teus feitos, soamente hũa santa entençom, que avyas de buscar salvaçom pera as almas perdidas, segundo ja disse no vij" cap0. desta obra, pello qual te pareceo, quando viste aquelles em tua presença, que nom tiinhas algũa cousa des pesa : tanto te prazia de sua vista, ainda que a força do mayor bem era delles meesmos, ca posto que os seus corpos stevessem em algũa sogeiçom, esto era pequena cousa em compara com das suas almas, que eternalmente avyam de possuyr verdadeira soltura (Zurara, 1841, p. 88).

O trecho acima apresenta a “filhação” e a captura como um mal menor frente à libertação de suas almas pela cristianização. Sendo concebido como uma alma “perdida”, o africano é colocado como em um mundo de perdição quase patológica, longe do normativo da cristandade. O ímpeto material da navegação por mares remotos e desconhecidos obtinha agora um “honroso e misericordioso” fim, a salvação.

A maneira como esses povos eram nomeados e descritos nos relatos portugueses demonstra a presença de um olhar eurocêntrico e cristão que estruturava as relações entre os portugueses e os grupos africanos. O símbolo do “mouro” como o infiel e como o grande “outro” da Cristandade era uma construção ideológica fundamental que vinha sendo reforçada desde as Cruzadas. Durante séculos, a oposição entre cristãos e mouros moldou as identidades ibéricas, e essa dicotomia continuou a influenciar a visão dos portugueses sobre os povos que encontravam na África. Assim, o imaginário medieval da luta contra o infiel não apenas permaneceu ativo, mas foi ressignificado no contexto da expansão marítima, justificando ideologicamente as incursões territoriais e o domínio sobre novas populações. Dessa forma, a presença de múltiplas designações dentro da crônica de Zurara permite refletir sobre os mecanismos de categorização utilizados pelos portugueses e suas implicações na construção das hierarquias sociais e raciais que se consolidariam nos séculos seguintes.

Uma encruzilhada histórica: Entre medievo e modernidade

É nesse processo que podemos enxergar um ponto de contato com as terminações ideológicas do medievo e da modernidade, e para tal, a própria figura do infante D. Henrique é sugestiva. Poderíamos considerar o infante como o que formalmente se entende como “homem medieval”, um cavaleiro, detentor do poder espiritual e temporal, contudo, podemos enxergar características que nos informam certa dubiedade em sua figura. Como administrador da Ordem de Cristo D. Henrique, como grande expoente da expansão ultramarina, obtinha o monopólio do comércio dos primeiros escravizados. Ao mesmo tempo que continha a atribuição de governar a Ordem na luta contra os “infieis” e ser uma importante autoridade na defesa dos princípios cristãos, estes conceitos fundamentais da cristandade estão em mutação no século XV e podemos enxergar, até mesmo nas atribuições do infante, uma maior inclinação para uma incipiente interação de matérias religiosas em interação com a acumulação material. A expansão marítima abria novos fronts e novos espaços de prospecção. Como coloca Bruno Salles:

Na condição de Governador perpétuo de uma Ordem Militar e Religiosa, cuja missão era a defesa da cristandade contra os “inimigos da Cruz”, deveria figurar como um homem piedoso e devoto. A preocupação em garantir água e os sacramentos religiosos aos homens que passavam pelo Restelo, além de exaltar as virtudes cristãs do Infante frente a seus contemporâneos, reforçaria a hipótese de como a religiosidade era importante para este incentivador das navegações. Conseqüentemente, a busca de riquezas na costa africana e a defesa e dilatação da fé católica, com a participação assídua dos homens e das rendas da Ordem de Cristo, se conjugariam no acrescentamento, tanto material, quanto espiritual do reino português e da cristandade (Salles, 2008, p. 21).

Em meio a essas terminações, o início do tráfico torna-se fundamental para compreendermos as noções acerca do africano nesse período porque ele se junta às complexidades da época de uma síntese entre os preceitos anti-islâmicos que definiam o espírito cruzadístico, a concepção aristotélica de escravidão natural – muito difundida na idade média – e a nova implicação de povos considerados “pagãos” e de cor (Bethencourt, 2018, n.p). Como explica Achille Mbembe:

Em uma larga medida, o tráfico é de fato este evento sob o signo do qual a África nasce para a modernidade. É também a questão da violência humana e contingente que define, tanto na forma como na substância, o colonialismo. Assim, tráfico de escravos e colonialismo responderam um ao outro, como em eco, em larga medida, com a dúvida sobre a possibilidade mesmo de autogovernança, e o risco, jamais desaparecido, de rejeição do continente e dos Africanos, por muito tempo, nos perigos de uma condição aviltante (Mbembe, 2015, p. 386).

A partir da análise acerca da alteridade apresentada no texto cronístico de Zurara, parece fundamental questionar a periodicidade histórica daquilo que normalmente compreendemos como Idade Média. A visão clássica colocava como Idade Média enquanto periodização disciplinar o período compreendido entre 456 d.c – quando é deposto o último imperador do Império romano do ocidente – até 1453, quando Constantinopla é conquistada pelos turco-otomanos. Com o advento da Nova História a partir da Escola dos Annales, novas formas de tratar o período ganham espaço na historiografia ao revisar algumas máximas do que se compreendia como Idade Média que era marcada de uma visão baseada em rupturas como com as “invasões bárbaras” que seriam responsáveis pelo fim do Império romano do ocidente e a brusca virada de uma “era das trevas” representada pelo medievo até as “vindouras luzes” da Renascença.

A historiografia tem feito um esforço de compreender os ditos fenômenos não como rupturas mecânicas e instantâneas, mas sim como processos de transição. Como exemplo, podemos citar o conceito de Antiguidade tardia de Henri-Irénée Marrou e Peter Brown e a proposição de uma longa idade média de Jacques Le Goff baseada no conceito braudeliano de longa duração. Assim, poderíamos pensar em uma Antiguidade Tardia prolongada até o século X divididas em uma Idade Média Central – que iria até o ano 1000 até o advento da grande peste em 1348 –, uma Idade Média Tardia que iria da Guerra dos Cem Anos até a Reforma protestante e, por fim, culminando no Outono da Idade Média terminando na Revolução francesa. Os debates acerca de uma dita permanência de pressupostos medievais ao invés de uma cisão abrupta de eras históricas é ilustrada nos mais diversos debates. O historiador Alessandro Ghisalberti, por exemplo, debate questões como o embate entre imanência e transcendência, que é entendido como uma das sínteses entre a divisão de uma filosofia medieval e uma filosofia moderna. Ghisalberti argumenta para uma permanência das concepções transcendentais mesmo na filosofia moderna ao analisar obras de grandes expoentes do pensamento dito moderno como Kant, Descartes e Leibniz (Ghisalberti, 2011, p.18).

Efetivamente, considera-se que o entendimento de uma Idade Média alongada que se transforma a partir de transições de maior ou menor rapidez é um esforço relevante para a interpretação do período, principalmente sobre o recorte do fim da Idade Média e sua transição para a modernidade, contudo, é necessário também colocarmos em questão um rompimento com uma estrutura moderna que responde unicamente às transformações em um espaço delimitado, a Europa.

Podemos perceber que a conceitualização hegemônica da Idade Média é propriamente um fato francês, que corresponde a funções ideológicas do Estado ocidental que reduz consideravelmente o lugar de povos não europeus em um “processo evolutivo” da história. Até mesmo quando consideramos o contexto do continente europeu encontramos variações do que poderíamos considerar Idade Média, como por exemplo na tentativa de expandir o conceito para áreas do Báltico e do Mar do Norte no século XIII onde predominavam cidades comerciais consideravelmente distantes das conformações consagradas de tipo medieval do ocidente europeu (Rezende, 2025, p. 45). Como coloca Rodrigo Castro Rezende, o historiador inglês Jack Goody ofereceu uma contribuição fundamental ao campo ao criticar o caráter eurocêntrico das interpretações sobre a Idade Média. Segundo ele, a Europa medieval não

pode ser entendida de forma isolada, pois mantinha relações de interdependência e integração em escala global. Dessa perspectiva, a concepção de Idade Média passa a incluir também regiões como o Levante, a Escandinávia e o Norte da África (Rezende, 2025, p. 45). Nesse sentido, também podemos nos questionar acerca dos processos históricos posteriores compreendidos pela periodização clássica, como coloca Jérôme Baschet em *A civilização feudal*:

Colombo, medieval ou moderno? Cortés, nobre feudal ou humanista? Bartolomeu de Las Casas, precursor da modernidade dos direitos do homem ou herdeiro tardio da escolástica tomista? Só um pouco menos artificiais são as tentativas para separar as duas facetas de uma mesma personalidade, uma moderna e outra medieval. Assim, Colombo poderá ser julgado moderno por sua audácia de aventureiro, mas medieval por seu misticismo. Como se uma não fosse intimamente ligada à outra, e como se o misticismo católico, com Teresa de Ávila e muitos outros, não alcançasse os cumes durante a época dita moderna! Todas essas interrogações e hipóteses repousam sobre uma visão convencional (e largamente pejorativa) da Idade Média, e supõem que exista uma ruptura tão radical entre a Idade Média e o Renascimento que eles constituiriam duas categorias exclusivas, e que, mesmo se renunciarmos a uma data fronteira única, continue possível classificar cada ser ou cada fato conforme essa alternativa. Mas se se admite que essa visão deva ser criticada, chega-se à idéia de que a maior parte das leituras da Conquista repousa sobre uma visão dramaticamente deformada da Idade Média e sobre uma idéia insustentável da ruptura entre esta e os Tempos Modernos. Pode-se, ao menos, sugerir que é duvidoso que se chegue a uma leitura satisfatória da Conquista enquanto não se esteja livre da visão convencional do milênio medieval como um contraponto que valoriza a modernidade (Baschet, 2006, p. 32).

O que seria a empresa mercantil, as trocas culturais e comerciais, se não um processo que inclui um espaço geográfico muito mais amplo do que o continente europeu? É nesse momento que precisamos compreender a periodização histórica como um discurso que legitima a modernidade ocidental. A Idade Média nasce na Itália a partir dos escritos de uma série de autores do século XIV. De Petrarca aos humanistas, surgia a necessidade de versar sobre o vácuo temporal colocado entre a grandeza da Antiguidade Greco-Romana à Renascença pujante das repúblicas italianas. Porém, é no século XIX, quando ocorre a institucionalização da História enquanto disciplina acadêmica, em meio ao romantismo, que se incorpora a faceta do nacionalismo aos Estudos medievais. O período medieval assume um papel central na formação das nações, servindo como base para organizar as múltiplas heranças pós-romanas, bem como para valorizar e difundir tradições, idiomas e práticas de origem românica e germânica (Pinto, 2020, pp. 130-132). Como escreve Christian Amalvi:

Á universalidade da razão e da natureza humana afirmada pelos clássicos, os românticos opõem o sentimento de que cada momento da história é único, irreduzível ao que precede e ao que o segue, e que é preciso restituí-lo com sua cor própria, respeitando seu tempo particular, como o faz com imenso sucesso Agustin Thierry, em 1840, nos seus célebres *Récit des temps mérovingiens*. Os românticos são igualmente apaixonados pelos períodos de transição e de ruptura nos quais o tempo estremece (Le Goff; Schmitt, 2002, p. 539).

Assim, capturamos que a própria formação do que chamamos de Estudos medievais está diretamente relacionada com uma posição eurocentrada.

Considerações finais

Em *Stamped from the Beginning: The Definitive History of Racist Ideas in America*, o historiador estadunidense Ibram X. Kendi se debruça sobre a obra de Zurara e comenta sobre a circulação do manuscrito:

Zurara circulated the manuscript of *The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea* to the royal court as well as to scholars, investors, and captains, who then read and circulated it throughout Portugal and Spain. Zurara died in Lisbon in 1474, but his ideas about slavery endured as the slave trade expanded. By the 1490s, Portuguese explorers had crept southward along the West African coast, rounding the Cape of Good Hope into the Indian Ocean. In their growing networks of ports, agents, ships, crews, and financiers, pioneering Portuguese slave-traders and explorers circulated the racist ideas in Zurara's book faster and farther than the text itself had reached. The Portuguese became the primary source of knowledge on unknown Africa and the African people for the original slave-traders and enslavers in Spain, Holland, France, and England. By the time German printer Valentim Fernandes published an abridged version of Zurara's book in Lisbon in 1506, enslaved Africans—and racist ideas—had arrived in the Americas (Kendi, 2017, p. 25).²

² Zurara fez circular o manuscrito da *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné* na corte real, bem como entre estudiosos, investidores e capitães, que então o leram e difundiram por Portugal e Espanha. Zurara morreu em Lisboa em 1474, mas suas ideias sobre a escravidão perduraram à medida que o tráfico de escravos se expandia. Na década de 1490, exploradores portugueses já haviam avançado ao sul ao longo da costa da África Ocidental, contornando o Cabo da Boa Esperança em direção ao Oceano Índico. Em suas crescentes redes de portos, agentes, navios, tripulações e financiadores, os pioneiros comerciantes de escravos e exploradores portugueses difundiram as ideias racistas do livro de Zurara de forma ainda mais rápida e ampla do que o próprio texto havia alcançado. Os portugueses tornaram-se a principal fonte de conhecimento sobre a África desconhecida e sobre os povos africanos para os primeiros traficantes e escravizadores da Espanha, Holanda, França e Inglaterra. Quando o impressor alemão Valentim Fernandes publicou uma versão resumida do livro de Zurara em Lisboa, em 1506, africanos escravizados — e ideias racistas — já haviam chegado às Américas. (Tradução nossa)

A influência da obra de Zurara é extremamente relevante para a disseminação de concepções racistas na Europa que serão fundamentais para justificar posteriormente o colonialismo que intervém em Ásia, África e América. É claro, que são muitas as discrepâncias com as formas de racismo que foram tão populares no século XX como eugenia, racismo científico, darwinismo social e outras, contudo, é relevante compreendermos essas conformações históricas em torno de um discurso enraizado na modernidade. Como escreve Charles W. Mills:

Em contraste, ironicamente, o contrato racial, até onde sei nunca explorado como tal, tem o melhor argumento para ser um fato histórico real. Longe de estar perdido nas brumas do tempo, ele é historicamente localizável, de forma evidente, na série de eventos que marcam a criação do mundo moderno pelo colonialismo europeu e pelas viagens de “descoberta”, agora cada vez mais apropriadamente chamadas de expedições de conquista. Os quinhentos anos de Colombo há alguns anos, com seus debates, polêmicas, controvérsias, contraprostos e uma enxurrada de literatura revisionista, confrontaram muitos brancos com o fato desconfortável, pouco discutido na teoria moral e política dominante, de que vivemos em um mundo que tem sido fundamentalmente moldado nos últimos quinhentos anos pelas realidades da dominação europeia e pela consolidação gradual da supremacia branca global. Assim, não só o contrato racial é “real”, mas — enquanto caracteristicamente se considera que o contrato social estabeleceu a legitimidade do Estado-nação e codificou a moralidade e o direito dentro de seus limites — é global, envolvendo uma mudança tectônica da base ético-jurídica do planeta como um todo, a divisão do mundo, como Jean-Paul Sartre disse há muito tempo, entre “homens” e “nativos” (Mills 2023, n,p).

Portanto, tende-se a compreender que, na processualidade histórica, as raízes da sociedade moderna são invariavelmente encontradas na sociedade medieval a ponto de, em alguns aspectos, se confundirem. Podemos observar na expansão ultramarina a antessala do colonialismo e a incipiente edificação das terminologias que ditaram a lógica colonial dos séculos posteriores, algo que se sintetiza na própria periodização tradicional da história que se baseia em uma lógica eurocentrada e tende a dar protagonismo para as reverberações políticas e sociais que ocorreram no centro europeu, de forma a tornar histórias e temporalidades outras em tributárias da constituição do edifício histórico europeu. Quando pensamos o continente africano como objeto desse apagamento, nos deparamos com um discurso que outriza a África, que pela falta de contato com o europeu – com o ser por excelência – é sujeito a domesticação da cognição europeia. Dessa forma, a ideia de “escuridão” associada ao “Continente Negro” não se refere apenas à ausência da presença europeia, mas também a uma

suposta cegueira diante da luz cristã, o que seria interpretado como resultado inevitável de uma condição de negritude moral, fundamentalmente, a não humanidade (Mills, 2023 s/p).

Fontes

ZURARA, Gomes Eanes. **Chronica de descobrimento e conquista de Guiné**. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luís de; FERRONHA, António Luís (coord.); HORTA, José da Silva; LOUREIRO, Rui. **O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI**: Portugal, África, Ásia, América. Lisboa: Caminho, 1991.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal - Do ano mil à colonização da América**. São Paulo, Brasil: Globo, 2006.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos - Das Cruzadas ao Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOXER, Charles. **O Império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIFFIE, Bailey W.; WINIUS, George D. **A fundação do Império Português 1415-1580**. Lisboa: Coleção Documenta Histórica, 1993.

EUGÊNIO, Alisson; MARCELINO, Mara Lúcia de Cabral. A chegada portuguesa à costa ocidental africana e a imagem dos negros segundo a crônica de Gomes Eanes de Zurara (1453). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 57, p. 103-121, 2018.

FIGUEIREDO. Viagem, cavalaria e conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara. Modelo. **Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**, 2005.

GHISALBERTI, Alessandro. **As raízes medievais do pensamento moderno**. Tradução de Sivar Hoepfner Ferreira. 2. ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2011.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coords.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. v. 1. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MAESTRI, Mário. Zurara: A Crônica de Guiné e os primórdios do racismo anti-negro. In: SANTOS; Cleito Pereira dos; VIANA, Nilton (Orgs.). **Capitalismo e questão racial**. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009, p. 50-83.

MBEMBE, Achille. O tempo que se move. **Cadernos de Campo**. São Paulo: v. 24, n. 24, p. 369-397, 2015.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. São Paulo: Zahar, 2023.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção da África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.

SARAIVA, Antônio José. **História da literatura portuguesa**. Porto: Editora Porto, 2000.

SALLES, Bruno Tadeu. A administração do Infante D. Henrique na Ordem de Cristo e os inícios da expansão marítima portuguesa no século XV (1420-1460). **Revista Tempo de Conquista**. v. 4, p. 1-25, 2008.

KENDI, Ibram X. **Stamped from the Beginning**: The Definitive History of Racist Ideas in America. Nova York: Nation Books, 2016.